

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

JULIANA VALENTINI

SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ: ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DA FRAÇÃO
AGRÁRIA DA CLASSE DOMINANTE REGIONAL

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2014

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

JULIANA VALENTINI

SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ: ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DA FRAÇÃO
AGRÁRIA DA CLASSE DOMINANTE REGIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Orientador: Prof. Dr. Paulo José Koling.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2014

"Aos trabalhadores rurais que sonham com um pedaço de terra, para nela sobreviver com dignidade. Aos que nela vivem e lutam cotidianamente para não serem expropriados. E aos que mesmo lutando são arrastados pela correnteza da concentração fundiária que arrasa nosso país"

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Valentini, Juliana
Sociedade Rural Do Paraná: organização e atuação da
fração agrária da classe dominante regional / Juliana
Valentini. – Marechal Cândido Rondon, 2014.
163 p.

Orientador: Prof. Dr. Paulo José Koling
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual
do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2014.

1. Associação Rural de Londrina. 2. Agricultura e Estado. 3.
Movimentos sociais. 4. Conflito social. 5. Posse da terra –
Brasil I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II.
Título.

CDD 22.ed. 305.5630981
331.3181
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

AGRADECIMENTOS

As falhas e inconsistências dessa dissertação são de minha inteira responsabilidade. Suas possíveis qualidades, no entanto, devo-as a uma série de pessoas.

Ao meu orientador, Prof^o Dr. Paulo Koling, pelo acompanhamento, dedicação e paciência com a qual orientou e contribuiu de forma essencial com esse trabalho.

Aos membros da Banca de Qualificação Prof^o. Dr. Márcio Both da Silva e Prof^a. Dr. Carla Luciana Silva pelas sugestões, materiais disponibilizados e discussões durante as aulas, Grupo de Estudo e na qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Poder e Práticas Sociais e a Linha de Pesquisa Estado e Poder, à qual estou ligada. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES que concedeu uma bolsa que viabilizou os recursos sem os quais esta pesquisa não teria sido feita. A Iraci Urnau, pela paciência em ajudar nas questões burocráticas e pela amizade.

A pesquisa documental foi facilitada pela colaboração e auxílio dos funcionários da Biblioteca pública municipal Pedro Viriato Parigot de Souza em Londrina, agradeço especialmente às meninas da recepção e ao Rodolfo pelo apoio técnico. Ao Kelvin e ao Luiz, estagiários do jornal Folha de Londrina, pelo acesso irrestrito aos acervos e pela colaboração e flexibilização dos horários de trabalho. As meninas do Museu da Sociedade Rural do Paraná, Bruna, Daiane e Amanda. A equipe do CDPH – Centro de Documentação e Pesquisas Históricas da Universidade Estadual de Londrina, em especial à Cacilda Maesima, aos funcionários do Arquivo da Câmara Municipal de Londrina e do Museu Histórico de Londrina.

E por fim, mas não menos importante, aos meus pais, Adélia e Lauro que me incentivaram desde a primeira série até agora no mestrado. Foi o seu árduo trabalho no campo e os seus incentivos que possibilitaram a minha formação.

Aos amigos e familiares que, longe ou perto, sempre me incentivaram e compreenderam as ausências, e de modo especial Prof^a Mtd. Maiara Tadiotto, Jéssica Yabiku, Prof^a. Me. Jaqueline Cunico, Prof^a. Me. Lucinéia Fagnani, Prof^a. Me. Ana Claudia B. Durães, Prof. Me. Ederson Santos, Prof. Me. Carlos E. Boareto Pereira, Prof. Me. Jael dos Santos, Prof. Me. Alexandre Arienti, Prof^a. Me. Kleyne Lance, Prof. Dr. Marcos Alexandre Smanioto, Prof. Me. Marcos Ferrari, Prof. Me. Jeú Daitch, Prof^a. Me. Cristiane e Prof. Me. Elemar Favreto, Prof^a. Me. Edina Rautenberg, Prof^a. Me. Selma Duarte e as minhas irmãs Carolina e Simone, pessoas essas que participaram de formas diferentes nas várias etapas desse trabalho e da minha vida, além de me presentear com suas amizades e conversas informais e contribuíram muito para esse trabalho. E ao meu amigo e companheiro Fábio e à família Ortiz, pela amizade, apoio e carinho.

RESUMO

Esta dissertação pretende analisar as formas de organização e atuação da classe patronal rural paranaense, por meio do estudo da Associação Rural de Londrina – ARL, no período de 1946-1970. Fundada em meio a intensos conflitos e disputas por terra no norte do estado a referida entidade atuou de forma efetiva em distintas mobilizações regionais, estaduais e nacionais. Por meio de pesquisa empírica identificamos como a ARL tem inserido seus representantes junto às agências do estado, defendido econômica, social e politicamente seus interesses e organizado lutas juntamente com outras entidades frente aos movimentos sociais. Por meio de suas práticas a ARL mobilizou e organizou a vontade coletiva da fração de classe que representa, articulou forças e interesses para fazer frente às lutas dos posseiros de Porecatu contra os grileiros, para criminalizar as organizações dos trabalhadores rurais e construiu juntamente com outros setores da sociedade as bases de apoio ao golpe civil-militar de 1964.

ABSTRACT

This study aims to analyze the organization and performance of the rural class employers in Paraná, through the study of the Rural Association of Londrina - RAL, in the period from 1946 to 1970. Founded amid intense conflicts and disputes over land in the northern state the entity acted effectively in different regional, state and national mobilizations. Through empirical research identified as the RAL has entered its representatives to the state agencies, which defended their interests economically, socially and politically and organized struggles with other entities against social movements. Through their practices RAL mobilized and organized the collective will of the fraction of the class which it represents articulated strengths and interests to face the struggles of the landholders of Porecatu against the land-grabbers, to criminalize organizations of rural workers and built together with other segments of society the support bases to the civil- military coup of 1964.

Keywords : Rural Employers Organization, Agricultural and Agrarian Policies, Agrarian Conflicts.

Title: Rural Society of Paraná: organization and performance of regional agrarian fraction of the ruling class

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1: Área de atuação da ARL na data de Fundação	35
Quadro 1: População residente na cidade de Londrina e na região norte do estado do Paraná.....	39
Quadro 2: População residente no Estado do Paraná e no Brasil	40
Quadro 3: Londrina e Paraná: unidades e áreas dos estabelecimento agrícolas – 1975	41
Quadro 4: Primeira diretoria da Associação Rural de Londrina 1946/1948	50
Quadro 5: Membros da ARL em outras entidades no estado do Paraná 1946 a 1970	61
Quadro 6: AARL na Assembleia Legislativa do Paraná	65
Quadro: 7 ARL nas Secretarias do Governo do Estado	65
Quadro 8: Governadores do Estado do Paraná	40
Quadro 9: Escolaridade dos presidentes da ARL/SRP	53
Quadro 10: Culturas Substitutivas e área (ha) na primeira fase do programa de erradicação (1962 a agosto de 1966)	100
Quadro 11: Área em (ha) destinada à produção no estado do Paraná (1970- 1985)	101
Quadro 12: Brasil: Uso de máquinas, tratores e arados nas áreas definidas como “terras utilizadas”.....	102

LISTA DE SIGLAS/ABREVIATURAS

ACIL – Associação Comercial e Industrial de Londrina
ADP - Ação Democrática do Paraná
ALEP - Assembleia Legislativa Paranaense
ALNP - Associação dos Lavradores do Norte do Paraná
APAC - Associação Paranaense de Cafeicultores
ARL – Associação Rural de Londrina
CAFE do Paraná- Companhia Agrícola de Fomento Econômico do Paraná
CCC - Centro de Comércio de Café
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNPS - Centro Nacional de Pesquisa da Soja
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CRB – Confederação Rural Brasileira
CREAI - Carta de Crédito Agrícola e Industrial
CTNP – Companhia de Terras Norte do Paraná
DOPS - Departamento de Ordem Publica e Social
ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ET – Estatuto da Terra
ETR – Estatuto do Trabalhador Rural
FAEP- Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAESP - Federação das Associações do Estado de São Paulo
FAP - Frente Agrária Paranaense
FARP- Federação das Associações Rurais do Paraná
FATR - Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural
FEE - Fundação de Economia e Estatística
FEPAR - Federação Paranaense das Cooperativas de Café (dos cafeicultores)
FETAEP - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FL – Folha de Londrina
GERCA - Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IAC - Instituto Agrônomo de Campinas
IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBC – Instituto Brasileiro do Café
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IRPASA - Indústrias Reunidas Paranaenses S.A.
MAP - Mobilização Agrária do Paraná
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PEAG - Plano de Ação Econômica do Governo
PL – Partido Liberal
PR – Partido Republicano
PSD – Partido Social Democratas
PSP – Partido Social Progressista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SEAB - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SRB - Sociedade Rural Brasileira
SRL - Sindicato Rural de Londrina
SRNP – Sociedade Rural do Norte do Paraná
UDN – União Democrática Nacional
UEL - Universidade Estadual de Londrina
UERNP - União das Entidades Rurais do Norte do Paraná
UFPR - Universidade Federal do Paraná

Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - EMBATES E CONFLITOS TRAVADOS PELA ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA NOS PRIMEIROS ANOS DE ATUAÇÃO.....	23
1.1 - O norte do Paraná.....	26
1.2 - Elementos para a análise da região.....	38
CAPÍTULO 2 - FUNDAÇÃO, COMPOSIÇÃO SOCIAL E FRENTES DE ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA.....	49
2.1 - Inserção da ARL na sociedade política.....	64
2.2 - Conflitos internos e perfil das diretorias da ARL.....	71
CAPÍTULO 3 - A ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA NO PROCESSO DE MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	83
3.1 - Políticas para a agricultura nos anos 1960.....	96
3.2 - Bandeiras da Associação Rural de Londrina nos governos militares	103
3.3 - Dimensão Social da "modernização da agricultura" dos anos 1960.....	112
CAPÍTULO 4 - SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ: ORGANIZADORA DA FRAÇÃO AGRÁRIA DA CLASSE DOMINANTE, SUAS PRÁTICAS E AÇÕES	127
4.1 Antecedentes do golpe de 1964.....	128
4.2 ARL: compondo os alicerces civis do golpe de Estado de 1964	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
ANEXOS	161

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é o resultado da pesquisa realizada sobre a formação, as formas de ação e de organização da classe dominante patronal rural na região de Londrina, situada no norte do Paraná, e suas estratégias para preservar/afirmar sua hegemonia no campo, por meio de entidades de classe. Esse estudo buscou identificar como a Sociedade Rural do Paraná se inseriu junto as agências do Estado, por meio da participação de seus membros, com ênfase especial para a Secretaria da Agricultura Paranaense,¹ para a defesa de seus interesses junto ao Estado. Pretende-se, também, compreender as relações de poder a partir dos sujeitos/frações de classe que se organizam através dessa entidade desde sua fundação. Este foi um dos focos que abordamos para situar a atual SRP como um aparelho privado de hegemonia desta classe dominante patronal rural.

Na ocasião de sua fundação, em 25 de junho de 1946, como Associação Rural de Londrina, de acordo com a ata de fundação, estiveram presentes “*trinta e seis senhores ruralistas*” que aprovaram o estatuto da Associação Rural de Londrina e passaram a articular suas ações nos municípios de Sertanópolis, Apucarana, Assaí, Caviúna e Londrina.²

Em 1951, ocorre a primeira alteração na abrangência da entidade, que passou a representar nominalmente somente o município de Londrina. Já em 1965, após um momento de grande mobilização da ARL regionalmente, a entidade estendeu seu raio de atuação para 138 municípios paranaenses. Posteriormente, em 1970, na nova organização estatutária recebeu a denominação de Sociedade Rural do Paraná, sob o argumento de que suas ações em defesa dos agropecuaristas atingem todo o estado do Paraná, o que demonstra sua pretensão de ser uma entidade dirigente da classe patronal rural paranaense, pois a autodenominação incorporava o poder simbólico dos ruralistas de Londrina, conforme o sentido dado por Pierre Bourdieu³

Durante a fase inicial de levantamento de fontes, leituras e análises, a proposta do trabalho passou por uma reelaboração. Em um primeiro momento pretendíamos discutir as formas de ação e de organização da fração agrária da classe dominante na década de 1980, durante os debates em

¹ Os presidentes da Sociedade Rural do Paraná: José Carlos Tibúrcio, Raphael Ferreira de Rezende, Samir Cury Eide, Brazilio de Araújo Neto foram alguns dos Secretários estaduais da Agricultura no Paraná. A entidade também teve alguns de seus membros, ocupando cargos em Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Assembleia Legislativa e Câmara de Deputados.

² ATA DE APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS E ELEIÇÕES DA ARL. In: ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA, Londrina. 25/6/1946.

³ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) 13ª ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 2010.

torno do I Plano Nacional de Reforma Agrária; no decorrer da pesquisa visualizamos a impossibilidade de manter esse recorte, na medida em que desconhecíamos as formas de atuação anteriores da entidade estudada e seu histórico de reivindicações. Desse modo, buscamos compreender a origem da ARL, inserindo-a no contexto de sua fundação (1946) e nos embates que encampou.

A ampliação das questões sobre a entidade e o conjunto de documentos com os quais tivemos contato, nos levaram à redefinição do recorte temporal dessa pesquisa, dada a inviabilidade de realizar, no período do mestrado, o estudo de um objeto até então desconhecido pela autora, e perpassando diferentes momentos históricos (1946-1988), optamos, assim, por assegurar nesse trabalho a compreensão sobre as primeiras décadas de atuação da entidade (1946-1964), ainda que sem conseguir avançar no entendimento sobre as formas de atuação da referida entidade nas décadas seguintes, como pretendíamos inicialmente.

No decorrer de mais de meio século de atuação, a Associação Rural de Londrina (renomeada posteriormente “Sociedade Rural do Norte do Paraná” e, por fim, como permanece até os dias de hoje, “Sociedade Rural do Paraná”) desempenhou um papel importante como arregimentadora de projetos da fração de classe patronal rural. Ademais, teve e ainda tem grande influência política na região e no estado do Paraná e manteve diálogos com organizações da sociedade civil em todo o território nacional, ainda que com menor capacidade de mobilização, se comparada a outras agremiações patronais de abrangência nacional.

A opção por investigar as formas de organização de uma fração da classe dominante resultou da percepção da importância das discussões que visam problematizar a atuação dos partidos, movimentos e organizações de direita e como se organizam as classes dominantes, quais as suas estratégias para manter sua condição enquanto classe dirigente e seu projeto de hegemonia. Nas palavras de Ellen Wood, “*para conseguir o que queremos* [quando buscamos avançar na construção de uma visão de mundo autônoma e transformadora, para a construção de uma nova racionalidade] *precisamos entender contra o que lutamos*”.⁴ Refere-se ela à necessidade de compreender com clareza as dinâmicas de articulação e dominação no sistema capitalista.

Delimitado o objeto da pesquisa, a ARL/SRP, enquanto corporação da sociedade civil da fração agrária da classe dominante no norte do estado do Paraná, cabe indicar que o recorte temporal, de 1946 a 1964, foi orientado por uma preocupação central: entender as formas de ação dos proprietários rurais organizados em torno da Sociedade Rural do Paraná, de se organizar e pressionar governos, aprovar projetos e disseminar visões de mundo. O período inicial, de 1946, corresponde ao ano de criação da ARL e o ano de 1964 foi demarcado pela importância que o golpe

⁴ WOOD, Ellen. O que é (anti)capitalismo?. Crítica Marxista. Crítica17. 04/07/06,. p. 38

de Estado teve na história do país e pela participação da SRL no movimento golpista, que envolvia a campanha anticomunista e a atuação contra a reforma agrária.

Cada um dos capítulos foi construído com base em eixos específicos. Assim, foram organizados visando investigar: a) Os conflitos e disputas entre proprietários rurais, grileiros e posseiros, os embates e a atuação em diferentes espaços da sociedade civil e política para a desmobilização e expulsão das famílias de posseiros; b) A fundação da ARL, suas formas organizacionais e bases sociais, bem como as divergências internas da entidade; c) A atuação da ARL no combate às organizações dos trabalhadores rurais na década de 1950, criminalizando a sindicalização e se colocando frente à aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), e reivindicando políticas para a agricultura; d) A colaboração da ARL na construção das bases sociais locais que apoiaram a sustentação do golpe de 1964 e as versões construídas pela entidade sobre sua atuação e de seus agentes em diferentes momentos da história e e) as ações que a ARL/SRP realizaram para afirmar-se enquanto “patrimônio de Londrina” e agente e agência modernizadora e condutora do progresso.

Para desenvolver essas questões, utilizamos como fonte de pesquisa documentos produzidos pelas Fundações "Instituto Paranaenses de Desenvolvimento Econômico e Social – Iparde", "Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE" e por diferentes Secretarias do Estado do Paraná.

A dificuldade de acesso ou a inexistência de fontes primárias entre os anos de 1946-1960 e os poucos trabalhos que tratam de organizações patronais rurais no estado do Paraná durante esse período foram algumas das dificuldades encontradas. Para problematizar a atuação da entidade a partir da década de 1960, dispõe-se de maior quantidade de documentos, como entrevistas, as exposições e outros materiais produzidos pelo “Museu da Sociedade Rural do Paraná”, atas da entidade, estatutos, revistas e circulares da entidade.

Dentre os documentos que foram levantados na sede da Sociedade Rural do Paraná, estiveram: fontes orais, discursos pronunciados nas exposições, correspondências, livro dos sócios fundadores, editais, atas, estatutos, informes e circulares internas, recortes de jornais, entre outros. O acesso a esses materiais esteve condicionado a cobranças de taxas para a pesquisa e ao controle e seleção dos funcionários do Museu da ARL/SRP. O cuidado da ARL/SRP em selecionar o material a que se teve acesso está, em grande medida, relacionado à preocupação em manter o controle sobre o que vem sendo produzido sobre a entidade e, a escolha dos documentos e fontes disponibilizadas está condicionada a isso.⁵

⁵ Vale destacar de início que a ARL/SRP tem por peculiaridade ser uma entidade de classe que comporta-se de forma especialmente fechada, tendo se recusado – pela omissão – todos os convites de entrevistas encaminhados à secretaria desta pela autora desse trabalho, bem como por outros pesquisadores que buscaram estabelecer diálogo, como no

As entrevistas utilizadas nessa pesquisa foram coletadas no ano de 2008, quando o projeto do museu estava em desenvolvimento. A equipe contratada pela ARL/SRP foi responsável pela elaboração do projeto e organização do material a ser exposto no museu, são, portanto, oficiais. E também realizou doze entrevistas, com cerca de duas horas cada uma, com os sujeitos que exerceram o cargo de presidente da entidade e com alguns diretores e funcionários.

Este material nos permitiu problematizar a *trajetória* e o *habitus* dos sujeitos que fazem parte da entidade, o capital econômico e social presente na entidade. A percepção dos dirigentes da ARL/SRP sobre a inserção e atuação política, econômica e social da agremiação permitiu identificar um conjunto de atividades desempenhadas no decorrer do período estudado.

Em relação ao processo de produção das entrevistas, é válido esclarecer que houve grande intervenção da equipe contratada para realizar esse trabalho. Em vários momentos, a entrevistadora, Conceição Geraldo, que auxiliou no projeto do museu, interrompeu os entrevistados para corrigir o que ela entendia como possíveis "equívocos" ditos por eles, como, por exemplo, ao corrigir o modo como deveriam se referir à ditadura civil-militar. *"Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente do governo militar, eu não concordo com ditadura, foi Governo Militar, né?".⁶* Houve também intervenção quando os relatos fugiam do roteiro proposto, como nos casos em que são mencionados confrontos com membros do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Uma vez que esse assunto não fazia parte do roteiro da entrevistadora, e quando aparece na narrativa de algum entrevistado é pouco dialogado.

Na produção desse material, foi claramente priorizada a trajetória familiar dos entrevistados, sua atuação política, inserção na entidade, gestões e atividades sociais desempenhadas. Devido à intervenção e intencionalidade da produção das entrevistas, esse material foi utilizado nessa pesquisa tendo em vista os seus limites e possibilidades. Os documentos levantados no Museu da Sociedade rural permitiram o mapeamento da atuação política dos sócios e diretores.

Este rico material expressa a visão de mundo que a entidade pretende passar para os visitantes/leitores, permitindo-nos questionar quem são os sujeitos que aparecem na história oficial da entidade, para quem foi o *"desenvolvimento"* da região norte do Paraná, *"desvendado"* na exposição do museu, e qual o lugar que ocupam e de que modo aparecem, se aparecem, os conflitos nessa versão da história.

trabalho de COSTA, P. R. N.; ENGLER, I. G. F. "Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005)". Opinião Pública, Campinas, vol. 14, no 2, Novembro, 2008. Além dessa dificuldade em estabelecer contato com os membros da entidade, também há a questão da distância espacial e temporal efetuada para demarcação da pesquisa que marcam o distanciamento da autora, do objeto estudado. Esse distanciamento acarretou em prejuízos dado o desconhecimento dos sujeitos e grupos econômicos de Londrina.

⁶ GERALDO, Conceição. Entrevista com José Romualdo, funcionário mais antigo da SRP. Entrevista realizada para ser parte do acervo do Museu da Sociedade Rural do Paraná. Sob coordenação de Helenice Nortare Dequeche; Entrevistadora: Conceição Geraldo. 2º vídeo, 42 min. Transcrição: feita pela autora.

Há também um conjunto de fontes localizadas em outros acervos, como no CDPH- Universidade Estadual de Londrina, no Museu Histórico de Londrina e na Biblioteca Municipal de Londrina, como a revista *A Pioneira*, com acervo incompleto entre os anos de 1946-53. Conforme a pesquisa de Nelson Tomazi, a revista *Pioneira* foi financiada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, tendo sido porta-voz da empresa.

Esse material possibilitou elencar alguns elementos sobre a economia da região nos anos que vão de 1946-53, o contexto de fundação e consolidação da entidade, naquele momento ainda como Associação. Permitiu, também, relacionar mais precisamente de que forma questões relacionadas com as políticas internacionais daquele período se manifestaram nas práticas sociais, como nos discursos anticomunistas pronunciados naquele período, a repressão violenta dos conflitos armados que ocorreram na região e foram amplamente noticiados pela imprensa nacional como “*a Coreia Brasileira*”,⁷ e ficaram conhecidos como a revolta de Porecatu. A revolta teve início no fim de 1948 e só foi desmobilizada em julho de 1951, com a presença das tropas da Polícia Militar paranaense e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo e do Paraná.⁸

Também pesquisamos no acervo do jornal *Folha de Londrina*,⁹ que possui exemplares a partir de 1956, o que acarretou um grande prejuízo à pesquisa, tendo em vista o esforço e o tempo dedicado a esse acervo. O acervo completo do Centro de Documentação e Pesquisas Históricas (CDPH), da Universidade Estadual de Londrina, permaneceu durante o período da pesquisa permaneceu inacessível para consulta, devido ao estado de deterioração desse material, que aguarda digitalização. Em relação ao período anterior a 1956, recebemos a gentil doação por parte do Prof. Dr. Reginaldo Junior Fernandes de uma grande quantidade de matérias do jornal *Folha de Londrina* sobre os conflitos na região.

O proprietário do jornal *Folha de Londrina*, João Milanês,¹⁰ foi membro de várias diretorias na ARL/SRP, estando sempre à frente do Departamento de Divulgação da entidade. Desse modo,

⁷ SILVA, Osvaldo Heller da. A FOICE E A CRUZ: Comunistas e Católicos na História do Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais do Paraná Curitiba, Rosa de Bassi.

⁸ PRIORI, Angelo. A Revolta Camponesa de Porecatu. In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960) / Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

⁹ O jornal *Folha de Londrina* foi fundado em 1946 com circulação semanal, passando a circular diariamente em 1952 Sobre o jornal “*Folha de Londrina*” ver: NOGUEIRA, Humberto Fernandes. IMPRENSA E IDEOLOGIA: o jornal *Folha de Londrina* e os conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais em Londrina e região na década de 1950. Rev. Mediações, Londrina, v. 4, n. 2, p. 7-18, jul./dez. 1999. SANTIAGO, Roberto Felipe. Imprensa e Poder: relações conflitantes *Folha de Londrina*, da ditadura Militar à Democracia. UEL: Londrina, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso-TCC.

¹⁰ João Milanês ocupou cargo em várias diretorias da ARL, foi membro da União Democrática Nacional (UDN), fez de seu jornal um porta-voz dos interesses dos proprietários rurais, instrumento de mobilização e divulgação de campanhas da entidade. Por meio desse veículo de comunicação percebemos inclusive os embates internos da entidade.

podemos observar com maior clareza o papel desse jornal na defesa das reivindicações da fração agrária da classe dominante regional.

Durante o levantamento de fontes, não seguimos critérios de busca por material, sendo fotografados editorial, entrevistas, matérias, artigos e reportagens. Posteriormente, na análise, selecionamos para trabalhar as matérias da ARL publicadas no jornal *Folha de Londrina*, em vários casos com clara indicação de "publicada a pedido" da ARL na figura de diretores e presidentes. Em outros casos, os próprios membros da entidade eram chamados para dar sua opinião ou esclarecimento sobre determinadas questões, ou seja, a fala oficial da ARL.

Para compreender a trajetória da ARL é oportuno problematizar as formas de vida e trabalho que havia no campo durante o final os anos de 1960 e início dos anos 1970. Para dialogar com essa questão, utilizamos como fonte um conjunto de reportagens publicadas pelo jornal no caderno *Folha Rural*, que teve durante esse período a colaboração de pessoas de fora da redação do jornal, como técnicos e agrônomos que também atuavam na organização do Instituto Agrônômico do Paraná. As raras publicações que apresentavam críticas as práticas exercidas pelos grandes proprietários rurais, como veremos no decorrer do texto, foram publicadas mediante pedido de sujeitos que mobilizavam algum capital social e político na região.¹¹

O processo de leitura, fichamento e seleção das fontes foi lento, à medida que foram necessárias várias visitas aos centros de documentação para concluir o levantamento utilizado nessa pesquisa. Em decorrência da redefinição do recorte temporal, parte significativa da documentação levantada estrapolou o recorte e a problemática da pesquisa e não foram analisadas nesse trabalho.

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos. No primeiro, detemo-nos mais especificamente ao contexto histórico-social da fundação da Associação Rural de Londrina, incluindo os aspectos político e econômico da sociedade local. Para isso, foram apresentadas as discussões realizadas pela historiografia sobre o tema do processo de (re)ocupação, colonização e titulação das terras na região norte do Paraná, e analisadas as bandeiras e mobilizações da ARL/SRP frente aos conflitos na região, como sua mobilização local e estadual na defesa da expulsão dos posseiros da região.

No segundo, foi discutida e analisada a fundação da Associação Rural de Londrina, o perfil de seus membros, visando compreender a organização interna da entidade, suas formas de mobilização em defesa de seus projetos de classe e sua imbricação com o Estado (sociedade política) e com outras entidades da sociedade civil.

Já a atuação da ARL/SRP frente à mobilização dos trabalhadores rurais e as suas reivindicações

¹¹ Como, por exemplo, nas matérias FL. *Exploração de Trabalhadores Rurais ameaça gerar crise em Bonssucesso* de 01/07/69, p.15. Publicada a pedido do vereador João Pedroso e do Juiz de Paz Caetano Gonçalves. FL. *Bóia-frias estão sendo vendidos em Minas* de 09/06/78, publicada a pedido do vereador Ferrari Junior.

por direitos trabalhistas, entre os anos de 1950/1960, foram tratados no terceiro capítulo, juntamente com a mobilização da entidade para a implementação de políticas de mecanização das atividades produtivas, financiamentos e subsídios para os grandes proprietários. Nesse período, foram evidenciados alguns elementos do acirramento das contradições impulsionadas pela alteração das relações de trabalho no campo, pela “modernização” da agricultura na década de 1960. Com o objetivo de demonstrar que, ao contrário do afirmado pelas produções oficiais da entidade, a região norte foi, sim, marcada por um grau elevado de concentração fundiária. Esses elementos permitem também problematizar a expulsão em massa de trabalhadores rurais, frequentemente relacionada às catástrofes climáticas, que ficaram conhecidas como “geadas negras”, ocorridas em 1975. Tal expulsão vinha ocorrendo desde a década anterior e foi permeada por inúmeros outros fatores que, muitas vezes, são omitidos ou substituídos por explicações simplistas.

Finalizando este trabalho, no quarto capítulo buscamos apresentar rapidamente o envolvimento da ARL/SRP com os governos militares, por meio da atuação anterior e posterior ao golpe de 1964. Problematicamos o papel assumido pelos membros da entidade na divulgação de campanhas ideológicas de desestruturação do governo de João Goulart, de oposição aos movimentos sociais e de apoio à mudança nos rumos políticos e econômicos do Brasil. E visualizar em que medida a entidade foi favorecida econômica e politicamente pelos/nos governos ditatoriais.

Estudar a dinâmica de atuação da fração agrária da classe dominante do norte do estado do Paraná, implica retomar algumas questões que perpassaram a nossa análise, tais como a concepção de Estado, Sociedade Civil e a categoria de *Habitus*. Os grupos sociais inseridos em agências do estado têm um papel importante na produção do saber social e, principalmente, para a edificação de uma “história oficial”, que seletivamente apresenta apenas alguns aspectos e alguns sujeitos da história. Em diferentes momentos, esses grupos sociais, ocupando postos em agências do estado, têm destinado recursos financeiros para construir um sistema de datas comemorativas, homenagens, documentos históricos, monumentos (bustos, estátuas); têm definido os nomes de ruas, bairros, escolas, praças, edifícios; edificado esculturas celebrativas de datas cívicas e seus personagens; e selecionado os “pioneiros” e os “heróis”, colaborando, assim, para a cristalização de uma dada visão sobre o passado, a história e os sujeitos.

Parte-se da premissa de que “nas sociedades de classe, a história faz parte dos instrumentos por meio dos quais a classe dirigente mantém seu poder”¹². É constante a busca por “*controlar o passado*”, apresentar uma versão sobre o processo ou a “*evolução*” (enquanto naturalização), especialmente sobre os conflitos e as lutas dos setores populares.

¹² CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado?* Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995, p. 31.

Nesses embates e disputas pela história são escamoteados e ocultados aspectos "não oficiais" da realidade, que foi e é permeada de conflitos e contradições. Essas são algumas das ações que legitimam versões nitidamente ligadas às classes dominantes. Todavia, é preciso frisar que outras classes/frações de classe, por meio de suas associações, também produzem versões da história e disputam a contrapelo, enquanto contra-hegemonia, o saber social.

Como abordou Jean Jacques Chesneaux, “O controle do passado pelo poder é um fenômeno comum a todas as sociedades de classe”¹³ e às diferentes temporalidades, isso porque é um elemento ativo que articula lutas políticas e ideológicas e está constantemente em disputa. Assim, entende-se que “(...) a história se insere na luta de classes”¹⁴ e, por isso, nenhuma escolha é neutra.

Pierre Bourdieu, ao se referir à luta social no campo científico, que divide as ciências sociais e a história" daqueles que admitem "ou não" que o que está em jogo é o reconhecimento da luta social, afirma que:

Ela [a classe dominante] nada tem a esperar das ciências sociais a não ser, no melhor dos casos, uma contribuição particularmente preciosa para a legitimação da ordem estabelecida e um reforço do arsenal dos instrumentos simbólicos de dominação. A idéia de uma ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente irreconhecível, da representação dominante do mundo social. Desvendando os mecanismos sociais que asseguram a manutenção da ordem estabelecida, cuja eficácia propriamente simbólica repousa no desconhecimento de sua lógica e de seus efeitos, fundamento de um reconhecimento sutilmente extorquido, a ciência social toma necessariamente partido na luta política.¹⁵

Nesse sentido, nenhum estudo é neutro ou descomprometido. As produções que brevemente analisaremos em alguns momentos da pesquisa estão diretamente vinculadas a uma prática voltada para sustentar uma ação política concreta. Essas produções, organizadas e financiadas pela fração agrária da classe dominante, adquirem um significado e servem para justificar uma atividade prática e para legitimar um projeto social.

Compreende-se que, no mundo contemporâneo, para uma análise do processo histórico é preciso levar em consideração a existência de uma sociedade de classes em suas dimensões existenciais e culturais, enquanto contradições e visões de mundo. Nessa concretude, estão as classes dominantes e as subalternas e as próprias lutas de classes e intra-classe. Ou seja, é na sociedade civil que se elaboram e se confrontam diferentes projetos políticos econômicos e sociais, que, por vezes, são completamente opostos. Podem haver divergências entre os projetos, mesmo

¹³ Ibid., p.35.

¹⁴ Ibid., p. 24.

¹⁵ BOURDIEU, P. “O Campo Científico” In: _____; *Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982, p. 147.

que estes sejam elaborados por aparelhos de hegemonia que pertencem a uma mesma classe ou fração dela.

Em outras palavras, mesmo entre frações da classe dominante (ou subalterna) pode haver visões e reivindicações políticas distintas, o que leva a embates e disputas intra-classe. Isso quer dizer que embora pertencendo à classe dominante, ou subalterna, existem diferenças marcantes entre as frações de classe, que podem levar a divergências nos planos político, econômico e social, e embates para a inscrição de seus projetos junto às agências da sociedade política. Nas palavras de Mendonça, *"a luta de classes, não contrapõe apenas as classes fundamentais, mas também se verifica no interior de cada uma delas"*.¹⁶

Os diferentes sujeitos sociais organizam-se em entidades de classe e/ou fração de classe, buscando conquistar a implementação políticas para seu setor. E em alguma medida essas demandas socialmente organizadas são contempladas por diferentes secretarias e pastas do estado. Considerando que uma dessas entidades, certamente, possuirá papel dirigente e a hegemonia junto a um dado órgão, porém, ainda assim, outras também se farão presentes, através de seus intelectuais, em constante conflitividade.¹⁷

Para a construção, manutenção ou superação de uma dada hegemonia, é imprescindível o papel dos intelectuais orgânicos na elaboração de formas organizativas, capazes de arregimentar, construir e disseminar valores e culturas. Podem ser compreendidos como sujeitos capazes de organizar a ação política, de trabalhar na construção de uma vontade coletiva concretizada em práticas, de difundir uma dada visão de mundo e de reunir as vontades dispersas de grupos da sociedade civil em organizações concretas.

A Sociedade Rural do Paraná tem inserido seus intelectuais e *buscado a implementação de políticas, por meio da projeção destes nas agências do Estado*. De acordo com Sonia Mendonça, para pensar essas questões em cada momento histórico e problematizar de que modo o Estado tem incorporado, através das suas agências, os projetos emanados de diferentes organizações da sociedade civil¹⁸, cabe ao pesquisador:

Verificar quem são os atores que integram esses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração estão organicamente vinculados, e sobretudo o que estão

¹⁶ MENDONÇA, Sônia. Estado e Políticas Públicas: considerações político-conceituais. Outros Tempos, Vol. 1 2007, p. 1-12. Disponível em: < www.outrostempos.uema.br,> Acesso 13/01/2014.

¹⁷ MENDONÇA, Estado e políticas públicas no Brasil: uma questão conceitual” In: _____; Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura/FAPERJ, 2007, p.15.

¹⁸ “Sociedade Civil é entendida como o conjunto dos organismos chamados de ‘aparelhos privados de hegemonia’, no sentido da adesão voluntária de seus membros. É em torno a eles que se organizam as vontades coletivas, seja dos grupos dominantes, seja dos dominados.” Ver MENDONÇA, Sonia. Estado ampliado como ferramenta metodológica. In: Anais do Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois. Disponível em: <<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MM2013/anais.htm>> Acesso: 1/1/2014.

disputando juntos a cada um dos organismos do Estado restrito, sem jamais obscurecer que sociedade civil e sociedade política encontram-se em permanente inter-relação. Pensar o Estado significa, portanto verificar, a cada momento histórico, que eixo central que organiza e articula a sociedade civil, enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como essa forma de organização da sociedade civil articula-se no e pelo Estado restrito através da análise de seus agentes e práticas¹⁹.

Compreende-se que mesmo dentro do aparelho privado de hegemonia²⁰ pode haver divergências, que, em determinados momentos, tornam-se mais evidentes. Desse modo, diferentes frações de classe, pertencentes à classe dominante ou subalterna, organizam-se através de entidades da sociedade civil para constituir e consolidar suas demandas, reivindicando que sejam implementadas por agências do estado. Assim, nos órgãos públicos estão presentes sempre projetos ou atores sociais vinculados a alguma(s) agências(s) da sociedade civil.

O conceito de Estado é compreendido, aqui, a partir da separação não orgânica entre “*Sociedade civil*” e “*Sociedade Política*”²¹, entendendo que estas se articulam e interpenetram mutuamente, mantendo “uma relação dialética de unidade-distinção”. Ou seja, o Estado seria fruto de “múltiplas interconexões entre sociedade civil e sociedade política.”²²

Pensar o Estado a partir de Gramsci requer concebê-lo não “*como organismo próprio de um grupo*” ou como organização que se destina “*a criar as condições favoráveis à expansão máxima deste grupo*”, mas como “*expressão universal de toda a sociedade, incorporando até mesmo as demandas e interesses dos grupos subalternos, mesmo que deles extirpando sua lógica própria.*”²³

Compreende-se que a consolidação de uma dada hegemonia passa pela mediação entre a naturalização de uma dada racionalidade de classe/fração de classe (consenso) e o uso da força e da violência (coerção) desde que esta não ultrapasse em muito o consenso, como vemos em Gramsci:

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força apareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública “jornais e associações”, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados.²⁴

¹⁹ MENDONÇA, Op. Cit., 2007, p. 11 – 20.

²⁰ Aparelhos Privados de Hegemonia, são entidades (associações, agremiações e outros) da Sociedade Civil em torno das quais se organizam as vontades coletivas dos grupos dominantes ou subalternos. Pode-se destacar como APH: imprensa, sindicatos, igrejas, associações privadas, escolas e partidos.

²¹ Entendida como a máquina pública ou o conjunto de aparelhos governamentais responsáveis pela administração, pelo exercício da coerção sobre aqueles que não consentem, sendo por ele também denominado de “Estado político” ou “estado-governo”. MENDONÇA, S. Op. Cit., 2013.

²² MENDONÇA, Sonia Regina. Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 94-125.

²³ MENDONÇA, S. Op. Cit., 2013.

²⁴ GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 3. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. p. 95.

Não se trata de negar a capacidade das classes subalternas serem protagonistas, há em contextos específicos de luta e organização o alcance de amplas conquistas e de “concessões”, porém estas não colocaram em questão elementos fundamentais do sistema capitalista. Elas efetivamente modificaram, em maior ou menor grau, as condições de trabalho e de existência dos grupos subalternos, sem colocar em xeque a estrutura capitalista da sociedade. Assim, não se pode ignorar o caráter liberal do Estado, porém sua atuação não é mecânica, existem tensões e lutas que possibilitam a consolidação de conquistas históricas concretas.

O fato da hegemonia pressupor indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica.²⁵

Essas concessões podem ser compreendidas como estratégias para desmobilizar as lutas sociais. Para a existência do conformismo social, é necessário que se produza um "equilíbrio de compromisso", pautado em um conjunto de concessões que não modifiquem o fundamental, os mecanismos de distribuição da renda, a estrutura de conservação da sociedade, ou seja, esses elementos não vão alterar a base da estrutura capitalista.

Quando as tentativas de se obter o consenso “espontâneo” dos grupos governados fracassam e estes passam a ameaçar elementos que alicerçam a ordem capitalista, como por exemplo a propriedade privada da terra, torna-se necessário o uso de formas de violência para mantê-la. “O uso da coerção estatal (e em determinados momentos também privada) para assegurar legalmente a disciplina daqueles que não ‘consentem’ nem ativa nem passivamente” com o projeto das frações da classe dominante, especificamente em momentos em que o consenso espontâneo não é assegurado, verifica-se que há “momentos de crise no comando e na direção”.²⁶

Será compreendida nessa pesquisa a atuação da Sociedade Rural do Paraná (SRP) como uma organização política integrada por agentes que possuem inserção na estrutura social agrária, que atuam na elaboração e difusão de demandas sobre as políticas a serem *implementadas*. *As discussões sobre essas reivindicações não ocorreram sem disputas*, como discutiremos no decorrer desse trabalho. A fração agrária da classe dominante local se mobilizou em torno da ARL/SRP, entidade que em determinados momentos exerceu a função de organizadora da ação política e de

²⁵ Ibid., 2002. p. 48

²⁶ DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo. *O outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 25.

executar os trabalhos para a construção de uma vontade coletiva concretizada em práticas sociais. A entidade atuou fazendo pressão por meio dos meios de comunicação, de manifestações públicas, mobilizações de influências ou do uso de práticas violentas, com o objetivo de ganhar visibilidade e de arregimentar apoio de diferentes setores da sociedade.

A construção de espaços sociais compartilhados como a ARL/SRP, nos quais se elaboram uma forma específica de pensar o mundo, através de um *habitus*, orienta o pensar e o agir dos sujeitos, fundamentados na *"proximidade dos interesses e, sobretudo, a afinidade dos habitus, ligada a formações familiares escolares e semelhantes, favorecem o parentesco das visões de mundo."*²⁷

Desse modo, o *habitus* enquanto sistema de disposições duráveis funciona como um saber social incorporado de modo imperceptível e percebido como natural, e passa a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes. Assim, as estruturas tendem a se reproduzir, formar os agentes dotados do sistema de disposições capaz de engendrar práticas, adaptadas às estruturas e contribuindo por essa via a sua reprodução²⁸.

Podemos situar também que a disputa por uma identidade de "produtor moderno", alicerçada em uma perspectiva de progresso em contraposição a um suposto atraso, foi e é defendida com objetivo de "naturalizar", "consagrar", "legitimar" um processo histórico desigual, conflituoso e contraditório. A própria elaboração de linguagens e representações do mundo social ajustada à estrutura das relações sócio-econômicas, que passam a ser percebidas como naturais, a ganhar uma realidade própria e a contribuir para a preservação simbólica das relações de força vigentes. Assim como a mudança de nome pela qual a entidade passou, por meio da qual se auto-demonima como representante da fração agrária da classe dominante no Paraná, trata-se de uma representação simbólica ajustada ao interesse da entidade em consolidar sua hegemonia e conquista uma posição dirigente.

²⁷ BOURDIEU, P. A força do sentido". In: BOURDIEU, Pierre, A economia das trocas simbólicas, São Paulo: Perspectiva, 1974.

²⁸ Ibid.

CAPÍTULO 1

EMBATES E CONFLITOS TRAVADOS PELA ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA NOS PRIMEIROS ANOS DE ATUAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos uma abordagem sobre a história da região norte do Paraná referente ao período de 1945 a 1960. Trata-se de um recorte temporal marcante para a história do Paraná, pois envolve dois conflitos agrários armados pela posse da terra, o caso de Porecatu no Norte, relacionado à temática e foco deste estudo, e a revolta dos colonos de 1957, ocorrida no sudoeste paranaense que apenas citamos para evidenciar o quanto a questão agrária representava transformações sociais, projetos de modernização, grilagem e especulação imobiliária da terra neste período.

Nesse momento, situamos os conflitos e as disputas entre os fazendeiros, grileiros e posseiros na região norte do estado do Paraná, a criminalização por parte da classe dominante das associações de posseiros, sindicatos, greves e qualquer estratégia de resistência, bem como identificamos o conjunto de interesses presente entre os membros da Associação Rural de Londrina no que se refere aos conflitos com posseiros. Esses interesses se refletiram na forma com que membros da entidade atuaram em diferentes espaços da sociedade civil e política para a desmobilização e expulsão das famílias de posseiros.

Diante da imensa gama de trabalhos que em maior ou menor grau estão relacionados com o tema da pesquisa, bem como as diferentes abordagens que podem ser vistas, elenca-se algumas referências que nos possibilitam situar o conjunto de elementos que envolveram o processo de (re)ocupação da região norte do estado do Paraná e as divergências existentes nas interpretações sobre o processo de colonização da região. Embora essa questão extrapole o recorte temporal proposto, pois também inclui aspectos históricos de décadas anteriores, esta breve retomada fornece elementos significativos para a análise.

Especialmente para situar os conflitos e as disputas entre os fazendeiros, grileiros e posseiros na região norte paranaense, que estão diretamente relacionados à forma com que ocorreu a (re)ocupação das terras, e para contribuir com a compreensão sobre a intensa criminalização

realizada pela classe patronal rural às ações das associações de posseiros, também cabe identificar os interesses comuns presentes entre os membros fundadores da Associação Rural de Londrina que referiam-se aos conflitos pela posse da terra na região. Esses interesses se refletiram na forma com que membros da entidade atuaram em diferentes espaços para a desmobilização e expulsão de famílias de posseiro de suas terras.

Para o início da abordagem sobre essa questão, há que situar as discussões produzidas sobre o processo de (re)ocupação das terras na região norte do estado do Paraná, embora não seja o objetivo tomar parte dessa discussão como foco, mas apresentar caminhos percorridos até o momento. Diante da variada produção sobre a questão, elege-se para discutir essa problemática uma historiografia crítica que questiona e faz algumas considerações sobre o significado e o custo humano desse tão enaltecido “progresso”.

Uma das referências utilizadas que discute os caminhos de interpretação desse processo percorridos pela historiografia é de Nelson Tomazi (1997). O autor apresenta uma arqueologia do discurso sobre o "Norte do Paraná", com o objetivo de situar as discussões realizadas sobre o processo de (re)ocupação da região, que na maior parte das análises é tratado apenas como "ocupação". Em seu trabalho, Tomazi situa como foi construído, concomitantemente com a (re)ocupação, um discurso que apresentou, legitimou e consolidou como "verdades" uma *"construção ideológica e fantasmagórica, feita por ideólogos vinculados aos dominantes, na região em estudo, e que traz embutida uma visão histórica vinculada à manutenção daquele poder e do status quo"*.²⁹

Com essa preocupação, o autor dialogou com um conjunto de autores (muitos dos quais não conseguimos localizar) apresentado suas contribuições e situando o período em que foram elaborados. Essa análise das produções (especialmente dissertações, artigos, livros e teses) ajudou a conhecer algumas bibliografias e abordagens sobre a questão e compreender as formas com que foram construídos e reproduzidos elementos discursivos sobre os primeiros anos de (re)ocupação, e como estes vêm sendo reelaborados até o presente, inclusive com a significativa atuação da Sociedade Rural do Paraná na disputa pela memória, no financiamento de publicações e na construção do seu próprio museu, que, enquanto lugar de memória (modelo), também tem um caráter extensivo aos demais grupos sociais.

Outras pesquisas que serviram de referência para a análise do tema foi o texto de Sonia Adum publicado em 1991. Para a autora, apesar da visão idealizada difundida durante o processo e do “discurso de felicidade” que se tem produzido e reproduzido, a violência é algo que faz parte do

²⁹ TOMAZI, Nelson Dacio. “Construções e Silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná” In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (Org). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999. p.10

movimento do capital. Assim, sua preocupação esteve voltada à compreensão sobre como se desenvolveram as relações entre os sujeitos *"em uma região de que muitos se vangloriam por ser pacificada e ordenada"*, dialogando com as expulsões de posseiros, a violência, com a forma de comportamento em diferentes espaços da cidade, *"onde vadios", 'aventureiros', 'mendigos', 'caftans', 'prostitutas', isso é, aqueles que não se submeteram a lógica férrea do trabalho então construída, foram, por vários mecanismos, afastados em nome do tripé: ordem, progresso, civilização"*.³⁰

Ana Yara Paulino Lopes (1983) discutiu o surgimento e as transformações sociais pelas quais passaram os agricultores, pequenos proprietários rurais, e a sua incorporação à economia de mercado na região que a autora denominou "Norte Novo", estudando e entrevistando moradores nas cidades de Nova Londrina, Loanda e São Pedro do Paraná, chamando a atenção para as formas de *"violência que acompanharam todas as fases de apropriação privada das terras do Norte do Paraná"*.³¹

Angela Damaceno (1984) busca demonstrar os mecanismos de operação do capital na agricultura, evidenciando os antagonismos a partir da análise da dinâmica da ocupação da terra e da organização da produção agrícola na região de Porecatu. O recorte temporal de 1940 a 1952 abarca a (re)ocupação das terras por posseiros vindos de várias regiões do país, os conflitos com pretensos proprietários, grileiros, que agiam a partir do uso da violência, exercida tanto por "jagunços" quanto pela polícia.

O conflito de Porecatu ocorrido nas décadas de 1940 e 1950 no Norte do Estado do Paraná, envolvendo camponeses posseiros e grileiros, com a participação de militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro que mobilizaram apoio aos posseiros e colaboraram na organização e resistência armada. A revolta foi violentamente reprimida em 1951, pelas forças policiais do estado do Paraná e de São Paulo.

Angelo Priori abordou essa luta pela posse da terra, discutindo sobre o processo pelo qual foram atraídas, de diferentes formas, pessoas de várias regiões do país para a região de Porecatu, com a promessa do governo estadual de futura doação dos títulos de propriedade. Isto atraiu também o interesse de fazendeiros responsáveis pela grilagem de grandes áreas de terra que desencadearam a expulsão dos posseiros *"com o apoio da polícia, de jagunços e de pistoleiros, expulsavam os posseiros e tomavam-lhes as terras, é que iria motivar a organização de uma resistência,"*³² com estabelecimento de diálogo e ação conjunta com o Partido Comunista Brasileiro

³⁰ ADUM, Sonia. Imagens do progresso: Civilização e Barbárie em Londrina 1930-1960. Assis SP: Universidade Estadual Paulista - Unesp/Assis - SP, 1991, p.14

³¹ LOPES, Ana Yara Paulino. Pioneiros do Capital: a colonização do norte novo do Paraná. São Paulo: Universidade de São Paulo USP FFLCH, 1982. (Dissertação (Mestrado), p.178.

³² PRIORI, Angelo. A revolta camponesa de Porecatu: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido

(PCB).

Embora essas pesquisas selecionadas sejam uma parcela pequena diante do conjunto da produção acadêmica sobre a região em estudo, a escolha deu-se por acreditar que dão conta de trazer à discussão aspectos imprescindíveis para situar o objeto de estudo. Também estão relacionadas à abordagem que apresentamos. Busca-se compreender por meio destas leituras os elementos que influenciaram na organização dos proprietários rurais, com a criação de um "órgão regional de representação e defesa da classe".³³

1.1 - O norte do Paraná

Há um conjunto significativo de trabalhos que enfocam a "ocupação" do norte do Paraná, a partir da atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), e a colonização do município de Londrina,³⁴ especialmente a partir dos discursos que enaltecem o "*crescimento da cidade menina*"³⁵ que, como num conto infantil, transforma-se dentro de um período de poucos anos em uma "*metrópole*", marcada pelo "*progresso*" e pela "*passividade*" dos moradores.

Boa parte do que foi produzido entre os anos 1950, 1960 e 1970 sobre a questão, seja por historiadores, geógrafos, sociólogos e antropólogos, que faz parte da "*historiografia consagrada*" da "*história tradicional*" sobre a região, não raro, trata de uma (re)ocupação pacífica, onde, de forma natural e sem conflito, homens e máquinas foram preenchendo espaços vazios que aguardavam por eles.³⁶

A organização da propriedade da terra e da estrutura fundiária foi marcada pela presença de fazendeiros, grileiros, posseiros, sitiantes, trabalhadores sem terra, empresas colonizadoras estrangeiras e o governo do Estado. Essa diversidade de sujeitos compõe um cenário díspar em relação ao apresentado pela grande parte dos autores, onde de um lado está "*a civilização e o progresso*", representados pelos investimentos de capital realizados pela empresa Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP)³⁷, e de outro, a barbárie e/ou o atraso, manifestados pelos modos de

Comunista Brasileiro no campo (1942- 1952). Maringá: Eduem, 2011, p.13

³³ ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. Op. Cit., p. 10.

³⁴ Para o momento, não cabe discutir qual é a abrangência territorial do que é a região do norte do Paraná, até porque do ponto de vista geográfico o assunto é polêmico e possui historicidade. Mas, a grosso modo, o município de Londrina e sua cidade servem de referência para esta denominação.

³⁵ Expressão muito utilizada nos meios de comunicação de circulação regional entre os anos 1940, como, por exemplo, a Revista "A PIONEIRA" - O Retrato do Norte do Paraná. Conforme Nelson Tomazi essa revista era financiada pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

³⁶ Como é o caso dos trabalhos: BARROSO, Vicente. *O Famoso Norte do Paraná - Terra onde se anda sobre dinheiro*. Caxias do Sul. São Miguel, 1956. O de WACHOWICZ, Rui Christovan. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987. MUSSALAM, René. *Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos*. Curitiba: UFPR, 1974. Dissertação - Departamento de História, UFPR. SERRA, Elpídio. *Processos de Ocupação e de Luta pela Terra Agrícola no Paraná*. Rio Claro: Unesp, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Ciências e Ciências Exatas da Unesp.

³⁷ A Brazil Plantations Syndicate Ltda foi fundada em Londres, em 1924. Decorrente de negócios que possuía em São Paulo na produção de algodão que iam mal, do interesse em investir em outros ramos e das ligações e do interesse do próprio governo estadual, em outubro de 1925, conseguiu comprar 350.000 alqueires de terra junto ao governo do Estado do Paraná. Além desta gleba, no ano seguinte, [adquire outros terrenos]. Ao todo adquiriu 515.017 alqueires.

produzir e de viver que não estivessem dentro da lógica de produção e consumo do mercado capitalista.³⁸ Conforme Sonia Adum, essa historiografia

se consolidou, glorificadora de seu passado, exaltadora das virtudes do povo norte paranaense e, principalmente, definidora de seus heróis. Esta visão difundida nas escolas representa uma forma não crítica de se estudar o passado, resultando em reforço constante dos aparatos ideológicos de sustentação da classe dominante no poder.³⁹

No presente, o passado é frequentemente reinterpretado e reconstituído sob a ótica dominante. Não apenas no espaço acadêmico, da publicação de livros de empresas/instituições privadas, museus que alimentam e/ou constroem uma versão do processo de (re)ocupação, que legitima um lugar de classe, mas também nos meios de comunicação e no próprio sistema educacional local há a predominância desta visão.

De acordo com Sonia Adum, nas páginas dos jornais das décadas de 1940 e 1950 *"parecia uma missão quase diária"* publicações de matérias como *"Eis que surge uma organização inglesa, aceitando o desafio, disposta a desbravar o sertão inóspito, e criar o Norte do Paraná, fator preponderante da riqueza do Estado e do País"*⁴⁰. E, ainda, nas produções oficiais do "Jubileu de Prata", comemorado em 1959:

O Norte dormiu o sono do silêncio e do abandono durante 3 séculos e só foi despertado em 1929 com a colonização inglesa de Lord Lovat. Isolada a terra, como que permaneceu reservada para a maior experiência colonizadora do sul do Continente.⁴¹

Nessa argumentação, prepondera a existência de um vazio populacional, de um território que precisava ser "explorado" para gerar riqueza, que se efetivava com a "colonização moderna" através da produção do café. Essa história de progresso, difundida nas páginas dos periódicos da época, de produções acadêmicas e por parte da CTNP, apresenta a região a partir da aquisição de terras pela empresa inglesa Companhia de Terras Norte do Paraná. Vê-se na matéria do jornal "Paraná Norte":

Assim a constituição da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) foi realizada para desenvolver um projeto imobiliário. Ver Nelson Tomazi (1997).

³⁸ "O processo de exclusão ocorrerá gradativamente, iniciando-se com a exclusão do indígena, exclusão esta, que já vinha se processando há muito tempo, mas que a partir do século XIX se dá de uma forma sistemática. A "barbárie" e a "selvageria" deveriam ser eliminadas por ações violentas e bárbaras". Nelson TOMAZI Op. Cit., p. 20.

³⁹ ADUM, S. Op. Cit., p.16.

⁴⁰ Jornal Paraná-Norte, 20/09/49. Apud. Idem, p. 91.

⁴¹ BLANCO, G.; MIONI, F. Londrina no seu Jubileu de Prata. Documentário Histórico. Londrina: Realizações Brasileiras, 1959, p. 21.

A prova aí, está bem palpável neste pedaço dadivoso da terra paranaense, onde o homem civilizado vem estendendo pontes, construindo estradas derrubando a mata milenária e erguendo cidades. Estas surgem como um encantamento. Como marcos grandiosos e viventes de uma estrada de gigantes. (...) E tudo isso, é uma maravilha do esforço humano; esforço grandioso e quase anônimo, por isso mesmo; digno de ser contemplado pelos que se interessam pelo futuro do Brasil.⁴²

Na narrativa acima, a construção de infraestrutura na região é apresentada como prova incontestável da civilização. Fruto do "esforço humano e quase anônimo", esse esforço é atribuído à companhia de terras, que supostamente foi movida por atitudes desinteressadas e patrióticas, voltadas apenas para o desejo dos que se *"interessam pelo futuro do Brasil"*, e não às pessoas que trabalharam nessas construções. Afinal, quem construiu as estradas, derrubou as árvores, arrastou os troncos, construiu as pontes? Foram os proprietários da CTNP? Em outros momentos, é apresentado o compromisso da empresa no "desenvolvimento da região", como na matéria do jornal "Paraná Jornal", de 1949:

Tratando-se de uma organização comercial (...) é muito natural que tenha visado a Companhia seus próprios interesses, mas como estes se acham indissolúvelmente ligados ao desenvolvimento desta região, onde estão aplicados seus enormes capitais, naturalmente sua atividade tem se dirigido para o desenvolvimento da mesma.⁴³

Os "ingleses" ou a companhia de terras é tratada pela maior parte da historiografia que trata da região norte como a principal agente responsável pela "prosperidade da região". Trata-se de uma história construída e que, ao privilegiar apenas um dos agentes envolvidos no processo, deixa de lado os demais sujeitos, bem como a existência de conflitos. Oculta, com uma narrativa naturalizada de "progresso", a existência de outros sujeitos, de empresas e do Estado.⁴⁴

Para Sonia Adum, houve por parte da CTNP um esforço significativo na constituição de uma visão positiva sobre sua atuação no Paraná, com a publicação de artigos, panfletos, livros, revistas comemorativas, propagandas relacionadas às terras e às facilidades de aquisição, etc. Nesse material, apresentavam-se as vantagens de viver no Norte do Paraná, as possibilidades para quem trabalhava de tornar-se proprietário, e a certeza de lucro fácil da produção e do comércio. Enfatizava-se a fertilidade de solo e os benefícios, a diversão e a possibilidade de trabalhos oferecidos nas cidades.⁴⁵

Essa produção tende, de modo geral, a supervalorizar o processo de comercialização das terras

⁴² Paraná Norte, 18/10/34. Apud ADUM, Op. Cit., p. 94.

⁴³ Paraná Jornal, 20/09/49. Ibid. 94.

⁴⁴ ADUM, Op. Cit., p. 94.

⁴⁵ Ibid.

proposto pela CTNP, supostamente baseado na pequena propriedade,⁴⁶ como se fosse algo novo, até então não praticado. E, por vezes, relaciona-se inclusive a um processo de reforma agrária.⁴⁷ Nelson Tomazi demonstrou, por meio de análise de Censos Agrícolas e de fontes orais do período, que até os anos de 1920, cerca de 2/3 do total de estabelecimentos do chamado “Norte Velho” eram pequenas propriedades. Outras empresas já haviam utilizado essa política de parcelamento fundiário do solo rural, ou seja, esse discurso de “novidade” relacionado à venda de pequenas propriedades, por parte da CTNP, teve como objetivo valorizar a atuação dessa empresa na região, mas era uma prática antiga.

Percebe-se também, no conjunto de materiais produzidos pela empresa, que houve uma mudança de sentido dada a sua atuação. Ao analisar o que foi publicado pela CNPT em 1945 e posteriormente, em 1977, Sonia Adum identificou a (re)elaboração feita pela empresa sobre o seu próprio projeto, bem como a incorporação desse discurso por produções acadêmicas, como evidencia na citação abaixo, retirada da publicação do ano de 1977:

A consequência mais importante da obra realizada pela companhia se traduz na oportunidade que ofereceu aos trabalhadores sem posses de adquirirem pequenos lotes agrícolas, suas dimensões e modalidade de pagamento eram sempre amoldadas ao desejo dos compradores. (...) Estava, assim, iniciada uma nova vida, que foi a vida nova para milhares de famílias brasileiras. Era a reforma agrária, racional e democrática, que trazia prosperidade para o Estado e para o País.⁴⁸

Nessa citação, a empresa reelaborou a importância de sua atuação, chamando a atenção para a sua contribuição à “*prosperidade do estado e do país*”, isso em um momento histórico específico, quando o governo brasileiro apresentava um suposto milagre econômico. Momento em que se acirravam as disputas no campo e a luta pelo acesso a um pedaço de terra. Conforme explanado por Adum, trata-se de um texto que corresponde diretamente aos anseios contemporâneos, a necessidade de construir a história de um passado democrático e legitimar no presente a condição de proprietários.⁴⁹

⁴⁶ “A Cia de Terras, com suas inúmeras e atraentes propagandas ia ao encontro dos anseios destas gentes, mesmo porque, segundo alguns autores, no final dos anos vinte, as companhias privadas de colonização tinham consciência de que sua clientela potencial, era constituída, em sua maioria, por pessoas de poucas posses. Por esse motivo, ofereciam condições relativamente fáceis de compra de terras. Ofereciam, portanto, a possibilidade de concretização do sonho, e, por seu lado, a realização comercial de grandes negócios imobiliários e de transportes.” Ibid.

⁴⁷ É necessário distinguir as diferentes formas e intenções nas reivindicações de Reforma Agrária, que podem ser distributivistas ou coletivistas. Nem sempre se tratam de bandeiras populares que alteram o regime de propriedade para impedir futuras concentrações, que compreendem que a terra é um bem coletivo, de uso comunitário, como as reivindicações de posseiros e indígenas. Do ponto de vista distributivista, é necessário fragmentar a terra para multiplicar o número de proprietários, sem alterar regime da propriedade que é responsável pela concentração. Ver MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: 3º Ed. Hucitec, 1991.

⁴⁸ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. São Paulo: Publicação Comemorativa do Cinquentenário da CMNP, 1977, p. 52. ADUM, Op. Cit., p. 83.

⁴⁹ ADUM, Op. Cit., p. 83.

Nelson Tomazi indica como essa argumentação apresentada pela empresa foi em grande medida incorporada pelos meios de comunicação e por parte significativa das produções historiográficas contemporâneas, atribuindo a prosperidade da região a um princípio “racional e democrático” da venda de terras e definindo esse comércio como a “reforma agrária”, necessária para a prosperidade do estado.

Trata-se de uma narrativa que enaltece a participação da iniciativa privada e, em contrapartida, a “ausência” (total ou parcial) de apoio de políticas do Estado. Enfoca o trabalho “benevolente” da empresa que priorizou uma forma específica de (re)ocupação e não como uma empresa que tinha um produto à venda e visava ao lucro com a sua comercialização.

Entretanto, o estudo de Ana Yara Lopes nos mostra que a participação do Estado nesse processo foi ativa, não se opondo aos interesses das empresas, mas indo ao seu encontro e mesmo participando ativamente, possibilitando a (re)ocupação através de políticas de concessão e apoio.

O governo do Paraná não esteve nada omissos nesse processo. Foi fundamental o papel do estado como dirigente de um fim determinado: nas concessões, nas companhias colonizadoras, nos particulares, na colonização que seu próprio governo empreendeu. O estado não criou a propriedade privada, mas da mesma forma que é difícil imaginar o desenvolvimento “espontâneo” do capitalismo, poderíamos dizer que o estado, se não quase a criou, deu as condições básicas para que ela ocorresse.⁵⁰

Mesmo que a (re)ocupação da região norte do Paraná tenha tido início antes das políticas de colonização do Estado Novo, estas tiveram significativa influência na (re)ocupação da região entre os anos 1930 e 1940 e evidenciou a inter-relação do capital privado com o Estado, como também nos mostra Nelson Tomazi:

Esta relação simbiótica do poder público e do privado fica melhor estabelecida quando, em 1938, o interventor-estadual Manoel Ribas convidou o senhor João de Oliveira Franco para ser Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Indústria e Comércio, que foi aceito sem entretanto deixar de ser consultor jurídico e advogado das referidas companhias [e também um dos diretores da Companhia Ferroviária de São Paulo-Paraná]. Ademais convém lembrar que o interventor Manoel Ribas, logo após o golpe de estado que implantou o Estado Novo no Brasil, em 1937, nomeou como prefeito de Londrina Willie Davis, diretor da CTNP.⁵¹

A presença de representantes das companhias privadas dentro de agências do estado foi garantida, facilitando e fornecendo as condições para que exercessem livremente as suas atividades;

⁵⁰ LOPES, Op.Cit., p.10.

⁵¹ TOMAZI. Op. Cit., p.210.

não estiveram ausentes nem omissos nesse processo, como discutido por muitos autores. E houve, ainda, as políticas do governo que incentivaram a (re)ocupação, como a conhecida “Marcha para o Oeste”.

Há também, por parte das produções memorialistas, a tentativa de silenciar os conflitos e as violências praticadas pela empresa CNPT e pelos proprietários locais. Ana Yara Lopes indicou a existência de milícias particulares atuando nas terras da Companhia de Terras, para garantir a expulsão dos posseiros, ou seja, a “limpeza” dos territórios comprados. “Entrevistas com funcionários do Departamento de Terras [do governo do Paraná] indicam que a companhia [CTNP] possuía uma força policial particular, que frustrava qualquer tentativa de permanência em suas terras.”⁵²

A historiografia que defende a atuação da empresa acaba, por vezes, caindo em contradição quanto as suas práticas, como nos mostra Nelson Tomazi ao analisar o trabalho de Jorge Cernev:⁵³

Ao afirmar que a CTNP reembolsaria aqueles que apresentassem títulos de propriedade, estava fazendo uma pilhéria, pois sabem-se as dificuldades que os pobres posseiros tinham, naquela época, para conseguir esses títulos; ademais posseiros ou caboclos não se preocupavam muito com isso. Mas, o autor afirma que a CTNP “realmente fez isso”. Na sequência parece contradizer-se: na tentativa de relativizar a ação contra os posseiros, afirma que houve “alguns poucos posseiros” que “foram removidos”. Pergunta-se para onde? Para terras de quem? E após essa “remoção” e esse “saneamento” acabaram-se os conflitos de terra na área da CTNP? Quanto tempo duraram as “remoções” e o “saneamento”? Como ocorreu esse processo?⁵⁴

Argumentos como este apresentado por Tomazi, e outros, que referem-se à atuação da companhia de terras a partir de um “princípio justo”, “civilizado”, “moderno”, que efetivou uma “reforma agrária”, são constantemente encontrados em várias produções. No entanto, a partir desses argumentos tem-se reforçado uma versão na qual as lutas e os conflitos não têm “lugar” na história.

A remoção/expulsão de pessoas da região não estava restrita ao período de atuação da CTNP. Ao contrário, se acompanharmos os censos do período de 1940 a 1980, embora com um crescimento populacional grande, vemos com facilidade o deslocamento de significativa parte da população que vivia no campo indo para as cidades.

Vemos também que se tratou de um momento de acirramento dos conflitos sociais, em meio aos quais proprietários rurais decidiram organizar-se. A ocorrência de conflitos armados na luta pela propriedade/posse de terra na região norte do estado, especificamente em Jaguapitã e Porecatu, teve

⁵² Ver os trabalhos de: LOPES, Op. Cit., 1982. p.10. E TOMAZI, Op.Cit., 1999, p.269.

⁵³ CERNEV, Jorge. Liberalismo e Colonização: O Caso do Norte do Paraná. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1988. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Filosofia, Universidade Gama Filho. 1988.

⁵⁴ TOMAZI, Op.Cit., 1999, p.71

início na década de 1940 e só foram desmobilizados com forte repressão policial em novembro de 1951.

De acordo com o estudo de Angelo Priori, a partir de meados do século XIX, especialmente após o ano de 1891 quando os Estados, passaram a ter a responsabilidade sobre as políticas públicas e de legislação sobre a questão fundiária e que as negociatas de terras, grilagens ilegais e a violência contra posseiros e colonos foi ampliada. No ano de 1892, o governo do Paraná publicou a lei nº 68, de 20 de dezembro, que legislava sobre os serviços de registro, validação, legitimação, venda, aforamento e discriminação de terras, bem como definia os princípios básicos de colonização de novas áreas, por empresas nacionais ou estrangeiras, que passaram a ser regulados.

Garantia, também, que as terras consideradas “devolutas”, situadas dentro do limite das fronteiras do estado, só poderiam ser adquiridas mediante transmissão de seu domínio útil pela forma de aforamento ou pela compra. Sobre as terras provenientes de sesmarias, o governo exigiu a sua regularização por meio do Decreto nº 1-A, de 8 de Abril de 1893.⁵⁵

Por meio da Lei e do Decreto, o estado do Paraná atribuía à Secretaria de Estado de Negócio Obras Públicas e Colonização a responsabilidade de regulamentar as questões da posse da terra. Deveria, portanto, *"tratar da conservação, medição, divisão, demarcação, descrição, distribuição, registro, venda, cobrança de aforamento e reserva das terras devolutas, legitimação de posses, revalidação de sesmarias e outros tipos de concessão"*.⁵⁶ Por meio dessa legislação ficou proibido qualquer tipo de "invasão de domínio alheio", principalmente do apossamento de terras devolutas do Estado, sujeitando posseiros a despejos e pagamento de multas e sansões do Código Penal.

No entanto, como nos mostrou Priori, as concessões de terras para empresas privadas foram comuns:

o governo do Paraná definiu, por força dessa mesma Lei, que o Estado poderia alienar suas terras, na extensão de seus domínios, para aqueles que se propusessem, pelo trabalho, a torná-las úteis ou então, fazer algum serviço que viesse beneficiar a comunidade. Foi nesse sentido que o Estado, sem muitos recursos financeiros, repassou grandes quantidades de terras a empresas privadas. (...) O período compreendido entre 1916 e 1931 foi profícuo na concessão de terras devolutas a particulares, principalmente no norte do Estado. No ano de 1919 foram realizadas 11 concessões, sendo 5 na região Norte. Nos dois anos seguintes foram realizadas mais quatro concessões. Em 1922, o Estado estabeleceu normas restringindo a ação dos concessionários e propondo um maior rigor na fiscalização das concessões, já que muitos não estavam realizando a contratual colonização, e sim a especulação com a valorização das terras. No entanto, não restringiu a concessão. Nesse mesmo ano foram concedidas mais 5 glebas de terras para colonização, todas no norte do Paraná.⁵⁷

⁵⁵ PRIORI, Angelo. O levante dos posseiros. Maringá: Eduem, 2011, p. 20

⁵⁶ Ibid. p.21.

⁵⁷ Id. Legislação e Política Fundiária no Estado do Paraná (1889-1945). REVISTA SECULUM, João Pessoa, jan./jun. 2012. p. 137

De acordo com o relatório apresentado por Manoel Ribas ao presidente Getúlio Vargas, após a década de 1930 as fraudes e irregularidades relacionadas às concessões de terras a empresas particulares representavam juntas 5.915.852,40 de hectares que estavam em litígio. A partir dessa documentação citada por Angelo Priori, pode-se verificar a existência de 20 grandes grilos que totalizavam 2.444.567 alqueires paulistas.⁵⁸ Para tentar conter a situação irregular das terras no estado, algumas concessões foram canceladas.

A concessão de terras pelo estado do Paraná para particulares, a partir do Decreto Estadual N°. 800, de 1931, passou a ser o principal agente fiscalizador da colonização e dos negócios de terras, e se tornou mais intensa a partir de 1939. Esse novo direcionamento teve por finalidade organizar uma nova fase de colonização de terras, com o Estado chamando para si a responsabilidade de organizar diversos núcleos e colônias oficiais. A partir desse direcionamento da política fundiária, o Departamento de Terras se transformou no principal órgão do estado.

Angela Damaceno Ferreira (1984) destacou que onde ocorreu o conflito de Porecatu foi justamente o local onde a maior parte dos posseiros se estabeleceram entre 1940 e 1943. Foram atraídos posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos, vindos de São Paulo, Minas Gerais e outras regiões do país.

A partir da análise das entrevistas existentes na documentação do Departamento de Ordem Pública e Social - DOPS, a autora expôs que os principais motivos manifestos da migração foram "a necessidade de expandir terras próprias, no caso dos pequenos proprietários e a aspiração de obter terra própria, no caso de colonos".

A necessidade de expandir terras estava muito ligada ao tamanho da família, fator que se entrelaçava com desejo de reação contra o seu empobrecimento e, portanto, uma forma de luta por melhora nas suas condições de vida: mais terra, atividade mais bem sucedida e, conseqüentemente, maior autonomia.⁵⁹

Desse modo, a vinda das famílias de posseiros para a região norte do estado do Paraná estava relacionada a seus projetos de vida. A posse da terra foi uma preocupação dos posseiros em buscar informações e iniciar procedimentos para a aquisição das terras no estado. De acordo com Ferreira, os procedimentos nesse sentido foram encaminhados na Inspetoria de Terras em Londrina ou mesmo na sede do Departamento de Geografia, Terras e Cartografia em Curitiba, ou por vezes buscavam pleitear seus direitos a partir da mobilização de autoridades estaduais.⁶⁰

⁵⁸ A medida de 1 alqueire Paulista equivale à 24.200m² = 2,42 há. Tabela de medidas agrárias não decimais. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf>. Acesso 13/1/2014.

⁵⁹ FERRERIRA. A. D. Op. Cit., p. 84.

⁶⁰ Ibid., p. 87.

No ano de 1944, data da formação de uma Associação dos Trabalhadores Rurais no Estado do Paraná, passou a ser denominada Liga Camponesas pelos pesquisadores do tema. Além da presença de posseiros na região, a organização da propriedade da terra contou com a presença de grileiros, que expulsaram os posseiros e estruturaram as suas propriedades com base no cultivo da cultura do café, na criação de gado, na plantação de cana-de-açúcar.

Durante o governo de Moisés Lupion (1946-1950), os conflitos entre posseiros e jagunços contratados por grileiros e fazendeiros ficaram mais intensos. Para Priori foi *"a presença desses grandes grileiros na região, que com o apoio da polícia, de jagunços e de pistoleiros, expulsavam os posseiros e tomavam-lhes as terras, é que iria motivar a organização de uma resistência"*.⁶¹

Sobre as formas de violência contra os posseiros, Angela Damasceno Ferreira fez referência aos depoimentos inclusos em processos de posseiros mais antigos que permaneceram na terra até 1950 e 1951 e participaram da luta armada pela posse da terra. A partir destes depoimentos é possível ter algumas informações sobre os acordos e práticas de expulsões violentas realizadas contra os posseiros.

Nos estudos sobre os conflitos na região norte do estado, especificamente o de Porecatu, algumas pessoas são citadas com frequência, a exemplo dos irmãos João e Urbano Lunardelli e o pai Ricardo Lunardelli (irmão de Geremias Lunardelli, definido por suas biografias como o “rei do café”), acusados pelos posseiros de assassinatos e massacres de posseiros.⁶²

Jerônimo Inácio da Costa, grileiro que a partir de acordos com Ricardo Lunardelli participou na expulsão de posseiros.⁶³ Clemente Vilela Arruda, grileiro responsável pela contratação de pistoleiros para garantir a sua posse da propriedade conhecida como Lote 13. De acordo com as fontes levantadas por Angelo Priori, os jagunços de Clemente Vilela entraram em conflito com o grupo de posseiros comandados por Arildo Gajardoni, em 1951⁶⁴. Outro caso de conflito foi na fazenda Palmeira, do grileiro Antonio Angelo, neste caso houve o embargo da derrubada de mata pelos posseiros.⁶⁵ Dentre outros fazendeiros estavam envolvidos nos conflitos Necker Accorsi, Otávio Furlanetto e Pedro Fagotti.

A essas pessoas foram atribuídas as práticas de expulsões, grilagens, processos, conflitos, violência, intervenção por meio de agências do Estado. *“A violência e a intimidação são mecanismos utilizados tanto por grileiros quanto pela polícia e até pela própria justiça, cujo*

⁶¹ PRIORI, Op. Cit., 2012. p. 137.

⁶² Ver os Doze mandamentos dos Posseiros. Porecatu, 23 abr. 1951. Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS, Pasta 427/188. PRIORI, Angelo. Op. Cit., 2011.

⁶³ Ibid., p. 85.

⁶⁴ Ibid., p. 145.

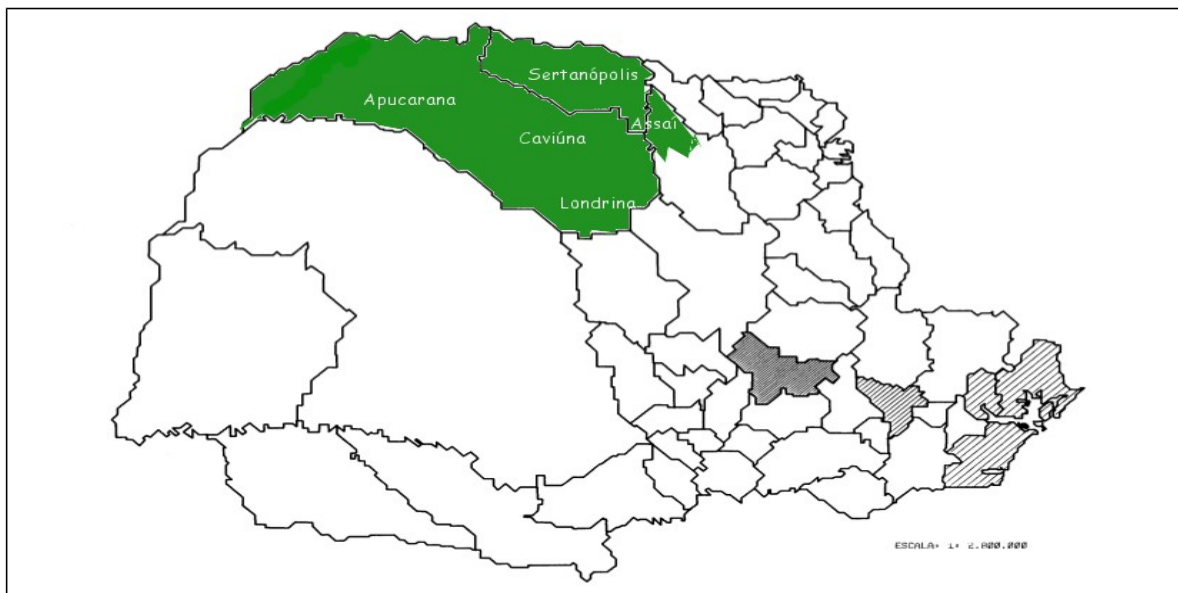
⁶⁵ Ibid., p. 167.

*objetivo é desmobilizar os posseiros e expulsá-lo de suas terras.”*⁶⁶

Despertou-nos a atenção que durante os anos de acirramento dos conflitos na região, os fazendeiros e grileiros que estiveram diretamente ligados à expulsão dos posseiros na região de Porecatu estavam organizados em torno de uma entidade patronal rural, cuja sede estava na cidade de Londrina e abrangia todo o território no qual se desenvolveu a resistência armada de Porecatu.

Na data da fundação da ARL, em junho de 1946, a divisão municipal do estado do Paraná era incipiente e toda a região destacada em verde no Mapa abaixo pertencia a cinco municípios. Foi com a emancipação, em 1947, que foram criados vários outros municípios a partir do desmembramento de algumas áreas.⁶⁷

MAPA 1: Área de atuação da ARL na data de Fundação



FONTE: IPARDES. Série retrospectiva do Paraná: Atlas Histórico da Indústria (1940/1980). Curitiba: IPARDES, 1993. p.8. Área destacada pela autora.

No momento da fundação da Associação Rural de Londrina, a entidade reuniu sócios de vários municípios, como Londrina, Caviúna, Apucarana, Sertãozinho e Assaí, o que foi alterado cinco anos depois, em assembleia ocorrida em novembro de 1951, pois passou a atuar apenas no município de Londrina. É interessante observar que o estatuto da entidade só foi alterado após os conflitos de terra em Porecatu terem sido reprimidos e os posseiros expulsos, por meio da ação da força policial do Estado do Paraná com apoio do Departamento Estadual de Ordem Política e Social

⁶⁶ Ibid., p. 82.

⁶⁷ Ver Genealogia dos Municípios do Paraná <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=56>> 25/10/2013.

de São Paulo - DEOPS do estado de São Paulo.⁶⁸

Desse modo, embora com escassos documentos sobre o período, foi possível identificar no primeiro livro de associados, que a ARL foi um espaço que congregou diversos sujeitos interessados e envolvidos na expulsão dos posseiros, tais como os membros da família Lunardelli, Clemente Vilela Arruda, Antonio Angelo, Necker Accorsi, Otávio Furlanetto, Pedro Fagotti.⁶⁹

Da entidade também saíram representantes para "negociar" com os posseiros, como os fazendeiros Renato Cunha (vereador em Londrina pelo PSD/UDN, membro da ARL e irmão do deputado e diretor da ARL Ruy Cunha) e o grileiro Clemente Vilela Arruda com terras griladas com presença de posseiros. Com isto, a própria ARL constituiu-se em um espaço de pressões e organização contra os posseiros e na defesa dos grilos de terra.

A formação de uma *Comissão Especial* para “negociar” com os posseiros foi descrita por Angela Damaceno Ferreira com as seguintes palavras:

O novo governador, Bento Munhoz da Rocha Netto, que assume em 31 de janeiro de 1951, constituiu de imediato uma Comissão Especial para a questão de terras em Porecatu. Essa Comissão tinha por objetivo conceder títulos definitivos aos posseiros localizados em terras devolutas e transferir para outras áreas do Estado os que estivessem localizados em propriedades privadas. Desde o início dos trabalhos da Comissão, os posseiros colocaram-na sob suspeição, porque dela participavam fazendeiros da região com terras 'intrusadas'.⁷⁰

Osvaldo Heller da Silva, em uma nota ao texto, apresentou os membros nomeados para fazer parte da comissão como sendo:

Renato Cunha, advogado e fazendeiro; Oscar Santos, advogado, fazendeiro (integralista); Clemente Vilela Arruda, fazendeiro; Edgar Távora, advogado e político integralista; Pedro Nolasco, Farmaceutico; Herculano Alves de Barros, Ex-posseiro renegado, e Francisco Oliveira.⁷¹

No trabalho realizado por essa comissão houve um claro favorecimento para os fazendeiros grileiros reconhecidos como donos legítimos em detrimento dos posseiros, que eram identificados como intrusos. E "*por se acharem em terrenos de propriedade particular*", deveriam ser removidos para outras regiões do Estado e indenizados pelas benfeitorias. O que na maioria dos casos não foi aceito pelos fazendeiros, por não concordarem com o pagamento e, em outros casos, não foi aceito

⁶⁸ PRIORI, A. Op. Cit., p. 192.

⁶⁹ Livro dos Sócios fundadores e primeiros Contribuintes de 17/06/1946, nesse livro constam 692 nomes.

⁷⁰ FERREIRA, A.D. Op. Cit., p. 74.

⁷¹ GAZETA DO POVO 24 e 26 de junho de 1951; O CRUZEIRO 14 de Junho de 1951. Apud. SILVA, Osvaldo Heller da. A FOICE E A CRUZ: Comunistas e Católicos na História do Sindicalismo dos Trabalhadores Rurais do Paraná Curitiba, Rosa de Bassi. p.90

pelos posseiros, devido ao valor oferecido ser irrisório e não corresponder ao valor da terra.⁷²

As duas principais reivindicações feitas pela Comissão, no decorrer do seu trabalho, foram o aumento da força policial e a composição de uma força com *"elementos de confiança de coragem, mateiros, que conheçam os hábitos e costumes sertanejos"*.⁷³ Em outras palavras, de "pistoleiros e jagunços" que trabalhassem em *"perfeito entendimento com a comissão"*.⁷⁴ E a segunda exigência foi para que a ação de deslocamento dos posseiros para outras regiões do estado fosse rápida, com *"transporte em quantidade"*.⁷⁵ A forma como isso seria feito, se com a conivência ou não dos posseiros, não foi indicada. Ou seja, a ação de "diálogo" com os posseiros deveria ser rápida e violenta, como indicam as exigências transcritas abaixo:

1. Uma força policial de 30 a 40 homens, sediada em Londrina.
2. Reforço dos destacamentos de Porecatu, Centenário, Jaguapitã e Guaraci.
3. Nomeação de um delegado especial que atue e dirija todas as medidas de segurança, de ordem, e repressivas em perfeito entendimento com a comissão.
4. A formação de uma força especial compostos de elementos de confiança de coragem, mateiros, que conheçam os hábitos e costumes sertanejos, nos moldes das antigas "capturas" para a repressão e prisões de elementos responsáveis pelas desordens e crimes praticados nas zonas onde se exerce a ação subversiva comunista.
5. Máxima rapidez no loteamento dos terrenos onde serão legalizados os posseiros
6. Meios de transporte de quantidade suficiente para levá-los até onde devem ser localizados.⁷⁶

Como visto, as quatro primeiras reivindicações da comissão estavam relacionadas ao uso da violência e, as duas últimas, à rapidez com que as ações deveriam ser feitas. As "negociações" da comissão com os posseiros foi um fracasso: não desmobilizou a resistência, as irrisórias propostas de pagamento apresentadas aos posseiros pelas benfeitorias não foram aceitas, os posseiros negavam-se a ir para regiões onde a qualidade do solo era inferior e a abrir mão das suas posses por valores irrisórios.

A permanência da mobilização em Porecatu levou a ação da polícia para a desmobilização dos posseiros armados por meio da prisão dos militantes do PCB que davam suporte aos posseiros. A ação violenta na região do conflito culminou com a posterior expulsão das famílias, tendo estas aceitado ou não as condições propostas. Os casos de negociações que beneficiaram e garantiram aos posseiros indenizações coerentes foram exceções.

Vale a pena destacar que os conflitos na região não se resumiam a posse da terra, os trabalhadores das fazendas efetuaram inúmeras greves no período⁷⁷ e permaneceram sendo

⁷² PRIORI, A. Op. Cit., p. 103-110.

⁷³ Ibid. p. 103-110.

⁷⁴ Ibid. p. p. 103-110.

⁷⁵ Ibid., p. p. 103-110.

⁷⁶ Ibid., p. 107.

⁷⁷ A partir de um amplo levantamento nos jornais: Imprensa Popular, Voz Operária e Terra Livre, Leonilde Sérvolo de

realizadas em períodos posteriores, evidenciando outros espaços e bandeiras de luta. Com a *proliferação de sindicatos dos trabalhadores a partir da década de 1950 no sul do Brasil, isto contribuiu com as discussões sobre questões fundamentais, principalmente a ampliação da legislação trabalhista e a reforma agrária.*⁷⁸

1.2 - Elementos para a análise da região

A expansão do conjunto das relações sociais capitalistas que ocorreu no Brasil em meados do século passado, inserida nas brechas e contradições da expansão imperialista e no contexto da Guerra Fria, não pode ser compreendida apenas como decorrente do desenvolvimento industrial, da concentração de capitais, da dependência econômica, política e mesmo militar perante os países predominantes. O papel desempenhado pelo Estado também é importante ser destacado, induzindo o processo de industrialização, apoiando-o e garantindo a grande propriedade, rural ou urbana, contendo as pressões populares. Embora isto também não dê conta de abarcar esse conjunto de mudanças.⁷⁹

Além desses fatores, imprescindíveis para compreender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é preciso ir além e relacionar com outros elementos, como a ampliação e persistência das expropriações, o deslocamento da população do meio rural, a ocupação das fronteiras internas pela apropriação de terras pela grande propriedade, o deslocamento de populações. Uma nova forma de sociabilidade de cunho mercantil se generaliza sob intensas contradições e simultâneas mudanças culturais.⁸⁰

Esses fatores analisados na obra “Brasil e o Capital Imperialismo”, de Virgínia Fontes, abrem caminhos para novos estudos que possibilitam compreender as formas como ocorreu a expansão do conjunto das relações sociais capitalistas na região norte do estado do Paraná e as lutas sociais no campo.

Medeiros compõe um quadro demonstrativo dos movimentos sociais do campo. Fornece um conjunto de dados sobre as resistências dos trabalhadores no estado do Paraná no período de 1950 e 60, destacando especificamente as greves que ocorreram: Londrina em 1954 e 1957. Pulinópolis em 1962, Bonsucesso Maringá e Nova Esperança 1963, na sua maioria por motivos salariais e por quebra de contratos.

⁷⁸ Marcada pela política de colonização varguista da Marcha para Oeste a (re)ocupação da região norte do Paraná passou a ser um atrativo para posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos, que passaram a radicar-se nessa região, principalmente na década de 1940, quando na organização da propriedade da terra passou a contar com a presença de grandes grileiros, que expulsaram os posseiros e estruturaram suas propriedades com base no cultivo da cultura do café, na criação de gado, na plantação de cana-de-açúcar, associadas com o trabalho assalariado. Os conflitos armados na região de Porecatu tiveram início em 1948, perdurando até meados de 1951, após grande violência. Além deste, inúmeros outros conflitos marcaram o período, para citar alguns: a Revolta do Sudoeste no Paraná (1957); Trompas e Formoso em Goiás; Demônios de Catulé em Minas Gerais (1955), organização das Ligas Camponesas no Nordeste (1954-64). Ver PRIORI. A. 2000; 1996.

⁷⁹ FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010, p. 218.

⁸⁰Ibid. 119.

Nesse sentido, é oportuno apresentar algumas informações referentes à formação territorial, populacional, econômica e social da região, visando demonstrar que houve uma parcela da população que, por não ter sido contemplada com todo o “progresso”, “desenvolvimento” e “ordem”, foi obrigada a partir em busca de terra e trabalho em outras regiões. Para uma abordagem deste processo, convém analisar a produção bibliográfica, os censos e entrevistas.

A cidade de Londrina, ao ser fundada em 1934, possuía uma área de 23.562 km². Na década de 1940 ocorreram várias emancipações e, em 1944, a área já havia sido reduzida a 2.479 km². Em 1959, foi reduzida a 2.081 km² e hoje possui 1.653 km².⁸¹ O quadro abaixo apresenta os dados do deslocamento populacional da cidade de Londrina, entre os anos de 1940-80, a partir dos quais podemos perceber o aumento do número de pessoas que deixaram o meio rural para ampliar a margem das periferias nas cidades.

QUADRO 1: POPULAÇÃO RESIDENTE EM LONDRINA E REGIÃO NORTE - PR

Década	População Urbana		População Rural		População Total	Norte-paranaense	
	Nº. (Unidade)	%	Nº. (Unidade)	%		Urbano %	Rural %
1940	11.175	36,90	19.103	63,09	30.278	18,9	81,1
1950	34.230	47,93	37.182	52,07	71.412	20,4	79,5
1960	77.382	57,40	57.439	42,60	134.821	24,6	75,3
1970	163.528	71,69	64.573	28,31	228.101	31,6	68,3
1980	266.940	88,48	34.771	11,52	301.711	55,9	44,0

FONTE: IBGE - Censos Demográficos 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000; Contagem da População 1996. Taxa média geométrica de incremento anual da população. Já subtraída a população de Tamarana, que era distrito do Município de Londrina e foi desmembrado deste, através da Lei Estadual nº 11.224, de 13/12/1995. **Organização dos dados:** PML/ SEPLAN/Gerência de Pesquisas e Informações.⁸² E sobre a região norte do Paraná, Censo Demográfico IBGE - 1940/1950/1960/1970/1980 Apud. TOMAZI.

O número de pessoas que saíam do meio rural era crescente e, a partir de 1950, não ocorreram alterações na composição territorial do município que justificasse o êxodo rural. Tratou-se de um momento em que antigos parceiros, colonos e trabalhadores rurais passaram a viver nas cidades e formaram o “exército” de “boias-frias”. Deslocavam-se diariamente das cidades para as fazendas, arregimentados por seus funcionários; buscavam emprego nas cidades ou migravam em direção às

⁸¹ Acesso em Abril de 2013. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=66> Acesso 13/01/2014.

⁸² Acesso em Abril de 2013. Disponível em: <http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=66>

novas frentes de colonização e fronteira agrícola.⁸³

No decorrer dos anos de 1940, o número de pessoas residentes na cidade de Londrina era de 30.278 e o equivalente a 63% vivia no campo. Duas décadas depois, esse número foi reduzido para 42% e na década de 1980 representava 11%, ao mesmo tempo em que, durante essas quatro décadas, a população total multiplicou-se em aproximadamente 9,9 vezes.⁸⁴ Vemos que em âmbito municipal, entre as décadas de 1960 e 1980, a população que vivia no campo diminuiu em grandes proporções. Ao mesmo tempo em que reduzia-se a população residente no meio rural, a população total da cidade cresceu 44,6%.⁸⁵ Também foi nesse momento que houve a mudança na legislação que regulamentou o trabalho no campo, a implementação de técnicas e maquinários agrícolas, a diversificação das atividades produtivas, etc., que influenciaram significativamente nesse processo do êxodo rural.

No âmbito do Estado do Paraná, esse quadro foi alterado durante as décadas de 1940 e 1960. Embora tenha havido redução da população rural, as proporções foram outras: enquanto na cidade de Londrina a redução foi de 20,4%, no estado foi de 6,1%.

QUADRO 2: POPULAÇÃO RESIDENTE NO ESTADO DO PARANÁ E NO BRASIL

Década	População Urbana		População Rural		População Total Paraná	Brasil	
	Nº. (Unidade)	%	Nº. (Unidade)	%		Nº. % urbana	Nº. % Rural
1940	302.272	24,4	934.004	75,5	1.236.276	----	----
1950	528.288	24,9	1.587.259	75,0	2.115.547	36,16	63,84
1960	1.305.927	30,5	2.962.312	69,4	4.268.239	45,08	54,92
1970	2.504.378	36,1	4.425.490	63,9	6.929.868	55,98	44,02
1980	4.472.561	58,6	3.156.831	41,3	7.629.392	67,7	32,3

FONTES: IBGE - Censos Demográficos, IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social Paraná: diagnóstico social e econômico / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. - Curitiba: IPARDES, 2003. P.12. IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Até 1991, dados extraídos de Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro : IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1993, vol 53, 1993. Organizada pela Autora.

A partir da década de 1950, a expulsão da população rural ocorreu de modo crescente. Nos anos seguintes, de 1960 a 1980, o estado do Paraná teve alterado o cenário rural e urbano em grandes proporções: a população rural foi reduzida em 34,2%. Esses números são significativos,

⁸³ ADAMY, Irene Spies. Formação e organização política da classe dominante agrária: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2010, p. 172.

⁸⁴ Se a população rural tivesse acompanhado o crescimento populacional que teve no período, ela deveria ter crescido 5,4 vezes ($19103 \times 301711 \div 190.355 = 34.771 = 5,4$).

⁸⁵ ($134.821 \times 100 \div 301.711$)

pois ampliam a questão a nível estadual e evidenciam o crescimento populacional do estado do Paraná e a transformação do cenário urbano e rural, bem como da vida de milhares de pessoas que durante esses anos tiveram suas vidas transformadas. Cerca de 24% da população do Paraná residia nas cidades em 1940. Na década de 1980, chegava a 58%, tendo aumentado essa proporção em 34,2% do que foi na década de 1940.

Ao relacionar a intensidade da expulsão de pessoas na cidade de Londrina, na região norte do estado, no Estado do Paraná e no Brasil, é possível perceber que a intensidade com que esse processo de êxodo rural ocorreu em Londrina é peculiar, pois a nível estadual e nacional, por mais intenso que tenha sido a inversão populacional entre campo e cidade, não atingiu os índices locais.

Embora as mudanças no quadro social no campo não se restringiram a uma questão local — que na historiografia é com frequência relacionada às questões climáticas —, pois a inversão da relação campo/cidade se deu em âmbito nacional, essas transformações não podem ser relacionadas apenas a esse elemento. Ainda que seja um elemento relevante, o êxodo rural não foi causado apenas pelos problemas climáticos seculares, como secas, geadas e enchentes,⁸⁶ também devemos considerar um conjunto de outros fatores como o crescente desenvolvimento industrial, a concentração de capitais, a atuação do Estado que garantia a concentração de propriedade rural e urbana, intensificando as relações de trabalho capitalistas e exercendo pressões sobre os trabalhadores.

Em Londrina, a fase em que mais ocorreu a saída de pessoas do campo foi entre as décadas de 1950 e 1980, período que correspondeu a um conjunto de mudanças de âmbito nacional, com intenso impacto na vida dos que viviam no campo, especialmente os trabalhadores posseiros e pequenos proprietários.

O quadro abaixo apresenta dados da estrutura fundiária do município referente ao ano de 1975. Podemos visualizar a intensa concentração fundiária, contrariando o antigo e permanentemente reforçado argumento das classes patronais locais, de que a região foi formada por pequenas e médias propriedades.

QUADRO 3 - LONDRINA E PARANÁ: UNIDADES E ÁREAS DOS ESTABELECIMENTO AGRÍCOLAS

Estratos por ha	Estabelecimento Londrina	Área Ocupada (ha/Unid)	% Estabelecimento	Área %	Estabelecimento Paraná
Menos de 10	1.663	9.057	40,06	4,29	237.068
De 10 a 100	2.210	57.785	53,24	27,38	218.886

⁸⁶LINHARES, Maria Yedda Leite. Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 146.

De 100 a 1.000	250	70.029	6,02	33,17	20.213
De 1.000 a 10.000	28	74.222	0,68	35,16	1.348

FONTE: Documento de Consulta: Aspectos Históricos, Físicos, Econômicos e Institucionais do Município de Londrina. Londrina, dezembro de 1978. IBGE, Censo Agropecuário 1940/1996. Até 1996, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

Apesar de o trabalho com dados censitários apresentar limites, na medida em que não permite identificar movimentos efêmeros — como, por exemplo, as relações de parceria, meação, arrendamento que não são permanentes e não representam a propriedade da terra, mas contratos instáveis e temporários mais incidentes em momentos específicos, especialmente após crises —, ele permite uma ideia aproximada da intensa transformação no meio rural.

O fenômeno da concentração fundiária não se restringiu à região. As transformações na estrutura agrária ocorreram em todo o estado e no país. De acordo com dados do IBGE, em 1970 havia no Paraná 554.488 estabelecimentos rurais; uma década depois, havia reduzido 18%, contabilizando 454.103 propriedades.⁸⁷

José Graziano da Silva, ao estudar a estrutura agrária do estado do Paraná entre os anos de 1967 e 1976, a partir dos dados dos Cadastros dos Imóveis Rurais do Incra e dos censos agropecuários do IBGE, conclui que a propriedade da terra no estado encontra-se em um grau de concentração muito forte. Essa concentração tende a garantir aos grandes proprietários/empresários rurais possuir um peso político, social e econômico bastante elevado no Paraná, na medida em que a terra é um componente mais importante do valor venal de uma propriedade agrícola e, também, fonte de poder.⁸⁸

A expulsão em massa de trabalhadores rurais, que geralmente é associada à crise da cafeicultura ou às chamadas “geadas negras”, passou por inúmeros outros fatores que, muitas vezes, são omitidos ou substituídos por explicações simplistas. As alterações na legislação trabalhista, as políticas de mecanização da produção no campo, a diversificação e industrialização da produção, os conflitos agrários ocorridos no campo, dentre outros, são fatores que não podem ser ignorados.

Uma das análises mais significativas sobre a relação entre o fim do processo de (re)ocupação e a dinamização da cafeicultura, marcada pelo fim da Segunda Grande Guerra, no final dos anos 1960, é realizada por Nelson Tomazi, que afirmou que:

A (re)ocupação completou-se com base na reprodução da cafeicultura, gerando uma busca indiscriminada de terras para o plantio de novos cafezais. Nesse processo, estiveram presentes todos os setores interessados na venda e compra de terras. Como vendedores das antigas e novas companhias privadas de colonização, o

⁸⁷ADAMY, Op. Cit., 2010, p. 65.

⁸⁸GRAZIANO DA SILVA J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982, p. 98

governo estadual, como colonizador, os grandes fazendeiros parcelando suas propriedades. Como compradores colonos, “formadores de cafezais” e até profissionais liberais e comerciantes de fora e da própria região.⁸⁹

Enfrentamentos violentos, deslocamento populacional, condições precárias de trabalho e de vida foram alguns dos frutos desse processo de concentração de capitais na região, além da expulsão em massa de trabalhadores da região. *É nesse contexto de acirramentos de conflitos sociais que se organiza a classe dominante patronal na região norte do Paraná. No caso da cidade de Londrina foram muito frequentes as ações levadas à Justiça pelos trabalhadores, para resolver atritos com os patrões. O aumento dessas ações levou a Associação Rural de Londrina a desenvolver um conjunto de medidas para impedir os trabalhadores de buscarem a Justiça e optarem pela “conciliação”, como veremos adiante.*

Em um esforço de periodização da questão agrária no Brasil, especificamente quanto às mudanças do padrão organizativo e suas características pontuais, os historiadores Maria Yedda Leite Linhares e Francisco Teixeira da Silva apontam para três momentos fundamentais. O primeiro deles corresponde às décadas de 1930 a 1945, pois antecede o momento de fundação da ARL. Esse período, de acordo com os autores, foi marcado pela necessidade de “romper com a dependência em relação aos produtos primários e à pauta única de exportação do café”.⁹⁰

Os fatores político-econômicos e sociais vivenciados no Brasil na década de 1930 foram, em grande medida, reflexo de um conjunto de condicionantes advindos desde o encerramento da Primeira Guerra Mundial e sofreram as influências ocorridas pelas transformações internacionais do capitalismo. Trata-se de um cenário internacional completamente instável, marcado por inúmeras oscilações na economia e na política que afetaram, de modo direto e indireto, quase todos os países do mundo. A década de 1940 foi marcada pelos efeitos da II Guerra Mundial e dos conflitos oriundos das lutas pela independência dos povos coloniais no pós-1945.

No cenário nacional, o período que compreendeu esses anos foi marcado pela necessidade de romper com a dependência em relação aos produtos primários, pela crise de hegemonia do grupo cafeeiro paulista, pela ditadura do Estado Novo, pela prática de identificar todo o movimento social como uma conspiração e ameaça interna e internacional.⁹¹

De acordo com Sonia Mendonça, o golpe de 1930 possibilitou a ascensão hegemônica de um conjunto de forças — formado pelas demais oligarquias agrárias não exportadoras e os segmentos da classe média, civis e militares — que, desde a década de 1920, questionava a hegemonia paulista e o caráter excludente do regime político da República Velha. Durante as primeiras décadas do

⁸⁹ TOMAZI, Op. Cit., 1997, p. 232

⁹⁰ LINHARES, Maria Yedda Leite. Op. Cit., p. 146.

⁹¹ Ibid. 146.

século XX, foi flagrante a preponderância política e econômica do modelo agrário exportador, baseado na monocultura do café.⁹²

Com o golpe de outubro de 1930, houve um deslocamento da elite cafeeira paulista do centro do poder. Contudo, de acordo com Mendonça, não se tratou de um rompimento com essa fração, mas de uma perda de poder, ao mesmo tempo em que entre os setores envolvidos no golpe — demais grupos agrários não exportadores e os segmentos da classe média civil e militares — não tiveram condições, individualmente, de legitimar o novo estado.⁹³

Para Linhares e Silva, o que houve na década de 1930 e, principalmente a partir do Estado Novo, foi a perda de controle por parte dessas elites da formulação das políticas de controle, da cobrança de encargos e a intervenção do governo sobre a agricultura, através de pastas reguladoras da produção, qualidade e exportação, como é o caso do Departamento Nacional do Café, Instituto de Açúcar e Alcool, Instituto Nacional do Mate, o Serviço de expansão do Trigo.⁹⁴

Recursos arrecadados com as exportações e o confisco cambial deveriam financiar as atividades do Estado, principalmente o esforço industrializante. Dava-se uma virtual transferência de renda do campo para a cidade. Assim, Getúlio Vargas, em certa medida, contrariou alguns interesses agrários, incentivou a colonização interna, limitou a expansão latifundiária, mas absteve-se de promover, no conjunto do país, a modernização da estrutura agrária ou mesmo uma reforma agrária, deixando, assim, o latifúndio “intocado”.

Em relação à consideração de que a década de 1930 foi marcada pela expansão da economia capitalista, resulta do reconhecimento de que não foram alteradas as relações básicas do sistema capitalista, que continua tendo por base e norte a realização do lucro. Não foi alterada a estrutura que definiu os proprietários dos meios de produção e compradores e vendedores de força de trabalho.⁹⁵

Com as alterações no modo de acumulação capitalista, inaugurado em 1930, foi necessária a aplicação de um conjunto de medidas por parte do governo. O Estado funcionou como interventor, seja na fixação dos preços, na distribuição de ganhos e perdas entre as diversas frações das classes capitalistas, no gasto fiscal, com subsídios na regulamentação do trabalho, pela aprovação de uma legislação trabalhista que separou cuidadosamente trabalhadores rurais e urbanos.

A aprovação de um conjunto de demandas sociais, que já estavam sendo reivindicadas pelos trabalhadores desde décadas anteriores fez parte das medidas adotadas pelo governo que contribuíram para a concretização de um novo modo de acumulação capitalista. A definição de um

⁹² MENDONÇA. Op. Cit., 1995.

⁹³ Ibid.

⁹⁴ LINHARES; SILVA, Op. Cit., 1999, p.129

⁹⁵ OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981, p. 61.

valor mínimo a ser pago pela força de trabalho foi aprovada, levando em consideração critérios de subsistência, calculados a partir das calorias diárias que deveriam ser consumidas por cada trabalhador.

Um fator que influenciou na definição da baixa remuneração da força de trabalho urbana foi o baixo custo dos alimentos da cesta básica, o que só foi possível devido à exploração da mão-de-obra do trabalhador do campo, como apontado por Francisco de Oliveira, para quem a legislação trabalhista não afetou diretamente as relações de produção agrária, preservando um modo de “acumulação primitiva” extremamente adequado para a sua expansão. Desse modo, a prevalência de mecanismos de “atraso” no sistema agrícola forneceu para os centros urbanos industrializados um enorme contingente de mão-de-obra e uma expansão do exército industrial de reserva⁹⁶.

Em alguns momentos, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) permitiu avanços para os trabalhadores rurais. Durante a década de 1950, “a Justiça do Trabalho acolheu as ações de camponeses fundamentadas na CLT, passando, em seguida, a enviar parte delas à Justiça Comum como ações ordinárias.”⁹⁷ A busca por direitos ficou clara quando um grande número de trabalhadores passou a buscar a justiça e a apresentar suas reclamações.

Desse modo, embora não igualando os trabalhadores rurais aos urbanos, a CLT exerceu forte pressão, influenciou a construção de noções de justiça e levou a avanços que transpuseram alguns limites da lei, ainda que de modo reduzido e contraditório, na medida em que o período do Estado Novo foi marcado pelo controle das organizações trabalhistas, como vemos em Fontes:

A Carta do Trabalho do Estado Novo não só desmantelava conquistas anteriores, a começar pela autonomia organizativa, que seria permanentemente bloqueada pelo viés corporativista então imposto e até hoje não desfeito, como carregava para o Estado os recursos provenientes de parcela do imposto sindical, das caixas e das associações mútuas precedentes, favorecendo, ainda que em escala incipiente, sua política industrializante.⁹⁸

A economia nacional passou por importantes alterações entre os anos de 1930 e 1945 (incentivos à industrialização no país, mudança na estrutura produtiva brasileira e na relação do Estado com a economia), que culminariam em um conjunto de medidas econômicas às custas do Estado, responsável pelo ônus da “instalação das unidades essenciais ao setor de bens de produção”.

⁹⁶ Ibid, p. 64-5.

⁹⁷ DEZEMONE, M. A Era Vargas e o Mundo Rural Brasileiro: Memória, Direitos e Cultura Política Camponesa. In: MOTTA, M, ZARTH, P, (orgs.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

⁹⁸ FONTES, Virgínia. Op. Cit., p.316.

O projeto de modernização econômica implantado pelo governo de Getúlio Vargas por meio da intensificação da produção (influenciado pelo viés fordista de maximizar a produção e minimizar os lucros), almejava a “disciplinarização” dos mercados a partir de uma prática intervencionista, criando condições através da redução dos custos e melhoramentos técnicos, além de:

Institucionalizar formas de apoio ao mercado interno através do reforço crescente de infraestruturas várias, com a melhoria das rodovias, ferrovias, e reaparelhamento dos portos. Estruturar um denominador comum de todas as categorias em uma prática salarial única, evitando que o mercado livre provocasse um aumento de salário de categorias especializadas ou uma superoferta de trabalho. (...) Incentivar a mobilidade da fronteira econômica, visando incorporar amplos vazios do país ao processo produtivo do país. Reunir diversos núcleos demográficos isolados, (...) através de uma boa rede viária, (...) assumindo assim, a ideologia da fronteira ou do bandeirantismo de uma importância na tática governamental.⁹⁹

A partir de 1935, o governo ampliou os esforços de produção em massa para fortalecer o mercado interno e elevar a capacidade de consumo da população, garantindo, desse modo, o consumo dos produtos nacionais.¹⁰⁰ Apesar dos investimentos do Estado nas atividades industriais, esse setor passa a predominar em termos da participação na renda interna em 1956, quando, pela primeira vez, a renda do setor industrial superou a da agricultura.¹⁰¹

No setor agrário-exportador ocorreram transformações significativas após a aguda crise de 1929: com os mercados internos fechados e com os preços despencando, esse setor sofreu violenta retração, reduzindo a capacidade de gerar renda e divisas. Enquanto isso, a demanda interna por alimentos (a baixo custo para suprir as necessidades dos trabalhadores urbanos, possibilitando, assim, uma acumulação de capital e em um incremento industrial com maior intensidade e viabilidade) e matérias-primas mantinha-se em ascensão.¹⁰²

O abastecimento das cidades, a composição da cesta básica, de alimentação (criada logo em seguida) dos trabalhadores e essa demanda de matérias-primas tendiam a reorientar a agricultura para o mercado interno, valorizando a produção de alimentos e sugerindo a formação de núcleos coloniais policultores. ... tais mudanças iriam incidir pesadamente sobre o domínio tradicional das oligarquias agrárias e sua expressão econômica básica.¹⁰³

Embora a burguesia industrial brasileira tenha sido a principal beneficiária das medidas econômicas e políticas decorrentes do golpe de 1930, os setores agroexportadores e extrativos não

⁹⁹ LINHARES; SILVA, Op. Cit., 1999, p. 108

¹⁰⁰ Ibid, p.107

¹⁰¹ OLIVEIRA, Op. Cit., 1981. p.35-6.

¹⁰² LINHARES; SILVA, Op. Cit., 1999, p.104

¹⁰³ Ibid. p.105

foram abandonados. Apesar da existência de conflitos, esses setores beneficiaram-se juntamente com o setor industrial, como nos mostram Mendonça e Fontes:

A industrialização brasileira processou-se em um quadro conflitivo entre o setor urbano-industrial e o setor agroexportador. Conservar a produção agro-exportadora era uma das condições da industrialização, porém sem estimulá-la como núcleo central da economia, desviando os recursos nela gerados para o setor urbano-industrial (via confisco cambial). Em contrapartida, o fortalecimento do parque industrial traria ao setor agroexportador a construção e modernização de vias de acesso, do sistema de transportes e de comunicações, em suma, facilidades para o escoamento de sua produção. Além disso, as oligarquias contavam com o apoio da burguesia industrial no sentido de manter intocada a estrutura da terra e do trabalho no meio rural. Durante o período Vargas (1930-54), houve um esforço no sentido de internalizar parte da produção do setor de bens de capital — apoiado em empresas estatais. Este empenho favoreceu o processo de substituição de importações, privilegiando o setor industrial de bens de consumo correntes, predominantemente formado por capitais de origem nacional. A partir da década de 50, algumas alterações de extrema importância ocorreram no processo industrial, com a súbita criação da indústria de bens de consumo duráveis.¹⁰⁴

Não se pretende aqui retomar os debates sobre o caráter da política econômica varguista, apenas destacar que, apesar da queda da produção industrial brasileira no início dos anos de 1930, segue essa década em ascensão.¹⁰⁵ No início da década de 1940, lideranças da burguesia industrial demonstravam insatisfação com a reduzida participação na formulação da política econômica e com a incapacidade do Estado Novo de remover obstáculos que se colocavam frente ao crescimento da economia e, defendendo a necessidade do planejamento econômico, passaram a propor um projeto sistemático de industrialização.

A burguesia industrial conseguiu, no final da década de 1940, elaborar o esboço de um programa que passava pela superação da fragilidade da economia nacional frente ao mercado mundial, pela superação da dependência exclusiva da economia de exportação de bens primários (fundamentalmente do café), legitimação da burguesia industrial como “produtora da grandeza nacional” e pelo repasse ao Estado do ônus da implementação de infraestrutura básica e da indústria pesada.¹⁰⁶

Essas questões serão retomadas em outro momento do texto, pois o objetivo, aqui, é situar, em termos gerais, alguns elementos do cenário nacional e regional à época da fundação da Associação Rural de Londrina, incluindo os aspectos político e econômico da sociedade local, suas primeiras atividades de mobilização social e as tentativas de fazer-se representar em diversos espaços.

¹⁰⁴ MENDONÇA, S. R. & FONTES, V. M. M. História do Brasil recente (1964-1982). 4ª edição. São Paulo: Ática, 1996. P.08

¹⁰⁵ LINHARES; SILVA, Op. Cit., 1999, p.104

¹⁰⁶ MENDONÇA, Op. Cit., 1985, p.21

O conjunto de trabalhos que apresentamos anteriormente nos possibilitam ter maior compreensão sobre o que foi produzido pela historiografia, identificar os discursos de "civilização e progresso" que a classe dominante vem reelaborando permanentemente, como abordaremos adiante.

A partir das questões trazidas para esse capítulo, buscamos indicar o conjunto de questões que mediaram a fundação da ARL, bem como a atuação dos seus membros nos primeiros anos da entidade e sua inserção em comissões e cargos públicos reivindicando atuação repressiva por parte do governo do estado para a expulsão dos posseiros na região de Porecatu.

CAPÍTULO 2

FUNDAÇÃO, COMPOSIÇÃO SOCIAL E FRENTES DE ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA

Para um estudo da história de uma entidade da sociedade civil é preciso articular as práticas que os agentes e a agência construíram ao longo do período que constitui a demarcação temporal da pesquisa, o que implica aproximar-se da própria ontologia da sociedade e da práxis social dos sujeitos/atores que agem em sua dimensão integral, enquanto indivíduos e em formas coletivas (classes e corporações) de fazer a si e aos demais, enquanto inter-relação, na história. Para o caso da primeira configuração da entidade representativa da classe rural patronal de Londrina, é preciso compreender quem idealizou o projeto e o que se pretendia com a formação da entidade em seu tempo e lugar na história. Além disso, a (re)escrita da história também pode (re)apresentar criticamente ou reificar e atualizar os agentes e a agência do ponto de vista patronal.

Inicialmente, destacamos a fundação da Associação Rural de Londrina (ARL), nosso objeto de pesquisa, visando compreendê-la como parte da fração da classe patronal rural que arregimentou apoio em torno dessa entidade, sua capacidade organizativa na defesa dos seus projetos de classe e sua imbricação com o Estado (sociedade política) e com outras entidades da sociedade civil.

Conforme noticiado no periódico de Londrina *Paraná-Norte*, no dia 20 de junho de 1946, o primeiro encontro que fundou provisoriamente a entidade ocorreu no dia 17 de junho de 1946, na sede da Associação Comercial de Londrina. Nesse encontro, os presentes deixaram marcada uma segunda reunião para o dia 25 do mesmo mês, para discutir e aprovar o projeto de estatuto social e eleger e empossar a diretoria efetiva da associação.¹⁰⁷

Na composição da primeira diretoria da ARL os membros possuíam variada inserção política e social. As informações sistematizadas a seguir, que indicam a inserção dos membros da primeira

¹⁰⁷ De acordo com a matéria em questão, estavam presentes nessa primeira reunião: Hugo Cabral; Celso Garcia Cid; Antonio Jacinto Junior; Horácio Sabino de Coimbra; Nicolau Lunardelli; Joaquim Toledo Piza; Álvaro Godoy; Albano de Almeida Barros; Antonio Vendrame; Antonio Panchoni; Manoel Gonçalves; Garcia Raimundo; Durães; Arthur Thomas; Anibal Veloso de Almeida; Elzébio Barbosa Menezes; Angelo Decanio; Augusto Junqueira; Ruy Alves de Camargo; João Figueiredo; Reno Masi; Arnoldo Bulle Filho.

diretoria da ARL, foram coletadas em diferentes documentos e para alguns casos não foi possível encontrar o mesmo tipo de informação de cada um dos diretores da entidade da primeira gestão.

QUADRO 4: PRIMEIRA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA 1946/1948

Nome	Atividades Declaradas	Atuação Política em cargos Eletivos ou Nomeados
Presidente: Hugo Cabral	Cafeicultor; Pecuáristas.	Prefeito de Londrina de 1947 a 1951 – PL. Secretário de Viação e Obras Públicas. Deputado federal – UDN. Membro da Junta Administrativa do IBC; Diretor da Confederação Rural Brasileira – CRB.
Vice-Presidente: Manoel Gonçalves Garcia	Proprietário de terras.	
Secretário: Ruy Cunha	Cafeicultor; Professor de Direito Penal.	Promotor; Deputado Estadual – UDN.
Secretário: Anibal Veloso de Almeida		Vereador e Prefeito de Londrina – PL.
Tesoureiro: Celso Garcia Cid	Cafeicultor; Pecuárista; Proprietário da empresa Viação Garcia;	Conselho Consultivo do Banco.
Tesoureiro: Sinval Nogueira D' Avilla Leme	Diretor Presidente da Companhia Cacique de Armazéns Gerais.	Suplente do Conselho Fiscal do Banco Nacional do Paraná e Santa Catarina S A.
Comissão Fiscal: Justiniano Climaco da Silva	Médico na cidade de Londrina. Diretor e Redator Paraná Jornal.	Deputado Estadual – PSD.
Comissão Fiscal: Arthur Thomas	Fazendeiro. Diretor da CTNP	
Comissão Fiscal: Álvaro Godoy	Cafeicultor e Pecuárista	Vereador – PL.
Suplente: Euzébio Barboza de Menezes	Proprietário de terras.	Fundador do PSD; Vereador; Sub prefeito de São Luiz – distrito de Londrina.
Suplente: Carlos Aldguieri	Gerente local do Banco do Brasil.	
Suplente: Angelo Decanio	Médico	

Fonte: Periódicos e Jubileu de Prata; Jornais da ACIL - Associação Comercial e Industrial de Londrina; jornal Folha de Londrina; sites diversos.

Quando se trabalha com dados mais amplos de diretores e de sócios da entidade, verifica-se a inserção e uma presença maior desses sujeitos na política local. Por exemplo, tendo como caso as eleições municipais de Londrina de 1947, doze dos quinze vereadores eleitos eram sócios ou tinham participado dos quadros dirigentes da ARL, como destacado abaixo.

- 1 - Milton Menezes (PL) da ARL**
- 2 - Casemiro Almeida Machado (PL) da ARL**
- 3 - Anibal Veloso de Almeida (PL) da ARL**
- 4 - Raimundo Durães (PL) da ARL**
- 5 - Waldomiro Ferreira da Silva (PL) da ARL**
- 6 - Álvaro Godoy (PL) da ARL**
- 7 - Fulgêncio Ferreira Neves (PSP)**
- 8 - Otávio Siqueira (PSP) da ARL**

- 9 - Renato Cunha (PSD/UDN) da ARL**
10 - Euzébio Barbosa de Menezes (PSD/UDN) da ARL
11 - Walter Pereira (PR) da ARL
12 - Ulisses Xavier da Silva (PR) da ARL
13 - Newton Câmara (PTB)
14 - Manoel Jacinto Correia (PTB)
15 - Mário Romagnolli (PRP) da ARL.¹⁰⁸

A ARL foi fundada por sujeitos que tinham significativa participação na vida política local desde os primeiros anos de fundação da entidade, que, como se verifica na eleição de 1947, congregou sujeitos de diferentes partidos. Dentre os dados que foram possíveis levantar, a atividade profissional principal dos membros da primeira diretoria não se restringia unicamente à produção, processamento e comércio do café, desempenhavam atividades paralelas. Mas havia a preponderância de atividades de agropecuária.

No capítulo I do primeiro estatuto da entidade, datado de 1946, foi definida a “denominação, sede, duração e finalidades” da entidade. Nesse primeiro período da ARL, que vai de 1946 até a primeira mudança de estatuto realizada no ano de 1965, na qual também foi alterada a nomenclatura “entidade”, que passou a se chamar **Sociedade Rural do Norte do Paraná**, a associação definiu o público-alvo que poderia compor a entidade, conforme estabelecido no § único do Art. 1º do Estatuto:

Constituída inicialmente pelos profissionais da Agricultura... considerado profissional da agricultura aquele que exerça atividade rural em qualquer de suas formas: agrícola, extrativa e pastoril. Bem como na modalidade de indústria rural, quando conexa ou acessória das três primeiras: o técnico ligado a essa atividade (agrônomo, veterinário, profissionais de atividades subsidiárias e afins); o proprietário, o arrendatário e o parceiro de estabelecimento rural.¹⁰⁹

No Artigo 3º foram estabelecidos os propósitos da entidade, dentre os quais destacamos o texto da alínea “a”, tendo em vista a relação da entidade com as formas de vínculo que os associados deveriam ter com a propriedade (terra):

a) Congregar em seu seio todos os que se dediquem à lavoura, à pecuária e às indústrias rurais (art. 1º § único) inclusive as extrativas de origem animal e vegetal;¹¹⁰

Os critérios para ingresso no quadro de sócio demonstram que a entidade visava congregar

¹⁰⁸ MENDES, Coutinho. Há 62 anos Londrina vivia disputa entre PL E PSP. Disponível em: <http://paginabrasileira.blogspot.com.br/2009/08/ha-62-anos-londrina-vivia-disputa-entre_9687.html> Acesso: 28/10/2013.

¹⁰⁹ ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. Capítulo I, “Denominação, sede, duração e finalidades”. Londrina, 25 de Junho de 1946; 25 de Novembro de 1954, p.10

¹¹⁰ Ibid., p.10

todas as pessoas ligadas à terra — desde que possuíssem de modo permanente ou através de contrato temporário de arrendamento a propriedade de terra — as empresas e profissionais técnicos da área.¹¹¹

Para associar-se à entidade era necessário enquadrar-se em alguma das categorias indicadas no Art. 5º, que definia os critérios de admissão dos sócios: contribuintes (as pessoas físicas e jurídicas propostas e aceitas em sessão da Diretoria e que pagassem as contribuições da “joia de admissão” de Cr\$ 200,00 e mais a anuidade de Cr\$ 220,00 ou mensalidade de Cr\$ 20,00),¹¹² remidos (os que de uma só vez contribuíssem com o equivalente a 20 anuidades ou 240 mensalidades), beneméritos (os sócios que devido à prestação de serviço à entidade, em Assembleia Geral fossem julgados merecedores desse título, sua contribuição é facultativa) e correspondentes (os que, residentes em outra região, colaborassem com a Associação em assuntos de seu interesse, estes eram isentos de pagamentos).¹¹³

A participação de trabalhadores agrícolas assalariados era vetada pelo estatuto, os mesmos não eram abrangidos pela proposta da entidade, tendo em vista que, por meio da exclusão, não poderiam fazer parte dela pessoas que não possuíssem vínculos com a propriedade, na forma de proprietário capitalista da terra, quer seja por posse ou por arrendamento. Este critério de exclusão permite perceber o conteúdo de classe da ARL: tratava-se de uma entidade que tinha o propósito organizativo da classe patronal rural.

Já em relação ao perfil dos associados, há indícios nas fichas de inscrição das décadas de 1940-50 de membros que declararam posse de propriedades de 3, 10, 40 e 100, 500 ou mais alqueires de terras. Embora em seus estatutos a entidade abarcasse um amplo público, desde arrendatários, parceiros, proprietários, técnicos e profissionais e empresas que atuavam na área, sem estipular propriamente o “perfil de associado”, veremos mais adiante que internamente se estabeleciam entraves que diferenciavam os sócios e se constituía uma hierarquia. Entre os demais objetivos presentes no estatuto da entidade, constavam os de:

- b) colaborar com os poderes públicos, no sentido do fortalecimento do espírito associativo entre os que exercem atividades rurais; c) articular os elementos da classe rural da região a fim de promover a defesa de seus direitos e interesses e realizar as suas aspirações, bem como o progresso e o aprimoramento da agricultura; d) manter com as congêneres relações de cordialidade e cooperação; e)

¹¹¹ Levando em consideração que a formação profissional ou técnica, nesse período estudado, não estava acessível a camadas mais baixas da população.

¹¹² Atualizando pela Fundação de Economia e Estatística os índices que constam no estatuto de fundação da entidade em 1946, chegamos aos seguintes valores: a anuidade a ser paga pelos associados de Cr\$ 220,00 corresponderia hoje a R\$ 351,69 ou à mensalidade de Cr\$ 20,00 a R\$ 31,97. Mais a “joia de admissão” de Cr\$ 200,00 ou R\$ 319,72. Para tornar-se sócio remido, teriam que pagar em um montante o valor de Cr\$ 4.400,00 ou R\$ 7.033,81.

¹¹³ ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. Op. Cit., p.14 .

organizar um centro de informações sobre a vida agropecuária da região; g) criar serviços de assistência técnica, econômica e social em benefício dos sócios; (...) m) promover, pelos meios ao seu alcance, o ensino profissional de interesse agropecuário (...).¹¹⁴

Nos primeiros anos de atuação a entidade criou estratégias de desmobilização das lutas sociais na região, principalmente na criminalização das organizações dos trabalhadores rurais, na reivindicação de políticas de financiamento para o setor; garantia de preços mínimos para seus produtos; projeção política de seus membros; busca de apoio regional, de municípios e entidades locais; organização estadual com outras entidades; busca por financiamento em agências do Estado.

A busca por recursos e apoio de órgãos públicos para as atividades propostas, bem como a estratégia de estabelecer e estreitar diálogos com governantes para apresentar reivindicações, foi uma das práticas da entidade, como na organização de exposições agroindustriais, que datam desse período.¹¹⁵ Verifica-se no trecho a seguir, que se refere à primeira exposição da entidade, o apoio de prefeituras regionais, Ministério e Secretaria da Agricultura, e ainda de outras entidades:

Várias entidades, como o ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, Prefeitura de Londrina, Associação Rural de Londrina, e outras estão trabalhando para a realização nesta cidade, no mês de agosto, de uma grande exposição Agro-pecuária. Dessa exposição participarão todas as prefeituras do Norte do Paraná, bem como organizações agrícolas, comerciais e industriais.¹¹⁶

Nesse momento, era clara a defesa dos interesses dos cafeicultores, evidenciada na atuação de membros da diretoria em duas outras entidades Patronais (União das Entidades Rurais do Norte do Paraná e da Associação dos Cafeicultores do Paraná), prestação de serviços aos sócios, como a distribuição de sementes e o estímulo à implantação de técnicas modernizantes. Para isso, foi necessária a aprovação de políticas que viabilizassem essa expansão, conseguida através da aprovação de projetos, leis ou de pressão dos proprietários, que em muitos casos deixaram de colocar seus produtos no mercado para pressionar o governo. Em maio de 1954, após a redução da produção devido às geadas seguidas dos anos de 1953 e 1954 e a redução do financiamento total do Banco do Brasil para a safra cafeeira, houve a mobilização dos produtores de café para segurar a produção até o governo rever essa medida, como se pode observar na publicação abaixo:

Associação Rural de Londrina considerando a quebra atual de café, cuja extensão,

¹¹⁴ Ibid., p.10 - 12

¹¹⁵ Essa questão fica mais evidente quando das articulações políticas realizadas para apoiar/projetar candidatos. Nesse sentido ver: REIS, Marson, E. dos. No limiar do horizonte: manifestações e discursos divisionistas Norte/Sul e política integracionista no Paraná (1920-1975) Assis (SP), 2005.

¹¹⁶ A PIONEIRA, Junho/agosto de 1948, Ano I nº 2.

embora prevista, não pode ser delineada, recomenda aos associados que não se apressem em vender a sua produção antes que o governo federal se manifeste sobre o financiamento pedido de Cr\$ 2.000,00 por saca. Toma essa iniciativa no sentido único de colaborar com seus associados em situação de se beneficiarem de qualquer medida que possa ser adotada pelo governo. Assinado ARL — Antônio Fernando Sobrinho - Presidente; Francisco Ernesto Malheiro 2º Secretário; Massao Ogasawara 2º Tesoureiro.¹¹⁷

Os trabalhos da entidade nesse período foram no sentido de dinamizar e viabilizar a expansão da cafeicultura no Paraná. Isso se justifica por parte significativa de seus membros terem como atividade principal a cultura do café, porém não a única, como será observado adiante. A preponderância de presidentes que ligados à cafeicultura permanece até a década de 1960, com as gestões de Omar Mazzei Guimarães e posteriormente de Celso Garcia Cid atividades de pecuária e produção de cereais passam a ter mais espaço nas pautas da entidade.

A pressão exercida pela escassez do produto no mercado foi pontual, na medida em que não representava, de forma permanente, uma arma de reivindicação; a entidade não possuía naquele momento capacidade de mobilização e força política suficiente para colocar-se frente à política nacional. Dada essa restrita participação na política nacional, passa a pertencer ou associar-se a outras entidades de classe e ocupar cargos junto às agências do estado, o que se torna uma prática que se mantém em todas as diretorias desde a fundação da ARL.

A busca por atuar conjuntamente com outras entidades de classe pode ser compreendida como estratégia para aumentar o peso político para atender a suas demandas. A Associação Rural de Londrina não foi a única entidade de classe que agregou sujeitos ligados à posse/propriedade da terra na região. Durante a década de 1940, foram articuladas e fundadas outras entidades de classe, reunindo sujeitos de várias regiões, como é o caso da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná,¹¹⁸ a União das Entidades Rurais do Norte do Paraná¹¹⁹ e a Associação Paranaense de Cafeicultores¹²⁰.

No entanto, a atuação e composição social dessas entidades não estavam restritas a um grupo ou a algumas demandas; o corpo social dessas entidades e as políticas defendidas, por vezes, caminhavam junto. Em determinados momentos, inclusive, dificultando a compreensão dos limites

¹¹⁷FL. 29/05/1954

¹¹⁸ De acordo com os trabalhos de Reginaldo Fernandes Junior, essa entidade foi fundada no ano de 1956 na região de Maringá. A partir das Atas da ARL, identificamos que essa entidade Patronal congregou sujeitos de várias cidades do norte do Paraná, e em 1962 fundiu-se com a ARL, por partilhar os mesmos projetos e corpo social semelhante.

¹¹⁹ Entidade fundada em 1948, com objetivo de congregar diferentes entidades de classe, ligadas a atividades produtoras agrícolas e pecuaristas da região. Reuniram-se os representantes das Associações Rurais de Londrina, de Santo Antônio da Platina, de Jacarezinho, de Cambará, e de Apucarana.

¹²⁰ APAC — Associação Paranaense de Cafeicultores — Filiada à Federação das Associações Rurais do Paraná passou a ser articulada em fins da década de 1940, e início de 1950, sob a justificativa de agregar os produtores de Café, e não as entidades, tendo nesse sentido maior “*utilidade e agilidade*”, e substituiu assim a União das Entidades Rurais do Paraná.

entre cada uma.¹²¹

Por essas entidades transitavam proprietários de terra ligados a diversas atividades produtivas, comerciantes, profissionais liberais, por vezes estando à frente de mais de uma entidade simultaneamente. Vemos isso na criação da “*União das Entidades Rurais do Norte do Paraná*”, em 1948, que congregou diferentes entidades de classe da região:

... de há muito os líderes das entidades rurais do norte do Paraná, vem se empenhando em um intenso trabalho num sentido de congregar esforços dos núcleos já existentes e de outros que se formarem, em torno de um órgão central... “Viram assim, os líderes deste movimento, legítimos representantes das classes produtoras agrícolas e pecuaristas desta próspera região, a recompensa de seus elevados propósitos, que outros não são, senão os de defender os interesses por todos os títulos legítimos das classes que pertencem e que representam apreciável parcela da riqueza econômica do estado e do país. Nesse conclave reuniram-se os representantes das associações rurais de Londrina, por seu presidente Sr **Nicolau Lunardelli**; de Santo Antônio da Platina, pelo Sr **Garibaldi Reale**; de Jacarezinho, pelo Sr Marciano Paes Leme; de Cambará, pelo Sr **Otávio de Rodrigues Ferreira** e de Apucarana Sr **Rubens Pazzaneze e Dario Vilela Bittencourt**”.¹²²

Da União das Entidades Rurais do Norte do Paraná (UERNP) fizeram parte vários membros da Associação Rural de Londrina. Congregaram entidades de vários municípios e a associação tinha como objetivo conseguir o maior peso político para negociar demandas relacionadas à agricultura, principalmente da cultura do café. Essa entidade oficialmente foi constituída em setembro, com a tomada de posse da primeira diretoria em Santo Antônio da Platina com a presença do então governador do Estado, Moisés Lupion.

Compareceram além do governador do Estado, seu ajudante de ordens, Coronel José Schleder, o representante do Secretário da Agricultura do Estado, deputado Sr João Aguiar, o deputado estadual Sr José Alves Bacelar, o prefeito municipal de Londrina, o Prefeito de Cornélio Procópio, o Prefeito Municipal de Santo Antônio da Platina, o prefeito de Cambará, o prefeito de Jacarezinho, Dr Homero Cordeiro presidente da Sociedade Rural de Jacarezinho, o Sr Otávio Rodrigues Ferreira presidente da Associação Rural de Cambará, além de representantes de diversas localidades e associações de classe.¹²³

A presença de pessoas com cargos em agências do Estado indicava a tentativa da entidade de conseguir obter maior espaço junto à sociedade política, diante do avanço das lutas sociais e na formulação de medidas voltadas para o setor cafeeiro.

Encontramos informações sobre a referida entidade nas revistas da época até o ano de 1950,

¹²¹ Parte significativa das mobilizações que envolvem a APAC, por exemplo, foram discutidas nas reuniões da diretoria da ARL.

¹²² A PIONEIRA, Junho/agosto de 1948, Ano I, nº 2.

¹²³ Ibid.

quando, em uma matéria da revista “A Pioneira”, foi apresentada a fundação de outra entidade de classe, a Associação Paranaense de Cafeicultores (APAC), envolvendo também membros da ARL.

Durante esse período, vemos que na atuação da União das Entidades Rurais do Norte do Paraná (UERNP) sua principal atividade foi a defesa de políticas para a cafeicultura. É possível verificar isso nas correspondências que os dirigentes da entidade mantiveram com representantes do governo, como o General Eurico Gaspar Dutra, o Ministro da Fazenda, o Ministro da Agricultura, o presidente do Banco do Brasil e Moysés Lupion, governador do Paraná.

As atividades dessa entidade, de acordo com os periódicos da época, tiveram algumas limitações que resultaram da organização de uma nova entidade de classe. Dessa vez não sendo uma união de entidades, por meio de seus representantes, mas de associados que se sentissem contemplados pela proposta da entidade. A seguir, algumas das reivindicações feitas pelas lideranças da entidade por meio do envio de telegramas a governantes.

A união das Entidades Rurais do Paraná sempre alerta na defesa dos interesses da classe rural, enviou os seguintes telegramas:

Ao Exmo General Eurico Gaspar Dutra, ao Exmo Ministro da Fazenda, ao Exmo Ministro da Agricultura, ao Exmo Sr Presidente do Banco do Brasil e ao Exmo Sr Moysés Lupion, M. D. Governador do Paraná. Em virtude da enorme safra de milho, arroz e feijão, solicitamos enormes providências sentido ser permitido exportação do excedente da referida, safra que sem essa medida era abarrotar o mercado interno provocando baixas enormemente prejudiciais aos produtores e à economia nacional. Atenciosas Saudações. Nicolau Lunardelli, presidente da União.¹²⁴

A limitação da União das Entidades Rurais do Norte do Paraná (UERNP) foi apresentada na revista como justificativa para, em 1953, ser fundada a Associação Paranaense de Cafeicultores (APAC), entidade que congregou também vários membros da ARL, como será indicado no Quadro 5.

Após ter sido organizada a União das entidades rurais do Norte do Paraná, os cafeicultores de nossa região chegaram à conclusão de que uma entidade que reunisse toda a classe seria mais útil e mais prática. Seria então uma nova entidade diferente da União, pois enquanto esta se baseava em agremiações, ela basearia em sócios individuais. Os passos foram dados sendo que em 18 de dezembro de 1950, antes do almoço que os cafeicultores ofereceram ao Sr Bento Munhoz da Rocha Neto, governador eleito, realizou-se uma reunião na Associação Comercial de Londrina, ficando aí assentadas as bases para a Associação Paranaense de Cafeicultores.¹²⁵

Concentrando, especificamente, pessoas ligadas à cultura do café, teve como prerrogativa *"contribuir com poderes públicos no sentido do fortalecimento do espírito associativo entre os que*

¹²⁴ A PIONEIRA, Julho/agosto de 1950, Ano III nº7.

¹²⁵ A PIONEIRA, Maio/Junho 1953, Ano VI nº 14.

exerciam atividades de cafeicultura; promover a defesa dos seus direitos e interesses e realizar suas aspirações”.¹²⁶ Essa entidade organizada em nível estadual passou a reivindicar o monopólio da fala oficial do conjunto dos cafeicultores do Paraná e a colocar-se como representante da cafeicultura paranaense diante das políticas nacionais, disputando inclusive representantes no Instituto Brasileiro do Café (IBC), órgão responsável por orientar a política cafeeira, fundado em 1953.

A organização de mobilizações no estado do Paraná pelas duas entidades, APAC e pela ARL, foi evidenciada nas atas da Associação Rural de Londrina como no ano de 1958, ao tratar dos preparativos para a Marcha da Produção: “Reunião da ARL em conjunto com a APAC, para a tomada de providências e apuração à organização da Marcha da Produção ao Rio de Janeiro”.¹²⁷ Envolveu, também, nesse movimento os cafeicultores dos estados de São Paulo e Espírito Santo. A descrição feita pelas pesquisadoras que se debruçaram sobre a “Marcha da Produção no Norte do Paraná”, a partir da cobertura dos periódicos da época, nos dá indícios para problematizar a atuação em conjunto das entidades:

Do início de setembro a 18 de outubro, o periódico [Folha de Londrina] dá ampla cobertura ao acontecimento: grandes concentrações de cafeicultores em Londrina e Maringá; avanços e recuos nas negociações com o governo; adiamento do dia da saída da Marcha para o Rio de Janeiro; apoio dos cafeicultores dos estados de São Paulo e Espírito Santo; chegada de emissários de Juscelino Kubitschek em Londrina para negociar o término do movimento; apoio de políticos como Jânio Quadros e os paranaenses Souza Naves e Othon Maeder; repercussões do movimento em Curitiba e no Rio de Janeiro; decisão de que a manifestação rumo ao Catete seria em 18 de outubro; Marechal Lott cumprindo ameaça, desloca efetivos militares para Jacarezinho (fronteira do Paraná com São Paulo) para impedir a passagem da caravana pela ponte Mello Peixoto, sobre o rio Paranapanema; Londrina e Maringá são sitiadas pelas forças do Exército enviadas pelo Ministro da Guerra; cafeicultores de Londrina declinam do movimento e os de Maringá recrudescem, até que Renato Celidônio (líder da Marcha naquele município) se apresenta ao comando das forças do Exército e anuncia que a Marcha não mais se realizará.¹²⁸

No que se refere à mobilização do setor cafeicultor para atender a demandas da fração de classe, a ARL colocou-se em vários momentos como porta-voz dos “lavradores do Paraná”,¹²⁹ de

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA Assembleia Geral. Resumo 0771 Livro de Atas 2 “A” de 17/08/1958 a 18/03/1962

¹²⁸ CESÁRIO, A. C. C.; ALMEIDA, A. M. C.; ADUM S. M. “A Marcha da Produção no Norte do Paraná”. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. 2005. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br>. Acesso em: 10/01/2013.

¹²⁹ De acordo com o Dicionário Michaelis, pode-se definir lavrador como: “*adj (lavar+dor) Que lava. 1 Aquele que tem propriedade agrícola; agricultor. 2 O que trabalha em lavoura. 3 Proprietário de salinas. 4 Agregado*”. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=lavrador>> Acesso 10/12/2013. O uso de palavras como “agricultor”, “lavrador” para se referir a membros de entidades patronais rurais ou seus representantes é comum nos documentos da ARL bem como na

sua satisfação ou indignação, quando se dirigia às autoridades reivindicando políticas ou providências do governo para várias questões, como a do afastamento do representante do Paraná da direção do IBC. A ARL escreveu ao ministro Oswaldo Aranha: *“Tiveram os lavradores do Paraná a mais melancólica decepção com o seu não aproveitamento para a direção executiva do IBC (...) esperam os lavradores do Paraná que seja revista a atitude que os afastou da direção do órgão máximo da cafeicultura nacional”*.¹³⁰

No âmbito estadual, a ARL fez parte da Federação das Associações Rurais do Paraná, com sede em Curitiba. Em se tratando de entidades representativas da classe em nível nacional, teve um de seus sócios fundadores e presidente da ARL atuando como diretor técnico na Confederação Rural Brasileira (CRB), na gestão de 1954.

No ano de 1954, a ARL realizou um amplo estudo sobre vários aspectos das formas de financiamento, produção e organização da vida rural, sinalizando para possíveis soluções. Esse estudo foi apresentado em uma mesa redonda promovida pela entidade na cidade de Londrina, no hotel Monções, ambiente em que ocorriam com frequência suas reuniões. Para participar dessa discussão, foram mobilizadas outras entidades da sociedade civil de todo o estado, representantes do governo estadual e também secretários e ministros, com o intuito de discutir as questões levantadas pelos seus associados sobre a “produção paranaense”. Compuseram a mesa nessa ocasião:

Adolfo de Oliveira Franco, diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil; cel. Francisco de Paula Soares Neto Secretário da Fazenda; José de Oliveira Rocha, Secretário da Agricultura; Othon Maeder, Senador; Milton Menezes Prefeito de Londrina; Walter Lazzarini Diretor do Departamento da produção vegetal; Moacir de Carvalho Lima chefe da seção O. R. da SAGRI do Banco do Brasil do Rio de Janeiro, Edgard Maciel de Sá Assessor geral da Carteira de Crédito do Banco do Brasil, Miguel Soares de Oliveira Chefe do Gabinete do Diretor da CREA, Plínio Moleta, assessor técnico da produção Pecuária, Helio Lopes da Cruz, assessor técnico da produção agrícola; Antonio O. Abbotti Secretário do gabinete do sub-gerente do crédito agrícola, José Campos Monteiro Bastos sub-gerente do Crédito Agrícola, Antonio Fernandes Sobrinho e Armando Petrelli, presidente e vice-presidente da Associação Rural de Londrina, Ricardo Funaro, Presidente da Câmara Municipal; Miguel Furtado gerente da agência de Londrina do Banco do Brasil, Deputado Federal Hugo Cabral, Representando a APAC; José Pavan e Otávio Mazziotti, representantes da Sociedade Rural de Jacarezinho; Antonio Brunetti e N. Racila Neto representando o escritório do IBC de Curitiba; Lauro Macedo, representando a Associação Rural de Curitiba e a Federação das Associações Rurais do Paraná; Luiz dos Santos, Prefeito de Apucarana; João Alves da Rocha Loures Catedrático de ciências das Finanças da

imprensa. A questão fundamental que passa pelo uso dessas palavras está em camuflar a distinção evidente entre os sujeitos aos quais se refere, ou seja, iguais sujeitos sociais completamente distintos, com lugares sociais distintos. E também exclui outros sujeitos, os que não possuem a propriedade da terra.

¹³⁰FL. Será debatida na reunião da Rural hoje a questão da Criação do CNAE. 15/07/1954. Telegrama enviado para publicação pelo presidente da ARL Antônio Fernando Sobrinho.

Faculdade de Direito da Universidade do Paraná; Saulo do Val Esteves de Almeida, relator da comissão técnica da Associação Rural além de gerente de Agências do Banco do Brasil no estado, representantes de Associações rurais de outros municípios paranaenses e numerosos ruralistas.¹³¹

Nessa ocasião foram apresentadas e debatidas questões relacionadas às formas e critérios de financiamento para várias culturas, bem como as possibilidades de mecanização das atividades, ampliação da produção e redução das taxas, ampliação do prazo de pagamento e financiamento de benfeitorias estratégicas para a permanência dos trabalhadores rurais no campo. No encontro foram discutidos os estudos realizados, os encaminhamentos da ARL, o debate entre os presentes, as sugestões de outras entidades e as possibilidades de serem atendidas as sugestões de cada eixo apresentado. Atividades como essa têm potencial mobilizador da fração de classe para discussão em âmbito estadual, potencializando a organização do setor para reivindicarem suas demandas em outros organismos.

Em relação às parcerias para se colocar frente às reivindicações dos trabalhadores do campo, a ARL atuou em conjunto com entidades patronais do estado do Paraná e de São Paulo, seja através de mobilizações coletivas ou de envios de reivindicações por escrito, como no telegrama assinado pela Associação Rural de Londrina, Sociedade Rural Brasileira, Associação dos Cafeicultores Paranaenses e Federação das Associações Rurais de São Paulo, e enviado ao presidente Juscelino Kubitschek. Outros telegramas com teor semelhante foram enviados a outros membros do governo, como Ministros da Guerra, Justiça e Trabalho, no setor federal, e ao governador do Estado, secretário de Segurança Pública e presidente da Assembleia Legislativa, no setor estadual.

A **Associação Rural de Londrina** reunida com representantes da Associação Paranaense de Cafeicultores [APAC], da FAESP [Federação das Associações do Estado de São Paulo] e da Sociedade Rural Brasileira [SRB] leva ao conhecimento de vossa excelência que elementos **agitadores comunistas** fichados estão provocando **agitação no meio rural do norte do Paraná**, paralisando serviços nas fazendas, **atirando colonos contra patrões e trazendo desassossego à lavoura com falsas promessas**. Grande perigo de choque com consequências imprevistas, justamente em momento de **plena colheita dos cereais, cuja produção corre o risco perder-se** concorrendo para encarecimento da vida e com grande prejuízo da classe rural.¹³²

Esse pedido de providências, datado em 1956, indicava o potencial da organização dos trabalhadores rurais na região norte do estado do Paraná, bem como a preocupação de diferentes entidades patronais com a situação de mobilização e de sindicalização dos trabalhadores. A forma de organização e atuação das entidades patronais rurais locais e nacionais estiveram focadas,

¹³¹ FL. Durou cerca de 3 horas a mesa redonda das classes produtoras. 22/12/1954.

¹³² FL “Desorganização, Indisciplina e Desrespeito nos estabelecimentos agrícolas no Paraná”. 21/7/1956. (grifo nosso)

essencialmente na criminalização das reivindicações dos trabalhadores. No âmbito local, a ARL por meio da ativa atuação de seus representantes, consolidou-se como porta voz do anticomunismo, como será discutido adiante, e no pedido de providências às diferentes autoridades.

De acordo com Reginaldo Fernandes Jr, data desse período uma intensa campanha de sindicalização dos trabalhadores do campo por meio da atuação de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ocasionando uma ascensão do movimento sindical, a exemplo da fundação do Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas de Londrina, o primeiro do gênero no estado. Simultaneamente houve a adesão de proprietários em entidades associativas, como com a criação nesse mesmo ano [1956], da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP), entidade idealizada pelos fazendeiros.¹³³

Como será indicado adiante, a década de 1940 foi um momento de intensos conflitos pela posse da terra, de reivindicações por melhores condições de trabalho em vários municípios da região e, também, de um contexto em que entidades patronais rurais similares à ARL estavam sendo organizadas em outros municípios, bem como a atuação em conjunto destas.

Em julho de 1962, a Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP), entidade que congregou durante os seus sete anos de existência (1956-1962) parte significativa dos membros da ARL, fundiu-se com a ARL, permanecendo a última. Álvaro Godoy, que esteve à frente da ALNP durante várias gestões, continuou atuando ativamente após a fusão. De acordo com as atas da ARL, as duas entidades tinham *"a mesma finalidade sendo que seu patrimônio e funcionários ficariam com a ARL"*.¹³⁴ No entanto, apesar de constar nas atas da Associação Rural de Londrina essa fusão, de tempos em tempos atividades da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná continuaram a ser noticiadas pela imprensa.¹³⁵

Embora com um conjunto de particularidades, essas várias entidades patronais passaram a atuar juntas na reivindicação de políticas do governo federal no financiamento e perdão das dívidas dos proprietários e frente à correlação de forças da sociedade, diante da organização política dos trabalhadores para a aprovação de direitos trabalhistas e pelo direito à posse da terra.

A atuação da ARL em parceria com outras agremiações congêneres ocorreu por meio da inserção/atuação de seus membros ou de projetos, diálogos e mobilizações conjuntas. Para visualizar de modo mais claro a inserção dos membros da ARL em outras entidades em nível estadual podemos citar a participação destes nas seguintes entidades: a União das Cooperativas de Cafeicultores do Paraná, a Associações Rurais de várias cidades (Jaguapitã, Centenário do Sul, Bom

¹³³ FERNANDES JUNIOR, Reginaldo. Revolução e Democracia: vivências e representações. São Paulo, 2012. p. 69.

¹³⁴ ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA Assembleia Geral. 16/07/1962. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná - SRP.

¹³⁵ Como indica a matéria: FL. Associação dos Lavradores Solidariza-se com Lacerda. 10/12/1964, referente a um telegrama assinado por Álvaro Godoy em nome da ALNP.

Sucesso, Rolândia...), a Associação Comercial ACL e a Associação Cultural e Esportiva de Londrina. Em âmbito nacional havia a Associação de Criadores Gir do Brasil, a Confederação Rural Brasileira, a Confederação Nacional da Agricultura, entre outras.

O quadro abaixo indica a atuação de alguns membros da ARL em outras agremiações (ALNP - Associação dos Lavradores do Norte do Paraná, APAC - Associação Paranaense de Cafeicultores, FAEP- Federação da Agricultura do Estado do Paraná; FEPAR - Federação Paranaense das Cooperativas de Café (dos cafeicultores), FARP - Federação das Associações Rurais do Paraná, CCCNP - Centro de Comércio de Café do Norte do Paraná e SRL - Sindicato Rural de Londrina), embora não tenham sido os únicos agentes a inserir-se em organizações similares, e também não foram as únicas entidades patronais em que os membros da ARL atuaram.

QUADRO 5: MEMBROS DA ARL EM OUTRAS ENTIDADES NO ESTADO DO PARANÁ 1946 A 1970

MEMBROS DA ARL	ALNP	APAC	FARP	FAEP	FEPAR	CCCNP	SRL
Álvaro Lázaro Godoy							
Anísio Janene							
Antonio Fernandes Sobrinho							
Edgad Ribeiro de Menezes							
Eugênio Rank							
Fernando Augusto Romão							
Fernando Vasconcelos Ferreira							
Francisco Pereira de Almeida Jr							
Francisco Antonio Sciarra							
Herculano Araujo Castro Jr.							
Julio Ferrera Brandão							
Justino Araújo Vilela							
Mario Stadler de Souza							
Nelson Vicentini							
Nilson Batista Ribas							
Olavo Godoy							
Olimpio Nogueira Montenegro							
Omar Guimarães Mazzei							
Orlando Mayrink Goes							
Paulo Carneiro Ribeiro							
Paulo Patriani							
Ruy Alves de Camargo							
Salim Sahão							
Thirso Silva Gomes							
Ulisses Ferreira Guimarães							
Ulisses Xavier da Silva							
Wilson Baggio							

FONTE: Quadro organizado pela autora. Para a elaboração desse quadro foram consultadas atas, livro de sócios, periódicos (Folha de Londrina, A Pioneira).

Sobre o quadro acima cabem alguns apontamentos. A ARL fez parte dos quadros da Federação das Associações Rurais do Paraná, elegendo alguns de seus membros como dirigentes da FARP. Ao que parece, a partir da promulgação da Lei Nº 4.214, de 2 de março de 1963, que dispunha sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural", as entidades que foram regulamentadas pelo Decreto Nº 8.127, de 24 de outubro de 1945 – como era o caso da ARL e da FARP – deveriam enquadrar-se na nova legislação. Isso significava que, na nova lei, as antigas associações rurais cederiam o seu espaço para as entidades sindicais ou teriam um prazo de seis meses para pedirem "Carta de Reconhecimento" ao Ministro do Trabalho e Previdência Social, e transformarem-se em entidades sindicais, de acordo com o Art. 141:

As Associações Rurais e seus órgãos superiores, reconhecidos nos termos e sob a forma do decreto 8.127, de 25 de outubro de 1945, poderão, se assim o manifestar a respectiva assembleia geral, dentro de cento e oitenta dias da vigência desta lei, ser investidos nas funções e prerrogativas de órgão sindical do respectivo grau, na sua área de ação, como entidades de empregadores rurais".¹³⁶

Nesse período, a FARP deixou de existir e passou a ser a FAEP.¹³⁷ Vale a pena destacar, também, que durante esse processo de mudança ocorreu a intervenção da Confederação Rural Brasileira por meio do engenheiro agrônomo Francisco Braz Bertagnoli Junior, que destituiu os diretores Sylvano Alves da Rocha Loures, Rivadávia Gracia de Lara e Daoyr Siqueira Trevisan, em dezembro de 1963. Sobre a intervenção da Confederação Rural Brasileira – CRB não obtivemos maiores informações na pesquisa, porém foi possível levantar que na nova gestão, que assumiu a entidade em julho de 1964, havia vários membros da ARL.

Compunham a chapa denominada “*Castelo Branco*”, que foi eleita à diretoria da Federação das Associações Rurais do Paraná – FARP, Presidente: Paulo Patriani; Vice-presidente: Bronislau Ostojá Roguski; Vice-presidente: **Omar Mazzei Guimarães**; Vice-presidente: Alvaro Anibal [...]; Secretário Geral: Oscar [...]; Secretário Auxiliar: Cecílio Ferreria Guarita; 1º Tesoureiro: João Leopoldo Jacemel; 2º Tesoureiro: Waldemar Cunha. *Diretoria de Departamentos Técnicos*: **Fernando Bueno Santos**; Renato Pavan; Valdomiro; Henrique Pereira; Francisco Peixoto Lacerda; Werneck. Comissão Fiscal: Jaime Canet; **Paulo Carneiro Ribeiro**; Eani Ninamisawa; Guido Walter; **Justino Araújo Vilela**; **Thirso Silva Gomes**; Dariano Hesael; **Neil Jorge**; Genésio Bernardelli; **Ciro Toledo Piza**.

¹³⁶ LEI Nº 4.214. Brasília, 2 de março de 1963. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>> Acesso em 10/06/2013.

¹³⁷ “É uma instituição privada constituída pela Lei nº 4.214 de 2 de março de 1963 e reconhecida pelo Ministério do Trabalho em 16 de dezembro de 1965, mantida pelos produtores rurais e faz parte do Sistema Sindical Rural, estando integrada à Confederação Nacional da Agricultura (antiga CRB), entidade que representa os produtores rurais de todo o país”. Disponível em: <<http://www.sistemafaep.org.br/Faep/default.aspx>> Acesso: 12/10/2013.

Em setembro de 1965, mais de dois anos após a publicação do decreto N° 8.127, a ARL convocou uma assembleia para debater sobre a questão, apresentando como encaminhamento a transformação da entidade em órgão regional. Como indica o pronunciamento do presidente da entidade, Omar Mazzei, para quem os associados deveriam:

dar destino para o acervo **material e moral da sociedade**, ou **mantendo-a nos estreitos limites municipais sem mais representar a classe**, já que não pleiteara a investidura sindical dentro do prazo legal, ou dando lhes sequência como órgão regional, mesmo porque **grande parte do quadro social já se compunha de agricultores que também exerciam as atividades agropecuárias em outros municípios**.¹³⁸

A questão material e organizativa colocada em evidência pelo então presidente indica o lugar ocupado por essa entidade no cenário regional: já era portadora de um significativo capital, político, econômico e social. Desde a sua fundação até essa data, a agremiação já havia recebido inúmeras doações por parte dos poderes públicos para expandir sua sede, construção de imóveis, aquisição de animais de raça, financiamento das exposições.

Entre essas doações à Associação Rural de Londrina, podemos citar a dos seguintes órgãos: Prefeitura (1961) - lote urbano de 628,81m²; Governo Estadual (1963) - Cr\$ 30 milhões para ARL; Governo Estadual (1963) - Cr\$ 5 milhões; Município Londrina (1967) - Câmara aprova projeto de autoria do prefeito Hosken de Novaes de doação de NCr\$ 144.000,00;¹³⁹ Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola - INDA (1968) - 110 mil cruzeiros¹⁴⁰ e máquinas para abertura de poços para abastecimento de humanos e de animais; Governo Estadual (1970) - desapropria e doa terreno de 78 mil m²; o Ministério da Fazenda - NCr\$ 20 mil e asfaltamento do terreno desapropriado. No ano de 1965, o patrimônio da entidade foi avaliado em NCr\$ 1.500.000,00¹⁴¹ (um milhão e quinhentos mil cruzeiros novos).¹⁴²

Até esse momento, a associação havia exercido atividades que foram enquadradas na lei de

¹³⁸ ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA Assembleia Geral realizada no dia 18 de setembro de 1965, p.4. [grifo nosso]

¹³⁹ Dados atualizados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), correspondem à R\$ 22.702,72. Consulta disponível em: <<http://www.fee.tc.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>> Acesso 25/11/2013.

¹⁴⁰ Dados atualizados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), correspondem à R\$ 959.127,32. Ibid.

¹⁴¹ Dados atualizados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), correspondem à R\$ 30.535,68. Ibid.

¹⁴² ESTATUTOS DA SOCIEDADE RURAL DO NORTE DO PARANÁ. Registrada no Cartório Claudino F. Santos sob n.º 249 - Folha 80 - Livro A - N.º 11. Londrina, 18 de Setembro de 1965, p.3. Há também referência no livro institucional da entidade sobre auxílios dados pelo governador Moysés Lupion. No entanto, não encontramos documentação que indique como esses auxílios foram efetivados. Vale chamar a atenção para o patrimônio da entidade que, cinco anos depois (1970), estava em Cr\$ 3.109.492,50 (três milhões, cento e nove mil, quatrocentos e noventa e dois cruzeiros e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), o que equivaleria hoje a R\$ 18.108.953,66 (dezoito milhões, cento e oito mil, novecentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), como vemos no próximo estatuto da entidade. ESTATUTOS DA SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ. Registrada no Cartório Franklin de Deus Cardoso Londrina, 12/12/1970, p.5

1963 como sindicais: prestação de serviços e assistências a seus associados; conciliação de litígios trabalhistas; colaboração com os poderes públicos; representação, perante as autoridades administrativas e judiciárias, de interesses gerais das classes que os integravam ou os interesses individuais dos associados relativos à atividade exercida. Contudo, não pretendia restringir sua atividade a uma entidade sindical rural primária ou de grau superior (federação, confederação), pretendia manter flexível o seu espaço, as bandeiras de atuação e suas bases sociais. Reformulou seus estatutos em 1965 e manteve sua definição como, “*entidade da classe rural*” de natureza civil, até o ano de 1970 quando foi alterada para entidade civil sem fins lucrativos.

Entre os anos de 1940 e 1950, as principais mobilizações encampadas pela entidade foram referentes a financiamentos, empréstimos, investimentos do Estado em obras públicas que facilitassem a produção e o escoamento da colheita, como as suas lavouras, projeção política, melhores preços, reivindicando o protecionismo do Estado perante seus produtos.

Ademais, a mudança de nome esteve diretamente relacionada à preservação de um instrumento de luta e do enrijecimento dos laços sociais e culturais dessa fração de classe, que não abriu mão de manter vínculos na direção de outras entidades, como ao recém-fundado Sindicato Rural de Londrina, da APAC, do Centro de Comércio de Café e de inserir representantes em entidades estaduais e nacionais, reivindicando para si a fala autorizada dos proprietários rurais do norte do Paraná.

Essas aproximações e atuação em conjunto com outras entidades, como indicado no quadro 5, deu-se especialmente em relação às lutas trabalhistas, a reforma agrária, na reivindicação de políticas para algumas culturas (café e pecuária no período inicial, mais tarde incorporando soja, milho, trigo), de investimento em infraestrutura, de articulação de bases locais para o golpe de 1964, entre outros, como será aprofundado mais adiante.

A inserção da entidade em diferentes espaços de organização social, diretamente relacionados às atividades produtivas exercidas pelos membros da associação desde a fundação da entidade, e as inúmeras mobilizações e reivindicações feitas em conjunto indicam a tentativa de consolidar-se enquanto efetivamente representante dos interesses da fração de classe agrária no norte do Paraná, o que fica mais claro com a renomeação da entidade em 1965 para Sociedade Rural do Norte do Paraná. E, posteriormente, em 1970, reivindica-se enquanto porta-voz dos interesses em todo o estado do Paraná.

2.1 - Inserção da ARL na sociedade política

A inserção de diversos associados da ARL em agências da sociedade política (com ênfase especial para a Secretaria da Agricultura paranaense), na defesa pública (econômica, social, política

cultural) do setor agropecuário e na sua representação diante das reivindicações de outras associações, na organização de lutas juntamente com outras entidades frente aos movimentos sociais, entre outras formas de atuação, demarcam seu campo social e político.

Os quadros que seguem abaixo indicam alguns postos das agências do Estado que foram ocupadas por membros da entidade. Foi possível identificar que parte significava dos membros da entidade teve atuação política não apenas no âmbito local, mas em cargos administrativos em nível estadual e federal, e não apenas na região norte, indicando que a entidade contemplou demandas, arregimentou apoio e sócios pelos projetos defendidos, com reivindicações apresentadas, o que demonstra a capacidade de mobilização em todo o estado.

QUADRO 6: A ARL NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Nome	Partido	Legislatura	Cargo
Justiniano Climaco da Silva	PSD	1947-1948	Deputado Estadual
Attilio de Almeida Barbosa	PSP	1949-1950	Deputado estadual
Vespertino Pimpão	PR	1951-1954	Deputado estadual
Nilson Baptista Ribas	PR	1953-1958	Deputado estadual
Zaqueu de Mello	PSP	1959-1963	Deputado estadual
Olavo Garcia Ferreira da Silva	N/E	1963-66/1967-70/1971-1974	Deputado estadual
Roberto Wypych	Arena	1967-1970/1983-1987	Deputado estadual

FONTE: PARANÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. 2013. Disponível em: <<http://alep.pr.gov.br/>>. Organizado pela autora.

* Não Encontrado - N/E

QUADRO 7: A ARL NAS SECRETARIAS DO GOVERNO DO ESTADO

Nome	Legislatura	Secretaria
Raphael Ferreira De Rezende	1956	Secretária da Agricultura
Raul Carvalho	1957	Secretária da Agricultura
Raphael Ferreira De Rezende	1958	Secretária da Agricultura
Paulo Cruz Pimentel	1961-1964	Secretária da Agricultura
Anibal Bianchini da Rocha	1966	Secretária da Agricultura
Nelson Ferreira Brandão	1971-1973	Secretária da Agricultura
José Cassiano Gomes dos Reis Júnior	1973-1974	Secretária da Agricultura
Paulo Carneiro Ribeiro	1975-1979	Secretária da Agricultura
Brasílio Araújo Neto	1986-1987	Secretária da Agricultura
José Carlos Tibúrcio	1994	Secretária da Agricultura
Octavio Cesário Pereira Junior	1971-1973	Secretário Estado do Interior e Justiça do Paraná
Octavio Cesário Pereira Junior	1979-1982	Secretário Estado do Interior e Justiça do Paraná
Orlando Mayrink Goes	1966	Secretario da Fazenda
Octavio Cesrio Pereira Junior	1963-1965	Secretário do Trabalho e Assistência Social
	1973-1974	Secretário interino da Saúde Pública
	1979-1982	
Ruy Ferraz de Carvalho	1971	Secretário da Justiça

FONTE: PARANÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. 2013. Disponível em: <<http://alep.pr.gov.br/>>. Organizado pela autora.

QUADRO 8: GOVERNADORES DO ESTADO DO PARANÁ

Nome	PARTIDO	Período	Cargo
Octavio Cesário Pereira Junior	Arena	1975-1979	Vice-governador
Jaime Canet Júnior	Arena	1975-1979	Governo
José Hosken de Novais	Arena	1979-1983	Prefeito de Londrina Vice-governador Governador Substituto

FONTE: PARANÁ. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. 2013. Disponível em: <<http://alep.pr.gov.br/>>. Organizado pela autora.

A partir do terceiro quadro, podemos perceber que entre os anos de 1947 a 1974, ininterruptamente, a Sociedade Rural do Paraná teve representantes diretos atuando na Assembleia Legislativa Paranaense. No entanto, conforme o Quadro - 7, os dados referentes à Secretaria de Agricultura são mais significativos, pois indicam não apenas o interesse de manter sócios nessa pasta, mas também o estreito diálogo que manteve com vários governos e governadores, tendo sido a entidade convidada para ocupar cargos referentes à pasta de agricultura.

Especificamente em relação a Paulo Pimentel, embora não tenha sido sócio contribuinte nem ocupado a diretoria da Sociedade Rural, foi convidado para exercer funções de honra dentro da entidade, como na Diretoria do Registro Genealógico exerceu a função de "Presidente de Honra". Comumente entendida como simbólica, esta designação é que garante, precisamente, sua expressividade.

Vale destacar que quase 50% dos ex-presidentes da ARL/SRP, desde a fundação da entidade em 1946, ocuparam cargos públicos eleitos ou nomeados, seja em prefeituras, câmaras, ministérios, secretarias ou outros, ver anexo I.

Nota-se a inserção de representantes dessa fração de classe patronal rural em diversas agências do Estado, com a finalidade de defender, arregimentar apoio e aprovar projetos específicos para o setor. E na ausência de representação direta na sociedade política, verifica-se o estreitamento de laços com governantes que ocupavam cargos no Estado, o que não diminuía seu *lobby* junto ao governo. A capacidade da entidade em mobilizar diferentes sujeitos que ocuparam cargos em agências do Estado para encampar suas lutas, tornou, em alguns momentos, desnecessário ter seus próprios membros nesses cargos, por estar sendo representada em seus projetos e políticas pelos sujeitos que encontravam-se em cargos públicos, o que não reduziu sua capacidade de realizar pressões nesses espaços.

Os apoios eram “conquistados” por meio de homenagens em atividades políticas e sociais, como pode ser visualizado nos trechos citados a seguir, que foram publicados em diferentes momentos na *Folha de Londrina*, e representaram uma prática constante da entidade:

(...) almoço que os cafeicultores ofereceram ao Bento Munhoz da Rocha Neto.¹⁴³
 Raul Vaz, então Secretário do Interior e Justiça (...), acompanhado de numerosa comitiva, veio (...) receber as homenagens que a Associação Rural de Londrina lhe prestou.¹⁴⁴
 Nelson Maculan foi homenageado com banquete de quase 300 talheres em Londrina.¹⁴⁵
 Secretário da Agricultura declinou da homenagem Oferecida pelas "classes produtoras" ao aniversário de Pimentel.¹⁴⁶
 Deputado Herbert Levy homenageado pela ARL.¹⁴⁷
 Homenagem a Castelo Branco, que inaugurará a exposição.¹⁴⁸
 Sociedade Rural Homenageou eleitos para a junta do IBC.¹⁴⁹
 200 pessoas no Jantar em Homenagem a Pimentel.¹⁵⁰
 Governador visita feira e promete liberar verba hoje.¹⁵¹
 A visita do marechal Costa e Silva a Londrina.¹⁵²
 Representante do Governo Federal o Coronel Francisco de Paula Soares Ministro da Indústria e comércio, o agrônomo Fábio Yassuda, também foi convidado, o mesmo ocorrendo com Paulo Pimentel que presidiaria o conclave, e o secretário de Agricultura, sr Oscar Felipe Amaral. (...) Do programa de homenagens constam visitas e recepções na Cacique e na Sociedade Rural, uma churrascada na fazenda Maragogipe e um Coquetel no Salão do Edifício Santa Mônica oferecidos pela APAC e [pelo jornal] Folha de Londrina.¹⁵³
 O Governador Ney Braga, o senador Amauri Silva e os senhores Agacir Guimarães, Secretário da Fazenda; Paulo Pimentel, secretário da Agricultura; Jucundino Furtado, Secretário de Educação; Véspero Mendes, Secretário dos Negócios do Governo; Afonso Alves de Camargo Neto, presidente da Companhia de Desenvolvimento econômico do Paraná e Jaime Canet Jr, Presidente da Companhia de Agropecuária de Fomento econômico do Paraná entre outros auxiliares da administração (...). À noite [foram recepcionados] na residência do pecuarista Celso Garcia Cid onde se encontram hospedados o chefe do executivo paranaense. (...) ofereceu um jantar a autoridades e outros convidados. (...) **Na oportunidade serão assinados vários contratos de financiamento do IBC a cooperativa de cafeicultores, bem como o convênio celebrado entre o governo do estado e o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, para a execução de obras de infra-estrutura na região cafeeira paranaense.** Pelo GERCA, assinará o secretário Geral desse órgão Valter Lazarini (...).¹⁵⁴

As discussões políticas não ocorriam apenas em reuniões oficiais com membros do governo, mas também em cerimônias de homenagem, posse, recepções, convite de visita à região, jantares e

¹⁴³ A Pioneira, Maio/Junho 1953, Ano VI n° 14.

¹⁴⁴ A Pioneira, Julho/agosto de 1950, Ano III n°7.

¹⁴⁵ FL. Associação rural Congratula-se com Maculan e com Nei Braga. 02/10/63.

¹⁴⁶ FL. Secretário da Agricultura declinou da homenagem. 10/08/63.

¹⁴⁷ FL. Comunicado da ARL. 21/11/64. A esse deputado a ARL enviou no dia 23/03/1963 telegrama de apoio aos seus pronunciamentos, especialmente em relação ao *"Convênio Internacional do Café sobre o abominável confisco que está destruindo a cafeicultura do Brasil"*. ATA Assembleia Geral Extraordinária. 23/03/1963.

¹⁴⁸ FL. Exposição Agropecuária vai mostrar a pujança do Paraná. 01/01/65.

¹⁴⁹ FL. Sociedade Rural Homenageou eleitos para a junta do IBC. 27/03/66.

¹⁵⁰ FL. 200 pessoas no Jantar em Homenagem a Pimentel. 07/03/67.

¹⁵¹ FL. Governador visita feira e promete liberar verba hoje. 22/10/68.

¹⁵² FL. Problemas da Cafeicultura e da Lavoura em geral apresentados a ESG. 16/05/67.

¹⁵³ FL. Geada e Nematóides: Junta do IBC sábado em Londrina. 18/11/69.

¹⁵⁴ FL. Governador e d. Nice dois dias em Londrina 19/12/62.

festas oferecidas. Esses encontros tiveram por finalidade assinatura de contratos, financiamentos, convênios do governo com grupos privados, políticas de fomento de atividades produtivas, reivindicações de obras de infraestrutura na região, entre outras reivindicações, além do estreitamento de laços de amizade. A construção desses ambientes festivos foi estratégia política para conseguir representantes em diversos espaços da Sociedade Política.

Oswaldo Militão, membro da Sociedade Rural do Paraná, colunista do jornal *Folha de Londrina*, advogado e Juiz Classista representante do Sindicato Patronal na Justiça do Trabalho, refere-se a um dos espaços frequentados por representantes do governo em visitas e encontros de negócio:

Oswaldo Militão: Vi muito ministro em boate em Londrina, conversando, tratando de política. Vi muito negócio saindo, muita história interessante para contar.

Conceição Geraldo: Quais boates essas autoridades frequentavam?

As mais famosas da época, Diana, Laura, Jô e Selma. A Selma tinha um luminoso, que eu não sei onde foi parar - deveriam ter doado para o museu, não sei se deram - que o David Nassar quando veio aqui fazer uma reportagem sobre o café. Ai ele viu tanto, tanto, tanto e levaram ele para boemia da noite, foi aí que ele percebeu que os negócios de café eram finalizados na mesa da boate, com dois litros de whisky, do melhor que tinha na época, e alegria, e música e aquilo que o pessoal sabe que existe na madrugada bem liberada. E ele gostou tanto que na capa da revista *O Cruzeiro* em vez de fotografar o café ele botou o luminoso da casa da Selma: *Casa da Selma (...)* Ali surgiram muitos negócios de café. É negócio para pagar? Então assina aqui. Era papagaio de um ano para outro, avalizar e ... estava feito o negócio e a região cresceu assim, cresceu né?¹⁵⁵

Sobre essas casas noturnas, vale destacar que se tratavam de "*casas de alto luxo, com letreiros de neon nas fachadas, frequentadas por deputados, fazendeiros, negociantes e até governadores de Estado*".¹⁵⁶ Esses espaços constituem-se em uma complexa rede de relações por meio da qual é possível verificar, de modo permanente, a produção e reprodução de uma certa estrutura de dominação de classes, de agentes e agências¹⁵⁷.

As associações, clubes, juntamente com outros espaços informais tais como as residências, boates — estas últimas muito frequentadas por autoridades em visitas à região — foram espaços privilegiados nos momentos em que foi necessário estreitar relações políticas, aprovar projetos, conseguir financiamentos...

Dentre as homenagens prestadas pela ARL/SRP, a que denominou o Parque de Exposição de Governador Ney Braga é ilustrativa do conjunto de interesses que mediavam essas relações, como

¹⁵⁵ MILITÃO. Oswaldo. Entrevistas realizadas para serem parte do acervo do Museu da Sociedade Rural do Paraná. Sob coordenação de Helenice Nortare Dequeche; Entrevistadora: Conceição Geraldo. 1º vídeo, 35 min.

¹⁵⁶ ARIAS, José Miguel. 1993, p. 170. Apud. CASTRO, R.A.A. O cotidiano e a cidade: práticas, papéis e representações femininas em Londrina (1930 - 1960). Dissertação, Curitiba: UFPR, 1994.

¹⁵⁷ BENATTI . Antonio Paulo. O centro e as margens : Boêmia e prostituição na "capital mundial do café" Londrina: 1930-1970. Dissertação. Curitiba . 1996 .

se visualiza na descrição de um ex-presidente de ARL sobre os motivos da escolha:

Por que Parque Ney Braga? Muitas pessoas não sabem. Em uma das reuniões da ARL que foi convocada para escolher o nome a ser chamado o Parque de Exposição da Associação Rural de Londrina. Depois de muitas conjecturas se chegou a dois nomes: **Hugo Cabral, ex-prefeito e grande cafeicultor daqui da região e recém-falecido naquela época. E Ney Braga**, que era a tese que meu pai defendia, meu pai defendia por um motivo muito simples, **“quem tem dinheiro é quem está no poder, e quem tem poder e está no poder tem dinheiro, quem já morreu não tem mais poder”**, seria muito desagradável pedir para a família, para honrar o nome do pai e do esposo falecido, com recursos. Então nessa reunião o Álvaro Godoy, que era muito amigo do meu pai, e foram amigos o tempo todo, embora divergiam bastante. Álvaro Godoy era um barbicha teimoso, solteiro convicto para os não íntimos. Nessa reunião meu pai pediu a palavra e sugeriu que desse o nome do governador, **um nome de confiança, um governador novo depois de um regime complicado. E o nome Ney Braga seria interessante porque ele havia prometido fazer a ligação rodoviária do sul com o norte, porque até então nós não tínhamos ligação direta, Londrina com Curitiba.** Nós tínhamos que ir até Assaí, Assaí à Ventania para ir à Ponta Grossa por uma estrada muito ruim chamada estrada do Cerne. E Ney Braga havia prometido fazer essa ligação e realmente cumpriu. Então mediante esses fatos meu pai sugeriu nessa reunião, essa assembleia, para dar o nome do Parque de Governador Ney Braga. O Álvaro [Godoy] ficou muito nervoso, ele era nervoso, metido a bravo. Ai ele deu um soco na mesa e disse: “eu não aceito, não aceito”. Meu pai falou “Calma”! Meu pai era muito equilibrado, era um homem nervoso porém muito equilibrado. Disse: “aqui você tem que respeitar a mim e nossos companheiros, aqui você não manda nada. Aqui você é só uma voz, uma palavra, quem manda aqui é [o voto da] a maioria. Agora se você quer tratar [o assunto] como homem vamos lá fora que nós brigamos. Você bate em mim, eu bato em você ai nós vamos tratar como ignorante, agora aqui você não pode ser ignorante. Ai ele enfiou a barba no meio do rabo e ficou quieto. **Foi aprovado o nome de Governador Ney Braga para o Parque de exposição de Londrina que começou com 3 alqueires.**¹⁵⁸

Embora longa, essa citação é muito ilustrativa do conjunto de questões que são consideradas ao prestar homenagens, estreitar vínculos, angariar recurso financeiro, apoio político. Em uma matéria do jornal *Folha de Londrina* foi descrito os estágios da construção do parque de exposições e os "auxílios" dados pelo governador do estado. Pode-se identificar algumas das vantagens e benefícios que a entidade teve com o *lobby* de prestar a homenagem:

O recinto receberá, como se sabe, o nome do governador Ney Braga, como **justa homenagem ao chefe do executivo paranaense, que tem prestigiado a iniciativa. A obra está orçada em 100 milhões de Cruzeiros, que a diretoria da ARL espera reunir com ajuda do Estado, do Instituto Brasileiro do Café e da Secretaria da Agricultura, através do fundo agropecuário.**¹⁵⁹

¹⁵⁸ CID, Manoel Garcia. Entrevistas realizadas para serem parte do acervo do Museu da Sociedade Rural do Paraná. Sob coordenação de Helenice Nortare Dequeche; Entrevistadora: Conceição Geraldo. 2º vídeo, 6 min.

¹⁵⁹ FL. Recinto da ARL será inaugurado em fevereiro de 1964. 11/10/63.

Os laços estabelecidos e alimentados com diferentes sujeitos que tiveram como objetivo conquistar representação política, foram discutidos e deliberados internamente pelos membros da entidade, em diferentes momentos, como pode ser percebido nas citações anteriores, bem como pelo registro na ata da reunião de março de 1960, transcrita abaixo:

Várias propostas apresentadas e aprovada a do Sr. Aldighieri: **“Fazer do Deputado César Pietro, da Frente Parlamentar Nacionalista representante dos cafeicultores para pagamento da erradicação dos cafés improdutivos.** E envio de telegrama às autoridades federais e estaduais. O Presidente Ugolini relatou, também, **sobre visita do Governador Moisés Lupion, a Londrina no dia 31 último, quando este afirmou que iria mobilizar todos os seus recursos e influência para obter a aprovação do projeto do Deputado Pietro na Câmara Federal e pediu a formação de uma Comissão para estar em contato permanente com ele e acompanhá-lo à Brasília para gestões junto ao Presidente da República, Congresso Nacional e órgãos federais ligados à cafeicultura.**¹⁶⁰

Nesses momentos de mobilização da fração de classe para efetivação de seus projetos sociais, fica evidente que para os membros da entidade há a necessidade de representantes do setor nas diversas instâncias do poder público. Nos diferentes momentos indicados no texto, foi imprescindível a presença de representantes da entidade ou de sujeitos dispostos a representá-la, defender seus projetos, mobilizar apoiadores em diversas frentes.

Por meio das matérias publicadas no jornal *Folha de Londrina*, é possível identificar algumas dessas redes de relações entre os sujeitos que trabalharam para a aprovação das bandeiras da entidade, como vemos no agradecimento que a Associação Rural de Londrina faz por meio de um comunicado publicado pelo jornal *Folha de Londrina*, na edição do dia 5/2/1961, e assinado por Américo Ugolini, então presidente da entidade: “Cumpre-nos destacar nesta hora, e o fazemos altamente penhorados à dedicação e o empenho com que houve a [ação da] bancada paranaense no congresso, particularmente o senador Nelson Maculan, dos deputados Maia Neto, General Mario Gomes e Ivan Luz”.¹⁶¹

Esse agradecimento diz respeito à mobilização que vinha sendo realizada por entidades patronais reivindicando pelo adiamento das dívidas dos cafeicultores por quatro anos e prorrogação do prazo de quitação para oito prestações anuais, vencendo a primeira em 1964. Essa medida foi garantida pela Lei nº 3.879, de 30 de janeiro de 1961, que modificou a lei aprovada em 1959, de nº 3.613.

Relacionada a essa mobilização também houve o agradecimento a deputados de outros estados que formaram a bancada: “Gileno de Cali, Paulo de Tarso e Cesar Pietro”¹⁶². Essa prática de

¹⁶⁰ ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA da Reunião da Diretoria. 03/1963.

¹⁶¹ FL. Comunicado e Agradecimento. 05/02/1961.

¹⁶² FL. Congresso cansado de prorrogar prazos para o pagamento de dívidas da Lavoura: advertência do agrônomo

mobilização de apoiadores e inserção de seus representantes em espaços do poder público foi uma estratégia que sempre se fez presente na ARL, desde sua fundação em 1946.

2.2 - Conflitos internos e perfil das diretorias da ARL

Para a elaboração desse tópico, realizamos levantamento de dados na documentação comemorativa da cidade de Londrina, como nos livros “Jubileu de Prata”, “Documento de Consulta: Aspectos Históricos, Físicos, Econômicos e Institucionais do Município de Londrina”, em periódicos de época (*Revista Vanguarda*, jornal *Folha de Londrina*) e documentos da ARL, tais como atas, livro dos associados, abaixo-assinados, cartas, informes internos e entrevistas, dentre outros.

Na estrutura organizativa da ARL ocorreram mudanças no quadro administrativo. A administração da entidade de 1946 a 1954 deu-se pelos seguintes cargos: Presidente; Vice-presidente; dois Secretários e dois Tesoureiros; Comissão Fiscal e Suplentes. Após 1954, o quadro administrativo foi ampliado, instituindo-se o cargo de 2º Vice-Presidente e também os departamentos: a) Crédito e Cooperativismo; b) Assistência ao Trabalhador; c) Transporte e Comércio; d) Assistência Técnica; e) Revenda de Material Agrícola; f) Jurídico.

A partir de 1965, passou a ser composto por: a) presidente; b) 1º e 2º vice-presidente; c) 1º e 2º Secretários; d) 1º e 2º Tesoureiros; e) tantos diretores gerais quantos forem os departamentos especializados existentes: Departamentos Especializados de Assistência e Promoção;¹⁶³ Departamentos Especializados de Política Rural;¹⁶⁴ Conselho Deliberativo;¹⁶⁵ Comissão Fiscal.¹⁶⁶ Por meio dessa estrutura, os membros da diretoria da entidade promoveram campanhas e movimentos, encaminharam projetos, reivindicaram políticas e estabeleceram conexões com agências estatais.

O processo de eleição para os cargos da direção dessa fração empresarial rural ocorreu em momentos distintos. O primeiro foi realizado com o convite dirigido aos sujeitos que se “destacavam” e apresentavam interesse em assumir a entidade; após “indicados” pelos sócios mais antigos, eles passavam pela votação dos demais sócios da entidade. Nos momentos de divergências

Silvio Adguieri. 03/02/1961.

¹⁶³ I - Departamento Jurídico; II - Departamento Agrotécnico; III - Departamento Econômico; IV - Departamento Social; V - Departamento de Estudos e Pesquisas; VI - Departamento de Divulgação.

¹⁶⁴ I - Departamento de Café; II - Departamento de Algodão; III - Departamento de Cereais; IV - Departamento de Pecuária; V - Departamento de Atividades Rurais Diversas.

¹⁶⁵ Formado por ex-presidentes da Sociedade “conselheiros natos”; e de 39 (trinta e nove) membros eleitos pela Assembleia Geral e representativos das diversas sub-regiões do Norte do Paraná.

¹⁶⁶ Formada por 3 (três) membros e 3 (três) suplentes. Informações disponíveis no Estatuto da Sociedade Rural do Norte do Paraná Antiga Associação Rural de Londrina. Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 18-09-1965.

entre os membros da entidade foi lançada mais de uma chapa.

O primeiro momento que temos evidências de disputas internas pela direção da entidade ocorreu no ano de 1964, após a primeira gestão de Omar Mazzei Guimarães, quando houve grandes embates e tentativas de destituição da diretoria. Os motivos das divergências estavam em discussões, que vinham ocorrendo desde o início de 1963, levaram a um conjunto de embates internos e, no ano de 1964, foram retomadas novamente com a disputa pela presidência da entidade.

Vale destacar que nesse momento as principais reivindicações da ARL estavam relacionadas às atividades da cafeicultura, principal atividade agrícola no Paraná em 1960. A produção de café era a maior do estado, com 1.282.480 toneladas em uma área de 1.282.480 hectares, seguida pela produção de milho, com 1.474.493 toneladas e ocupando 1.083.698 hectares.

As divergências tinham como foco as reivindicações de reajuste ao preço do café para a safra de 1962-63, que vinham sendo feitas por cafeicultores, comerciantes e maquinistas de café em todo o estado, inclusive entre os membros da ARL. No entanto, havia divergências na entidade em relação ao reajuste. O então presidente da entidade, Omar Guimarães Mazzei, foi uma das vozes discordantes do reajuste, o que levou a discussões e embates internos.

Mediante tais embates, houve manifestação, por parte dos membros da entidade, para a renúncia de Omar Mazzei do cargo de presidente. De acordo com algumas falas, como a de Francisco Antônio Sciarra, as posições do presidente teriam *"repercutido desfavoravelmente nos meios governamentais"*.¹⁶⁷

Os pronunciamentos de Omar Mazzei contrários ao reajuste dos preços do café foram justificados com a alegação de que os "beneficiados de tal reajuste seriam os comerciantes e maquinistas, e não mais o produtor que já havia vendido seus estoques, ou possuíam em quantidades irrisórias,"¹⁶⁸ como indica o trecho que consta na Ata de Assembleia da entidade:

Usando a palavra o senhor Omar Mazzei Guimarães, afirmou não ser contra o aumento do preço do café, acrescentando apenas **se opor nas eventuais modificações do esquema financeiro do regulamento de embarque, e que nos finais de safras, ou depois da venda do produto pelos lavradores, como aconteceu nos anos anteriores, que permitiu como na época dos interventores, que aferiam lucros fabulosos em detrimentos do cafeicultor.** Recordou fatos ocorridos na safra de 1961/62, assinalando que naquele período os preços pagos pelo comércio variavam entre CR\$: 600,00; 700,00; 800,00; 1000,00 e até CR\$1.500,00, no final da safra. Verificando pois, que no término da safra, foi pago a lavoura a média geral de R\$ 842,00 por saca. (...) **Lucros fabulosos eram assim proporcionados aos intermediários, baseados na atividade do produtor, o sacrificado de todos os tempos.** Observou-se paralelamente a atividade do comércio sadio, surgiu um outro tipo de comércio o dos aventureiros. Afirmou o senhor Omar Mazzei Guimarães, que apenas 2,7 milhões de sacas de café,

¹⁶⁷ ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA Assembleia Geral. 9/3/1963. passim.

¹⁶⁸ ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA Assembleia Geral. 9/3/1963. passim.

encontrava-se ainda em mãos dos cafeicultores, somente uma parte comercializada.¹⁶⁹

Nas matérias publicadas no jornal *Folha de Londrina* sobre esses embates, não são citados nomes de membros a não ser do presidente. Apresentam um conjunto de motivos que supostamente levaram Omar Mazzei a defender a permanência dos preços do café, e a "**poderosa corrente**", que se opunha ao presidente, como indicado no texto que segue:

(...) Sabe-se que **uma poderosa corrente do quadro social** comparecerá à assembleia **para obter a distinção da diretoria**, cuja orientação, naquele episódio foi repudiada pela maioria dos sócios. Como se recorda, o sr. Omar Mazzei Guimarães opinou várias vezes contra o reajuste do preço da safra do café 62-63, sob a principal alegação de que o aumento "beneficiaria maquinistas e comerciantes da rubiácea, uma vez que o produto já não se encontra mais nas mãos do lavrador, pelo menos em quantidade apreciável. Ao mesmo tempo **é voz corrente que na assembleia de hoje, graves acusações serão lançadas contra o presidente da ARL, que estaria vinculado a grupos econômicos de São Paulo e do Rio, interessados na aquisição de grandes partidas de café paranaense a preços aviltados**, com vistas a uma retenção de objetivos altistas baseado no esquema financeiro do regulamento de embarque da safra 1963-1964.¹⁷⁰

Se por um lado parte dos cafeicultores desejava que o preço do café fosse reajustado, havia outros que ponderavam sobre os reais benefícios do reajuste naquele momento e sobre o custo que o reajuste teria adiante. Para ilustrar as discussões, as posições abaixo do associado, vereador e membro do IBC **Manoel de Oliveira Branco** servem como elemento a esta análise:

Deve um presidente da Associação Rural de Londrina defender todos os lavradores (aplaudido pela Assembleia). **Sou contra o reajuste dos preços para o café pois a vantagem de agora nos traria prejuízos futuros**, porque os cafeicultores sempre esperam modificações e retém seus cafés. O reajuste de C\$900,00 (novecentos cruzeiros) e C\$300,00 (trezentos cruzeiros) em coco, traria C\$100,00 (cem cruzeiros) ao cafeicultor, C\$200,00 (duzentos cruzeiros) ficaria no comércio sob alegação de despesas. Eu mesmo ainda não vendi o meu café. Aparteou o Sr. Vicente Cioffi: Especulo com o produto do meu trabalho. Fico com o Presidente da Associação Rural, ele não deve renunciar nem se retratar. O comércio do café deve lutar, mas não se conciliam interesses de comerciantes e lavradores. Muitos dos lavradores do meu distrito querem se associar à Associação Rural de Londrina. **O comércio que reivindique pelo Centro de Comércio do Café do Norte do Paraná e Associação Comercial de Londrina.**¹⁷¹

Embora parte dos associados, a exemplo do exposto por Manoel de Oliveira Branco, olhasse com maus olhos o reajuste, esses argumentos contrários foram refutados no decorrer dos embates, sob a alegação de que para muitos o reajuste seria lucrativo e, desse modo, deveria ser reivindicado. No decorrer das discussões, evidenciou-se que muitos membros da entidade possuíam atividades

¹⁶⁹ Ibid., p.14.

¹⁷⁰ FL. Assembleia da ARL no Monções Hotel: diretoria poderá ser destituída. 09/02/63.

¹⁷¹ ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA Assembleia Geral. 11/03/1963. p.25.

não apenas de produção, mas do processamento e comércio de café: “aqui acham-se presentes, maquinistas conhecidos, que foram ao Rio de Janeiro fazer reivindicações em nome da lavoura, (...) maquinistas como os Srs. **Sciarra, Nogueira, Olavo, Codato**, e muitos outros aqui presentes (...).

Como deliberação da primeira assembleia, foi aprovada uma moção de desconfiança assinada pelos membros da entidade, a partir da qual Omar Guimarães Mazzei não poderia fazer nenhum pronunciamento sem consultar os demais diretores da entidade. E também foi aprovada a elaboração de um documento de repúdio aos pronunciamentos do presidente, a ser entregue ao presidente da República, governador do estado, e diversos ministros. Para redigir esse documento foram nomeados cinco relatores: Olavo Garcia Ferreira da Silva, Saulo do Val Esteves de Almeida, Tyrso da Silva Gomes, Fernando Bueno Santos e Olavo Godoy.

No entanto, devido a discordâncias entre os relatores, dois documentos foram elaborados. A principal distinção entre os dois documentos foi o teor ofensivo à pessoa do presidente da entidade, mas ambos corrigiam a *"postura da Associação Rural do Paraná"* sobre a revisão do preço do café:

inteira concordância como as reivindicações que foram levadas ao governo da República por legítimos representantes da cafeicultura, secundados pela pessoa de sua Excelência o Senhor Governador do Estado do Paraná, Ney Aminthas de Barros Braga, e por representantes do Paraná no Senado e na Câmara dos Deputados e que traduzem a exata situação da crise incontestável pela qual estão passando os lavradores paranaenses.¹⁷²

Desse embate, ocorrido no ano de 1963, resultou a organização de duas chapas para disputarem as eleições no ano de 1964: chapa *Democrática e Renovadora*, liderada pelo Sr. Antônio Fernandes Sobrinho, e a chapa *"Do trabalho e da Realização"*, liderada por Omar Mazzei Guimarães.

Entre as principais medidas da chapa *Democrática e Renovadora* estavam:

(...) prevenir contra eventuais choques entre proprietários e assalariados rurais nos próximos ajustes que se farão, em face ao Estatuto do Trabalhador Rural; obter no caso dos cereais, preços justos baseados no princípio da paridade internacional de forma tal que nosso mercado interno se veja suficientemente abastecido dentro de linhas realistas, que não imponham sacrifícios nem aos produtores e nem aos consumidores, colaborando ativamente com órgãos governamentais. (...) obter amparo para a pecuária leiteira e de carne, segundo as exigências do meio, facilitando, principalmente a obtenção de matrizes e reprodutores a preços acessíveis. Supressão do confisco, prorrogação das dívidas dos cafeicultores, junto ao Tesouro Nacional, face as geadas de 1953-54. (...) Apoiar as pesquisas científicas a fim de se obter no futuro melhor produção através de uma política plena de racionalização.¹⁷³

¹⁷² FL. Aos Companheiros eleitores da ARL. 31/03/64.

¹⁷³ FL. Aos Companheiros eleitores da ARL. 31/03/64.

Já as propostas da chapa eleita "*Do trabalho e da Realização*" eram a rejeição das propostas de Reforma Agrária, a reivindicação de crédito agrícola, assistência técnica e mecanização; conseguir junto às autoridades financeiras a transferência pura e simples dos débitos da cafeicultura (referentes às geadas de 1953-54) e aumento do custeio agrícola para a cafeicultura, entre outras.

A distinção entre as chapas estavam centradas na forma de dirigir a entidade como "*eliminação do personalismo*". Não havia divergências entre as políticas defendidas, posto que ambas apresentavam como plano de trabalho a reivindicação de políticas e recursos para diversas atividades agrícolas e pecuárias (corte e leiteira) e davam ênfase para o café, além de se colocarem diante das reivindicações presentes no ETR e nas discussões em torno do Estatuto da Terra. Isso indicava a amenização das tensões internas e se comprova com a reeleição sucessiva de Omar Guimarães Mazzei para presidente da entidade (1964-66; 1966-68; 1968-70).

Outro momento de divergências internas ocorre no ano de 1969, quando a doação de um terreno de 84.000 m² pelo governador do Estado, Paulo Pimentel, estava condicionada à renúncia de Mazzei, como indica o resumo da Ata da reunião da diretoria da ARL, ocorrida em setembro daquele ano. Após o retorno de uma comissão enviada pela Sociedade Rural do Norte do Paraná para pleitear ajuda para adquirir um terreno junto ao Parque de Exposições, as condições foram expostas em reunião da diretoria:

O senhor Governador estava disposto a colaborar, como governador é ruralista, em troca impôs a mudança da Diretoria atual, que não tinha nada contra Sr. Omar Mazzei, mas ficava receoso toda vez que participava de eventos ou levava alguma autoridade, pois poderia não ser recebido condignamente, tendo já sido mal recebido. Sr. Almeida Júnior lamentou o Governador julgar a Diretoria sem educação. (...) Celso Garcia disse que o Sr. José Lopes estava poupando o Sr. Omar, pois o Governador referira-se ao Sr. Omar e não a diretoria, que ou o presidente renunciava ou o dinheiro não saía e também pelos Estatutos ele não era ruralista. Omar disse que sua cabeça não era tão barata assim. Sr. Celso disse sua cabeça não vale nada, e Sr. Omar responde a sua vale muito menos.¹⁷⁴

A comissão formada por Celso Garcia Cid, Humberto de Barros e José Lopes dirigiu-se ao governador para pedir ajuda financeira para adquirir o terreno. Com o retorno dessa comissão, foi exposta a condição do governador em ceder a ajuda junto com o pedido de renúncia e a referência de que Mazzei não era ruralista, e de acordo com os estatutos também não poderia fazer parte da entidade. Esse embate entre a diretoria sobre a doação do terreno, foi levado para a Assembleia Geral ocorrida após um mês. Nesta, Omar Mazzei Guimarães renunciou, como indica o relatório que segue, lido durante a assembleia:

Após refletir demoradamente quero, nesse momento, quero apresentar à assembleia

¹⁷⁴ SOCIEDADE RURAL DO NORTE DO PARANÁ. ATA Reunião da Diretoria. 11/09/1969.

aqui reunida, em caráter irrevogável o pedido de renúncia ao cargo de presidente da Sociedade Rural do Norte do Paraná, transferindo, de acordo com o que determina as normas estatutárias, ao vice-presidente, sr. Francisco Antônio Sciarra. Entendo que, com esta minha atitude mais um serviço me é dado prestar a esta entidade, além daquele pouco que acaso pudesse ter tido ocasião de realizar nestes anos todos à frente da direção da rural. Afastando-me da presidência abre condição diante das injunções governamentais para que se concretizasse, como de entendimento geral, a aquisição sem ônus para a sociedade de imóvel tão necessário para a expansão do Parque Governador Ney Braga. Estou seguro de que os seus associados compreenderão o meu gesto, que deverá ser entendido não como fuga ou falta de coragem para a luta, mas como afirmação de desprendimento. Visando mais uma vez, única e exclusivamente, o engrandecimento de nossa sociedade se a minha permanência como seu presidente, constituía na opinião de alguns, obstáculo a que se alcançasse determinado objetivo de interesse da entidade, hoje e a partir de agora deixa ele de existir.¹⁷⁵

A desapropriação do terreno prometido pelo governo do estado, que veio a ser doado para a SRNP, foi realizada em janeiro de 1970. A pressão feita pelo então governador do estado, Paulo Pimentel e por membros da entidade e, as divergências anteriores levaram ao afastamento do presidente. Desse modo, verifica-se que tanto a escolha dos representantes da entidade quanto a permanência na diretoria estavam condicionadas à capacidade de mobilizar apoio interno e externo.

Apesar de ter sido eleito sucessivas vezes pelos associados, Mazzei não possuía naquele momento condição de mobilizar apoio externo à entidade para conseguir a posse do terreno por outros meios, além do que essa exigência fora feita por uma pessoa que ocupava cargos no governo do estado havia muitos anos, tinha participado ativamente dos governos autoritários e possuía grande influência no cenário político. Pode-se dizer, de acordo com Bourdieu, que possuía um grande “capital político acumulado”.

Dessa forma, a pressão de diretores e associados impulsionou o pedido de renúncia de Mazzei, embora tivessem falas contrárias aos motivos de seu afastamento, bem como ao pedido de renúncia de outros membros da diretoria. Essas manifestações contrárias não interferiram na reversão da troca na presidência.¹⁷⁶

Com a saída de Mazzei, quem ocupou o cargo de presidente foi Francisco Antonio Sciarra, que permaneceu no cargo até a eleição de 1970. A descrição desse fato nos indica a existência de embates que não se restringem a disputas de projetos políticos, por representação de classe ou estratégias de “enfrentamentos” face às lutas sociais, estendendo-se às relações de convivência e desavenças pessoais.

Retornando ao processo de “seleção” dos presidentes e diretores da entidade, vemos na descrição dada por Brasília de Araújo Neto, ex-presidente da entidade, o modo como ocorre essa

¹⁷⁵ SOCIEDADE RURAL DO NORTE DO PARANÁ. ATA Assembleia Geral 1/11/1969, p.3.

¹⁷⁶ Como o caso de Francisco Pereira de Almeida Jr.

escolha e os elementos que a influenciam:

Naquela época não havia, acho que era difícil, nunca tinha havido nenhum bate chapa ... Esse movimento de decisão acontecia antes da eleição, certo. As pessoas se reuniam e tal e coisa e a hora que decidiam que era aquele, era aquele. E eu, enfim, chegou em um momento em que Jamil me indicou, “há! você vai ser” e na hora eu não estava preparado não estava esperando essa indicação. Fiquei meio surpreso, mas, enfim, encarei a brincadeira e enfim, as pessoas que participavam, aí todo mundo era sociedade rural, os antigos, suas famílias, faziam parte do Conselho. E havia outros candidatos, outros possíveis candidatos. Então chegou em um momento que alguém ia ter que escolher, ou ia bater chapa, porque não era uma tradição da Rural, ou ia ter que achar um único ali. E naquele momento era eu, o “Alcides Veloso”, que tinha proposto o “Genta”, o “Renatinho Simões”. Ai começa a sair um monte de candidato. Sei que de repente fizeram lá uma reunião e tiraram consenso de que vai ser o Brasília. Ai teve assembleia, eleição, e eu fui eleito.¹⁷⁷

A escolha dos representantes da associação não passava pela inscrição de qualquer associado e não era feita a partir de outro critério que não houvesse o aval e apoio de um grupo dentro do quadro de sócios.

Durante os 66 anos da entidade, apenas 20 presidentes estiveram à frente da Rural, tendo estes intercalado outros cargos na diretoria da agremiação e, por vezes, retornado ao posto de presidente, como exposto pela fala de Brasília de Araújo Neto, que ocupou o cargo de Presidente em dois mandatos. A escolha dos representantes da entidade não ocorria de modo aberto a todos os associados, pois passava em primeiro plano por uma escolha entre os membros “tradicionais”. Luiz Roberto Neme, que ocupou o cargo de presidente da ARL/SRP durante três gestões, também chama a atenção para a forma como ocorria a sua escolha para ser presidente.

Luiz Roberto Neme: Praticamente eu fui convocado a aceitar a ser presidente da rural.

Conceição Geraldo: Como foi essa convocação?

Luiz Roberto Neme: O pessoal que era muito ligado à Rural na época, eu realmente na época não aceitei, não quis aceitar porque eu achei que realmente não estava preparado ainda, para assumir a presidência da Rural, um cargo de uma responsabilidade muito grande, mas aí os companheiros insistiram e logicamente eu sabia que ia ter o apoio deles, então eu aceitei.

Conceição: Gostaria que o senhor citasse o nome dessas pessoas que tanto insistiram, por que sabiam da sua qualidade para esse cargo?

Luiz Roberto Neme: Neco Garcia, Bento Pacheco, seu Idivino Andrade Noronha, João Milanês, José Lopes, Nelson Brandão, foram, muitos. Vamos dizer assim, a prensa que eu levei foi de muita gente que eu não tive como dizer não.¹⁷⁸

Em grande parte das entrevistas coletadas por Conceição Geraldo para o acervo do Museu é

¹⁷⁷ NETO, Brasília de Araújo. Entrevistas realizadas para serem parte do acervo do Museu da Sociedade Rural do Paraná. Sob coordenação de Helenice Nortare Dequeche; Entrevistadora: Conceição Geraldo. 2º vídeo, 37 min.

¹⁷⁸ NEME, Luiz Roberto. Entrevistas realizadas para serem parte do acervo do Museu da Sociedade Rural do Paraná. Sob coordenação de Helenice Nortare Dequeche; Entrevistadora: Conceição Geraldo. 2º vídeo, 1 min. Transcrição: autora

destacada a “seletividade” entre presidentes. E a escolha para ocupar esse cargo representa a conquista de certo “capital social” entre as pessoas que já haviam se consolidado dentro da entidade, afinal, os que ocuparam cargos importantes na entidade receberam indicações destas.

Além da seletividade entre os presidentes e diretores, a escolha dos sócios também é importante para a entidade, como vemos na fala de Brazilio de Araújo Neto: *“Devemos ampliar sócios ou manter sócios tradicionais? Essa é uma coisa que temos que responder e o meu ponto de vista é que nós devemos ficar no nosso grupinho. Nós não temos que ter um milhão de sócios, para sócios tem Flamengo, Corinthians, aqui ... aqui é grupo.”*¹⁷⁹

No caso da ARL/SRP, o discurso público é de que qualquer sujeito que tenha propriedades de terra, de empresa no ramo, trabalhe como profissional ou técnico na área pode participar da entidade. Ou seja, a ARL/SRP exclui de seu quadro de associados a participação dos não proprietários. Contudo, mesmo quando pequenos, médios ou grandes, os proprietários associam-se e verifica-se que não ocupam lugar igual na estrutura interna da entidade. A presidência, por exemplo, foi ocupada por pessoas indicadas por um conjunto de sujeitos e esta escolha se pautou em um conjunto de elementos que são desiguais, como a formação escolar, os laços familiares e de amizade. Ou seja, não é qualquer proprietário que pode ocupar cargos como o de presidente, porém isso não é apresentado para a sociedade.

Pelo contrário, a entidade é apresentada como aberta a todos os interessados, afinal, o campo não podia ser visto socialmente como fadado a corresponder apenas a interesses do “grupinho”, impondo limites para a participação dos demais associados. Todavia, é possível perceber nas formas de atuação da entidade que tem um programa de classe, um projeto de convencimento e trabalha para conseguir o consenso entre os sócios e da sociedade, no entanto não representa permanentemente os anseios de todos os associados.

Dentre as inúmeras estratégias de reprodução social, devem-se considerar, principalmente, as estratégias que menos são percebidas. Ao identificar os sujeitos que ocuparam os principais cargos dentro da entidade, define-se um perfil social semelhante, definido por trajetória de vida, inserção social, laços familiares e de amizade, bem como espaços compartilhados pelos integrantes da entidade. Os clubes de serviço, como o *Rotary Club de Londrina*, *Clube Londrinense de Caça e Tiro*, *Jockey Clube*, foram espaços privilegiados de produção de capital social e simbólico, e também como um instrumento de distinção, aproximação e separação social, do qual participaram muitos dos membros da entidade.¹⁸⁰

¹⁷⁹ Ibid, 3º vídeo, 01 min.

¹⁸⁰ Podemos citar: Antônio Fernandes Sobrinho, Ruy Cunha, Raymundo Durães, Celso Garcia Cid, João Milanez, Saulo do Val Esteves de Almeida, Alcides Antonio Vezozzo, José Garcia Molina, Francisco Pereira de Almeida Junior, Fernando Agudo Romão, dentre outros.

Outro elemento do perfil social dos membros da entidade, especificamente dos que ocuparam cargos de presidente, é o nível de formação educacional. Compreende-se que os investimentos educativos são estratégias que contribuem para “a reprodução da estrutura social, sancionando a transmissão hereditária do capital cultural. Essa questão, embora nem sempre percebida, é importante para entender as estratégias de reprodução, que são inúmeras”.¹⁸¹

Os dados sobre a formação profissional dos dirigentes máximos da ARL e de sua atuação profissional são apresentados abaixo. Foi possível identificar a formação escolar de 90% dos ex-presidentes.

QUADRO 9: ESCOLARIDADE DOS PRESIDENTES DA INSTITUIÇÃO

PRESIDENTES	FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO	ATUAÇÃO
Hugo Cabral	Técnico de Comércio	Academia de Comércio do Rio de Janeiro	Agricultor; Pecuárta e Corretor
Nicolau Lunardelli	N/E	N/E	Usineiro e empresário
Nelson Antunes Eggas	N/E	N/E	Bancário
Raphael Ferreira de Rezende	Agrônomo	Escola Superior de Agricultura de Lavras	Cafeicultor e empresário
Antônio Fernandes Sobrinho	Técnico de Comércio	Escola Técnica do Comércio José Bonifácio – SP	Fazendeiro, cafeicultor e empresário.
Nelson Maculan	Ginasial	N/E	Agricultor; cafeicultor Empresário
Américo Ugolini	Professor de Português	N/E	Gerente da Fazenda Bela Vista do Paraíso. Professor e Prefeito em Paranapanema
Omar Mazzei Guimarães	Farmácia	N/E	Cafeicultor; Pecuárta e Empresário
Francisco Antônio Sciarra	Contabilidade	N/E	Agropecuárta e empresário (presidente da ACIL).
Manoel Campinha Garcia Cid	Direito Administração	N/E e Fundação Getúlio Vargas	Empresário e Pecuárta
Luiz Roberto Neme	Agronomia	Universidade Federal do Paraná	Pecuárta e Agricultor
Jamil Janene	Arquitetura	N/E	Pecuárta
Brazilio de Araújo Neto	Economia	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pecuárta e Agricultor
Luiz Meneguel Neto	Engenharia Florestal	ESALQ	Agricultor; Pecuárta; Empresário do ramo de Produção e Industrialização de: Cana (açúcar e álcool) e Cereais (farinhas, aveia) Criador de Cavalo
José Carlos Tibúrcio	Química Industrial Odontologia Administração	N/E Universidade Federal do Paraná, Fundação Getúlio Vargas	Agricultor; Pecuárta Empresário do ramo têxtil
Samir Cury	Agronomia	ESALQ	Pecuárta
Francisco Luiz Prando Galli	Agronomia	ESALQ	Agricultor e Pecuárta

¹⁸¹ BOURDIEU, Pierre. Capital Social Notas Provisórias. In: ____; Escritos da Educação; Petrópolis, RJ. Vozes. 2007. p.74.

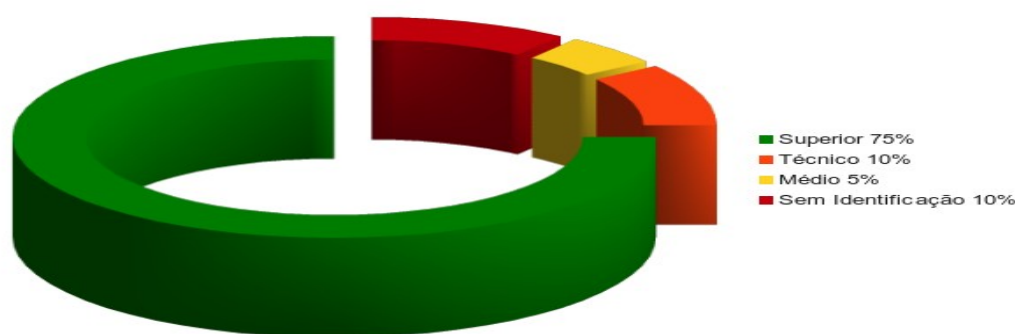
Edison Neme Fernandes Ruiz	Engenharia Civil	Escola de Engenharia de Lins	Pecuarista; Agricultor; Professor; Engenheiro na empresa Construtora Curri Ltda.
Alexandre Kireff	Veterinária	Universidade Estadual de Londrina	Agropecuaria e empresário
Gustavo Andrade e Lopes	Agronomia	Universidade Estadual de Londrina	Pecuarista

Fonte: Entrevistas disponíveis no Museu da Sociedade Rural do Paraná, Periódicos e Jubileu de Prata.

N/E: Não Encontrado.

O primeiro aspecto que se destaca do Quadro 9 é o nível de instrução dos representantes da entidade. Dos vinte presidentes que estiveram à frente da entidade, 75% declararam que tinham ensino superior completo, 10% tinham formação técnica e 5%, o Ginásio.¹⁸² Reunimos as informações presentes no quadro acima para compor a seguinte representação gráfica:

GRÁFICO 1 - GRAU DE ESCOLARIDADE DOS PRESIDENTES DA INSTITUIÇÃO



Fonte: Entrevistas disponíveis no Museu da Sociedade Rural do Paraná, Periódicos e Jubileu de Prata.

Mesmo com a formação escolar, quando definem publicamente a sua “identidade profissional” prepondera a atividade profissional exercida. No caso da maioria, oscila entre pecuarista, agricultor e empresário, ainda que haja definições com nomenclaturas diversas, como fazendeiros, cafeicultores, usineiros. Para esse grupo, o papel desempenhado pela formação profissional nos parece significativo, dada a grande parcela dos membros com “diplomas” e

¹⁸² Segundo Sonia Mendonça, essa formação (Ginásio) correspondia às oferecidas pelas Escolas Agrotécnicas - responsáveis pelos *Cursos Técnicos* de 2º. Ciclo de Ensino Agrícola, correspondentes ao ensino secundário regular. E o Ginásio era oferecido por Escolas Agrícolas - encarregadas de ministrar o Curso de *Mestría Agrícola*, em sequência ao de Iniciação e compreendendo o 3º e 4º anos do primeiro ciclo correspondente à fase final do curso primário regular. Essas Escolas se constituíam como meio de assegurar emprego, ascensão social, visto que abriam campos de trabalho como técnicos federais, estaduais e municipais ou para outros cargos em secretarias e ministérios, consistia em uma formação que possibilitava algum grau de ascensão social, nesse sentido relevante para o período.

formados em escolas e universidades reconhecidas e tradicionais localizadas em São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro, como nos casos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ, Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Nesse capítulo, buscamos mostrar como essa fração de classe se organiza, arregimenta apoio para seus projetos, constrói e consolida em determinados espaços um conjunto complexo de relações por meio das quais é possível verificar a produção e reprodução de uma certa estrutura de dominação. Os espaços sociais compartilhados criam uma forma específica de pensar o mundo social, através de um *habitus* compartilhados pelos membros dirigentes da ARL que, ao que parece, está relacionado à elevada formação escolar, às redes de relações familiares e de amizades que influenciam a inserção em distintos cargos na entidade e fora dela, associações e clubes frequentados, festas, homenagens marcam um espaço frequentado, um comportamento aceito, contatos políticos e à posição social dos agentes enunciadorees. Segue daqui que as escolhas que devem ser feitas, decisões que devem ser tomadas em cada momento, favorecem determinados interesses, valores e visões de mundo.¹⁸³

Os critérios para recrutamento de lideranças, a partir do estudo realizado, não estiveram na inserção política dos membros. Poucos possuem declaradamente filiações partidárias e cargos públicos ocupados anteriormente à presidência da entidade, o que possuem em comum é a procedência social e os interesses de classe. De modo geral, os presidentes da entidade pertenciam aos estratos sociais altos e com alto grau de escolaridade.

Essa semelhança de costumes presente entre os membros da entidade ajuda a entender como dentro de determinado campo algumas decisões são tomadas, principalmente quando trata da forma como essa fração de classe se organiza, define uma hierarquia interna que define, conseqüentemente, as disputas que existem para se chegar a alguns cargos de dirigente. Desse modo, consolida-se no *Campo* — entendido como um espaço *simbólico*, no qual os agentes determinam, validam e legitimam práticas e representações — “pelos seus membros, um dado modo de agir, determinadas posições.

A Sociedade Rural do Paraná tem representado espaço privilegiado de articulação da classe dominante no estado do Paraná, por meio da atuação política de seus quadros, que em diferentes momentos assumiram cargos de significativa importância em nível local, estadual e federal. Da mesma forma, tem angariado apoios, estreitado vínculos políticos através do constante diálogo com membros do governo, com outras associações de classe, que assim como a ARL/SRP tem

¹⁸³ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) 13ª ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 2010. p. 242

condensado grande capital político. A entidade constitui-se em um bem articulado instrumento de pressão, dada sua capacidade de agir e de mobilizar outras entidades de classe, colocando-se frente a diferentes pressões.

Na sequência, é apresentado de modo mais aprofundado o conjunto de debates públicos que a ARL fez frente ao avanço das associações de trabalhadores, sindicatos nos anos de 1950, bem como as mobilizações da entidade frente os debates e posterior aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e do Estatuto da Terra (ET).

CAPÍTULO 3

A ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA NO PROCESSO DE MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A Associação Rural de Londrina (ARL) reivindicou a fala legítima da fração agrária da classe dominante no norte do estado, defendeu políticas específicas para o setor agropecuário e projetos para a classe, além de inserir-se em agências do Estado. Diante de uma diversidade de questões, atuou de forma intensa e efetiva juntamente com outras entidades da sociedade civil, mobilizando-se a nível local e regional e nacional. Dando continuidade ao estudo da ARL, passamos a tratar de alguns elementos do acirramento das/nas relações de trabalho ocorridas no campo na década de 1960, relacionadas ao processo que ficou conhecido como a “modernização da agricultura”. Ou seja, as modificações nas técnicas de produção (plantio, manejo e colheita), de novos produtos e insumos e máquinas e na mudança na organização das relações de produção.

Neste sentido, abordamos as estratégias por meio das quais os proprietários rurais vinculados à ARL buscaram combater as organizações dos trabalhadores do campo, criminalizar a sindicalização e se colocar frente à aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, fomentando a expulsão dos trabalhadores rurais que viviam nas fazendas e alterando a dinâmica da vida desses sujeitos, que, em sua maioria, passaram a viver de trabalho sazonal e incerto, como boia-fria.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-60), houve uma abertura da economia nacional ao capital estrangeiro. A política adotada pelo governo Juscelino Kubitschek favoreceu o desenvolvimento do setor industrial de unidades-chave do sistema (automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel, celulose, triplicação da capacidade da siderurgia), bem como estabeleceu nova regulação ao capital externo, a construção e o melhoramento da infraestrutura, o que viabilizou, também, o avanço da fronteira agrícola.

Prioridade para indústrias automobilísticas, de construção naval, siderurgia, reforma da legislação tarifária, concessão de câmbio de custo para importações de equipamentos, não podem ser entendidas como acaso, que deram como resultado a aceleração da industrialização. Ao contrário, elas foram concebidas exatamente para isso. O importante para a tese que aqui se espousa é que tais medidas foram concebidas internamente pelas classes dirigentes como medidas destinadas a ampliar e expandir a hegemonia destas na economia brasileira.¹⁸⁴

Outro fator que contribuiu com o projeto de industrialização foi a situação internacional favorável. A partir da década de 1950, com o processo de reestruturação dos países diretamente

¹⁸⁴ OLIVEIRA, Op. Cit., 1981, p.75

envolvidos com a II Guerra mundial, países de “terceiro mundo” passaram a ser procurados como espaços de investimento. E o Brasil, nesse momento, oferecia estabilidade para a instalação de empresas estrangeiras, além das inúmeras facilidades (custo irrisório da mão-de-obra, benefícios fiscais, tais como isenções e subsídios) fornecidas pelo Estado brasileiro para tais investimentos.

O plano de metas de Juscelino (cinquenta anos em cinco), balizado pela aceleração da industrialização, teve de recorrer a financiamentos externos, tornando nossa economia ainda mais dependente; na ditadura militar, o nível das contradições aumentou, na medida em que a dependência externa cresceu com as necessidades de incremento da economia.¹⁸⁵

Essa política do governo Juscelino Kubitschek levou setores da indústria nacional a associar-se com grupos estrangeiros para usufruírem dos mesmos benefícios. O suporte ao projeto industrializante do governo Juscelino foi dado pelo investimento de capitais nacional, estrangeiro e estatal. Esse planejamento econômico baseado no aumento da intervenção do Estado, com vistas a coordenar e controlar todos os setores econômicos, favoreceu em grande medida a entrada de capital estrangeiro. Entre os anos de 1955-64, de acordo com Fontes,

a situação se complexificaria, uma vez que a industrialização se completava e os grandes capitais brasileiros alçavam de patamar, integrando subalternamente a monopolização já vigente nos países preponderantes e aqui presentes através da estreita dependência que os ligava. Com a persistência da grande propriedade agrária e das expropriações de trabalhadores rurais, crescera o contingente de trabalhadores urbanos e muscularam-se suas lutas, visíveis pela vigorosa participação sindical, apesar dos óbices que pesavam contra ela.¹⁸⁶

Data desse momento uma nova fase de elaboração de uma ideologia que ficou conhecida como *nacional desenvolvimentista*, que colocava o desenvolvimento do capitalismo a partir da noção de que a industrialização nacional era obstaculizada pelo “atraso da agricultura”. Desse modo, o campo brasileiro permeava os debates sobre o desenvolvimento do país. As tensões acirravam-se no meio rural, em grande medida devido ao papel que a CLT desempenhava no imaginário dos trabalhadores e nas instâncias jurídicas: “*em inúmeras comarcas, em especial onde a justiça do trabalho ainda não havia sido implantada, promotores e juízes consideravam como queixas pertinentes as reclamações de trabalhadores contra seus empregadores.*”¹⁸⁷ O enfrentamento entre trabalhadores e patrões gerava um ambiente de tensões controlado apenas com o golpe em 1964.

Coincidente com os conflitos de terra na região de Porecatu, entre fins da década de 1940 e início de 1950, houve a ascensão do sindicalismo rural que se expandiu no norte do Paraná, a

¹⁸⁵ Ibid, p. 76

¹⁸⁶ FONTES, Op. Cit., 2010. p. 316

¹⁸⁷ LINHARES, Maria Yedda Leite. Op. Cit., p. 161.

reação foi um conjunto de campanhas de criminalização de tais organizações, como vemos no trabalho de Reginaldo Júnior Fernandes:

Em 1951, no mesmo ano em que o conflito de Porecatu atinge seu ápice e é debelado, foi lançada em Londrina a “Campanha de Educação Cívica e Democrática” (CECD), criada e coordenada por Gustavo Branco, fundador da Revista “Realizações Brasileiras”, voltada à promoção da família, Forças Armadas e movimentos de cunho cívico filantrópico. Sua ação se desenvolveu inicialmente no polígono abrangido entre Londrina e a região conflagrada, através da publicação de panfletos, livretos e fixação de cartazes com conteúdo anticomunista em lugares públicos, utilizando linguagem direta e acessível ao baixo grau de alfabetização da população local e concorreu explicitamente para a formação de um conjunto de referentes que foram se sedimentando e sendo sistematicamente difundidos no sentido de cristalizar representações negativas sobre o comunismo, apelando para valores religiosos, para a democracia, a família e a pátria. Outra estratégia utilizada pela CECD foi o recurso à história em quadrinhos voltada ao público infantil. Dividida em duas tiras diárias, a “historieta ilustrada” fora publicada pelo jornal Folha de Londrina de maio a julho de 1955 sob as recomendações do Arcebispo de Curitiba e pelo Serviço de Assistência Religiosa da 2ª Região Militar, com o objetivo, segundo Gustavo Branco, de incutir o anticomunismo desde a infância como forma eficaz de evitar a contaminação pela “doutrina dos vermelhos”.¹⁸⁸

No âmbito das organizações patronais, mobilizações vinham sendo promovidas com o intuito de afastar os trabalhadores de organizações sindicais e associações. Essas estratégias passaram a ser amplamente noticiadas pela imprensa. No ano de 1954, foi debatido no Parlamento do Estado do Paraná o Projeto de Lei proposto pelo deputado e promotor Ruy Cunha — membro da diretoria da ARL — denominado “Patronato Agrícola”. Tratou-se de uma proposta que já vinha sendo discutida, com menor ênfase, desde o início da década 1950 para criação de um órgão para atender aos “operários agrícolas”, conforme se apresentou na revista *A Pioneira*:

O Dr. Rui Cunha passou a descrever sua luta para criar, no Paraná, um Patronato Agrícola, a exemplo de outros estados. Narrou que desde seu ingresso na Assembleia vem se debatendo para assistência ao trabalhador rural. Primeiramente apresentou um projeto atribuindo aos promotores públicos o dever de prestar essa assistência. E na elaboração da lei de Organização Judiciária do Estado, Dr. Rui solicitou ao Desembargador José Munhoz de Mello, redator da lei, inclusive em seu ante-projeto, aquela norma, tendo sido atendido. Mas, na assembleia uma emenda supriu a disposição. Na sessão seguinte, Dr. Rui apresentou um amplo projeto, criando o Patronato Agrícola, com maior amplitude de maneira a tornar mais eficiente a assistência aos trabalhadores da lavoura.¹⁸⁹

Em 1954, este assunto novamente voltou a ser noticiado na imprensa da região, como vemos na “Folha de Londrina”:

¹⁸⁸ FERNANDES, R. Op.Cit., p. 267.

¹⁸⁹ A Pioneira. Criação de novos distritos no Paraná e a instituição de um patronato Agrícola. Julho/agosto de 1950, Ano III n°7.

Como medida de emergência, pleiteia o deputado Ruy Cunha, agora, da sua tribuna na Assembleia Legislativa, que na luta pelos seus direitos, pelos [pelo] menos, não recue o lavrador ante a barreira do custo elevado de uma ação judicial. Que a justiça esteja ao seu alcance absolutamente de graça. E outro não é o objetivo do projeto de lei. É do seguinte teor esse projeto: “Patronato agrícola da Fundação de Assistência ao trabalhador Rural”. Art. 1º. Fica criado dentro da Fundação de Assistência ao trabalhador Rural, o PATRONATO AGRÍCOLA, como órgão de assistência legal e judiciária aos trabalhadores rurais e de fiscalização conciliação e disciplina e proteção ao trabalho agrícola no Estado do Paraná.¹⁹⁰

O sentido dado a esse órgão, denominado patronato,¹⁹¹ está relacionado à tutela que o estado exerceria sobre o trabalhador, sendo oferecido a este um espaço onde teoricamente seus direitos seriam assegurados. Nesse projeto, o Patronato Agrícola deveria ser integrado à Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural (FATR) e ter seus representantes nomeados pelo governo do estado, que atuaria sob o assentimento da FATR para nomear e contratar os advogados e auxiliares.

Fariam parte do Patronato Agrícola os trabalhadores rurais, compreendidos como todos aqueles que, “*mediante paga troca de vantagens, parte dos lucros ou produtos, pagamento de forro ou renda, exerçam diretamente a atividade agrícola, pastoril ou extrativa em terreno alheio*”, bem como o pequeno proprietário sem assalariados.¹⁹²

Esse projeto voltou à baila em meio a um contexto em que trabalhadores rurais organizavam-se e lutavam pelo direito à posse da terra, melhores salários, contratos agrícolas e condições de trabalho. Como se noticiava em panfletos que circularam por municípios do norte do estado, os trabalhadores estavam organizados nas chamadas “Comissões de Reivindicações dos Trabalhadores Rurais”, dos municípios de Mandaguari, Rolândia, Londrina, Sertãozinho, Jataizinho e Porecatu, sob influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB).¹⁹³

Nesses panfletos são encontradas orientações aos trabalhadores rurais, arrendatários, empreiteiros e pequenos proprietários sobre várias questões ligadas ao trabalho e à relação com os proprietários/patrões, como, por exemplo, desde o valor que deveria constar nos contratos de trabalho para a lavoura de café até o cultivo de alimentos de subsistência dentro da propriedade. Aos arrendatários havia recomendações quanto à porcentagem a ser paga aos proprietários da terra,

¹⁹⁰ FL. Justiça gratuita aos lavradores do Paraná através dos Patronatos Agrícolas do Estado. 03/07/1954.

¹⁹¹ “Proteção, amparo, auxílio; patronagem, patronato”. Essa é uma das definições dadas à palavra “patronato”, acreditamos que o sentido dado pelo Projeto de Lei esteja próximo a este. O uso desse termo buscava indicar um suposto “*cuidado*”, camuflando a tentativa de controle dirigida pelos proprietários aos trabalhadores rurais, buscando afastá-los da sindicalização.

¹⁹² FL. Justiça gratuita aos lavradores do Paraná através dos Patronatos Agrícolas do Estado. 03/07/1954.

¹⁹³ O Partido Comunista Brasileiro (PCB) desempenhou um papel importante na organização de sindicatos procurando atuar em conflitos rurais na região, como no caso do conflito armado de Porecatu. A ação do partido entre os trabalhadores rurais se deu em dois sentidos: no encaminhamento de questões imediatas (como salários, contratos de arrendamento e parceria, abolição dos “vales”) e no estímulo à luta pela reforma agrária. Ver. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p.16.

aos contratos enganosos, ao tempo de empreita e, de modo mais enfático, à necessidade de organização dos pequenos proprietários para manterem-se no campo.¹⁹⁴

Nesse sentido, a proposta apresentada por Ruy Cunha pode ser compreendida como uma medida necessária para conter demandas sociais existentes, que poderiam levar os trabalhadores a buscar nas Comissões apoio e orientações sobre como e para que se organizar. Além disso, o Patronato Agrícola, de acordo com o projeto de lei, seria um órgão aparelhado ao Estado. O diretor do órgão e os demais profissionais seriam de livre provisão, o primeiro nomeado pelo governador e os demais nomeados pelo diretor e Conselho Diretor da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural (FATR). Desse modo, presume-se que as atividades promovidas pelo órgão não divergiriam dos anseios do governo estadual, do mesmo modo que tal órgão não teria autonomia que possibilitasse ser transformado em um real representante dos interesses dos trabalhadores. A função essencial do Patronato Agrícola seria de assumir um papel pedagógico junto aos trabalhadores rurais, buscando soluções conciliatórias e os afastando dos sindicatos, como evidenciado no Art. 6º do projeto:

O Patronato Agrícola assume o encargo de fazer, imprimir e distribuir cadernetas agrícolas, devidamente uniformizadas e autenticadas, contendo cópia das leis, e regulamento federal e estadual, que interessem ao trabalhador rural, além de fórmula dos contratos usuais de locação e serviço e de folhas em branco para escrituração das contas do operário.¹⁹⁵

No período, havia reivindicações de vários direitos relacionados ao trabalho e aos trabalhadores, assim como à permanência dos posseiros na terra, como uma necessidade dos trabalhadores rurais empregados nas mais variadas modalidades de contrato. A proposta do Deputado Ruy Cunha foi a criação de um órgão estadual para mediar, por meio da “conciliação”, os conflitos entre trabalhadores e patrões, evitando, dessa forma, que essas demandas viessem a enraizar-se no seio da vida social, como foi o caso do conflito armado em Porecatu ou na ampliação dos processos dos trabalhadores rurais contra seus patrões.

A efetividade desse órgão e os prováveis mecanismos de favorecimento não serão considerados aqui, apenas em seu contexto socioeconômico, que exigia uma nova postura dos patrões diante da organização dos trabalhadores, mas também em relação às novas formas de organização patronal e da ação do Estado na relação capital-trabalho. No mesmo ano de 1954, houve a criação na ARL dos departamentos internos de “*Assistência ao Trabalhador*” e “*Jurídico*”, para prestar serviço e orientação aos proprietários associados à entidade, evidenciando assim o seu

¹⁹⁴ PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná - DEAP. (DOPS). Apelo aos camponeses do Paraná. 1949. Dossiês Temáticos: Ligas Camponesas. N.º 02548 p.22

¹⁹⁵FL. Justiça gratuita aos lavradores do Paraná através dos Patronatos Agrícolas do Estado. 03/07/1954.

caráter organizativo e de ação da classe patronal rural.

Ainda no ano de 1954, a ARL lançou uma proposta para a abertura de financiamento do Governo Federal por meio de Carta de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil para várias demandas, entre elas a da construção de escolas rurais. Tal proposta foi elaborada em reuniões preparatórias da ARL para serem apresentadas pelos membros da entidade ao representante da Carta de Crédito Agrícola, Oliveira Franco em visita à Londrina. Reivindicar alguns benefícios aos trabalhadores rurais configurava-se como uma necessidade diante da sindicalização rural e da conquista de direitos pelos trabalhadores urbanos.

A justificativa apresentada nos pronunciamentos vindos da ARL sobre as escolas rurais estava no receio de que os trabalhos na cidade se tornassem mais atraentes e acarretassem na perda de mão-de-obra para os trabalhos rurais em virtude da busca por melhores condições de vida e de trabalho no meio urbano. No entanto, implícita a essa justificativa também estava a lembrança da recente revolta de Porecatu, que articulou uma ampla rede de apoio na região, fomentada especialmente pelos militantes do PCB, bem como a fundação de sindicatos e associações que representavam um temor real para as classes dominantes e, em particular, à classe patronal rural.

A proposição de medidas como as escolas rurais, bem como outras campanhas da entidade, teve a função de construir e alimentar na sociedade local a ideia de que eram relações de amizade e benevolência que orientavam as práticas de patrões e trabalhadores. De colocar-se enquanto defensora de direitos dos trabalhadores, ainda que isso tenha ficado apenas no plano do discurso. E a possível efetivação dessas demandas não colocaria em jogo a manutenção da estrutura desigual do campo, ao contrário, tinha a função de alimentá-la, fixando os trabalhadores no campo.

E agora que está processando a regulamentação da lei que dá direito ao trabalhador — exceto ao do campo — de participar dos lucros das empresas é certo que mais se intensifique o despovoamento das zonas rurais. **Urge que se cuide de fixar o trabalhador ao solo, cercando-o de melhor assistência.(...)** Foi-nos dado a honrosa incumbência de examinar a questão que diz respeito de examinar a **criação de escolas rurais**, sob os aspectos que consideramos mais viáveis.¹⁹⁶

O avanço de organizações sindicais no campo colocava em questão as condições de vida, salário e trabalho do homem do campo, bem como as conquistas dos trabalhadores urbanos pressionaram os proprietários a colocar na sua pauta de reivindicações melhores condições de vida para os trabalhadores. Ainda que os contratos de trabalho e o assalariamento não fossem colocados em discussão, defenderam melhorias relacionadas à educação, saúde e acesso à justiça, ainda que

¹⁹⁶FL. Precisamos de escolas para evitar o êxodo Rural: 13/11/1954. Trata-se de proposta apresentada por uma comissão de sócios da ARL formada por: Nelson Roversi Forattini; Massaiuky Fuzzyi; Ulisses Ghedini nas reuniões preparatórias que a ARL promoveu para o temário da mesa redonda com Oliveira Franco da Carta de Crédito Agrícola e Industrial CREAI do Banco do Brasil.

limitado aos direitos trabalhistas.

Embora tenham sido questões que ficaram no plano das propostas, acreditamos que a incorporação destas à pauta de discussão não tenha ocorrido sem pressões ou como um mero “voluntariado”. Nesse momento, a mecanização das atividades rurais era incipiente e manter os trabalhadores no campo sem mobilizações e greves era imprescindível para garantir a produção da cafeicultura, a condição social dos proprietários, o domínio da terra, a acumulação de capital e a própria formação de uma ética social que representasse a visão de mundo e a cultura no sentido gramsciano.

A proposta defendida pela entidade visava que o governo do Paraná facilitasse a construção e a manutenção das escolas nas propriedades rurais e incentivasse os sócios a manter a mão-de-obra no campo, proporcionando aos trabalhadores *“um padrão de vida compatível com as necessidades”*.¹⁹⁷ A reivindicação de escolas rurais foi apresentada junto a pedidos da entidade para ampliação/fomento de crédito agrícola e equipamentos rurais à pecuária, suinocultura, avícola, cotonicultura e conservação do solo, sendo que não voltou à pauta da entidade em outros momentos.

Um conjunto de matérias, publicadas na imprensa nos anos 1950, fornece indicações sobre o clima de tensão de classe que havia entre patrões e trabalhadores e da sindicalização dos trabalhadores, parceiros, meeiros, sob a influência do PCB, que convém citar: “Denunciados dois advogados de Londrina como responsáveis pela agitação comunista na zona rural”; “A Agitação e as condições entre colonos e patrões tem como causa a política do ministério da Fazenda”; “Desorganização, Indisciplina e Desrespeito nos estabelecimentos agrícolas no Paraná”; “Legislar sem subverter”; “Entrou em Regime de urgência na Câmara dos Deputados o projeto de lei que manda estender aos trabalhadores rurais os benefícios da legislação trabalhista”.¹⁹⁸ Estas “chamadas” denotam a práxis patronal em relação às lutas sociais e à necessidade de construir um consenso social por meio de convencimento sob a ótica dos ruralistas.

Além das campanhas contra a sindicalização do trabalhador rural, foi publicado no jornal Folha de Londrina um conjunto de advertência aos trabalhadores e lavradores “explicando” o que poderia acontecer caso procurassem a Justiça. Entre os “avisos” estavam: perda de dias de trabalho e da remuneração destes, possível desemprego, pagamento das custas do processo caso fossem derrotados, a perda da casa em que moravam ou da terra em que plantavam, da “amizade do patrão” e das “facilidades” que este “oferecia”, como o adiantamento da remuneração em casos de doença ou extrema necessidade. O trecho abaixo é ilustrativo desta ação educativa patronal:

¹⁹⁷ Ibid.

¹⁹⁸ O material em questão não se encontra disponível para consulta, no ano de 1956. Tive acesso apenas às matérias dos meses de julho e agosto por meio da doação do Professor Pesquisador Reginaldo Júnior Fernandes.

Antes de perderes dias de trabalho para fazer reclamações a respeito de salário mínimo e férias **procure conselhos com alguém que esteja mais a par que tu: Procure o Patrão.** De preferência, **procure antes teu patrão, que é teu melhor amigo.** Não te esqueças que é de teu patrão, o fazendeiro, que vais recorrer nos dias em que teu dinheiro acaba e precisas de alimento ou médico para ti, teus filhos e mulher.¹⁹⁹

Essa e outras matérias apresentavam como exemplo casos em que os trabalhadores da região entraram na Justiça em busca de direitos trabalhistas (férias, salários, descanso semanal) e não foram atendidos, tentando, dessa forma, desencorajar os trabalhadores da busca de qualquer reivindicação. Em outros casos, abriam espaço para a fala de “especialistas” para orientar sobre os “perigos da sindicalização”, como o delegado regional do trabalho, juízes e promotores.

Na fala proferida por Álvaro Godoy — membro da ARL²⁰⁰ e vice-presidente da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná (ALNP)²⁰¹ — em 1956, no microfone da rádio de Londrina e transcrita pelo jornal “Folha de Londrina”, os proprietários eram convidados a participar de reunião para discutir os termos nos quais deveriam ser elaborados os contratos entre colonos e proprietários para a colheita de café. Essa fala também responsabilizou a política do governo pelo baixo preço pago aos colonos e dizia que os culpados das “discórdias” entre trabalhadores e patrões, eram os “agitadores comunistas”.

Em última análise **as agitações entre colonos e patrões têm como causa direta a política econômica do ministro da fazenda** que ainda recentemente disse a um repórter: “para o café, nem mais um centavo”. Faremos tudo o que for possível e estiver ao nosso alcance para solucionar diretamente com os colonos as diferenças e as questões que por acaso surja. **Mas nada queremos com agitadores comunistas, aos quais negamos o direito e as credenciais de servirem de mediadores entre colonos e patrões.** Com agitadores não há acordo possível: eles desejam indisciplina e o caos. Seu objetivo é levar a nossa terra para revolução social, com o fito de nos escravizar com seus amos russos.²⁰²

As fortes e permanentes campanhas anticomunistas promovidas na região norte do Paraná tiveram repercussão e apoio de entidades de outros estados, como é possível identificar na fala proferida por um dos porta-vozes da ARL, o deputado Hugo Cabral,²⁰³ que pedia apoio e providências para conter a sindicalização.

Em meio ao discurso pronunciado em 1956 contra a atuação do “Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas do Norte do Paraná”, no município de Londrina, argumentou sobre a

¹⁹⁹ FL. Trecho de um panfleto de campanha publicado continuamente pelo jornal. 15/07/1956.

²⁰⁰ Godoy fez parte da ARL desde a primeira diretoria, em cargos de Comissão Fiscal e suplente, atuava simultaneamente como diretoria da ALNP, entidade que agregava produtores de vários municípios da região.

²⁰¹ ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA Assembleia Geral na qual foi aprovada a fusão da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná com a ARL, 16/07/1962. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná – SRP.

²⁰² FL. A Agitação e as condições entre colonos e patrões tem como causa a política do ministério da Fazenda 03/07/56.

²⁰³ Prefeito, deputado, um dos fundadores da Associação Rural de Londrina, primeiro presidente desta entidade.

situação de irregularidade dos sindicatos dos trabalhadores diante do não reconhecimento pelo Ministério do Trabalho. Leu telegramas enviados pelas associações (ARL e ALNP) do norte do Paraná. Nestes, advertia-se sobre *“o risco de grande prejuízo da classe rural”*, devido à resistência dos trabalhadores em voltar ao trabalho antes de terem negociado suas reivindicações. *“Pedimos urgentes providências contra esses agitadores, pois não cabe culpa aos colonos, que estão sendo enganados”*.²⁰⁴

Na década de 1950, as lutas no meio rural brasileiro foram intensificadas com o objetivo de estender ao campo os direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos, regulados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. No mesmo ano da fundação do sindicato dos trabalhadores de Londrina, a Sociedade Rural passou a fundar núcleos em vários distritos da cidade com o objetivo de reforçar suas bases locais, como ocorreu nos distritos de Tamarana, de Caramuru, de Irerê e de São Luiz. Na cidade de Londrina foram constantes as ações trabalhistas especialmente as que reivindicavam salário mínimo e férias, ainda que estes direitos não tivessem garantidos aos trabalhadores rurais no plano da lei. No ano de 1956, o sindicato atuou na unificação dos trabalhadores rurais naquela luta, na busca por conquistar esses direitos apresentando ações reivindicatórias, salário mínimo e férias, por exemplo, à Justiça do Trabalho.²⁰⁵

Frente à intensificação dos movimentos dos trabalhadores (greves, sindicato e associações) sob forte influência do PCB, frações da classe dominante passaram a criar estratégias para fazer frente às mobilizações. Nas fontes pesquisadas, percebemos que estava sempre presente o argumento de que os colonos eram enganados, ludibriados, por “elementos comunistas”, isso se observava seja na fala dos membros da entidade ou por meio dos seus representantes em agências da sociedade política, por meio de jornais, rádio e discursos públicos de autoridades.

Na tentativa de distanciar os colonos dos sindicatos, de convencer sobre a má índole dos trabalhadores sindicalizados ou de ideologia comunista, distintas entidades representativas da classe patronal agrícola articulavam inúmeras formas de pressão junto às agências da sociedade política responsáveis pela “manutenção da ordem”, formulação e aplicação da legislação, bem como a formulação de várias campanhas de criminalização dos sindicatos e de orientação aos trabalhadores rurais.

Em reuniões na cidade de Londrina, as entidades patronais (identificamos ARL e ALNP) encaminharam, por intermédio de seus representantes em agências do Estado, sugestões de procedimentos que deveriam ser tomados pelo governo.

²⁰⁴ FL. Desorganização, Indisciplina e Desrespeito nos estabelecimentos agrícolas no Paraná. 21/07/56

²⁰⁵ NETO, José Miguel Arias. Pioneirismo: Discurso Política e Identidade Regional. História e Ensino. Londrina: 69-82, 1995.

Como se sabe o Sr. Souza Naves veio a Londrina especialmente para informar sobre essa situação [agitações comunistas], a serviço do Banco do Brasil. Durante a reunião o Deputado Hugo Cabral fez uso da palavra, expondo o que se passa por aqui, e ressaltando as consequências que já estão se fazendo sentir, em virtude daquele movimento. **Pediu-se, ainda, ao Sr. Souza Naves, sua interferência junto às autoridades federais, no sentido da vinda de elementos do Ministério do Trabalho para efetuarem a sindicalização dos trabalhadores rurais,** tendo a senhoria afirmado que solicitara do representante daquela Pasta, em Curitiba, a execução dos primeiros passos daquela iniciativa. Acrescentou que **considerava sumamente grave tudo o que lhe foi dado observar a respeito da situação, depois do contato que teve com os colonos, fazendeiros, juizes etc. ressaltando que levará relatório a respeito inclusive ao presidente da república.**²⁰⁶

Nos pronunciamentos da diretoria da ARL eram criticadas as atividades sindicais dos trabalhadores rurais, especialmente sob a influência comunista. Alegava-se a falta de maturidade dos mesmos, que os trabalhadores rurais vinham sendo enganados e iludidos por pessoas de fora, no caso, militantes do PCB, e que a presença de comunistas nos sindicatos estava ameaçando a estabilidade da relação entre trabalhadores e patrões e a produtividade da economia na região. Para conter o avanço dos conflitos no campo, a sugestão apresentada naquela reunião pelas entidades foi a atuação do Ministério do Trabalho, por meio de sindicatos atrelados ao estado, que tutelariam os trabalhadores na tentativa de afastá-los de possíveis influências comunistas.

As tentativas de impedir a sindicalização combativa e de elaborar espaços de conciliação entre patrões e trabalhadores fizeram parte da pauta das classes dominantes em toda a década de 1950. As justificativas para legitimar esse controle foram distintas, mas o objetivo foi de conter a organização e luta dos trabalhadores.

Em âmbito municipal, a Câmara dos Vereadores de Londrina recorreu junto ao Secretário de Justiça do Estado, do governador do estado Moyses Lupion para *“tomar providências enérgicas e imediatas contra elementos comunistas confessos que vêm subvertendo a ordem nos meios rurais, insuflando trabalhadores [à] revolta e ao abandono [do] trabalho com destruição de lavouras, criando clima perigoso ao desenvolvimento da região”*.²⁰⁷

Pode-se dizer que o conjunto de experiências vividas na região, desde o conflito de Porecatu, a busca na Justiça Comum de rever contratos ou remunerações injustas e a fundação de associações e sindicatos dos trabalhadores rurais, ocasionou mudanças nas relações de vida nas fazendas de café — seja por meio da reivindicação na Justiça, nas resistências no ambiente de trabalho, de desobediência às ordens dos patrões, entre outras. Essas mudanças levaram os trabalhadores rurais a constituir diferentes formas de organização.

O desrespeito das condições “justas” de trabalho e sobrevivência passou a informar a prática

²⁰⁶ FL. Ronda Pela Cidade. 22/07/1956.

²⁰⁷ PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná - DEAP. (DOPS). Dossiês Temáticos: Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Londrina. Telegrama Câmara Municipal de Londrina nº 15637 p.51

dos trabalhadores rurais da região norte do Paraná. Desse modo, a insatisfação dos proprietários rurais não foi apenas com a organização dos trabalhadores rurais em sindicatos, mas com as constantes ações trabalhistas levadas a cabo e que se tornaram mais frequentes a partir de 1950.

Um desses processos, que ocorreu em meados do ano de 1956, requerido por 28 trabalhadores contra o proprietário de terra Arnaldo Bulle, pelo qual os trabalhadores reivindicavam o pagamento de salário mínimo vigente na região (CR\$ 1350,00 mensais) e férias²⁰⁸, foi lembrado por Álvaro Godoy em uma entrevista. Diante dessa ação trabalhista, o posicionamento dos diretores da ARL foi de vitimizar os proprietários que estavam sendo “*arrastados aos tribunais*” e desestimular outras futuras ações.

Como se explica que estejam sendo arrastados para os tribunais homens cujo único crime é produzir e manter a estabilidade econômica deste infeliz Brasil, que embora em estado de pauperamento (graças aos maus governos) ainda se mantém de pé, mercê do nosso trabalho. ... Foi o que aconteceu com o velho sertanista e lavrador Sr. Arnaldo Bulle, apesar de ser **um dos melhores patrões que conheço** e tudo fazer para servir e ajudar seus subordinados, não respeitaram eles os seus 70 anos de idade, arrastando-o, sem motivo, como um criminoso vulgar às barras dos tribunais. **Felizmente o exmo Sr. Juiz Hércules de Macedo Rocha julgou a ação improcedente, pelo que respiramos aliviados, uma vez que a justiça foi feita.**²⁰⁹

Nos processos que tratavam de reivindicações trabalhistas, em muitos casos não foi aceita pelos juízes a qualificação dos requerentes como trabalhadores rurais, ou seja, foi questionada pelos advogados dos patrões a função que os trabalhadores exerciam, sendo por vezes qualificados como meeiros, parceiros, empreiteiros e, dessa forma, eximindo o proprietário de quitar direitos trabalhistas. Nessa argumentação, poderiam ser qualificados de “trabalhadores rurais” apenas os tratoristas, camaradas, fiscais, ou seja, estes poderiam recorrer à justiça como trabalhadores, sendo que os demais não estavam contemplados por esses direitos por ter contratos distintos. Essa foi uma estratégia que levou parte dos patrões a ser beneficiada nos litígios trabalhistas.²¹⁰

A delimitação de requisitos para definir quais trabalhadores poderiam ser qualificados como “trabalhadores rurais” visava a excluí-los e/ou distanciá-los da legislação trabalhista. As tentativas de descaracterizar as relações de trabalho para não pagar salário mínimo e férias foram recorrentes nos processos, como indica Angelo Priori. No entanto, os debates jurídicos sobre essa questão não foram pacíficos, brechas foram abertas e permitiram avanços para os trabalhadores rurais.

É possível verificar que durante toda a década de 1950 foram constantes os processos contra os proprietários. As intimidações oriundas de setores da classe patronal não foram suficientes para

²⁰⁸ Processo da Primeira Junta de Conciliação de Londrina de 1956. Reclamação Trabalhista: nº 71. Apud. PRIORI, A. Op. Cit., 1996.

²⁰⁹ FL. A Agitação e as condições entre colonos e patrões tem como causa a política do ministério da Fazenda 03/07/56.

²¹⁰ PRIORI, A. Op. Cit., 1996, p. 99.

conter os litígios quando os colonos, parceiros e meeiros se consideravam moralmente amparados pela lei.

Com vistas a “contornar” localmente as lutas sociais que se manifestavam por meio dos constantes processos, os membros da ARL adotaram estratégias que visavam impedir que os colonos procurassem os tribunais. Criaram, então, em 1959, uma Junta de Particular Conciliação, como descrito em Ata da entidade:

as finalidades da junta, que são de procurar entre proprietários e operários rurais solução por seus conflitos sem necessidade de recursos à justiça comum a fim de evitar nos tribunais polêmicas custosas e desnecessárias, que só trazem prejuízos e perda de tempo muitas vezes para ambas as partes, quando muitas dessas questões podem ser resolvidas com o simples entendimento entre as partes, chamadas à razão e ao bom senso pela junta pode ser organizada até de forma a se constituir em Juízo Arbitral, cujas decisões teriam força de decisões judiciais, nos termos da legislação em vigor adianta, ainda, que irá estudar fórmulas de acordo para serem impressas e que aceitas e subscritas de acordo para transformarem em instrumento hábil para fazer valer os direitos de cada um dos acordantes.²¹¹

Para organizar o funcionamento da Junta foram encarregados os proprietários rurais: Milton R. Menezes, Américo Ugollini, Antonio André e Omar Mazzei Guimarães, que deveriam buscar acertos entre as partes. Em meio a essas mobilizações, vemos as frações da classe dominante, organizadas em entidades de classe na sociedade civil, buscarem se inserir em agências estatais ou levar suas reivindicações até elas, tentando garantir que suas demandas fossem atendidas.

No ano de 1960 ocorreu o I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, um dos maiores do gênero no país até então. No ano seguinte, durante a realização do II Congresso dos Trabalhadores Rurais, ocorrido em Maringá, houve uma grande reação quando simultaneamente e, pelo que consta, propositadamente, foi fundada a citada Frente Agrária Paranaense (FAP).²¹²

Criada em agosto 1961, pelos bispos Dom Jaime Coelho e Dom Geraldo Fernandes, de Londrina, tinha a função de manter os trabalhadores do campo longe do alcance dos partidários do PCB, por meio da fundação de sindicatos católicos.

Na fala do padre Montezuma, representante do bispado londrinense, fica claro que as reivindicações do movimento católico foram ao encontro das políticas reivindicadas pela classe dominante. As reivindicações da Frente Agrária eram a garantia de financiamentos para os proprietários, garantia de bons preços e do não aumento dos impostos. Por meio da efetivação dessas políticas poderia ser garantido ao trabalhador melhor padrão de vida, salário e habitação, desde que as condições técnicas e recursos dos proprietários permitissem.²¹³

²¹¹ ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA da reunião de constituição da Junta Particular de Conciliação e de posse de seus membros realizada na sede da Associação Rural de Londrina. 21/03/1959.

²¹² FERNANDES, R.Op.Cit. p.113.

²¹³ FL. Bispos de quatro dioceses reúnem-se com os camponeses a partir de hoje em Maringá: lançamento da Frente

Como meio de afastar os trabalhadores da sindicalização fomentada pelo PCB, os padres católicos pretendiam “*usar as palavras deles apresentando soluções imediatas*”, e, dessa forma, angariar base social para a FAP e afastar os militantes comunistas da região.

Contra o psitacismo de papagaios sem penas, basta jogar água fria na terra quente dos problemas econômicos. **Há quem pondere que não podemos subestimar a subversão que ensaiam em nosso meio.** Compreendo. É fácil semear ódio. **Mas usar as palavras deles apresentando soluções imediatas como vamos fazer é coisa com que eles não contavam na região.**

Na linha das principais atividades da FAP, está a inscrição de camponeses, formando líderes locais de líderes supervisores em Londrina, para todo o movimento. Auscultaremos [escutaremos] os problemas, realizaremos inquéritos levantamento e equacionamento das reivindicações e soluções exigidas em cada ambiente. Verificando as constantes será elaborada uma lista de prioridades dentro de uma hierarquia de urgência ou extensão dos problemas a atacar. Dialogaremos com as autoridades e os técnicos, conspiração de esforços individuais, locais, estaduais e federais para solução de base. Movimento de debates, conferências, formação de mentalidade, instalação de emissoras para educação de base e divulgação do movimento. Formação de opinião pública, para um autêntico solidarismo cristão. Instalação de departamentos de assistência médica, jurídica, técnica, religiosa somando a iniciativa de colaboração privada com a dos poderes públicos. Criação de associações profissionais que se tornarão automaticamente em sindicatos.²¹⁴

A Frente Agrária do Paraná representou a efetivação de anseios antigos da classe dominante, na medida em que conseguiu fazer frente ao avanço da sindicalização fomentada pelo PCB, embora não a tenha desarticulado, o que ocorreu apenas após o golpe de 1964. Por meio da FAP, organizava-se grandes críticas às representações populares e a disseminação da crença de que os movimentos sociais representam uma poderosa conspiração comunista. A articulação da FAP se deu por meio da criação de sindicatos e da formação de lideranças que, após o golpe, atuaram nas intervenções que os sindicatos sofreram. Nesse momento, a Frente católica perdeu o propósito e deixou de atuar, dando lugar à Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná.²¹⁵

Pode-se verificar que diante da sindicalização no meio rural a classe dominante passou a criminalizar as nascentes organizações de trabalhadores rurais e a tomar a frente desse processo, buscando mecanismos para afastar a influência do PCB, fosse por meio da intervenção estatal — Ministérios e Secretarias do Trabalho, da criação de órgãos e do apoio e fomento da Frente Católica.

A ARL e a sua congênere ALNP tiveram uma participação ativa, souberam organizar-se em momentos cruciais, sobretudo frente às nascentes organizações de trabalhadores rurais, às ligas camponesas e aos movimentos de luta pela terra. Mantiveram intensa atuação ideológica, política e

Agrária Paranaense. 13/8/1961.

²¹⁴ Ibid.

²¹⁵ FERNANDES, R. Op. Cit. p. 114.

também na implementação de novas tecnologias, desenvolvimento de pesquisas e inovação genética na produção animal e vegetal.

3.1 - Políticas para a agricultura nos anos 1960

Nesse momento, buscamos compreender o conjunto de mudanças que mediarão o cenário rural e urbano entre os anos 1960, inseparavelmente ligadas ao modelo econômico implementado nesse período. Para isso será tratado das políticas agrárias e agrícolas²¹⁶ que definiram e configuraram, em grande medida, um modelo de desenvolvimento baseado na concentração fundiária e o predomínio de grandes propriedades.

As medidas tomadas pelo governo brasileiro durante os anos de 1961 até 1964 faziam parte de um projeto para viabilizar o desenvolvimento contínuo do país, as propostas visavam exclusivamente possibilitar o desenvolvimento do capitalismo, promover melhor distribuição de renda e reduzir injustiças sociais.²¹⁷

O primeiro passo das reformas propostas foi apresentado no ETR, que previa estender as garantias jurídicas já conquistadas pelos trabalhadores urbanos. A questão central desse documento não era a distribuição de terras e sim a extensão de direitos trabalhistas.²¹⁸ Além dessa reforma, estavam também em pauta a reforma bancária (combate à inflação) e a reforma universitária. Em relação à política para a agricultura, a proposta do governo Goulart estava baseada no pressuposto:

De que não era lícito manter terra improdutiva por força do direito de propriedade; assim, na sua mensagem ao Congresso, propunha o direito do Estado em desapropriar terras não-exploradas, a prioridade para a produção de alimentos para o mercado interno e o rodízio de cultivos em todas as terras, sendo a quarta plantação necessária de gêneros alimentícios.²¹⁹

Somado às propostas de reforma do governo, estava um conjunto de tensões que se estendiam pelo campo e cidade, formavam-se movimentos de luta e associações. No nordeste do Brasil, o movimento reunia 250 mil associados, as ligas camponesas e suas reivindicações tinham repercussão inclusive fora do Brasil.²²⁰ Antes que as reformas propostas pelo governo saíssem do

²¹⁶ “Embora haja essa distinção formal entre política agrária e agrícola, compreendê-las de modo separado consiste em um expediente precário e falacioso, uma vez que devido seus desdobramentos sobre a produção, qualquer política agrícola contém, em potencial as diretrizes de uma política agrária. Desse modo, a segmentação entre política agrícola e agrária corresponde muito mais a uma construção — histórica e política — do que a um processo efetivo, sobretudo por ser enunciada por segmentos sociais vinculados à grande propriedade agroindustrial, o principal interessado em manter essa distinção” (MENDONÇA. Sonia. Política Agrícola. In: MOTTA. Márcia (Org). O dicionário da Terra. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 360.

²¹⁷ LINHARES, Maria Yedda Leite. Op. Cit., p. 171.

²¹⁸ Ibid., p. 172.

²¹⁹ Ibid., p. 181.

²²⁰ Ibid., p. 173.

papel, o golpe civil e militar mudou os rumos políticos e econômicos do Brasil.

De acordo com Linhares e Silva, as políticas econômicas do pós-1964 tinham como finalidade "*modernizar a agricultura*" por meio da entrada de capitais estrangeiros e a modernização forçada do campo, vinculação do crédito agrícola à aquisição de máquinas e implementos, em grande medida produzidos pelo capital multinacional (insumos, adubos e corretores de solo, máquinas veículos, sementes tratadas, fertilizantes, pesticidas e equipamentos para instrumentos e implementos agrícolas). Octávio Ianni definiu as principais diretrizes das políticas adotadas nesse momento como:

1) colonizar fronteiras em favor do grande capital nacional e estrangeiro, expandindo o latifúndio improdutivo; 2) farta concessão de créditos, e subsídios, seletivamente selecionados para a agricultura patronal, tendo em vista dois termos, disseminar tecnologia e privilegiar produtos de exportação ou vinculados a programas energéticos.²²¹

Durante os anos de ditadura foram "refeitas", "rearticuladas" e "aprimoradas" as "instituições" e "estruturas" econômicas e políticas do Brasil, de modo a permitir altos índices de acumulação, concentração e centralização de capital.²²² A economia nacional se refez durante os anos da ditadura sob o controle ou influência da empresa estrangeira ou multinacional. Dessa forma, o que já era uma tendência das décadas anteriores adquiriu maior força e amplitude. Acarretou uma ampla entrada de investimentos externos diretos. Para Octávio Ianni, a política econômica adotada pelos militares:

Favoreceu e protegeu econômica e politicamente uma intensa acumulação capitalista. Como componente e resultado dessa política, ou do "modelo de economia aberta", o capital estrangeiro teve garantida e reforçada a sua presença ao setor agropecuário do sistema econômico brasileiro.²²³ O crédito rural, sob todas as formas e, em geral, a juros negativos, cresceu muito. Criaram-se incentivos e favores fiscais e creditícios, para iniciar ou expandir empreendimentos agrícolas, pecuários, extrativos e agroindustriais. Acelerou-se o desenvolvimento intensivo, do capitalismo na agroindústria.²²⁴

A implementação desse modelo ocorreu, de um lado, de modo agressivo, pela expropriação máxima dos trabalhadores do setor industrial e agrícola, setores da classe média e campesinato e, por outro, abriu as portas do país para o capital monopolista estrangeiro.

No início dos anos de 1960, a política governamental do estado do Paraná orientou-se no sentido da diversificação da produção agrícola em função do mercado local e nacional de alimentos

²²¹ MOTTA. M. Op. Cit., p. 308.

²²² IANNI, Octávio. Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: 2ª Ed Civilização Brasileira, 1986. p. 25

²²³ Ibid., p. 30-31.

²²⁴ Ibid., p. 243.

e matérias-primas, sem deixar de beneficiar as atividades voltadas para a exportação, como a cafeicultura.

Os relatórios do governo do Paraná dos anos 1960 trazem um conjunto de mecanismos e instrumentos que vinham sendo implementados a nível estadual ou nacional voltados para o direcionamento e regulação dos fluxos econômicos e sociais junto a setores da agricultura. A abrangência das políticas estaduais esteve presente desde a produção, por meio de mecanismos que facilitaram a aquisição de sementes a baixo custo, mudas, fornecimento de fertilizantes e demais insumos industrializados, inseticidas e fungicidas (voltados para combater essencialmente pragas do trigo e do café) e constituição de patrulhas agrícolas atuando em várias regiões do estado.

No âmbito da circulação da produção, empresas como a Companhia Agrícola de Fomento Econômico do Paraná — CAFE do Paraná — passaram a adquirir a produção (principalmente de trigo e feijão) diretamente com as cooperativas e produtores, a processar e revender em outras regiões do estado ou mesmo em outros estados, garantindo, assim, o preço aos produtores locais. Também interferiram na ampliação de infraestrutura, construindo armazéns e silos para depositar a produção, além dos já existentes, em grande parte ocupados pelos estoques de café.

Algumas das medidas adotadas no início dos anos de 1960 foram descritas no relatório de governo Ney Braga. De acordo com estes relatórios, o governo utilizou-se da Secretaria de Agricultura para fomentar as atividades econômicas no setor agrícola, como o fomento das atividades de criação de suínos e granjas (perus e frangos), bem como fomento a equipamentos agrícolas, sementes, tubérculos, mudas, ferramentas agrícolas e maquinários em geral, adubos, inseticidas e fungicidas, animais reprodutores e forragens, entre outros dados. Tais atividades corresponderam, no ano de 1961, a investimentos de 51.678 milhões de cruzeiros. Em 1962, estes investimentos estavam em 88.605 milhões de cruzeiros, sendo que os relatórios seguintes não indicavam com precisão esses números.²²⁵

Devido à grande produção de café e diante da demanda, foi criado pelo governo federal o Grupo de Erradicação de Áreas de Cafés Antigos (Gerca) ou improdutivos ou de baixa produtividade. Esse programa não apenas eliminou a produção excedente como também evitou que os cafeicultores tivessem prejuízos na alteração da atividade produtiva ou no replantio de café. Em âmbito estadual houve a criação, em agosto de 1961, da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFE DO PARANÁ. Essa empresa facilitou a aquisição de mudas e sementes, bem como a venda da produção.

De acordo com Márcia Siqueira de Carvalho, de 1962 a 1966, em todo o estado do Paraná

²²⁵ PARANÁ. Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa pelo governador do Estado: Ney Aminthas de Barros Braga, 1962. p. 57-59

600 proprietários foram contemplados com a política do Gerca de erradicação dos cafezais antigos e improdutivos, localizados nos municípios de Maringá, Londrina, Umuarama, Nova Esperança, Cruzeiro do Oeste, Paranavaí, Loanda, Mandaguari, Cianorte, Santa Isabel do Ivaí, Cidade Gaúcha, Campo Mourão, Moreira Sales e Alto Paraná. Nos dados coletados por Carvalho, em parte da área, cerca de 3 mil hectares, foram destinados à plantação de soja, cuja produção aproximou-se de 60 mil sacos de 60 quilos.²²⁶

Nas áreas liberadas pelo café entre os anos de 1962 e 1963 foi priorizado o estabelecimento de pastagens, com cerca de 30% da área diversificada no Paraná substituída por pecuária. Em 1965 já eram 40,4% das áreas erradicadas substituídas por pastagens, 16% por algodão e 8,2 % por milho.²²⁷ Mas o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura não foi responsável apenas pelo financiamento do corte de plantações antigas como também pelo plantio de novas áreas ou renovação de áreas já plantadas, como ocorreu com o “Plano de Emergência” e o “Plano Agrônômico” do IBC e Gerca, entre 1969 e 1971, tendo colocado a serviço desses planos além do capital para os investimentos produtivos a extensão rural e assistência técnica (capital humano), com 13 engenheiros agrônomos e 35 técnicos agrícolas.

Desse modo, colocando nas mãos dos proprietários de terra dinheiro fácil, por meio de mecanismos bancários e financiamentos voltados à agricultura, essa política garantiu a eficiência e a tecnificação da agricultura. E trouxe benefícios aos proprietários que destruíram as plantações, cuja produção era de baixo volume ou qualidade, bem como ofereceu a possibilidade de renovação destes, como indica o texto de Carvalho:

As lavouras substitutivas eram financiadas com recursos, basicamente do Banco do Brasil (através da CREAL), acrescidas em 10% para o uso de sementes selecionadas, 20% para a execução de práticas de conservação do solo e 20% para o emprego de fertilizantes e defensivos. Os recursos aumentavam em 50% o valor do financiamento básico concedido pelo Banco do Brasil, que também era responsável pelo recebimento das propostas de erradicação e da verificação do número de cafeeiros a serem eliminados.²²⁸

No estado do Paraná, durante os anos de 1962 a 1965, foi financiada pela agência do Banco do Brasil a erradicação de 123.489 pés de café. Outra questão levantada pela autora está relacionada ao incentivo do plantio de soja, que teve seu preço valorizado devido à quebra da safra norte-americana e das políticas nacionais, destacando a "Operação Soja" do início da década de 1960 e as

²²⁶ CARVALHO. Márcia Siqueira de. O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira. *Geografia*, Londrina, v. 8, n. 2, p. 135-141 jul./ dez. 1999.

²²⁷ Instituto Brasileiro do Café, relatório GERCA programa de diversificação Econômicas dos Estados: Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, 1965 . Apud. STAHIS PANAGIDES. Erradicação do café e diversificação da agricultura brasileira. Rio de Janeiro, v. 23 (I): 41-71, jan./mar. 1969.

²²⁸ CARVALHO. M. Op. Cit. p. 135.

campanhas de incentivo à produção, dado o investimento em empresas de beneficiamento desse produtos primários. Nely Lopes Casali, membro da ARL, afirmou que:

A tese que estamos defendendo [1963] é que, através da imprensa e do rádio queremos incutir no espírito dos lavradores, no sentido de que no momento não haverá a mínima dificuldade, como em outros tempos para comercialização da soja, em condições muito vantajosas. Estamos convencidos, absolutamente convencidos de que há mercado certo e garantido para a soja. Se não houvesse interesse não se manifestaria por parte da Associação Rural de Ponta Grossa o interesse de apoiar a instalação de mais uma indústria de soja naquela cidade.²²⁹

Ou seja, a essa tese de que a produção de café foi “erradicado” devido às geadas negras de 1975 não corresponde com as políticas defendidas desde a década de 1960 pela ARL. Houveram incentivos para a ampliação da produção de soja, milho, trigo, para a pecuária, entre outros. Do mesmo modo como também houveram financiamentos para que fossem replantados cafezais antigos.

Outras culturas como a de algodão, arroz, milho, feijão, amendoim e mamona foram incentivadas pela Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFE DO PARANÁ), que desencadeou o aumento do volume e área de produção, como indica o quadro que segue:

Quadro 10: Culturas Substitutivas e área (ha) na Primeira Fase do Programa de Erradicação do café (1962 a agosto de 1966)

Culturas	Área (ha)	%
Pastagens	65.069	40,4
Milho	17.878	11,1
Arroz	2.738	1,7
Algodão	25.770	16,0
Feijão	7.731	4,8
Cana-de-açúcar	2.255	4,1
Mandioca	3.382	2,1
Amendoim	1.172	1,1
Mamona	4671	4,8
Café	483	0,3
Reflorestamento	805	0,5
Outras	28.508	17,7
TOTAL	161.062	100,0

FONTE: CARVALHO. Márcia Siqueira de. O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a Política cafeeira. Geografia, Londrina, v. 8, n. 2, p. 135-141 jul./ dez. 1999.

Algumas mudanças nas atividades produtivas na região marcam a chamada primeira fase dos trabalhos do Gerca, sendo que a segunda fase das erradicações ocorreu entre 1966 e 1968. Nesta fase, cerca de 124.185 pés de café foram erradicados, liberando uma área de 146.000 ha. Um dos

²²⁹ FL. Operação Soja: a indústria e a integração das cooperativas de cafeicultores no plano. 05/11/63.

principais cereais que substituiu o café entre 1962-67 foi o milho, tendo sido plantado em 40,4 % do território erradicado, ultrapassado pela produção de algodão em 1968. O resultado dessa política torna-se visível nas décadas seguintes, quando o cenário rural indicou o aumento da área plantada com outras culturas, ainda que com a permanência de grandes áreas destinadas ao café.

Quadro 11 : Área em (ha) destinada à produção no estado do Paraná (1970- 1985)

Atividade	1970	1975	1980
Café em coco	360.896	920.885	617.322
Algodão em caroço	373.287	203.421	263.731
Cana-de-açúcar	30.035	32.480	62.092
Feijão em grão	926.975	642.982	764.413
Milho em grão	2.121.206	1.848.380	1.862.670
Soja em grão	395.484	1.615.302	2.075.657
Trigo em grão	250.213	596.939	1.135.263

FONTE: IBGE Séries Estatísticas. Disponível em: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/exportador.aspx?arquivo=AGRO35_UF_ABS.csv&categorias=%22Cafe%20em%20coco%22&localidade=Parana> Acesso 25/12/2013.

Vale chamar a atenção para o fato de que os projetos de erradicação não tiveram a finalidade de acabar com a produção de café, e não o fizeram. A permanência da produção implicou inclusive em mudanças na forma de organização da atividade, seja em termos de variedade, de espaçamento ideal para o plantio ou uso de inseticidas e fertilizantes. Houve alterações nos sistemas de plantio e práticas de manejo, relacionadas especificamente às máquinas e outros equipamentos, agrotóxicos e mudas²³⁰.

Por meio dessas políticas, o estado arcou com o prejuízo de produções já em decadência, fomentando a sua destruição. As principais ações dos governos militares visaram atender as demandas de setores mais "eficientes e modernos", *"era a resposta técnica à questão agrária, como a visão conservadora pretendia"*.²³¹

As formas de colheita nas atividades da cafeicultura no Paraná foram a derriça no chão, derriça no pano, colheita seletiva e colheita mecânica de café, realizada através de automotrizas que passaram a ser utilizadas a partir do lançamento da primeira colhedora de café no Brasil, nos anos 1970. São escassos os dados referentes ao uso de automotrizas nas décadas anteriores a 1980, os quais aparecem computados nos censos unindo distintas máquinas e instrumentos agrários, com maior ênfase para os tratores e arados. Desse modo, não possuímos dados específicos sobre o uso de equipamentos como abanadores mecânicos, pulverizadores, dentre outros, no estado do Paraná. Em âmbito nacional, verifica-se que houve um significativo aumento na implementação de

²³⁰ ANDROCIOLI FILHO, A. Perspectiva tecnológica para a cafeicultura do Paraná densidade de plantio. In: Encontro sobre a Cafeicultura Paranaense Londrina, PR., 1984. Anais: Londrina, IAPAR, 1984. p. 41-50.

²³¹ LINHARES, Maria Yedda Leite. Op. Cit., p.184.

maquinários por hectare, como indica o quadro que segue.

**QUADRO 12: BRASIL: USO DE MÁQUINAS, TRATORES E ARADOS NAS ÁREAS
DEFINIDAS COMO "TERRAS UTILIZADAS"**

Média de lavoura por hectare	1950	1960	1970	1975	1980
	2.280,82	468,04	204,88	130,63	105,88
Média por unidade de trator	1950	1960	1970	1975	1980
	8.372	61.345	165.870	323.113	545.205

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 1920/2006. Até 1996, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio De Janeiro: IBGE, 2007.

Foram permanentes as reivindicações dos grandes proprietários paranaenses para financiamentos fáceis e a longo prazo para maquinário e cursos técnicos para formação de mão-de-obra especializada, principalmente tratoristas. Como vemos abaixo:

A mecanização é uma peça indispensável para melhorar a produtividade do campo. Perguntamos, então, o incentivo a mecanização enquadra-se dentro do esquema de fomento de agricultura do governo? No caso de a mecanização ser considerada peça indispensável para o fomento da produção então a presente concepção de financiamento deve ser completamente reformulada. As exigências do Banco do Brasil para financiar máquinas agrícolas são das mais rígidas, cercado-se de todas as garantias com juros e taxas elevadas e acarretando despesas vultosas, pois obriga o lavrador a hipotecar a sua propriedade.²³²

Essa política de modernização da agricultura não esteve desvinculada dos princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento, com melhoramento genético, e uso da mecanização das atividades agrícolas, sem, contudo, realizar reformas na estrutura fundiária.

O processamento dos produtos agrícolas também foi uma preocupação governamental. Empresas foram criadas em pontos de escoamento de produção, como é o caso das Indústrias Reunidas Paranaenses S.A. (IRPASA), empresa de processamento de óleo vegetal construída no início da década de 1960, um momento em que a produção de soja, mamona, amendoim e algodão era fomentada e estava em crescimento. Vale destacar que parte significativa da diretoria e do quadro de acionistas da empresa era formada por membros da Associação Rural de Londrina, sendo estes proprietários de terra na região.²³³

²³² FL. Mecanização da Agricultura — o outro memorial trata da mecanização agrícola. 26/02/67.

²³³ Como podemos destacar: Américo Ugolini, Anselmo Maculan, Antônio Arrabal, Arlindo Codato, Armando Ortenzi, Celso Garcia Cid, Conrado Rugai, Daniel Gonçalves, Ermelino Nonimo, Francisco Pereira de Almeida Jr, Ismar de Oliveira, João Dias Ayres, João Figueiredo, João Milanês, José Antonio de Queirós, José Garcia Molina, José Monteiro de Melo, Jurandir Moraes da Silva, Justiniano Climaco de Silva, Leonidas Rezende Dutra, Luiz Nogueira Monteiro, Nelson Eggas, Nelson Maculan, Paulo Cristino, Raul Picinin, Rui Cunha, Salin Sáhão, Silvino Alquerres Batista, Wilson Rodrigues Moreira.

Esse item foi elaborado com o objetivo de indicar que a dinâmica de desenvolvimento implementada no Paraná não esteve desarticulada da política nacional, da mesma forma que atribuir as políticas do Gerca o "*fim da cafeicultura*" é um equívoco. A erradicação não atingiu todas as lavouras, tendo permanecido amplas áreas da produção e a mecanização das atividades. O uso de técnicas, maquinários e insumos foi crescente na década de 1960, sendo acompanhada por investimentos em atividades agrícolas que até então tinham menor representatividade, bem como o processamento de matérias-primas oriundas da produção local. Dessas questões apresentadas, será deixado em aberto um aspecto a ser considerado adiante: as contradições e o custo humano desse processo de modernização .

3.2 - Bandeiras da Associação Rural de Londrina nos governos militares

Durante o primeiro governo da ditadura a questão da reforma agrária estava inclusa no Plano de Ação Econômica do Governo (PEAG), especificamente no que se refere à compreensão do papel da agricultura para o desenvolvimento e a estabilização do país e da necessidade de reestruturação fundiária, conforme o modelo de empresa rural indicada no Estatuto da Terra de 1964, como condição necessária para a “dita arrancada” em direção ao desenvolvimento, do padrão da aliança para o progresso.²³⁴

E na primeira reunião do ministério do novo Governo, Castelo, contrariando conservadores que o haviam apoiado, anunciou a reforma agrária, que seria preconizada pelo ministro Roberto Campos. ... as linhas gerais da reforma foram dadas pelo presidente. Devia ser democrática, gradual, flexível, e aproveitar as terras devolutas e as particularidades de cada região, respeitar a propriedade, e evitar minifúndio do mesmo modo que caberia evitar o latifúndio improdutivo. Em resumo a reforma deveria fomentar a criação de uma classe média rural estável e próspera, mediante acesso à terra própria, e ao aumento da produtividade.²³⁵

O tema da reforma agrária (que deveria ser efetivada nos moldes capitalistas e serviria de instrumento à modernização e industrialização, uma resposta à questão social e política) foi tratado desde o primeiro momento do governo de Castelo Branco, como questão emergencial para solucionar problemas do campo, vistos pelo governo como barreiras para o desenvolvimento do capitalismo, pois colocava limites à modernização e à capacidade de produção do meio rural. Assim, a reforma agrária pautada na concentração e no produtivismo foi adotada como uma alternativa para a agricultura no primeiro governo ditatorial.²³⁶

Os discursos proferidos por Castelo Branco, nos primeiros meses de governo, manifestam sua

²³⁴ BRUNO, R. Op. Cit., p. 100.

²³⁵ VIANA FILHO, Luiz. O governo Castelo Branco. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, p. 274.

²³⁶ BRUNO, R. Op. Cit., p. 107

posição quanto à necessidade de “uma reforma agrária que, livre de radicalismos demagógicos, atenda às reais aspirações do trabalhador rural e, também o crescente aumento da produção nacional”, “vise tornar mais numerosa a classe média”.²³⁷

As medidas reformistas apresentadas pelo governo, especialmente a reforma agrária, foram “desvinculadas das suas origens sociais e passaram a ser uma concessão da 'revolução', pondo fim às possíveis alternativas contidas no movimento social”.²³⁸ O Estatuto da Terra foi promulgado a partir de moldes técnicos, sem a participação dos trabalhadores, que foram afastados da construção das propostas. Continuando a reflexão de Bruno:

É claro que as reformas não se restringiram a meras questões técnicas. Elas foram, sobretudo, políticas. Mas o discurso da técnica teve grande repercussão entre os analistas da reforma agrária, que passaram a considerar os impasses para sua realização como sendo frutos de erros técnicos, que poderiam ser considerados através de uma boa negociação, e maior eficácia. A questão da eficácia e da técnica converte-se em verdadeiro paradigma para justificar os fracassos da política fundiária quando vistos pelo viés das políticas distributivistas. Além disso, reforçou precisamente a própria essência do discurso ideológico que era considerar a reforma agrária como um fim em si.²³⁹

Nada que pudesse representar transformações radicais no padrão de propriedade foi realizado, mas não bastou uma decisão política para implementar o projeto de reforma agrária: a correlação de forças dos grupos sociais envolvidos colocou limites claros a esse projeto reformista.

Observa-se, nesse sentido, a atuação da Associação Rural de Londrina diante dos pronunciamentos do governo referentes à reforma agrária, apresentando em contrapartida uma série de sugestões complementares, que direcionaram as medidas reformistas para o “desenvolvimento da agricultura” por outros caminhos que não a interferência na estrutura fundiária.

No pós-golpe, a ARL colocou em prática algumas medidas de pressão para que as suas demandas fossem atendidas pelo novo governo. De imediato, apresenta ao primeiro governo da Ditadura um conjunto de medidas para o planejamento da agricultura brasileira, "baseadas em críticas de ordem técnica, social e científica", tais como: exportações rentáveis; liberdade de exportação; garantia de preços mínimos para os produtos e rentabilidade para o produtor; paridade entre as contrações dos produtos primários e as dos artigos de manufaturados; abertura de crédito agrícola a curto, médio e longo prazo para a produção, comercialização, instalação de equipamentos rurais; redes de transporte comunicação e energia, bem como de armazéns e silos; eliminar fatores fiscais e tarifários; produção de sementes melhoradas, assistência técnica; difusão de pesquisa e

²³⁷ CASTELLO BRANCO, H. Discursos. 22/05/64. Secretária da Imprensa, p. 53. Apud. SALIS, Carmen L. G. Estatuto da terra: Origens e (des) caminhos da proposta de Reforma Agrária nos governos Militares. Assis. 2008, p.59

²³⁸ BRUNO, R. Op. Cit., p. 102.

²³⁹ BRUNO, R. Op. Cit., p. 103.

experimentação agrícola fornecendo recursos financeiros e humanos; organizar o combate sistemático do analfabetismo no meio rural; a preparação em larga escala de mão-de-obra mais qualificada para as atividades rurais e a alteração do ETR.²⁴⁰

O projeto elaborado pela ARL foi publicado na íntegra pelo jornal *Folha de Londrina*, com o título de “Novo Planejamento para agricultura: ARL entrega memorial para Castelo Branco”. No memorial, a entidade falou em nome da “maioria dos empresários agrícolas do norte do Paraná” e apresentou as sugestões destes, que buscam “mais pertinácia no trabalho, mais progresso verdadeiro, inteira probidade e justiça e mais integração nacional e social”.

Como parte da argumentação desse documento, permaneceu a apresentação do setor agrícola como vítima da “discriminação” por parte do governo; as políticas foram apresentadas como atrofiadas, precárias e inadequadas; e, em contrapartida, o empresário agrícola era apresentado como vítima de um conjunto de imposições como: “a alta produtividade, matéria prima e gêneros baratos, habitações higiênicas e instalações adequadas nas propriedades, salários e assistência educacional e social aos trabalhadores agrícolas”, que o “transformam em um renegado moral e material”. A partir dessa exposição, a entidade questiona a necessidade da reforma agrária, apresentando em contrapartida o suposto “abandono do campo”. Outra questão tratada no documento foi a reforma agrária, como vemos a seguir:

Reformar para abandonar?

Terra de pequenos e médios lavradores, o norte do Paraná sente-se à vontade para falar de reforma agrária, entendida como simples distribuição de propriedade territorial. Não se vê aqui distinção entre grandes, médios e pequenos empresários. Como aumentar o número de deserdados? Facilitando o acesso à terra a novos pequenos agricultores desassistidos, se não há lastro financeiro e administrativo, nem o clan [clã] daqueles que se selecionaram na brava Luta de cada dia. Nos mais afastados e áspersos rincões do país.²⁴¹

A entidade patronal, por meio desse documento entregue ao ditador-presidente Castelo Branco, reforçava a ideia de que na região não havia grandes propriedades de terra, uma imagem constituída e reforçada desde a (re)ocupação da região. E, em relação à reforma agrária, embora não tenha se armado nas críticas, a agremiação apresentava inutilidade dessa política que tende a “aumentar o número de deserdados”, recusando-a na prática.

Dessa forma, as sugestões encaminhadas resumem-se a: assegurar as exportações e os preços do mercado interno aos produtos agrícolas de modo lucrativo; assegurar a justa rentabilidade do produtor; investir em infraestrutura; reduzir/eliminar fatores fiscais, tarifários e outros; abrir operação do crédito agrícola a curto, médio e longo prazo; atualizar a legislação e ampliar os órgãos

²⁴⁰ FL. Novo Planejamento para agricultura: ARL entrega memorial para Castelo Branco. 03/05/1964.

²⁴¹ FL. Novo Planejamento para agricultura: ARL entrega memorial para Castelo Branco. 03/05/1964.

de assistência e orientação ao cooperativismo; desenvolver um programa amplo de produção de sementes melhoradas; difundir a assistência técnica e a extensão rural, diretamente através do Ministério da Agricultura ou em convênio com a Secretaria do Estado, e com outros órgãos regionais; reorganizar o sistema nacional, de pesquisa e experimentação agrícola; organizar o combate sistemático do analfabetismo no meio rural e a preparação em larga escala de mão-de-obra mais qualificada para as lidas rurais; adaptar o conjunto de leis trabalhistas à particularidades do meio rural.²⁴²

Nas medidas apresentadas ao governo, a ARL recusa qualquer política fundiária que tenha por objetivo a distribuição de terras, apresentando como “Caminho da Reforma” as políticas para a agricultura citadas, como vemos no trecho que segue:

O esquema aqui sugerido está mesmo formulado numa base da autêntica reforma agrária aquela que reabilitará a modernização do mister de lavrar a terra, e apascentar os rebanhos pois implicando em maior soma de bem estar no campo, resultará, em estímulo às novas e numerosas vocações agrícolas que evidentemente devem ser protegidas, inclusive, com facilidades de toda a ordem, para o acesso de mais agente capaz à propriedade do solo e a exploração da terra no sentido do interesse social.²⁴³

De acordo com essa argumentação, naquele momento era preciso uma reorganização da agricultura sob o viés produtivista do mercado. Em relação à reforma agrária, os posicionamentos da ARL foram ao encontro dos posicionamentos da Sociedade Rural Brasileira, tendo esta promovido encontros e discussões em conjunto, defendendo a posição dos proprietários na defesa de políticas junto ao governo. Em reunião que ocorreu na sede da Sociedade Rural Brasileira, “Sávio de Almeida Prado fez longa exposição sobre um encontro que teve com o presidente da república, marechal Castelo Branco em companhia do Senhor Alcides Prudente Pavan [da ARL], representante da Lavoura paranaense”.²⁴⁴

Dissemos ao presidente que vinha a agricultura de grandes sacrifícios e impostos pela inflação, nos governos passados, da qual apenas arcou com o ônus, descapitalizando, inteiramente, e sofrendo, ainda, ameaças de toda a ordem do governo, deposto, o que trazia em permanente preocupação e intranquilidade. Com a vitória da revolução, cuja tônica foi o combate à reforma demagógica, só então presidente esperava-se poder entrar em fase de reconstituição e tranquilidade para poder produzir.²⁴⁵

Nessa ocasião, foram apresentados pelos representantes das entidades patronais os “graves

²⁴² Ibid.

²⁴³ Ibid.

²⁴⁴ FL. Ruralista manifestou a Castelo Branco: decepção entre exportadores e cafeicultores. 08/07/1964

²⁴⁵ Ibid.

inconvenientes” do anteprojeto de reforma agrária.²⁴⁶ A ARL estava inserida no cenário político nacional atuando assiduamente no “combate ao comunismo”, após o golpe, com a “subversão” controlada, a entidade insere-se como porta-voz dos interesses do empresariado norte paranaense no campo de forças que disputavam um projeto para a agricultura. Certamente não atuou sozinha, seu projeto era em grande medida compatível com o de outras agremiações patronais rurais, como a Sociedade Rural Brasileira.

Os governos ditatoriais recuaram os projetos reformistas substituindo-os, especialmente a reforma agrária, por medidas de estímulo e financiamento, de modo a “modernizar” o país sem alterar a estrutura fundiária, vista por muitos como empecilho para o desenvolvimento e a modernização.²⁴⁷

O Estatuto da Terra – ET sofreu inúmeros recuos exatamente em relação à reforma agrária. A partir da aprovação do ET como uma política que incentivava a “modernização” lenta do latifúndio, que em momento anterior fora entendido por alguns como obstáculo ao desenvolvimento da agricultura brasileira, não representou obstáculo, como nos mostra Graziano da Silva:

Já vai longe o tempo em que se pregava que a agricultura brasileira, depositária de uma estrutura de posse da terra herdada dos tempos coloniais, seria um obstáculo ao processo de formação de um capitalismo industrial no país, seja pela rigidez da oferta de alimentos, seja pela retenção da mão-de-obra, seja pela não expansão do mercado interno: o chamado “milagre brasileiro” se encarregou de destruir também esse mito.²⁴⁸

Se, por um lado, a estrutura agrária brasileira permaneceu intacta e estimulada em sua concentração, por outro houve transformações intensas nas relações de produção. Se por um lado a ampliação do abastecimento do mercado interno com a produção de matéria-prima e alimentos e a permanente produção para exportação garantia a geração de divisas para a industrialização, por outro, as mudanças decorrentes da própria agricultura, transformada também em “indústria”, passa a consumir (adubos, maquinários, venenos) para manter o fornecimento de produtos para a indústria têxtil, alimentícia, entre outras. Esse processo é marcado pela maior integração com outros setores da economia, demandando maior quantidade de insumos e máquinas.²⁴⁹

De acordo com José Graziano da Silva, a ampliação do mercado interno no caso do desenvolvimento industrial brasileiro não ocorreu, por exemplo, pela ampliação do poder aquisitivo

²⁴⁶ Essas reações contrárias das agremiações implicaram em muitas alterações no Estatuto do Trabalhador Rural e a formação de uma frente anti-reformista formada pela SRB, Sociedade Nacional da Agricultura - SNA, por representantes paranaenses e empresários ligados ao IPES de São Paulo BRUNO, R. 1985, p.50. Apud. MENDONÇA, S. O Patronato Rural no Brasil Recente (1962-1993). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010, p. 47.

²⁴⁷ BRUNO, R. Op. Cit., p. 111.

²⁴⁸ GRAZIANO DA SILVA. Op. Cit., 1982, p. 27.

²⁴⁹ Ibid., p. 57-62

das massas rurais ou pela alteração da estrutura fundiária, mas pela transformação das relações de trabalho no campo, pela “proletarização” dos pequenos proprietários, parceiros e colonos, e da sua expropriação como produtores independentes, que os transformou em “trabalhadores volantes, boia-fria e desempregados.”²⁵⁰

Esse processo de transformação das relações de trabalho no meio rural foi acompanhado pela organização da classe dominante, que, com diferentes estratégias, defendeu um projeto de desenvolvimento para o campo e pôs-se frente ao avanço das lutas sociais, contribuindo para a manutenção de desigualdades seculares.

A partir do levantamento realizado no jornal *Folha de Londrina* e nas Atas da ARL, verifica-se um conjunto de estratégias para impor suas demandas e seus projetos para toda a sociedade, a partir de diferentes instrumentos que integram a *força e o consenso*. Como vimos nos *recorrentes reclamos de decadência do setor cafeeiro, apresentado como “essencial” no fornecimento de divisas para a industrialização e as campanhas promovidas pela entidade para maiores investimentos para as atividades agropecuárias, para “modernização do processo de exploração do campo”* e o estabelecimento de preços mínimos, para a abertura de crédito fácil para garantir o “desenvolvimento” e expansão do capital.

E ainda, a constante exigência de intervenção pública para parcelamento/perdão de dívidas apresentado como única opção para evitar problemas sociais no campo, ou quando da já existência de conflitos, exigindo o seu controle.²⁵¹ Essas demandas foram apresentadas como garantia da melhor qualidade de vida para a “população rural”.

A disputa da ARL/SRP em diversas instâncias do Estado teve como foco um programa agrário que oferecesse bases de financiamento ao “desenvolvimento”, gestando uma nova forma de organizar suas atividades econômicas, reivindicando a alteração das leis trabalhistas, garantindo a concentração fundiária e criticando qualquer projeto de reforma agrária.

O programa agropecuário desenvolvido e reivindicado pela ARL/SRP cindiu-se entre políticas para o setor agrícola (pautado principalmente em combater erosão, escoamento da safra, preço mínimo; na implementação de técnicas de produção e mecanização, diversificação da produção, buscando investimentos por parte do estado para recuperar os cafezais, o perdão das dívidas da cafeicultura, o financiamento de maquinários, e também em torno do transporte, comercialização e

²⁵⁰ Nesse momento, foram apresentados apenas alguns elementos desse cenário, com dificuldade em aprofundar algumas questões devido à escassez de material que trata dos trabalhadores, suas organizações e estratégias de resistência.

²⁵¹ Poucos dos conflitos sociais do período são abordados diretamente pelos meios de comunicação. No caso da *Folha de Londrina*, estes são praticamente ausentes, porém os conflitos entre trabalhadores e patrões são identificados a partir da mobilização do setor para conter a organização dos trabalhadores, principalmente a partir da atuação da polícia. Foi constante a presença da polícia, de juízes e promotores na contenção dos conflitos sociais. Ver: PRIORI, Op. Cit., 1996. e matéria da: FL. O Governador em Londrina: Polícia Garante Liberdade do Trabalho 08/03/1963.

processamento de seus produtos²⁵²) e para investimentos na pecuária de corte e leiteira²⁵³ (especialmente tecnologias de melhoramento genético, investimentos para a construção de cercas, plantação de pastagens).

O ponto central da política, independente da atividade desenvolvida, estava na necessidade de se manter o controle da produção, seja em relação à força de trabalho, implementando novas tecnologias com financiamentos públicos ou diversificando as atividades para evitar prejuízos que colocassem em risco a sua condição de proprietários. Esse foi um projeto que a ARL/SRP construiu para seus associados, educando-os diante dos "novos tempos". Na matéria que segue, publicada no ano de 1973, sobre o preço pago ao gado de corte, o então presidente da Sociedade Rural do Paraná, Manoel Campinha Garcia Cid, reforçou a ideia de que modernizar a produção era um investimento necessário para mantê-la rentável. Como foi com o café, também seria com a criação de gado, então seria necessário mudar para permanecer na condição de grande proprietário.

Tecnologia ou fracasso — Enfim, continua o pecuarista [Manoel Campinha Garcia Cid], há a necessidade da tecnologia na pecuária, aplicação de insumos, combate à erosão para recuperar as grandes áreas que não permitem mais um bom suporte; e planejamento empresarial, controle de custos, racionalização de métodos, implantação de novas técnicas de reprodução, etc., para que no resultado final haja maior número de cabeças por área, com uma produção maior e melhor e em função de tudo isso, custos de produção mais reduzidos. E Manoel Garcia Cid ainda lembra que “começa a ocorrer com a pecuária o mesmo processo que há algum tempo vem ocorrendo com o café: ou se racionaliza a produção ou os métodos de comercialização, ou se fracassa”.²⁵⁴

Ao acompanharmos durante as décadas de 1960 e 1970 os projetos para a agropecuária, dos quais a ARL/SRP participou, como no caso do projeto que ficou conhecido como “troca-troca”, no qual fazendeiros receberam do governo do estado um reprodutor ou matriz para aprimorar seus rebanhos e o pagamento era realizado com um animal qualquer de valor comercial, sempre inferior que beneficiou médios e grandes proprietários do estado.

Esse projeto foi realizado no início dos anos 1960, articulado pelo então Secretário da Agricultura, Paulo Pimentel, juntamente com os membros da ARL/SRP, como indicam as entrevistas abaixo de Manoel Garcia Cid e Luiz Roberto Neme, ambos, ex-presidentes da ARL/SRP.

Manoel Campinha Garcia Cid: Essa é uma ideia que foi do ex-governador de Goiás Pedro Ludovico, que meu pai não conheceu, e dele copiou a ideia, cuja ideia

²⁵² Matérias do jornal FL: Não apenas para essa atividade, “Banco do Brasil revigora cafeicultura com financiamentos” (1973); “Reunião da Sociedade Rural pede financiamento para a Pecuária leiteira”; “Sciarrá: elogios e reparos” (financiamento para a pecuária e para o Milho, defensivos e fertilizantes)

²⁵³ Que não necessitavam da muita mão-de-obra.

²⁵⁴ FL. Para pecuarista boi a Cr\$ 90 dá lucro. 16/12/1973.

era: como havia nos pequenos criadores, pequenos sitiantes produzindo leite ou animais para abate, reprodutores muito ruins, então a filosofia, que foi no governo de Ney Braga, quando o secretário da Agricultura era Paulo Cruz Pimentel. Daí quando ele saiu para governador do estado passou a ser chamado de "Paulinho Nelore", por causa desse programa de troca-troca. Ganhou as eleições inclusive, por causa desse programa. Tem que ser destacado aqui o papel da Sociedade Rural, na época chamada Sociedade Rural do Norte do Paraná do secretário da agricultura Paulo Cruz Pimentel, de seu primo, na época deputado Luiz Cruz Cantinho Cruz, e o Dr. Carmo Rocha que era veterinário da Secretaria da Agricultura e tantos outros. Para seu conhecimento, os primeiros animais saíram da Fazenda Cachoeira [de propriedade da família Garcia Cid], eram quatrocentos e tanto garrotes nelore. (...) [Da fazenda do] amigo do meu pai José Zacarias Junqueira, de Minas Gerais e comprou 600.²⁵⁵

Luiz Roberto Neme: Enfim já existiam bons criadores no Paraná, não existiam grandes quantidades, mais, deu para satisfazer o plano do governo e deu pra satisfazer enormemente a pecuária paranaense.

Entrevistadora: E esses animais eram doados pelos produtores ou o estado comprava?

Luiz Roberto Neme: O Estado adquiria os reprodutores e permutava depois com o proprietários.

Entrevistadora: E o proprietário pagava ao Estado?

Luiz Roberto Neme: Não, não pagava nada, ele recebia. E o proprietário não pagava nada.

Entrevistadora: Então foi um grande estímulo?

Luiz Roberto Neme: Muito, muito grande porque ele recebia um animal de um alto poder genético a troco de um animal comum, vamos dizer assim.²⁵⁶

Os membros da entidade se beneficiaram com a venda de animais à Secretaria de Agricultura do estado do Paraná, afinal a criação de animais considerados de raça era monopólio de alguns criadores. Desse modo, os animais que seriam distribuídos no programa eram majoritariamente provenientes de membros da ARL/SRP ou indicados por estes.

A ARL/SRP também encampou juntamente com o Ministério da Agricultura, Instituto Brasileiro do Café e cooperativas, campanhas de diversificação das atividades produtivas, como no caso do plantio de soja,²⁵⁷ defendido por Nely Lopes Casali:

Associações rurais locais. Faz-se uma campanha para que os lavradores passem a investir no plantio de soja, alegando que não terão dificuldades como em outros tempos para comercializar seus produtos. A tese que estamos defendendo é que, através da imprensa e do rádio queremos incutir no espírito dos lavradores, no sentido de que atualmente, não haverá a mínima dificuldade como em outros tempos, para a comercialização da soja, em condições muito vantajosas. Estamos

²⁵⁵ Manoel Campinha Garcia Cid. Entrevistas realizadas para ser parte do acervo do Museu da Sociedade Rural do Paraná. Sob coordenação de Helenice Nortare Dequeche; Entrevistadora: Conceição Geraldo. 1º vídeo, 42 min.

²⁵⁶ NEME, Luiz Roberto. Entrevistas realizadas para ser parte do acervo do Museu da Sociedade Rural do Paraná. Sob coordenação de Helenice Nortare Dequeche; Entrevistadora: Conceição Geraldo. 1º vídeo, 11 min.

²⁵⁷ Em 1973 proprietários do Paraná realizaram excursão para os Estados Unidos da América para aprender técnicas do plantio, armazenamento, sistema de exportação, visitas com esses objetivos também se realizaram no Rio Grande do Sul.

convencidos, absolutamente convencidos de que há mercado certo e garantido para a soja.²⁵⁸

É pertinente lembrar que parte da historiografia e da documentação produzida oficialmente sobre a região norte do Paraná²⁵⁹ destaca que a diversificação da produção e as alterações na base social do campo apenas ocorreram após as chamadas “geadas negras”, conhecidas assim pela destruição que causaram devido a sua intensidade, atingindo a região norte do Paraná principalmente no ano de 1975 e que, supostamente, teriam “forçado” a mudança de produção e causado grandes problemas sociais.

Contudo, como verificado a partir de pesquisa empírica, os projetos para diversificação da atividade produtiva, implementação de tecnologias, alteração das formas de produção e suas principais consequências (o êxodo rural, pauperização da vida de centenas de famílias) vêm ocorrendo desde a década de 1950 e 60. É fato que após a geada de 1975 esse processo foi intensificado com a expulsão dos trabalhadores do campo. A concentração fundiária aumentou com a saída dos pequenos proprietários que perderam sua terra, transformando-se em trabalhadores volantes.

Embora as geadas tenham contribuído com a rearticulação da dinâmica produtiva, com a concentração de capital e com o investimento em vários ramos do processamento de produtos primários e em outros setores da economia, não podem ser compreendidas como desencadeadoras desse processo.

Verifica-se que a substituição das plantações de café em algumas áreas (especificamente as de maior incidência de geadas) já vinha sendo efetivada desde a década de 1960.²⁶⁰ Ano a ano aumentavam as reivindicações dos proprietários para que o governo arcasse com investimentos em usinas de produção de açúcar, financiasse a compra de sementes, estimulasse a criação de suínos e bovinos e alterasse a legislação trabalhista, como vemos na proposta da ARL ao governo, publicada pela *Folha de Londrina*:

Instalação imediata (utilizando como recurso o fundo de defesa do café) de três usinas para produção de açúcar com capacidade para 3 milhões de sacas

²⁵⁸ FL: Operação Soja: Nova indústria e integração das cooperativas de cafeicultores no plano. 24/11/1963

²⁵⁹ Ainda hoje vemos matérias e reportagens, pesquisas científicas e outras produções que apresentam os fatores climáticos, em especial a geada de 1975 como o único fator que levou à mecanização das lavouras e a diversificação da produção. Um desses trabalhos realizado com fomento da Secretaria de Cultura Paranaense e do Prêmio Estadual de Cinema e Vídeo é o documentário produzido em 2008, intitulado “Geada Negra: olhares”. E trabalhos como: RODRIGUES, João Paulo P.; PELEGRINI, Sandra C. A.L. Memória e História: os sabores da geada negra em Ivatuba-Paraná. Maringá - Paraná, 24 a 26 de Outubro de 2012.

²⁶⁰ Entre o início da década de 1960 (com uma produção inexpressiva de soja) e o ano de 1974, o estado do Paraná passou a ocupar o 2º lugar na produção nacional com 2,2 milhões de toneladas. O mesmo ocorre no caso da pecuária, em 1961 a participação do estado do Paraná em relação à produção nacional era de 2,9% e em 1970 passou para 4,8%. FL. O panorama agrícola do Paraná em dez anos. 10/10/74.

localizando-as em férteis regiões de terra roxa. Para tomar lugar dos cafezais, que em virtude de falta de uma orientação técnica ecológica foram destruídos agora (é a quarta vez) pela ocorrência de inclementes geadas; 1- distribuição intensiva de sementes a preços razoáveis entre lavradores, imediatamente; 2- Financiamentos amplo e desburocratizados a juros módicos, pelo Banco do Brasil e pela rede particular de Bancos; 3- Estabelecimento de mínimos nas fontes produtoras (não acreditamos em preços mínimos realizados em grandes centros de consumo, porque tivemos exemplo da coisa na presente safra; 7- Estimular e intensificar a criação e engorda de suínos. 8- Recomendar e, através de financiamento no Banco do Brasil, fomentar a formação de pastagens em regiões de terra de arenito, de caíua, próprias e formidáveis, mesmo como estamos verificando para exploração, criação e engorda de Bovinos.²⁶¹

A entidade também reivindicava investimento para a pecuária, com inseminação artificial, melhoramento genético e criação de um “*Posto de Monta para a melhoria do gado equino e muar, para trabalho, esporte, [atividades] de recreio e militares,*”²⁶² demandas para todo o setor agropecuário, produção, escoamento da safra e preço mínimo. Essa nova conjuntura tem reflexo nos estatutos da entidade do ano de 1965, que tem por finalidade auxiliar seus associados no “planejamento, na fiscalização dos custos, na implantação de novas técnicas e no controle dos trabalhadores”.

O combate à sindicalização dos trabalhadores rurais, desde o início da década de 1950, esteve muito atrelado ao temor do que foi a revolta de Porecatu e as associações de trabalhadores que permaneceram reivindicando melhorias e fazendo frente aos patrões. A permanente atuação de militantes do PCB na região acirrou a criminalização, repressão, estratégias de afastamento e pedagogização dos trabalhadores, por meio de órgãos criados pela burguesia, como a Junta Particular de Conciliação e a Frente Agrária do Paraná, criada com finalidade semelhante.

As políticas de "modernização, tecnização" das atividades agrícolas, foram medidas implementadas para ampliar a produtividade sem, contudo, realizar reformas agrárias. O uso de técnicas teve como resultado um custo humano e culminou em conflitos em várias regiões do estado, além da expulsão do trabalhador e precarização do trabalho do boia-fria mantendo o controle desses trabalhadores duplamente expropriados (lugar de morada e das possibilidades de trabalho uma vez que as técnicas e máquinas reduziram o emprego e o tornaram sazonal). O "sucesso" desse projeto de "modernização" se deu em grande medida pela garantia dada pelos governos autoritários instalados após o golpe de 1964, que trataram os conflitos no campo como questão de segurança nacional, ou seja, com o uso de violência policial.

3.3 - Dimensão Social da "modernização da agricultura" dos anos 1960

²⁶¹ FL. ARL propõe plano de 10 pontos para contornar crise 10/08/63.

²⁶² FL. Castelo passa 5 horas movimentadas em Londrina. 04/04/65.

Na década de 1970 o cenário rural e urbano das cidades paranaenses havia passado por grandes mudanças. A descrição que segue, feita pela socióloga Ana Yara Paulino Lopes durante as suas pesquisas de campo nessa década, evidencia o resultado das políticas que vinham sendo implementadas e as transformações que causaram na vida de centenas de pessoas.

Nas estradas fomos inúmeras vezes abordados por grupos e famílias de trabalhadores, em busca de uma porcentagem, parceria, ou em último caso, uma empreitada. A maioria deles eram mulheres e crianças que haviam se mudado recentemente para a periferia das cidades, morando em barracos, ou acomodados de forma provisória na casa de parentes encontravam ou amigos. Enquanto os maridos já empregados na construção civil, frigoríficos, limpeza pública ou saíam quase todos os dias de madrugada nos caminhões dos gatos (empreiteiros de mão-de-obra para as fazendas), elas e os filhos menores necessitavam ir à procura de uma complementação salarial que permitisse à família sobreviver dentro das novas condições que lhes eram impostas. Algumas mulheres já estavam experimentando o trabalho de bóia-fria. Quanto aos sitiantes, viviam o auge da incerteza de se integrarem ou não às novas políticas que o Governo Federal propunha à agricultura, ou se retirarem definitivamente do negócio, ou ainda se mudarem para regiões de fronteira agrícola aberta.²⁶³

Esse relato, elaborado a partir do ano de 1974, traz elementos das transformações que ocorreram na região e alteraram a vida dos moradores, principalmente dos que foram expulsos do campo e tinham que buscar na cidade novas formas de sobrevivência. Parte-se dele para apresentar a questão que buscamos discutir nesse momento: de que modo a classe dominante articulou e defendeu esse processo (mecanização/expulsão da mão de obra), isentando-se enquanto sujeito que articulou e reivindicou esse projeto de desenvolvimento econômico.

Desde a década de 1950, as condições de vida e trabalho no campo vinham sendo discutidas pelas classes dominantes locais, tendo sido usadas como justificativa para pleitear a redução de impostos na circulação e exportação de mercadorias — especificamente contra o confisco cambial sobre o café — e na luta contra a sindicalização usada como argumento de uma construção discursiva que colocava trabalhador e patrão em pé de igualdade de objetivos, tendo que trabalhar juntos para garantir melhores condições de vida aos trabalhadores. Nessa argumentação, as classes dominantes “estariam preocupadas” com as condições de vida dos trabalhadores, que apresentavam reivindicações de escolas, hospitais e garantia de direitos.

No entanto, a inserção dessa questão na pauta dos proprietários ocorreu em momentos específicos, como de mobilização, greves, processos contra contratos irregulares e nas reivindicações diante do governo para reduzir ou isentar os proprietários de terra de cobranças sobre os produtos de exportação.

Desse modo, as lutas em prol de melhorias vieram dos mais interessados, dos próprios

²⁶³ LOPES, Ana Yara Paulino. Op. Cit., 1983, p.11.

trabalhadores, que pressionaram para inserir suas demandas em diferentes espaços. A sindicalização foi uma forma de luta, assim como as greves e processos individuais ou coletivos abertos constantemente. Após 1964, com o golpe de estado, o controle sobre os trabalhadores passou a ocorrer de modo mais intenso, com a desmobilização de sindicatos, a repressão contra advogados sindicais, militantes que atuavam nesses espaços, contra os próprios trabalhadores e qualquer iniciativa de luta.²⁶⁴ Desse modo, a classe dominante pôde agir mais livremente para programar suas políticas para o campo, alterando as técnicas de produção agrícola e garantido a permanência da desigual estrutura fundiária.

O texto transcrito abaixo foi a explicação dada por Brasília de Araújo Neto, ex-presidente da ARL, aos impactos da legislação trabalhista implementada com o Estatuto do Trabalhador Rural.

O regime trabalhista estava em xeque, por causa das ações contra os proprietários rurais, porque havia o sistema de colono e tava se implantando o Estatuto do trabalhador rural. *Então, ações enormes trabalhistas, na minha, na Fazenda Paraíso, por exemplo, tinha cem casas ou cento e cinquenta casas, e eram cento e cinquenta famílias, e as pessoas nasceram lá, viveram lá durante os anos e de repente não se tinha uma ligação formal e, e, e elas tiveram que ... houve uma adaptação lenta de relação de emprego, daquele sistema de colônia pro sistema do estatuto do trabalhador rural. Então essas ações trabalhistas e essas coisas todas acabaram exatamente colocando o café, que exigia muita mão de obra, como uma coisa que tinha que haver uma transição.*²⁶⁵

Desse modo, os fazendeiros passam a justificar a expulsão dos trabalhadores do campo como uma transição que "tinha que acontecer", usando como argumento para a *redução das áreas com plantação de café, que necessitava de muita força de trabalho, e da ampliação das áreas com criação de gado ou outras atividades que necessitassem de menor quantidade de mão-de-obra.*

No entanto, o que não aparece nas falas como a do Brasília de Araújo Neto é que devido a um conjunto de técnicas de produção desenvolvidas em pesquisas — realizadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), e a partir de 1972, pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) e o Centro Nacional de Pesquisa da Soja (CNPQ) em 1975 (os dois últimos eram centros de referência nacional em pesquisa agrícola sediados na cidade de Londrina) — que foram implementadas nas lavouras permitiram, por meio do desenvolvimentos genético das mudas e de técnicas de plantio, que menores áreas de terra passassem a ter alto grau de produção, reduziram a quantidade de plantas daninhas e a área a ser capinada, possibilitando a diversificação da produção e reduzindo a mão-de-obra utilizada, mas sem reduzir a produção, como verificado com a técnica

²⁶⁴A seguir foram transcritos os títulos das matérias publicadas pela Folha de Londrina, nos dias 3 e 4 de abril de 1964, referentes à repressão após o golpe: Queimados em via pública móveis e arquivos do sindicato de Astorga 03/4/1964. Desagravo no centro de Londrina: posto abaixo luminoso do jornal Última Hora 03/4/1964. Polícia em Londrina fecha 5 sindicatos. 04/04/1964. Arrombado na madrugada escritório de conhecido advogado e líder sindicalista 04/04/1964.

²⁶⁵ NETO. Entrevistas realizadas ... 2008, 1º vídeo. 8 min.

do cultivo de café adensado implementada nas lavouras nas décadas de 1980 e 1990.²⁶⁶

Como já indicado anteriormente, incentivos para o corte de plantações antigas de café e com menor produtividade já vinham ocorrendo desde os anos de 1960, com a fundação do Gerca, e aumentaram nos anos seguintes com as políticas de incentivo à plantação de soja, milho, trigo e algodão, e com a abertura de crédito para aquisição de ferramentas, maquinários, sementes, mudas, inseticida, fungicidas, etc. Ou seja, diferente do que indicado na entrevista acima, não foram apenas as ações trabalhistas que levaram à "necessária transição", pois já vinham sendo desenvolvidas políticas com esse fim. A remoção de colônias de trabalhadores que viviam em fazendas tornou-se constante a partir da década de 1960.

A redução de áreas de café e o uso de novas técnicas reduziam a necessidade de mão-de-obra permanente vivendo no interior. A redução das áreas com café e a ampliação de áreas com cereais ou pastagens, que necessitavam de menor número de trabalhadores ou os empregavam sazonalmente, tiveram grande influência na remoção dos trabalhadores do meio rural, além de manter baixo o custo da força de trabalho.

No trecho da fala de Brasília de Araujo Neto citado acima, a legislação trabalhista foi apresentada negativamente, como se fosse um fator negativo para todos os envolvidos. A votação e aprovação do ETR no Congresso Nacional se deu sob ampla mobilização dos setores patronais rurais,²⁶⁷ que o combateram no momento de sua aprovação e nos anos que seguiram, reivindicando sua anulação, flexibilização ou ainda adaptação às necessidades regionais e às atividades produtivas.

Vários pronunciamentos, no decorrer de 1963, feitos pelo então presidente da ARL Omar Mazzei Guimarães em encontros e mobilizações realizadas pela ARL, ainda enfocavam, em segundo plano, o cenário rural daquele período, marcado pela baixa remuneração dos trabalhadores e a permanência e acirramento de disputas relacionadas à política agrícola. As questões centrais eram as políticas adotadas pelo governo, tributos para os produtos exportados, impostos estaduais e específicos do café e algodão, entre outros. Ao pleitear políticas de incentivos para suas produções e redução da tributação, as condições de vida e trabalho no campo eram usadas como justificativas. Ou seja, ao apresentar o proprietário ou a "agricultura" como "sofrida" e "incapaz" de arcar com o

²⁶⁶ Ver os trabalhos de : Androcioli Filho, Armando Café Adensado: Espaçamentos e cuidados no manejo da lavoura. Londrina: IAPAR, 2002. E de SIQUEIRA, R.; ANDROCIOLI FILHO, A.; CARAMORI, P.H.; PAVAN, M.A. Espaçamento e produtividade do cafeeiro. Londrina, PR. IAPAR, 1985. 5p.(IAPAR, Informe da Pesquisa, 56).

²⁶⁷ Nelson Maculan, ex-presidente que ocupa uma cadeira no Senado (1960 a 1967), e posteriormente de Deputado Federal (1975 a 1979) pronuncia-se sobre as discussões do projeto do Estatuto do Trabalhador Rural: "Estatuto do trabalhador Rural na forma do substitutivo que apresentei ao senado, o projeto será discutido e votado com as emendas que lhe foram introduzidas notadamente pelo deputado Fernando Ferrari. Estarei vigilante com meus companheiros de câmara para combater as emendas, pois entendemos que elas desfiguram o trabalho". FL. Nelson Maculan deixa Londrina hoje. 10/01/62.

ônus trabalhista, reivindicavam maiores lucros. Isentavam-se desse modo da responsabilidade de pagar e cumprir os direitos aos trabalhadores, que supostamente seriam cumpridos se os lucros com a produção fossem maiores.

A ARL vai concitar todas as congêneres do Paraná e de São Paulo, bem como os lavradores em Geral, em um movimento de grande amplitude, visando exigir do governo federal o preço mínimo de 4 mil cruzeiros para café em coco, na fonte de produção da safra de 63-64, disse à FL o senhor Mazzei Guimarães presidente da entidade. O movimento reclamara preços mínimos para cereais e algodão, também visa garantir preços compensadores para cafés da safra anterior ainda em mão de legítimos lavradores. A lavoura deve procurar unir-se em torno de seus verdadeiros líderes evitando o envolvimento por elementos estranhos a classe. O movimento que planejamos e será pacífico e livre de quaisquer interferência política. Achamos que é nosso dever não tumultuar ainda mais o ambiente de mal estar reinante no país e sempre procurar conseguir que o governo atenda nossas reivindicações com o maior respeito dentro do mais alto sentido.

Concitaremos não só os proprietários de fazenda para essa demonstração de unidade, mas também de nossos colonos maiores vítimas de tão revoltante situação. cremos que todo proprietário, por menos humano que seja, sente-se humilhado em contato com seu **trabalhador, vendo-o um opilado, sem dentes, subalimentado, descalço e quase nu**. O nosso trabalhador rural está recebendo **salário de fome**. O proprietário nada mais pode pagar pois o seu produto nada vale.²⁶⁸

Ou como segue a matéria de Omar Mazzei, publicada na *Folha de Londrina*:

De um lado o produtor se desespera, de outro não é nada alentadora a situação do comerciante. A ilusória alta de preços prometida pelo esquema da safra de 63/64, dilui-se com o alto custo da mão-de-obra, sacaria, fretes, padronização e juros bancários. O ambiente nos meios comerciais é de pânico. Há sérios entraves no processamento dos embarques. Alegam os comerciantes que o IBC está fazendo pesadas exigências quanto a classificação. Outra advertência que se faz: há tumulto na zona rural com o Estatuto do Trabalhador Rural. Nenhum produtor tem condições financeiras para dar cobertura para as exigências da nova lei. Isso vem ocasionando sérios atritos entre patrões e empregados. A satisfação da parte do empregador em proporcionar melhores condições de vida aos colonos não deixa dúvida. Eles devem e necessitam receber melhores salários. Não poderão continuar como párias. Com que meios, porém irão os empregadores pagar o trabalhador? Além do confisco de 60% do valor da exportação do café os produtores esbarram na alta progressiva das utilidades industrializadas, nos impostos estaduais duplicados e nos juros bancários de elevadas taxas.²⁶⁹

Embora os objetivos da divulgação da matéria do presidente da ARL estejam relacionados à política agrícola para o setor do café e não para melhorar as condições de vida dos trabalhadores, a descrição de Omar Mazzei das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais é marcante, independentemente do propósito apelativo do tema em matéria jornalística, pois apresenta o contexto social no qual os trabalhadores estavam inseridos. Além de indicar os “tumultos” que o

²⁶⁸ FL. ARL vai promover Campanha de reivindicações. 17/02/63.

²⁶⁹ FL. O Presidente da ARL adverte: É asfixiante a situação da Lavoura de café 07/08/63.

Estatuto do Trabalhador Rural gerou no campo entre trabalhadores e patrões, Mazzei apela para as condições precárias de vida dos trabalhadores, porém em favor dos fazendeiros (empregadores).

A miséria dos trabalhadores e sua condição de vida e de trabalho foram usadas como estratégia para reivindicar o fim do confisco cambial ou o aumento do preço da saca de café, alegando que os trabalhadores só viviam em condição de miséria devido às cobranças sobre os proprietários/empregadores. Por meio desse argumento de Omar Mazzei, o presidente da ARL contestava a cobrança sobre os produtos exportados, reivindicava melhores preços e, pela sutileza do posicionamento, também se combatia o ETR, tido como impróprio para os trabalhadores rurais.

Anteriormente à aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, diferentes estratégias já vinham sendo utilizadas pelos proprietários da região para reduzir os custos da força de trabalho, especialmente em momentos de mobilização e reivindicações. Uma delas foi a busca por trabalhadores em outras regiões. O telegrama enviado por Álvaro Godoy ao presidente Jânio Quadros, em 1961, pedia a remoção dos trabalhadores de Brasília para o norte, onde *"há absoluta falta de braços para a colheita de café, algodão, milho, arroz e feijão, em vias de perder-se"*.²⁷⁰ A reivindicação para que o governo federal enviasse trabalhadores para o norte no estado ocorria em um momento de intensas mobilizações dos trabalhadores, com a organização do Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, a fundação de sindicatos e de greves por melhores condições de trabalho, também indicava as ações de interesse dos fazendeiros para pressionar as organizações, desmobilizar os trabalhadores e manter o baixo custo da força de trabalho.

Convém destacar que, além do sistema de colonato, o regime de parceria também era comum nas fazendas de café do norte do Paraná. Essa relação de emprego foi uma forma encontrada pelos proprietários de terra, especialmente nos períodos pós-geadas — momentos em que não tinha produção para ser colhida e que havia a necessidade de replantar os cafezais ou esperar a sua recuperação da geada — foi uma forma de manter algum lucro sobre a propriedade sem muito custo. Então, o proprietário negociava com o parceiro (trabalhador) a moradia e a possibilidade de cultivar agricultura de subsistência e cereais que após a colheita seriam divididos como forma de pagamento da renda, como informa o estudo do IPARDES:

Em épocas difíceis, o capital permite que os produtores diretos tenham acesso à terra: na formação dos cafezais, após uma geada que tenha devastado, ou em épocas de queda dos preços internacionais do produto, o capital se utiliza das formas de acesso à terra, como parceria e o arrendamento, como um meio de dividir os riscos da produção. Isso ocorre também em casos de desmatamentos, de formação de pastagens. Passando o risco torna-se desnecessário dividi-lo, principalmente se agricultura estiver se capitalizando, paralelamente a um processo de capitalização das terras. É necessário então, expropriar os produtores diretos, torná-los livres para

²⁷⁰FL. Ronda pela cidade. 22/3/1961.

que possam servir ao capital como assalariados, vendendo sua força de trabalho. ... Esse processo de expulsão dos produtores diretos ... se agrava pela substituição de cultura por pastagens, pela insuficiência da expansão industrial do estado em absorver a mão de obra liberada do campo. Esta então não encontra outra alternativa a não ser engrossar as fileiras do contingente de reserva, alternando a ocupação de volantes com empregos urbanos de baixa qualificação.²⁷¹

Conforme discutido por José Graziano da Silva, essa situação era típica no caso das geadas que queimavam os pés de café: nos anos imediatamente subsequentes, aumenta o número de parceiros, pois era preciso cortar o cafezal queimado e esperar vários anos para que ele rebrotasse e voltasse a produzir. O proprietário, então, “dava a terra em parceria” para evitar ter que pagar os salários integrais até que o café voltasse a produzir.²⁷²

Portanto, o proprietário lucrava com a venda da parte que lhe cabia na produção do parceiro, enquanto aguardava a recuperação do cafezal, sem despesa com a mão-de-obra. Afinal, nos contratos de parceria, as atividades do parceiro não eram controladas pelo proprietário, pois ao término do contrato receberia a renda combinada.

No entanto, como indicado por Angelo Priori,²⁷³ nos processos trabalhistas analisados no norte do Paraná, a parceria era fiscalizada pelos proprietários e as atividades desempenhadas pelos parceiros iam além do estabelecido inicialmente, sendo os trabalhadores destinados a realizar atividades para o proprietário sem remuneração. Desse modo, estreitava-se a proximidade entre colonos e parceiros. Nos casos analisados por Priori, as diferenças não eram concebidas pelos parceiros, que buscavam a Justiça para reivindicar pagamento pelos serviços realizados no cafezal, sendo em muitos casos atendidos.

Para dar suporte jurídico aos seus associados, a ARL criou, ainda na década de 1950, o Departamento Jurídico, que permaneceu atuando nas décadas seguintes. No ano de 1968, por exemplo, o Departamento Jurídico atendeu cerca de 18 consultas mensais sobre questões trabalhistas.²⁷⁴ Esse dado indica o enfrentamento cotidiano presente desde os anos 1950, para os quais os patrões eram orientados por advogados membros ou contratados pela entidade.

A dispensa de mão-de-obra foi discutida internamente na ARL pelos associados e pela direção da entidade. Após a aprovação do ETR, durante toda a década de 1960 o assunto também foi matéria constante nas publicações em periódicos e nos meios de comunicação da região. Foram apontadas pelos proprietários da região alternativas como a substituição da mão-de-obra por

²⁷¹FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. O Trabalhador rural volante no Paraná. Curitiba, IPARDES, 1978, p. 46. Apud. GRAZIANO DA SILVA. Op. Cit., 1982, p.104.

²⁷²Ibid.

²⁷³PRIORI, Angelo. O Protesto do Trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná : 1954-1964. Maringá: Eduem, 1996.

²⁷⁴ ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA Assembleia Geral 31/05/1968. Apud. Documento histórico: Resumo 0773 Livro de Atas 4 “C” 18/09/1965 a 05/07/1977. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná SRP.

maquinários agrícolas, sendo esta uma mudança que já vinha acontecendo. Nesse período, o uso de tratores e carpidadeiras foi intensificado e as patrulhas agrícolas foram fomentadas pelo governo estadual e trabalhavam em várias regiões do estado.²⁷⁵ Também houve a gradativa substituição dos antigos colonos por trabalhadores “boias-frias”.²⁷⁶

Durante a ditadura, neste contexto do campo, os proprietários interessados em não ter mais trabalhadores nas propriedades (parceiros, arrendatários em colonato), e em contratar mão-de-obra volante, puderam agir sem a intervenção dos sindicatos e sem ter que enfrentar greves dos trabalhadores rurais, que tinham marcado as lutas no campo na região no período precedente. Os sindicatos já vinham sendo perseguidos e criminalizados pela classe dominante antes de golpe de 1964, que forjava imagens negativas sempre relacionadas ao perigo e à “ameaça comunista”.

No pós-golpe, as prisões, intimidações, perseguições e criminalização de pessoas ligadas às organizações dos trabalhadores deram início a uma nova fase na vida política na região, marcada pela repressão aberta.²⁷⁷ A ARL, nesse momento, estreitou as relações com o novo governo. Em um encontro do presidente da ARL com Castelo Branco, foi entregue um documento da entidade que apresentava 14 itens com suas sugestões para a agricultura brasileira e para as “necessárias alterações na legislação trabalhista”:

XIV - Adaptar o conjunto de leis trabalhistas à particularidades do meio rural, [ilegível] dos trabalhadores se faça no sentido de assegurar maior bem estar no campo. Seria possível assegurar esse objetivo, mediante uma adequada integração dos interesses de empresários e dependentes rurais, ao invés de se estar criando miragens para estes e espantalhos para aqueles, com fatal corolários de atritos e desempregos para consideráveis massas humanas, como se tem visto já. O Estatuto do Trabalhador Rural, como foi aprovado fator de agitação no campo e de êxodo rural com a disseminação de favelas nas cidades do interior, que acabam se tornando, como já se principia a ocorrer em miseráveis mercados de mão de obra desassistida, nas quais se recrutam trabalhadores braçais para serviços avulsos nas lavouras.²⁷⁸

Essa proposta foi acompanhada do pedido para o aperfeiçoamento das técnicas agrícolas, de incentivos (vários) ao produtor, pois “se este lucrar mais aumentará o padrão de vida dos trabalhadores rurais”. Desse modo, condicionava as conquistas presentes no Estatuto do Trabalhador Rural às políticas agrícolas que favorecessem os grandes produtores e fomentassem a manutenção de uma estrutura agrária desigual.

A “penalização da agricultura” foi utilizada como justificativa pelo pagamento de baixos

²⁷⁵ Em 1962, eram 9 conjuntos de máquinas trabalhando em várias regiões do estado.

²⁷⁶ FL. Preço do café: produtor antevê desemprego e crise na região. 18/06/66.

²⁷⁷ Como em várias matérias da FL. Ver “Repressão ao comunismo: polícia de Londrina promove inquéritos contra numerosos suspeitos”. 11/04/1964. “Manifestação em Maringá: 30 mil repudiam o Comunismo” 04/04/64. “Dirigente sindical preso em Vila Nova” 03/04/64. “O trem vermelho não parou na estação verde amarela” 05/04/1964.

²⁷⁸ FL. Novo Planejamento para agricultura: ARL entrega memorial para Castelo Branco. 03/05/64.

salários aos trabalhadores e pelo não cumprimento dos contratos. Em carta escrita pelo cafeicultor Ulisses Ferreira Guimarães ao presidente ARL, ele reivindicava que a entidade lutasse para melhorar o preço do café, considerando o valor que o governo federal pretendia estabelecer como irrisório. De acordo com o autor da carta, caso o preço pago pela safra não fosse lucrativo, ele comunicava que pretendia substituir os trabalhadores por tratores e carpideiras e, após a colheita, dispensaria 113 famílias que trabalhavam em sua fazenda, totalizando 615 pessoas.²⁷⁹

Essa dispensa em massa de trabalhadores não ficou apenas no plano da intenção e da pressão. Os dados populacionais do município de Londrina indicam que mudanças como a redução da população no meio rural, bem como a concentração fundiária foram reais, e não se tratou de uma especificidade da cidade de Londrina.

Os impactos dessas transformações ganharam espaço nas páginas do jornal Folha de Londrina. Denúncias relacionadas à prática de dispensa em massa de trabalhadores e recontração sem vínculo empregatício para trabalhar no café e na cana-de-açúcar foram recorrentes nos estados de São Paulo e do Paraná.

A Sociedade Rural, enquanto expressão de uma fração de classe patronal, passou a pautar o fim do ETR e a reivindicar o fomento da mecanização, como indicado anteriormente. Na argumentação de Ruy Cunha, ex-deputado, advogado e membro da diretoria da ARL, em palestra proferida no Rotary Club Sudeste, em 1970, essa questão ainda estava presente:

E, principalmente, devem lutar pela (...) **pela modificação do Estatuto da Terra na parte que dificulta o contrato de parceria agrícola e do Estatuto do Trabalhador Rural**, na parte em que invalida como forma de pagamento, o lucro líquido das lavouras intercalares.²⁸⁰

Para o fazendeiro Ernani Paiva, que reforçou o argumento presente nos pronunciamentos da diretoria da entidade, o "problema do boia-fria" estava relacionado com a cultivo do café:

Não resta dúvida de que o problema do "boia fria" foi originado, ou pelo menos passou a tomar vulto após as crises internas e externas pelas quais passou o café. A política de erradicação, posta em ação pelo ex-Ministro do Planejamento, sr Roberto Campos, ressaltados os pontos favoráveis, trouxe em consequência grande desemprego no meio rural. Certo é que os proprietários — muitos poderiam alegar isso — substituíam o café por outras lavouras, dando, assim, novas oportunidades às famílias de colonos. É fora de dúvida que muitos substituíram a rubiácea pelo gado, não só em consequência da política de erradicação, como também pelos estímulos, cada vez maiores observados no setor da pecuária. (...) Tudo isso poderia ser superado, se não fosse o processo trabalhista em vigor, que desestimula qualquer fazendeiro ou agricultor que deseje formar novas

²⁷⁹ FL. Preço do café: produtor antevê desemprego e crise na região. 18/06/66.

²⁸⁰ FL. Fazendeiros e Advogados diz o que Pensa do "Caso Boia- Fria". 14/06/1970.

lavouras, pois o trabalhador rural, que seja como colono, empreiteiro, meeiro, camarada ou outras formas, desapareceu da zona rural e tornou-se um verdadeiro pária em todas as cidades. (...)

O Artigo 41 do atual estatuto, porém, diz que as culturas intercalares, ou por fora da lavoura, "não podem compor salário". Diante disso as terras são abandonadas e cultivadas pelo trabalhador apenas na medida de sua necessidade.

Com tratores no preço que estão, óleo diesel elevando-se todos os dias, sem tratoristas competentes, como será feita essa mecanização?

Para ele o ideal seria voltar ao sistema antigo, quando vigoravam as leis do chamado colonato.²⁸¹

Entre as décadas de 1940 a 1970, a população rural de Londrina foi reduzida de 63,09% para 28,31 %, o que também ocorreu em âmbito estadual e nacional. Esse período foi marcado pela atuação dos proprietários de terra na expulsão de moradores parceiros e colonos.

De acordo com os argumentos da classe dominante agrária, o responsável pela expulsão dos trabalhadores do campo e pela condição de miséria que passaram a viver centenas de famílias foi o café e, por vezes, a política de erradicação — tão apoiada e reivindicada, também era apontada como vilã. Estes passam a ser os fatores na agricultura responsáveis pelas mudanças no campo, a expulsão dos trabalhadores rurais. Porém, a grande parcela de culpa ainda era atribuída ao ETR, que teria tornado a “situação insuperável”.

Após elencar os supostos responsáveis pela expropriação e expulsão dos trabalhadores rurais, a solução apresentada foi a de reelaborar o ETR de acordo com as necessidades de cada região, tendo em vista que o custo da mecanização era alto.

Nessa fala, vemos que os agentes e a entidade, ARL, foram afastados enquanto sujeitos que, em diferentes momentos anteriores, reivindicaram do Estado financiamentos para erradicar cafezais antigos, financiamento para maquinários, patrulhas agrícolas, insumos, incentivos às pesquisas que trouxessem novas técnicas de produção, cursos para profissionalização da mão-de-obra para trabalhar com maquinários, etc. Com este silenciamento das ações dos fazendeiros e da ARL, entre os principais responsáveis pela situação do trabalhador, que foi apresentada como problema, estaria a legislação implementada em 1963.

Embora tendo um papel ativo na reivindicação por políticas agrícolas de mecanização, que estiveram relacionadas à mudança do sistema de colonato para o trabalho boia-fria, a entidade e seus membros passaram a isentar-se enquanto sujeitos articuladores desse processo. O combate ao ETR passou a ser apresentado como a "solução dos problemas do campo", o fim deste código supostamente traria melhorias na condição de vida e trabalho dos trabalhadores boias-frias.

A contratação de boias-frias passou a ser a alternativa encontrada para não respeitar a

²⁸¹ Fazendeiro culpa Estatuto do Trabalhador Rural. 20/5/1970.

legislação trabalhista. Em palestra proferida pelo advogado ruralista Ruy Cunha e membro da ARL, em 1970, este resumiu o porquê do fim do sistema de colonato:

Antigamente, o problema era resolvido pelo sistema de "colonato". O proprietário rural mantinha em sua fazenda maior número de trabalhadores do que o necessário, para intercalar, entre os cafeeiros, plantio de cereais, dando-lhes ainda uma área avulsa para lavrar e pequenas mesadas para subsistência própria e da família, recebendo também porcentagem pelo café colhido. Durante anos, a lavoura cafeeira esteve organizada nesse sistema. Os colonos tinham por lei uma caderneta em que os proprietários eram obrigados a registrar seu haver e seu débito. Essa caderneta era reconhecida por lei e tinha valor jurídico. Os empresários rurais mantinham estes colonos, dando alguma assistência médica e escolar, no interesse de, na época da colheita, não andarem à procura do difícil e caro trabalhador sobressalente. Por que terminou o sistema? Porque o Estatuto do Trabalhador Rural desmantelou-o.²⁸²

Nessa forma de contrato de trabalho, a mão-de-obra não precisava ser deslocada, vivia nas fazendas e estava à disposição do patrão durante o tempo que necessitasse, podendo, desse modo, prolongar as jornadas de trabalho em alguns períodos, como na colheita. Além da jornada de trabalho realizada no cafezal, o colono ainda cultivava cereais para sua subsistência e de sua família.

Essa dupla jornada de trabalho, apresentada como alternativa para a alimentação dos trabalhadores, não implicava no aumento da renda das famílias, mas na vertiginosa acumulação de capital, na medida em que o proprietário poderia diminuir o valor dos salários devido a parte das condições de sobrevivência das famílias, como a alimentação, ser produzida pelos próprios trabalhadores. A eliminação de gastos como moradia e alimentação barateava os custos da mão-de-obra, que deveria apenas cobrir gastos essenciais. Ao contrário do que apontavam os patrões, “*essa aparente solução*” intensificava e precarizava a jornada de trabalho, mantendo a baixa qualidade de vida dos trabalhadores.

Na sequência do mesmo discurso de Ruy Cunha, é possível perceber que com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural a oferta de trabalho diminuía na região na entressafra, aumentando o número de pessoas desempregadas e piorando as suas condições de vida:

O preparo da terra, o plantio, o combate às pragas são feitos com máquinas, dispensando mão-de-obra; só a colheita necessita do braço humano. Por isso ninguém pode condenar estes lavradores por não manterem em suas propriedades agrícolas, durante todo o ano, homens que eles necessitam só durante os poucos meses ou dias da colheita.²⁸³

As transformações que ocorreram na região durante as últimas décadas alteraram as bases

²⁸² FL. Fazendeiros e Advogados diz o que Pensa do “Caso Boia- Fria”. 14/06/1970.

²⁸³ Ibid.

sociais das classes/frações que viviam no campo. Com a mecanização das atividades produtivas, os proprietários de terra se depararam com um empecilho para manter o antigo sistema de trabalho de colonato, afinal *"o preparo da terra, o plantio, o combate às pragas são feitos com máquinas"*. Neste sentido, percebe-se um movimento de expropriação dos trabalhadores e um novo patamar de acumulação de capital nas relações capitalistas.

A ARL e seus representantes buscaram apresentar estratégias para manter a produção e garantir o domínio da terra. Entre a década de 1940 e 1950, a entidade buscou encontrar maneiras de manter os trabalhadores no campo sem mobilizações e greves que pudessem colocar em risco as atividades de produção da cafeicultura. A partir de 1950, as políticas agrícolas implementadas por diferentes governos garantiram a mecanização das atividades agrícolas, a mudança na forma de produzir, o uso de inseticida, adubos e máquinas que influenciaram diretamente na forma de trabalho e vida no campo.

Nesse momento, a política da entidade em relação aos trabalhadores passou a ser outra. Para os patrões não havia mais por que manter os trabalhadores vivendo na propriedade, isso implicaria manter trabalhadores permanentes, tendo que adaptar-se à legislação trabalhista, para atividades sazonais. Desse modo, a ARL passou a apoiar e justificar a expulsão dos colonos, parceiros e meeiros das propriedades, a criticar o estatuto, sugerir alterações, alegando a impossibilidade de cumprir a lei.

O capital que não pode reproduzir-se sem a força de trabalho passou a dispensar grandes contingentes de mão-de-obra, alterou a dinâmica de produção, redividir o trabalho e as atividades de produção, por meio da intensa implementação de novas técnicas. Nessa rearticulação do capital, a mão-de-obra passou a ser removida de seu local de trabalho e as antigas formas de organização social mudaram.

Esse cenário evidencia as diferentes faces do desenvolvimento capitalista e da lógica de reprodução do capital. Por um lado, houve o aumento da concentração fundiária, que ocorreu mediante a expulsão de parceiros, meeiros, arrendatários e pequenos proprietários que perderam o acesso às terras nas quais trabalhavam nas formas de colonato. Essa separação entre o trabalhador e o que necessita para trabalhar (terra e ferramentas) subjugou ainda mais o trabalhador, que passou a ter como única forma de vida a venda da força de trabalho. De colono, parceiro e meeiro passou a ser “boia-fria”, migrante ou “intruso”. Por outro lado, o crescimento da oferta de mão-de-obra nas cidades não era acompanhada pela oferta de trabalho, pelo contrário. Devido à implementação de tecnologias e alteração da produção ocorrida também no meio urbano, diminuíram. O trabalhador passou a vender sua força de trabalho conforme as regras do mercado, não correspondendo, por

vezes, às necessidades mínimas das famílias.²⁸⁴

Os trabalhadores chegavam às cidades, incertos da existência de trabalho e de lugar para viver. Por não ter para onde ir, passaram a engrossar as fileiras das recentes ocupações informais. Quando conseguiam trabalho, era temporário e de baixa remuneração. Os “boias-frias” eram arregimentados por terceiros, os “gatos”,²⁸⁵ que se encarregavam de levar diariamente caminhões cheios de trabalhadores das periferias para as fazendas, percorrendo longas distâncias e, ao final do dia, retornavam às cidades e efetuavam os pagamentos da diária. Rompendo dessa forma com qualquer ligação formal com os proprietários, os trabalhadores sazonais, “boias-frias”, não tinham qualquer direito assegurado.

Parte da defesa da contratação de trabalhadores temporários foi apresentada na fala de Ruy Cunha, para quem ser boia-fria dizia que era normal em países “desenvolvidos” como os Estados Unidos. Desse modo, o advogado Cunha defendia a utilização do trabalho informal e apresentava os benefícios dessa nova forma de relação de trabalho. Para ele, as cidades oferecem “*maiores oportunidades de emprego para todos os membros da família, onde têm diversão, escola, médico e todos os outros confortos que não possuem na roça! E, se não tem, o problema não é do fazendeiro*”.²⁸⁶ A defesa do fazendeiro, portanto, da classe patronal rural, que a ARL tinha como plano de ação central, não poderia ter outra referência explícita como esta apresentada pelo promotor, ex-deputado e membro da ARL.

Organizar formas de instruir os patrões a “livrarem-se” da legislação passou a ser uma preocupação da ARL, assim como oferecer profissionais do campo jurídico, palestras, guias e manuais para formação, prevenção e defesa de classe, como o “Manual do Ruralista: Legislação Agrária”, discutido por Nely Lopes Casali, assessor jurídico, da Sociedade Rural do Norte do Paraná, em matéria publicada na *Folha Rural*, caderno complementar da *Folha de Londrina*, publicado desde 1969.

A matéria elaborada por Casali e publicada na *Folha Rural*²⁸⁷ consiste em uma longa exposição na qual apresentou o conteúdo resumido do Manual. O “Manual do Ruralista” foi encomendado pelo Sindicato Patronal de Londrina, financiado pelo Banco Mercantil e Industrial do Paraná (Bamerindus) e escrito pelo advogado Gilney Carneiro Leal, membro da Sociedade Rural do Norte do Paraná.

Para Casali, o principal mérito desse material era o de esclarecer os proprietários a não cometerem equívocos frente à legislação, especialmente por ser o norte do Paraná um “Celeiro de

²⁸⁴Ver MARTINS, Op. Cit., 1991.

²⁸⁵ Forma vulgar de denominar o agenciador de trabalhadores, que geralmente possuía ou alugava um caminhão de carga que utiliza para transportar trabalhadores até o local de trabalho percorrendo, por vezes, longas distâncias.

²⁸⁶FL. Fazendeiros e Advogados diz o que Pensa do “Caso Boia- Fria”. 14/06/1970

²⁸⁷ FL. Caderno complementar. Legislação Agrária: Manual Ruralista. 16/06/71

Reclamatórias Trabalhistas” e “uma região febril, em desenvolvimento contínuo, onde as relações empregatícias proliferam e se multiplicam a cada dia na grande colcha de retalhos da paisagem rural”.²⁸⁸

Gilney Carneiro Leal também foi encarregado pela ARL/SRP, juntamente com outro membro da agremiação, Wilson Baggio, a elaborar uma “Reformulação do Estatuto do Trabalhador Rural”, que correspondesse aos anseios dos proprietários e das associações de classe representantes da agricultura. Essa reformulação do estatuto, pretendida pela ARL/SRP em 1971, seria entregue junto com outras nove reivindicações ao Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, e ao Presidente do INCRA, José Francisco de Moura Cavalcanti.²⁸⁹

Leal, em outros pronunciamentos, explicou os motivos dos proprietários para a substituição da mão de obra do colono pela do boia-fria, “ele quer ter um mínimo de despesas e por isso prefere utilizar-se do 'boia-fria', que representa mão-de-obra barata e segura”.²⁹⁰ Frente às ações trabalhistas levadas a cabo pelos trabalhadores rurais, Leal defendia que o necessário era “introduzir um colonato moderno, que poderia surgir com a própria modificação na legislação vigente”.

Uma das opções de alteração apontada foi de “*incluir a cultura intercalada nas terras férteis dentro dos ganhos do Lavrador*” e “*explicar/melhorar a definição de alguns termos, como empregado rural e jornada de trabalho*”. A crítica de algumas disposições do estatuto como a “hora-extra”, que “*perfeitamente aplicável ao comércio e à indústria, não tem lógica na zona rural*”, segue com as críticas em relação às férias. Esses argumentos que fundamentam as críticas ao ETR alegam a inviabilidade de ser cumprido e, em contrapartida, propõe uma legislação que atenda aos interesses dos patrões.

Leal reivindicava, também, uma legislação específica para cada região, senão por cultura, (legislação específica para o trabalho no café). Nely Lopes Casali também defendia as alterações no estatuto, especificamente a flexibilidade do horário de trabalho no campo: “*Nos dias de chuva, por exemplo, não se trabalha, por isso nos dias de sol deveria haver uma compensação*”.²⁹¹

Nesse tópico, buscamos apresentar alguns elementos das mudanças que ocorreram no estado a partir dos anos 1960 e os impactos na vida dos trabalhadores rurais. Por intermédio do jornal *Folha de Londrina*, agentes e agência articulavam práticas e discursos, divulgavam informes, reivindicações, projetos, atividades internas, mobilizações externas, orientavam juridicamente e buscavam apoio para suas bandeiras. A ARL/SRP mobilizou representantes do governo, ofereceu orientações e assistência jurídica aos proprietários nas relações trabalhistas, fundou a Junta

²⁸⁸ Ibid..

²⁸⁹ SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ. ATA Assembleia Geral realizada no dia 27 de fevereiro de 1971, p.2

²⁹⁰ FL. 100 mil trabalhadores “bóia-fria” no Paraná. 27/10/71

²⁹¹ Idem.

Particular de Conciliação, na tentativa de desestimular as ações trabalhistas, alterar a legislação do trabalhador rural e criminalizar a sindicalização.

Conclui-se dessa discussão que, embora os pronunciamentos, antigos e recentes, de representantes da ARL aleguem como justificativa do custo humano que teve o projeto de "mecanização da agricultura" e a promulgação da legislação para os trabalhadores rurais, identificamos os limites desse argumento inserindo o Estatuto do Trabalhador Rural em um conjunto mais amplo de mudanças. Desse modo, compreendemos que apresentar a legislação, o café ou a sua erradicação como fatores responsáveis pela condição de miséria pela qual passaram a viver centenas de trabalhadores mostra-se uma frágil proposta de compreensão. Buscamos contextualizar o papel ativo da Sociedade Rural do Paraná e sua atuação em âmbito local, estadual e nacional nas reivindicações de políticas agrícolas que possibilitassem um modelo de desenvolvimento baseado no monopólio da propriedade e a concentração fundiária.

CAPÍTULO 4

SOCIEDADE RURAL DO PARANÁ: ORGANIZADORA DA FRAÇÃO AGRÁRIA DA CLASSE DOMINANTE, SUAS PRÁTICAS E AÇÕES

Durante a década de 1960, houve no país várias manifestações sociais que demarcaram a nova complexidade das relações sociais existentes no âmbito da sociedade civil, no meio urbano e rural, bem como a articulação destas com a sociedade política. Tratando-se do campo popular, podemos citar os casos das organizações sindicais rurais e urbanas, tais como: Ligas Camponesas, Movimento Estudantil e Centrais Sindicais, entre outras. Estas reivindicavam transformações sociais, a ampliação dos direitos políticos e a efetivação de reformas na estrutura desigual do campo e da cidade. Muitos destes novos sujeitos sociais passaram a ganhar o cenário político e a exercer pressões sociais em favor da ampliação da democracia e da transformação da ordem social.

Em meio a estas disputas houve, por outro lado, a articulação das classes dominantes e de grupos de direita nesta inter-relação sociedade civil - sociedade política. Estes buscaram a desestabilização política do governo de João Goulart e a desarticulação dos movimentos sociais populares e organizações político-partidárias de esquerda, democrático-popular e de cunho trabalhistas para a efetivação de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil.

É sobre esse período histórico que se discorrerá neste capítulo, mais especificamente sobre as formas de organização e as práticas da fração agrária da classe dominante ligada à ARL; sobre a organização das entidades patronais no estado do Paraná e sua atuação na disseminação de campanhas ideológicas de desestruturação do governo, de oposição aos movimentos sociais populares e trabalhistas; apoio à mudança nos rumos políticos e econômicos do Brasil, por meio de uma suposta “democracia” (liberal), que se efetivaria com a deposição de Goulart com a ação civil-militar.

A entidade patronal rural estudada colaborou na construção das bases sociais locais que apoiaram a sustentação do golpe de 1964. A Associação Rural de Londrina também reivindicou a reelaboração do Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963, e atuou contra a aprovação do Estatuto da Terra, promulgado no final do ano de 1964.

Nesse momento, buscamos identificar o envolvimento dessa fração de classe dominante

local com os governos militares por meio da inserção de representantes de setores do empresariado rural em pastas do Estado. Para tanto, convém levantar as seguintes questões: - qual foi o papel dos agentes e da agência patronal rural na campanha de desestabilização do governo de João Goulart e durante a ditadura civil-militar; - quais os discursos do empresariado sobre as modernizações, a “democracia” e o “comunismo”.

Outras questões nos acompanharam durante a pesquisa, embora não pretendamos discuti-las nesse momento, as deixaremos em aberto para futuras discussões: - qual a participação das frações agrárias nos projetos de expansão do capital; - quais políticas de estado o governo ditatorial desenvolveu para a região de Londrina, para o campo e para a agricultura.

4.1 Antecedentes do golpe de 1964

Para iniciar a reflexão sobre as questões citadas acima, inicialmente contextualizaremos esse período da história recente brasileira, direcionando as questões para a compreensão do papel desempenhado pela ARL na sociedade local e regional, e apresentaremos elementos que permitem visualizar algumas reflexões a partir da pesquisa.

Sobre esse período da história do Brasil houve um conjunto amplo de trabalhos realizados. Contudo, aqui não cabe apresentar um balanço dessa produção bibliográfica, mas sim dialogar com alguns autores, com os quais compartilhamos a reflexão e que fornecem abrangentes e significativas análises sobre o golpe de 1964.

Fontes e Mendonça apresentaram interpretações sobre o período pré-golpe como confluência de múltiplas determinações e interesses; de um descenso do ciclo econômico; da participação de camadas populares na defesa de suas condições de vida e da ampliação da democracia; dos questionamentos da política democrático-popular; dos conflitos intra-setores das classes dominantes em relação aos rumos que seriam dados na direção do Estado e da efetivação de seus interesses. As autoras também abordaram que, apesar de haver uma baixa nos indicadores do desenvolvimento econômico do país, não houve uma crise econômica que pudesse colocar em risco a continuação da acumulação capitalista.²⁹²

Retrospectivamente, podemos indicar que no período pré-golpe, o país passava por uma “redefinição no padrão de acumulação capitalista no Brasil desde meados da década de 1950”, na qual um de seus principais elementos foi o descenso econômico que marcou o

292

início da década de 1960 e foi resultante da incapacidade de a acumulação “digerir” a carga de novas invenções verificadas no setor industrial pós 1955.²⁹³

As formas predominantes de financiamento passavam pelo Estado, que havia se tornado um investidor produtivo direto, um indutor dos investimentos do capital privado (do empresariado brasileiro e de capital externo) e, por seu papel na fixação dos salários e na regulação das relações trabalho-capital, constitui-se em um grande agente econômico, cujas despesas ultrapassavam a arrecadação realizada, o que inviabilizava novos investimentos.

Nesse momento, as possibilidades para continuar financiando novos investimentos estavam restritas a dois meios: recorrer aos organismos de crédito internacional, subordinando-se a estes, ou ampliar ainda mais as emissões do Tesouro Nacional. Ambas as possibilidades contradiziam-se com a manutenção do regime populista. “Tais recursos seriam fundamentais para a manutenção do financiamento estatal em setores como energia, transporte e siderurgia, entre outros”.²⁹⁴

As dificuldades em financiar ou garantir o ritmo da acumulação de capital agravam-se com a queda de investimentos privados, que em 1963, por exemplo, chegou ao saldo negativo de -1,7%. Esse clima de desestabilização política do regime levou o capital estrangeiro a evitar o mercado brasileiro, conforme expôs Sonia Mendonça.²⁹⁵

Assim, pode-se compreender a atuação das classes dominantes, que, contrárias à expansão e ampliação de direitos que estavam sendo reivindicados nas lutas sociais durante o período de 1961 a 1964, e vendo-se prejudicadas pelo projeto nacional-desenvolvimentista proposto pelo Governo de João Goulart, passam a se organizar em torno de entidades de classe, por meio das quais fossem capazes de articular política, ideológica e militarmente sua ação golpista.²⁹⁶

O Golpe de Estado de 1964 representou para os setores populares a repressão e o afastamento/fechamento na e da cena política, a desregulamentação das conquistas históricas das lutas dos trabalhadores, como o fim do direito de greve, a intervenção nos sindicatos e associações, a inviabilização da reforma agrária, o uso da violência explícita. Por outro lado, o golpe afirmou a hegemonia do capital monopolista sobre os demais segmentos do capital. De acordo com René Dreifuss, no pós-golpe essas frações das classes dominantes trabalharam para preservar:

A natureza capitalista do Estado, uma tarefa que envolvia sérias restrições à organização autônoma das classes trabalhadoras e a consolidação de ... um

²⁹³ MENDONÇA, S. Op. Cit., 2010, p.33.

²⁹⁴ Ibid., p.34

²⁹⁵ MENDONÇA, S. Op. Cit., 1985.

²⁹⁶ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) são exemplos disso.

tipo de capitalismo tardio, dependente, desigual, mas também extensamente industrializado, com uma economia principalmente dirigida para um alto grau de concentração de propriedade na indústria e integração com o sistema bancário²⁹⁷.

Assim, a ditadura pode ser entendida como o instrumento utilizado pelo novo bloco da burguesia golpista para elevar ao máximo o processo de acumulação capitalista que representava uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo no país. O golpe de Estado de 1964 apresentava-se como uma medida necessária para derrubar o governo Jango e conter, daí para frente, as mobilizações sociais populares e de organizações da sociedade civil que defendiam avanços socioeconômicos e políticos de cunho democrático-popular.²⁹⁸

Politicamente, expressivos setores dos trabalhadores urbanos e rurais reuniam-se para a reivindicação de reformas, impulsionados pelo crescimento organizativo das Ligas Camponesas e sua aproximação com o sindicalismo urbano. Essas mobilizações foram destroçadas, ainda que momentaneamente, com a efetivação do golpe de Estado e pela intensa repressão sofrida. Porém, retornariam com maior vigor anos mais tarde, trazendo as antigas bandeiras de luta e novas reivindicações geradas durante esses anos de repressão, específicas de uma sociedade urbanizada e dramaticamente desigual.²⁹⁹

Dessa forma, partimos das discussões surgidas na década de 1980, em especial a desenvolvida por René Armand Dreifuss. Por meio do amplo trabalho que o autor realizou em sua pesquisa sobre o Golpe de Estado de 1964, é possível ter uma maior compreensão do agir político e organizado dos empresários brasileiros, articulados com os militares e com apoio da política externa do governo dos Estados Unidos na articulação do golpe.

É neste e em outros estudos históricos que tratam do Golpe de 1964 que nos baseamos para compreender o papel orgânico que entidades e grupos empresariais tiveram nesse processo. Apesar de não terem agido com o uso das armas, trabalharam ativamente na sua organização, e em resposta a esse apoio, passaram a ocupar cargos centrais em agências do Estado.

Na obra *“1964: a conquista do Estado”*, Dreifuss apresentou que a ação de uma intelectualidade orgânica — formada por empresários nacionais ligados a multinacionais, diferentes grupos políticos, intelectuais, militares, representantes dos interesses financeiros multinacionais e associados — “desestabilizou” o governo de João Goulart. Sua pesquisa apresenta uma extensa rede de organizações empresariais que, mais do que compor um grupo de pressões, passou a se organizar de forma planejada, especialmente por meio de duas entidades, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação

²⁹⁷ DREIFUSS, René Armand. 1964 a conquista do Estado. Petrópolis, Vozes. 1981, p.485.

²⁹⁸ Ibid. p.247.

²⁹⁹ FONTES, Op. Cit., 2010. p. 318.

Democrática (IBAD).

A atuação do IPES/IBAD — entendido como “verdadeiro partido da burguesia, seu estado-maior para a ação ideológica, política e militar”³⁰⁰ — assumiu papel ativo de preparar ideológica e culturalmente a articulação e sustentação do golpe de Estado, principalmente na produção de filmes, panfletos, organizando campanhas de desestabilização do governo, de criminalização das mobilizações populares com a finalidade de projetar seus interesses e garantir a sua efetivação por meio de um golpe militar. A organização da classe dominante brasileira também contou com o apoio político, econômico e militar do governo estadunidense.

O IPES/IBAD agiu principalmente na realização de pesquisas, organização de campanhas ideológicas voltadas para o convencimento da "necessidade" de haver um controle sobre os rumos político-econômico e social do Brasil. Por meio da grande difusão do “medo social”, baseado em amplo discurso anticomunista e contra a "subversão" frente às desigualdades sociais brasileiras, aumentava o caráter de classes das reivindicações populares e justificava, assim, o exercício de violência — no período ditatorial — sobre abrangentes massas populares ou sobre qualquer oposição³⁰¹.

As campanhas promovidas pelo IPES/IBAD alegavam, enquanto objetivo à opinião pública, defender a "democracia" que, contraditoriamente, não aceitava a participação de setores populares na cena política e na definição das políticas públicas.

Dentre as várias frentes de organização dos setores da direita a partir de 1961, no estado do Paraná, foram criadas entidades com a finalidade de intervir na mobilização dos movimentos populares, como foi o caso da Frente Agrária Paranaense (FAP), que, como já discutido anteriormente, foi uma entidade financiada por proprietários rurais com a função de desmobilizar os trabalhadores sindicalizados na região por meio da criação de sindicatos ligados a setores conservadores da igreja católica.

Além da FAP, foi organizada a "Mobilização Agrária do Paraná" (MAP), fundada em junho de 1962, na cidade em Curitiba, com a participação direta do Movimento Agrário Brasileiro (MAB), de São Paulo. Nessa frente de ação no Paraná, durante o encontro de fundação do MAP, foi lançada a "Carta de Princípios do Ruralismo Paranaense".

A partir dessa entidade, que tinha relações diretas com o IPES³⁰² e com entidades de

³⁰⁰ DREIFUSS, Op. Cit., p. 164.

³⁰¹ FONTES, Op. Cit., 2010. p. 226

³⁰² Consultar documentação anexada ao livro de René Dreifuss, *1964 a conquista do Estado*, p.655-668. Nesse material estão as correspondências de membros do movimento de “Mobilização Agrária do Paraná” para o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, bem como os dados da diretoria desse órgão, sua forma de ação e Carta de Princípios. Por meio da análise desse material e da contraposição com os dados levantados na sede da Associação Rural de Londrina, percebemos que: a organização conjunta dos membros da ARL com empresários de outras entidades e regiões do estado do Paraná, estavam ocorrendo de modo planejado, bem como a participação local da ARL na fundação da "Ação Democrática do Paraná", na cidade de Londrina.

outros estados, passou a ser organizada, no Paraná, a atuação conjunta de parlamentares para *"exercer influência política junto ao Congresso Nacional, à Assembleia Legislativa do Estado e às Câmaras Municipais para a vitória dos altos interesses da lavoura e da pecuária, na elaboração de Leis e posturas municipais e na votação dos respectivos orçamentos"*.³⁰³ Juntamente com esse objetivo, também pretendia garantir o *"fortalecimento do regime "democrático", "doutrinariamente adotar princípios contidos nas Encíclicas Papais" e "aprovar normas para a reforma agrária"*.

A diretoria da Mobilização Agrária do Paraná foi composta pelos seguintes membros, todos definidos como Ruralistas: *Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Garibalde Reale, Omar Mazzei Guimarães, Rivaldália Minarim, Bronislau Ostoj Roguski, Rivaldália de Garcia Lara, Rubens Suplicy do Amaral; Constantino Santos, Renato Pavan, Dacir Siqueira Trevisan, Mário Montana Teixeira, Alvides Pavan, Osvaldo Giacóia*.³⁰⁴ A ativa participação de membros da ARL nessa articulação, juntamente com outros proprietários do estado, nos dá a dimensão da importância dada à tomada de posição em defesa do projeto de sociedade que defendiam.³⁰⁵

Em julho de 1962, um mês após a fundação da Mobilização Agrária do Paraná em Curitiba, seus membros se reuniram na cidade de Londrina para apresentar "decisões tomadas em benefício da classe", dentre as quais estavam: pedidos para o governo ampliar os subsídios para os cafeicultores, fomentar a diversificação da produção por meio do financiamento, construção de silos, armazéns e frigoríficos, entre outros.

Entre as reivindicações também estavam a de "escolher os candidatos a serem apoiados nas próximas eleições pela Mobilização Agrária do Paraná", "lançar a Carta de Londrina" e a de efetivar uma reforma agrária dentro da lei. O projeto/modelo de reforma agrária que a Mobilização defendia limitava-se à defesa do *"pleno apoio às reivindicações de meeiros, posseiros, parceiros e assalariados rurais, que sejam justas e legais"*, e *"manifestar solidariedade e apreço ao abnegado clero paranaense na sua doutrinação e no seu trabalho de ordem espiritual moral e educacional, congregando os lavradores católicos na Frente Agrária Paranaense (FAP) e estimulando a sindicalização democrática e cristã"*.

Outro ponto era a "escolha dos candidatos a serem apoiados nas próximas eleições pela Mobilização Agrária do Paraná". Para as eleições de outubro de 1962, os candidatos apoiados pela Mobilização Agrária do Paraná, por meio da participação de sujeitos e entidades de todas as regiões do estado, foram: Bento Munhoz da Rocha Neto (senador); **Ulisses Pereira Guimarães** (senador suplente); para Deputados Federais **Garibalde Reale**; João Ribeiro

³⁰³ MOBILIZAÇÃO AGRÁRIA DO PARANÁ. Carta de Fundação e Carta de Princípios. Curitiba, 23 de junho de 1962. Apud. DREIFUSS, Op. Cit., 1981, p.660.

³⁰⁴ Os nomes destacados ocuparam cargos de diretores ou/e presidentes da ARL.

³⁰⁵ MOBILIZAÇÃO AGRÁRIA DO PARANÁ. Op. Cit. Apud. DREIFUSS, Op. Cit., p.661.

Junior; **Silvio Adguieri** e mais um nome a ser indicado por representantes da região Sul do Paraná. Para deputados estaduais: **Alcides Caetano**; Edgar Ribeiro Menezes; Haroldo Leon Peres; José Mário Junqueira; **Justino Alves**; Nilson Ribas; José Afonso e mais cinco nomes que deveriam ser sugeridos por representantes da região Sul, Oeste e Sudoeste do Estado. Outro nome sugerido nesse documento foi o de Bronislau Ostoja Roguski, enaltecendo as suas atividades recentes frente à mobilização da classe.³⁰⁶ E, por fim, autorizava que a Comissão Executiva do Estado completasse a lista de candidatos a serem apoiados pela Mobilização Agrária do Paraná.³⁰⁷

Essa ampla organização do setor agrário patronal paranaense foi fundamental para a construção de campanhas ideológicas e organização de sujeitos e entidades de todo o estado em torno de demandas específicas do setor e de reivindicações sobre os rumos políticos que deveriam ser tomados. No final desse encontro, foi lançada a "Carta de Londrina", por meio da qual buscou-se mobilizar a população da cidade e região para a necessidade de organizar-se localmente entre diferentes entidades, instituições e organizações.

Como fruto dessa mobilização, que já vinha ocorrendo desde 1962 em todo o estado, foi criada em abril de 1963 a Ação Democrática do Paraná (ADP), na cidade de Londrina. A finalidade dessa entidade de ação foi organizar um conjunto de medidas de oposição ao governo. Fundada por membros da ARL, professores e empresários de outros ramos, indicados mais adiante no texto, a Ação Democrática do Paraná teve como base de sua ação a Carta de Princípios, lançada em Londrina.

4.2 ARL: compondo os alicerces civis do golpe de Estado de 1964

“Foi na Lavoura que a subversão encontrou resistência”
Álvaro Godoy – Associado e ex-diretor da ARL”

A atuação da fração da classe dominante agrária regional em Londrina no pré-golpe pode ser verificada por meio de pesquisas nos periódicos e órgãos de imprensa da região, especialmente na *Folha de Londrina*, nas falas proferidas e na mobilização patronal rural, que, junto com outras entidades da sociedade civil, militares e religiosas, trabalharam na consolidação do golpe por meio da criação de uma base de apoio local.

A Ação Democrática do Paraná, situada no interior do estado, especificamente na cidade de Londrina, foi uma organização fundada para fazer pressões, interferir na opinião pública regional e conter os avanços das organizações dos trabalhadores rurais que, como indicado anteriormente, avançavam nas suas lutas e organizações. Fizeram parte da ADP empresários da cidade ligados no ramo das comunicações, auto-peças e outros, professores, radialistas e

³⁰⁶Ibid, p.662.

³⁰⁷ Os nomes em destaque no corpo do texto fizeram parte do quadro de presidentes e/ou diretores da ARL.

principalmente proprietários rurais. Do total de 37 assinaturas da Carta de Princípios, 14 subscritores eram membros da ARL, como destacado abaixo:

Galdino Moreira Filho, Lauro da Veiga Pessoa, Vicente Carvalho Pinto, Astor Larsen Santos, Guilherme Beltrame, Esron Campos, Victor Pimenta Cunha, Osvaldo Ziôber, Francisco Ziôber, José Maria Baeza, Antonio Aguiar Ferreira, Êsio Ivan Secco, Fernando Santo, Oberlandir Garcia Araújo, Luiz Manella, Osvaldo Jorge, Ioshiki Ishiki, Sidney Wiliam Policarpo, Mauricio Ferreira, Carlos Arruda Freitas, Nelson Natal, Alair Vêras, Jair Assunção, **Alvaro Godoy; Dantel Gonçalves; Ellias A. Campanelli; Jan Niedzieiko; Justino de Araújo Vilela; Juvenal Pietraróia; Luiz Nogueira Monteiro; Olavo Godoy; Olimpio Nogueira Monteiro; Omar Mazzei Guimarães; Rafael Lamastra; Saulo Val Esteves de Almeida; Silvio Adghieri; Ulisses Ferreira Guimarães.**³⁰⁸

Os objetivos da criação desse grupo de oposição foram explicitados no documento de fundação da Ação Democrática do Paraná. Embora seja longo, é importante inseri-lo no texto para situar sua intenção:

A **Ação Democrática do Paraná**, movimento apartidário de caráter ideológico, fiel à carta de Princípios aprovada em Assembleia Geral de 23 de abril de 1963, **dirige-se ao público em geral e, em particular: à mocidade, aos pais de família; aos líderes de grupos e classes profissionais, sociais políticas e religiosas; aos representantes do povo em cargos de administração pública e, em especial aos que exercem função legislativa,** Para Proclamar:

1. Ação Democrática do Paraná é um movimento genuinamente brasileiro, com origem em Londrina, e **não tem qualquer ligação com movimento semelhantes**, dentro ou fora do estado, a não ser uma eventual **coincidência de propósitos e pontos de vista ideológicos.**
2. A Ação Democrática do Paraná **congrega pessoas de todos os partidos políticos**, unidas em torno de denominadores comuns, que são a absoluta fé nos princípios democráticos e o **propósito de defender a ordem democrática**, bem como prestigiar, revigorar e aprimorar a democracia no país.
3. A Ação Democrática do Paraná admite que a **ordem democrática no país** – embora sob um regime democrático – **é falha, deficiente e às vezes injusta.** Entende porém que esses defeitos não decorrem do regime político, mas, sim, **do próprio estágio de evolução social e econômica que o Brasil atravessa, além das atuais deficiências humanas.**
4. A Ação Democrática do Paraná acredita, entretanto, que a democracia é o único regime político que permite ao povo, aproximar-se dos ideais da felicidade individual e coletiva, da qual a liberdade, a dignidade, a justiça, o bem estar econômico e o desenvolvimento espiritual são elementos essenciais.³⁰⁹

A alegação contida no documento de: *“não tem qualquer ligação”* da recém fundada Ação Democrática do Paraná com *“com movimento semelhantes, dentro ou fora do estado”*, foi problematizada por Reginaldo Fernandes Jr como uma estratégia de manter uma suposta

³⁰⁸ AÇÃO DEMOCRÁTICA DO PARANÁ. Carta de Princípios. Londrina, 27 de abril de 1963.

³⁰⁹ Ibid.

independência de ação, que poderia estar relacionada à suspeita, que naquele momento recaía sobre o IBAD sobre suas relações com governos e organizações internacionais, canalizando dinheiro de fontes escusas para fomentar a desestabilização do governo. O IBAD foi fechado após serem apuradas as suas práticas por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).³¹⁰

Essa argumentação de independência em relação a outras entidades, está mais ligada a estratégia de apresentação ao público, buscando arregimentar apoio local para as atividades e campanhas que visava promover. Afinal, as correspondências de membros do movimento de Mobilização Agrária do Paraná — do qual Omar Mezzei Guimarães, presidente da ARL e vários membros da diretoria participavam da presidência — para o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e outras entidades, indicam a existência de estreitos diálogos.

Os fundadores da Ação Democrática do Paraná já atuavam em outras entidades em nível estadual que mantinham relações diretas com o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e com entidades de outros estados. Desse modo, podemos perceber que houve uma organização conjunta visando ordenar suas ações a garantir o sucesso dessas práticas.

A *"coincidência de propósitos e pontos de vista ideológicos"* entre o movimento paranaense e de outras regiões deve ser discutido, inserindo suas propostas, reivindicações, posicionamentos e ações em meio à organização em âmbito nacional das classes dominantes. E os objetivos que possuíam, de garantir a implementação de um novo projeto de desenvolvimento econômico para o Brasil, que tenderia a favorecer também o setor agrário exportador.

Entre os propósitos apresentados acima está a defesa integral da democracia, que, por sinal, também foi defendida pelos Atos Institucionais decretados após o golpe. Pela "democracia" e para ela é que se organizou o golpe que impôs a ditadura civil-militar que durou 21 anos. Em nome dela foram reprimidos os trabalhadores e organizações populares, alegando a perda de controle do Estado sobre esses sujeitos.

As injustiças sociais existentes no Brasil foram apresentadas pela carta de princípios como resultado do processo de desenvolvimento do capitalismo e dos "erros humanos". Sob a alegação de que em um futuro, quando se estivesse em outro estágio de "evolução social e econômica", as contradições sociais seriam superadas. Essa alegação, feita por setores da direita, refere-se ao projeto de "Desenvolvimento Nacional e Reformista" que vinha sendo implementado, bem como às amplas reivindicações de setores populares que buscavam transformações sociais.

Embora afirmando que as desigualdades sociais não decorriam do regime político, para garantir seus anseios, os setores de direita tiveram como proposta o fim do regime

³¹⁰ FERNANDES, R. Op. Cit., p. 121.

democrático e a imposição de uma ditadura, ainda que esta fosse apresentada pelos seus ideólogos como "revolução democrática".

Desse modo, vemos a forma contraditória que a concepção de democracia é apresentada. Se, por um lado, o argumento era de que *“é o único regime político que permite ao povo, aproximar-se dos ideais da felicidade individual e coletiva”*, por outro, foram retirados da população todos os direitos democráticos em nome dessa suposta “revolução democrática”. As atividades da Ação Democrática do Paraná estiveram alicerçadas nos objetivos incluídos na Carta de Princípios, que sistematizaram a sua atuação durante os anos de 1963-1964:

CARTA DE PRINCÍPIOS

1 A Ação Democrática do Paraná é um movimento de caráter ideológico, sem quaisquer ligações partidárias, devendo arregimentar pessoas de todos os partidos políticos.

2 A Ação Democrática do Paraná agirá no campo das ideias:

a) **Promoção da doutrinação democrática** por meio de manifestações do pensamento, tais como imprensa, rádio, panfletos, etc.,

b) **Combatendo toda a Doutrinação da esquerda e da direita, que se oponha aos princípios fundamentados na ordem democrática.**

c) Analisando e combatendo todas as ideias que direta ou indiretamente signifiquem o solapamento da ordem democrática, tais como as que defendem e hipertrofia do poder econômico do estado e do poder de grupos ou de classes.

3 A Ação Democrática do Paraná agirá no campo das atividades práticas:

a) **Participando ou apoiando todos os atos ou ocorrências que levem a prestigiar revigorar e aperfeiçoar a ordem democrática;**

b) Estimulando, ajudando e cooperando através de todos os meios possíveis, dentro da ordem democrática para o **levantamento do nível de vida e de educação do nosso povo;**

c) Tomando iniciativa na crítica e na **correção de atos, ou ocorrências que, dentro da ordem democrática, tendam a desprestigiá-la ou solapá-la;**

d) **Vigiando, apontando e combatendo todos os atos ou fatos que representem ou estimulem a subversão da ordem democrática.**³¹¹

Contraditoriamente, a ADP ao mesmo tempo em que propunha o combate à doutrinação de direita e de esquerda coloca a doutrina como seu objetivo. Desse modo, se definia enquanto uma defensora da ordem democracia por meio do combate à subversão e às práticas antidemocráticas. Vemos que esse discurso era o mesmo que vinha sendo veiculado pelas campanhas do IPES e IBAD, que em nenhum momento de sua ação de desarticulação do governo de João Goulart, da desmobilização das organizações populares e da reivindicação de outro projeto político-econômico, o fez em nome da ditadura, mas, sim, de uma “suposta” democracia.

Nas práticas e na forma de ação da "Mobilização Agrária do Paraná" e da "Ação

³¹¹ AÇÃO DEMOCRÁTICA DO PARANÁ. Op. Cit.

Democrática do Paraná", essas organizações exerceram o papel de formulação e disseminação de campanhas favoráveis à mudança nos rumos políticos e econômicos do Brasil, atuando na desestabilização de governo Jango e em oposição às mobilizações sociais, preparando o terreno para o golpe de Estado. Em meio à atuação dessas entidades, esse trabalho buscou identificar a forma de ação específica da ARL nesse período, identificando as campanhas, mobilizações e ações que promoveram na região norte do Paraná.

Durante o ano de 1962, foram marcantes as campanhas da Associação Rural de Londrina contrárias às reformas de Jango, especificamente a da reforma agrária. Nas mobilizações promovidas por entidades patronais, naquele ano, destacamos a ocorrida em 19 de março de 1962, promovida pelas entidades ARL, ALNP, APAC, Associações Rurais do Norte do Paraná, Centro de Comércio de Café (CCC), Secretaria de Estado de Agricultura (SEAG) e Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná, que contou com a presença do então Ministro da Agricultura, Renato Costa Lima.

Nessa manifestação, o presidente da ARL, Omar M. Guimarães, discursou cobrando do Ministro Renato Costa Lima “melhoria na vida dos trabalhadores com ações que levem ao ‘paiol cheio’ e não ao ‘paiol de pólvora’”³¹². O presidente da ARL se referia às reivindicações do setor no que dizia respeito ao estímulo da “questão agrícola”, entendida como o financiamento a longo prazo e a juros baixos para as atividades agropecuárias, infraestrutura (transporte, comunicação e energia, bem como de armazéns e silos), estabelecimento de preços para a produção que possibilitasse bons lucros, eliminação de fatores fiscais e tarifários, entre outras medidas, em detrimento de estimular o “paiol de pólvora”, entendido como sendo as medidas reformistas, e ao apoio às bandeiras dos movimentos sociais que poderiam levar a alterações na estrutura fundiária.

Em assembleia da ARL, realizada em 18 de maio de 1963, o tema da reforma agrária voltou a aparecer como centro das discussões na entidade. Nessa reunião foi abordada a necessidade de ampliar as bases sociais da entidade, para que ela pudesse se posicionar com maior peso frente ao “perigo” da reforma agrária.

A argumentação foi acentuada por Justino Vilela, que destacou que a então capacidade de arregimentar apoio em sua base social era limitada, dado que a ARL possuía, naquele momento, 700 sócios. E para ser mais forte e alerta aos “perigos” da reforma agrária, era preciso ampliar suas bases sociais. A reforma agrária deveria ser combatida por ter “*raízes em terras vermelhas e doutrinas exóticas.*”³¹³

A manifestação geral reproduzida pelas entidades de classe do Norte do Paraná presente

³¹² ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA Reunião da Diretoria 05/08/1962, p.24 e 25. Apud. Documento histórico: Resumo 0772 Livro de Atas 3 “B” de 19/03/1962 à 18/09/1965. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná – SRP.

³¹³ Ibid. Reunião da Diretoria 18/05/1963. Apud. Ibid.

na Assembleia foi de temor: “a Reforma Agrária proposta pelo governo” pela “maneira nefasta e maliciosa que querem fazer a Reforma Agrária devido à alteração do Art. 141 da Constituição.”³¹⁴

Durante o ano de 1963, foi notícia marcante em âmbito regional o posicionamento das lideranças da Associação Rural de Londrina — que atuavam simultaneamente na direção de outras duas entidades — contrárias às reformas de base do governo Jango, especificamente a da reforma agrária, apresentando em contraposição uma constante de duas proposições complementares: a “milagrosa” produção do setor diante da “escassez de tecnologia e investimento”, expondo assim uma agricultura, “vitimizada”, “sofrida” e “abandonada”, “sem crédito nem assistência técnica”, enquanto aumentavam os investimentos no setor industrial; e, ao mesmo tempo apresentava a política governamental como um erro, que “ameaça a destruição do direito de propriedade nos campos.”³¹⁵

Parte dessa argumentação está no protesto encaminhado ao presidente João Goulart contra ofício enviado por este aos presidentes do Senado e da Câmara, contendo as cópias do anteprojeto de reforma agrária.³¹⁶ No protesto dos líderes da entidade consta:

É genuinamente milagroso o que se verifica nesse setor [agropecuário], do qual esse governo busca afastar todos os capitais, ameaçando a destruição do direito de propriedade nos campos. O que a assessoria de vossa Ex.^a planeja fazer é destruir o Brasil. Informando falsamente a opinião pública relativamente às nossas atividades. Não há nada de fecundo no ofício, o que ele poderá fazer é fomentar nos campos insegurança e intranquilidade.³¹⁷

A entidade promoveu a mobilização dos setores agrários para fazer frente às políticas do governo, como é possível identificar nas falas públicas dos seus membros. Álvaro Godoy alertou em um de seus pronunciamentos para o alcance que poderia vir a ter a mobilização na defesa do direito à propriedade, afirmou que: “está disposto a pegar em armas para defender os direitos da lavoura, em face aos golpes que se tramam, atualmente, contra ela.”³¹⁸

Com este posicionamento em relação às políticas do governo Goulart, a entidade sustentou que o “abandono” e a “ausência” de políticas por parte do Estado era a causa da

³¹⁴ Nessa afirmação, os membros de entidades patronais rurais referem-se ao Art. 141 da Constituição de 1946, que assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade. Embora como destacado anteriormente, as reformas propostas pelo governo estavam longe de representar real ameaça à propriedade. ATA: 18/05/1963. Apud. Documento histórico: Resumo 0772 Livro de Atas 3 “B” de 19/03/1962 à 18/09/1965. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná – SRP.

³¹⁵ FL. Associações cafeeiras do Paraná atacam política de Jango. 30/03/63.

³¹⁶ O documento foi assinado por “Omar Mazzei Guimarães, Lineu Carlos de Souza Dias, Fernando Agudo Romão, Fernando Bueno dos Santos, Presidente e diretores da ARL; e Álvaro Godoy presidente ALNP [que já não existia nesse momento, havia se fundido com a ARL em 1962] e Olímpio Nogueira de Monteiro presidente do CCCNP”. Folha de Londrina. 30/03/63. Embora assumindo a presidência de outras entidades, todos os faziam parte da ARL.

³¹⁷ FL. Associações cafeeiras do Paraná atacam política de Jango. 30/03/63.

³¹⁸ FL. Café: Preconizada em praça publica a greve da Lavoura. 07/06/63.

miséria dos trabalhadores rurais e que o “retalhamento das terras” causaria enormes prejuízos à economia nacional:

A diretoria da ARL entende que não é conveniente para a economia brasileira e para o bem estar dos produtores rurais a tendência ao retalhamento das terras. O minifúndio geraria na agricultura, uma espécie de artesanato rural, que não poderia ser beneficiado pelo crédito agrícola, pela assistência técnica e pela mecanização, frustrando a produção em massa, a custos menores, em prejuízo tanto ao lavrador quanto ao consumidor³¹⁹.

Era clara a recusa da entidade em aceitar qualquer tipo de alteração na estrutura fundiária, sustentando que as pequenas propriedades eram incapazes de ser “produtivas”, por se tratar de pequenas extensões; seriam, por natureza, “atrofiadas” e “incapazes” de fornecer ao consumidor a produção necessária.

Essa argumentação reforçou a discussão sobre a necessidade de investir em infraestrutura, financiamentos e crédito para o grande produtor, pois este sim teria condições de produzir de modo satisfatório e a baixo preço. O projeto de reforma agrária do governo Goulart foi apresentado pela entidade como o fim do direito à propriedade privada, que *“está sendo apoiada por quem não entende de lavoura; metalúrgicos, sargentos, funcionários públicos, etc.”*³²⁰

Advertências em relação ao “perigo” das medidas reformistas e da “subversão” de setores do governo retornariam com força, com campanhas e mobilizações, principalmente em 1964, com a organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Esta foi sendo organizada antes do Golpe de 31 de março e, após ter passado por vários adiamentos, realizou-se no dia 04 de abril, de acordo com os organizadores da manifestação *“agora puramente com objetivo de comemoração e regozijo”*³²¹.

Os membros da ARL, o deputado Olavo Ferreira da Silva, Olímpio Nogueira Monteiro e Justino Araújo Vilela, estiveram diretamente envolvidos com a organização das manifestações locais que tinham como objetivo mobilizar a população local. Inicialmente os atos programados eram de crítica ao então governo de Goulart e, posteriormente, no momento em que ocorreu a marcha, teve conotação de comemoração, ao já efetivado golpe de estado.

Sobre esse aspecto, a ARL teve participação ativa, pois mobilizou seus representantes conjuntamente com os de outros setores da sociedade no intuito de garantir a *“ordem e a paz social”*. Em matéria publicada na *Folha de Londrina*, no dia 02 de abril, aconteceu uma das reuniões que marcaram a articulação não apenas da marcha mas de formas de controle a possíveis resistências, tendo sido organizada em sigilo, sem pronunciamentos ou comunicados

³¹⁹ FL. Aos companheiros Eleitores da ARL. 31/03/64.

³²⁰ ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. ATA Reunião da Diretoria 18/05/1963. Apud. Documento histórico:Op. Cit.

³²¹ FL. Ampla expectativa e intenso policiamento: mais ordem e calma absoluta em Londrina. 02/04/64.

oficiais publicados na imprensa local, como vemos na matéria da FL:

As deliberações foram tomadas a portas fechadas e a própria reportagem da "Folha" não teve acesso ao recinto embora tivesse insistido nesse sentido. Nada transpirou de concreto sobre a reunião nem se deu a conhecer qualquer comunicado oficial a respeito, mas soube-se extra oficialmente que o objetivo era ouvir a palavra da autoridade policial em face da situação do país e da orientação do governo do Paraná, que resolveu apoiar incondicionalmente. Na mesma ocasião foram concertadas várias providências no âmbito da proteção a edifícios públicos e pontos estratégicos de Londrina, inclusive aeroporto, depósito de combustíveis e logradouros públicos³²².

Essa articulação em âmbito local possibilitou aos sujeitos sociais envolvidos na construção dessa teia de relações que respaldaram o golpe avaliarem e se inserirem nessa nova conjuntura, elaborando estratégias para manter o controle na região diante de possíveis focos de resistência. Das reuniões realizadas com esse fim, mesmo após o golpe, a matéria apresenta uma delas e alguns traços dessa intensa mobilização de setores civis e militares.

Pela Manhã, à tarde e à noite houve intensa movimentação de autoridades, representantes de partidos políticos e líderes de comunidades em reunião que se realizaram sucessivamente na prefeitura e câmara dos vereadores e na sede da 12ª Sub-divisão Especial de Polícia, onde se concentram as principais medidas relacionadas com a preservação da Ordem, da Paz e da Segurança Pública. A mais importante dessas reuniões verificou-se à tarde no edifício recém-construído da organização policial com **a presença do delegado-chefe daquela repartição sr, Ladislau Bukowski Filho, e de várias personalidades entre as quais o Bispo diocesano D. Geraldo Fernandes, e os Srs Paulo Carneiro Ribeiro diretor do Instituto Brasileiro do Café, Milton Menezes suplente do senado, Omar Mazzei Guimarães, presidente da Associação Rural de Londrina; Justino Araújo Vilela, presidente da Associação Rural de Bom Sucesso; Deputado Olavo Pereira da Silva, Valdir Edgar Carnio, presidente da associação odontológica do Norte do Paraná, Rafael Lamastra presidente do diretório municipal do PTN**³²³.

*“Com a situação política e militar controlada e o perigo de uma solução sangrenta praticamente conjurado.”*³²⁴, a segurança foi conseguida através da repressão, principal estratégia de controle a qualquer movimentação contrária ao novo governo. Simultaneamente a essas articulações na cidade de Londrina, em Maringá estava sendo organizada a *“Marcha de Repúdio ao Comunismo”*, que ocorreu no dia 03 de abril de 1964, e teve grande presença de entidades civis londrinenses, que compareceram em caravanas, formadas por ônibus e carros pessoais. O intuito da marcha, de acordo com o jornal *Folha de Londrina*, foi o *“Repúdio ao comunismo e viva a democracia”*. Nesta campanha, a ARL também marcou presença, com a participação de seus membros:

³²²Ibid.

³²³Ibid.

³²⁴Ibid.

Durante a concentração usaram a palavra vários oradores, dentre os quais o prefeito, o vice-prefeito e o bispo de Maringá, que se encontravam em um palanque armado na praça. Ao lado apareciam entre outras pessoas os senhores **Milton Menezes**, suplente de senado e ex-prefeito de Londrina; **Omar Mazzei Guimarães**, presidente da ARL; **Justino Araújo Vilela**, presidente da Associação Rural de Bonsucesso; e **Severiano Alves Pereira**, Secretário da Prefeitura. (...) Os representantes de Londrina viajaram em dois ônibus e algumas dezenas de carros particulares. De espaço a espaço, a multidão agitando bandeiras do Brasil, dava entusiasmados vivas à democracia, enquanto os oradores proferiam veementes discursos de repúdio ao comunismo.³²⁵

Naquele momento, foi traçada uma relação direta entre o governo, as reformas que propunha e a atuação de “comunistas”. Essa argumentação também estava presente nos Atos Institucionais e serviu de justificativa para a “*revolução drenar o perigo comunista*”, principalmente a partir dos artigos 7º, 8º e 10º do AI-1.³²⁶

Esse argumento foi amplamente noticiado na imprensa da época e nas falas das pessoas que legitimam e aprovam o golpe de estado, especialmente as medidas repressivas de controle social, embora seja um tanto quanto equivocada, afinal as reformas propostas pelo governo Goulart não colocavam em xeque a propriedade e não representavam alterações radicais nem qualquer ameaça ao sistema capitalista. O golpe colocou fim a um conjunto de mobilizações sociais, organizadas por vários setores da sociedade. Estas, sim, poderiam vir a reivindicar transformações sociais.

Manifestando publicamente o apoio ao golpe e a urgência de estabelecer o controle social, os membros da ARL reivindicavam a “*necessidade de manter a ordem, a paz e a segurança*”. O apoio dado pela fração rural ao golpe volta a ser aludido pelos líderes locais nos momentos em que “cobram” políticas dos governos ditatoriais:

Vimos nós (cafeicultores) aos tombos até a revolução de 64. Foi na Lavoura que a subversão encontrou resistência, fomos nós da roça que demos o primeiro grito de advertência e começamos a nos preparar para a resistência. Tive a oportunidade de visitar na ocasião as grandes cidades e pareceu-me que o povo estava conformado que nossa terra fosse tomada pelo comunismo. **Voltei para o sertão e começamos a nos reunir nas fazendas para nos organizarmos. Nessa ocasião criamos nosso lema "Tudo ou Nada", ou teríamos nossa terra livre e democrática ou seria a destruição de tudo o que fosse possível.** Para a felicidade nossa, as forças Armadas depois de terem visto o desfile das mulheres paulistas e mineiras pelas ruas de SP e Belo Horizonte, disserem não ao comunismo. Essas forças saíram às

³²⁵ FL. Manifestação em Maringá: 30 mil repudiam o Comunismo. 04/04/64.

³²⁶ Ato Institucional nº 1, Artigo 7º possibilitou: Demitir funcionários do regime deposto, cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais; a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão durante dez anos; a eliminação do direito ao voto, de candidatura e da participação em atividades político-partidárias; a demissão, dispensa, aposentadoria, transferência para reserva ou a reforma de burocratas civis e pessoal militar...; 8º Instaurar inquéritos e processos; e 10º Caçar mandatos e eleições interdisciplinar. De modo geral essas medidas ficaram conhecidas como “operação limpeza”.

ruas vitoriosas.³²⁷

Na ocasião do pronunciamento de Álvaro Godoy, proprietários oriundos de 27 municípios paranaenses deslocaram-se para a cidade de Piraju, em São Paulo, para combater confisco cambial do governo federal e reivindicar outras políticas para o setor, principalmente em relação à produção e comercialização de café.

Na afirmação feita por Godoy, para os membros o setor agrário era *"tudo ou nada"*, como indica a atuação efetiva realizada pelos ruralistas, que organizaram para manter a sua condição de proprietários rurais. Assim, mantinham a propriedade fundiária intocada ou, no caso do avanço das reformas, ocorreria a intervenção direta nos rumos político e econômico do país, o que de fato aconteceu. Esse setor da sociedade passou a se organizar em diferentes frentes de atuação que envolveram os proprietários rurais contra qualquer alteração na concentração fundiária. Finalizou sua fala apresentando que o golpe civil-militar garantiu a *"nossa felicidade"*, ou seja, dos proprietários rurais, pois a partir do golpe as mobilizações dos movimentos que reivindicavam reforma agrária e os sindicatos dos trabalhadores rurais foram violentamente reprimidos e desorganizados. Desse modo, os governos da ditadura garantiram a tranquilidade dos ruralistas por meio da repressão e violência.

Nesse encontro em São Paulo foi destacado pelo jornal FL a presença de Álvaro Godoy da Cooperativa de Café de Londrina e da Federação Paranaense das Cooperativas de Café; Justino Vilela da Associação Paranaense de Cafeicultores – APAC, Omar Mazzei Guimarães da já renomeada Sociedade Rural do Norte Paraná – SRNP, e Dalton Paranaguá prefeito de Londrina e José Lazaro Dumont da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná FETAEP, e do estado de São Paulo, a presença de Sávio Almeida Prado da Sociedade Rural Brasileira, entre outros.³²⁸

Verifica-se no diálogo entre a entidade patronal e o governo Castelo Branco a articulação da entidade em apoio à *"revolução"*.³²⁹ Na abertura da Exposição Agropecuária de Londrina, o então presidente da entidade, Omar Guimarães Mazzei, reclamou a Castelo Branco, em seu discurso de abertura assistência à agricultura e à pecuária, especificamente descritas em três reivindicações: “No momento temos em mira três objetivos: Instalação de um posto de Monta; de um centro de inseminação artificial; e a de uma feira de exposição permanente”. No decorrer do pronunciamento, relembrou o apoio dado pela entidade em

³²⁷ FL. 2 mil Cafeicultores na concentração de Piraju (SP). 10/12/1968.

³²⁸ Álvaro Godoy, Justino Vilela também da ARL. FL. 2 mil Cafeicultores na concentração de Piraju (SP). 10/12/1968.

³²⁹ Quando da visita de Castelo Branco à cidade de Londrina para a inauguração da “Exposição Agropecuária” promovida pela ARL. Os significados das grandes exposições agropecuárias promovidas pela entidade não serão aprofundados nesse momento, mas são de suma importância. Esses eventos que reuniram e reúnem diversos segmentos da sociedade, entidades de classe políticos de diferentes partidos e matrizes, de vereadores locais aos presidentes.

“momentos difíceis”:

A nossa associação rural foi a primeira entidade a levantar-se contra os desmandos do governo deposto há um ano, e pela revolução. Em pronunciamento feito em horas difíceis, em outubro de 1963, quando a ansiedade geral do meio agrícola do país pronunciava a total desorganização de nossa vida rural, a Associação Rural de Londrina enviou enérgico pronunciamento ao governo de então. Por isso, é para nós, motivo de orgulho e esperança a visita de V. Ex^a., o Norte do Paraná cerrou fileiras em torno do movimento que livrou o país da subversão, e da corrupção, e os lavradores sentem-se honrados em apertar pessoalmente a mão de v. Ex^a. E o fazem na firme esperança de que novos e radiosos dias vem chegando para o Brasil e para essa fecunda, laboriosa e sofrida região³³⁰.

Vemos que, para além de trabalhar na construção de mobilizações e campanhas de apoio ao golpe e à ditadura que se instaurou no Brasil no pós 1964, os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante da região buscaram mobilizar localmente o apoio ao golpe, o que em nível estadual o então governador vinha orquestrando de longa data, como nos mostra Murilo Zardo:

A firme aliança estabelecida pelos governadores que mantinham participação ativa na conspiração vinha de longa data e foi essencial para o sucesso do golpe civil-militar, tendo sido integrada pelos governos estaduais de São Paulo (Adhemar de Barros), da Guanabara (Carlos Lacerda), de Minas Gerais (Magalhães Pinto), do Paraná (Ney Braga), de Santa Catarina (Celso Ramos) e do Rio Grande do Sul (Ildo Meneghetti)³³¹.

A partir dos discursos e das práticas dessa fração de classe patronal, visualiza-se que ela não esteve alheia às transformações pelas quais o Brasil passou nesse período, pelo contrário, estava posicionada consistentemente em torno de seu projeto de classe e foi beneficiada com a implantação da Ditadura.

Nessa primeira década de ditadura, as falas dos membros da entidade poderiam não aprovar algumas políticas específicas para algum setor, mas enalteciam sempre a importância da “revolução de 1964”, assim como defendiam a ditadura como “*o caminho para a democracia, ordem social e desenvolvimento nacional*”, mantendo alimentada a tese de “perigo comunista” para apoiar o uso de violência física, as práticas autoritárias e antidemocráticas. Desse modo, vemos que as saudações e homenagens à “revolução” foram sendo construídas, a exemplo do discurso de Francisco Antônio Sciarra:

Nunca é demais lembrar que logo em nossa Exposição, realizada em 1964 tivemos a honra de receber a visita do saudoso e eminente Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Em 1967, na abertura solene da IV Exposição, fomos honrados com a visita do saudoso e pranteado Presidente

³³⁰ FL. Castelo passa 5 horas movimentadas em Londrina. 04/04/1965.

³³¹ ZARDO, Murilo. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à Operação Farroupilha. Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos. Anais. Porto Alegre : APERS, 2011, p.153.

Arthur Costa e Silva que aqui veio logo após ter recebido a faixa presidencial de seu ilustre antecessor. Nesta evocação a estes dois saudosos chefes da REVOLUÇÃO BRASILEIRA, de 31 e março de 1964, tão precocemente roubados ao convívio de seus familiares e de seus concidadãos, queremos consignar, em nome de todos os agricultores e pecuaristas desta região, reverente preito de saudades e homenagem, nossas exposições nasceram no ano da REVOLUÇÃO de 1964.³³²

No ano de 1970, ao relembrar a visita dos ditadores à entidade, Antônio Sciarra engrandece o seu papel e a sua importância no cenário nacional, tendo sido atendida nos convites enviados aos governantes e construindo espaços de diálogos imprescindíveis para a elaboração de planos, projetos, apresentação de reivindicações.³³³

As campanhas de apoio à ditadura promovidas pela ARL tiveram elementos de otimismo, vendiam a imagem de progresso e formavam a base de sustentação do nacionalismo ufanista, enalteciam essencialmente a ideia de que a ditadura estava conduzindo o Brasil para seu futuro, *“cada vez mais forte”*, como na campanha da entidade patronal publicada em comemoração ao aniversário da Independência, no dia 07 de setembro de 1971.

*A Sociedade Rural do Norte do Paraná quer ver o Brasil cada vez mais forte. E mais livre também. Hoje, quando mais uma vez se comemora a data maior da independência, a Sociedade Rural do Norte do Paraná só quer fazer um prognóstico: Brasil (ontem, hoje e sempre) é irreversível em termos de progresso. E com toda a certeza, todo o coração, sabe que ninguém e nada neste mundo conseguirão parar seu caminho rumo ao amanhã. Que é grande. Grandioso*³³⁴.

Esta campanha é semelhante a outras propagandas do período do Regime Militar, promovidas por órgãos especializados³³⁵. A entidade apresentou a sua disposição de ver (e defender) o Brasil como um país em direção ao progresso, que estava cada vez mais forte em seus objetivos.

Ao que parece, o desejo de um amanhã forte estava relacionado à efetivação de um almejado “progresso” econômico, que nesse momento recebia atenções especiais do governo. E quanto à liberdade, se considerada a trajetória da entidade até o momento da publicação, é fácil verificar que foi algo reivindicado frente aos movimentos populares que se mobilizavam em torno de reformas sociais.

Pode-se visualizar a clara participação da Associação Rural de Londrina através dos agentes que a representavam, na urdidura que deu sustentação ao golpe de 1964. A atuação contígua com representantes religiosos, militares e outras entidades da sociedade civil

³³² SCIARRA, Francisco Antonio. Discurso da abertura da VII Exposição Agropecuária de Londrina, promovida pela SRP em 1970. Texto disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná. Destaques no original.

³³³ Ibid.

³³⁴ FL. A sociedade Rural do Norte do Paraná quer ver o Brasil cada vez mais forte. 07/09/71.

³³⁵ Assessoria Especial de Relações Públicas -1968, a Assessoria de Relações Públicas – 1976 e o próprio Ipes.

possibilitou a construção de bases locais que deram sustentação e legitimidade à ditadura. Esse “serviço” prestado à “revolução” é retomado em vários momentos pelos líderes ruralistas locais, com o intuito de cobrar políticas para o setor, posicionar-se frente aos projetos de alteração da estrutura fundiária e ao avanço das lutas trabalhistas, o que ocorreu logo na primeira exposição promovida pela entidade pós-golpe que foi visitada pelo primeiro presidente da ditadura.

Inserindo representantes na administração pública local, estadual e nacional, a agremiação manteve estreitos diálogos com os governos militares, tendo sido representada nas Secretarias de Agricultura, Fazenda, Trabalho e Assistência Social, Saúde Pública, Interior e Justiça. Além de ter vários representantes atuando na administração do Instituto Brasileiro do Café (ICB), teve representantes no senado, câmara dos deputados e governo estadual. Os lucros e benefícios dessa fração de classe ainda estão por serem pesquisados.

O apoio dado pela entidade ao golpe de 1964 foi reelaborado nas publicações mais recentes da ARL/SRP. Tem sido apresentado apenas enquanto simpatia aos governos militares, como vemos no livro *“Londrina, Paraná, Brasil: Raízes e dados históricos – 1930-2004”*, no qual a ARL/SRP foi convidada para apresentar sua história. Nesta obra, vemos como o discurso sobre o golpe e a ditadura passou a ser reelaborado: o que antes foi manifestado enquanto uma “revolução democrática” durante os governos militares, passou a ser apresentado como ditadura. Mas manteve como argumento justificador e legitimador do golpe a *“baderna social e a subversão das esquerdas”*, como vemos a seguir.

O Parque Ney Braga foi inaugurado em 1964, quando se iniciava o **período ditatorial no Brasil e que durou 20 anos**. O primeiro presidente da República, no novo regime, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, veio a Londrina para a Exposição de 1965. Como a tomada de poder pelos militares havia contado com a **simpatia do povo, porque era grande a baderna e a desestatização provocadas pelas esquerdas**, havia multidões aplaudindo Castelo. Em seu discurso, Omar Mazzei não modificaria seu estilo e fez críticas à política agrícola do Ministério da Agricultura. Ney Braga era governador e escutava apreensivo. **Naqueles tempos era temerário criticar o Governo, pois uma prisão poderia ser sumária.**³³⁶

Aquela defesa ao golpe que esteve presente entre os anos de 1960 e 1970 passou a ser

³³⁶ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO. Londrina, Paraná, Brasil: Raízes e dados históricos – 1930-2004”. Londrina: Edição Humanidades, 2004. p.388. Esse documento foi elaborado com a finalidade de *“resgatar, preservar e cultivar os momentos históricos de Londrina e Região”*, e a Sociedade Rural do Paraná tem espaço privilegiado, pois foi apresentada como “patrimônios de Londrina”. No texto há um histórico da entidade e perpassa por momentos importantes da história do Brasil recente, como pelo golpe civil e militar apresentado apenas como “militar” que, de acordo com a argumentação, ocorreu de modo natural, sem conflito e com a aprovação da população. Outro momento “relembrado” nesse texto, de modo descontextualizado, foi a atuação da SRP diante do I Plano Nacional de Reforma Agrária. Esse material, ainda que sucinto, visa reforçar a importância da entidade e sua capacidade de mobilização em diferentes momentos históricos.

intercalada com algumas ponderações, retirando a defesa completa e irrestrita. Isso ocorreu porque esse debate no presente está sendo “vigiado”, questionado, debatido de modo mais amplo, o que impõe, inclusive aos defensores do golpe, um cuidado maior ao referir-se ao processo.

Nas entrevistas produzidas com membros da ARL/SRP, foram várias as menções positivas à ditadura feitas tanto pelos membros da entidade quanto pela entrevistadora, que em muitos momentos interrompeu os entrevistados para direcionar a argumentação sobre essa questão. No trecho da entrevista de Luiz Meneghel Neto, ele relembrou o posicionamento da entidade reivindicando políticas para o setor, porém sem questionar ou discordar da ditadura, *“com todo o respeito ao processo”*:

Luiz Meneghel Neto: Eu lembro que tem um caso aqui que acho que era o Fernando Sobrinho, que teve um **presidente aqui, o Castelo Branco**.

Entrevistadora: Era o Omar Mazzei Guimarães

Luiz Meneghel Neto: Isso Omar Mazzei Guimarães, e ele **“desceu a ripa” no presidente. Quer dizer, mas com todo o respeito ao processo**. Quase prenderam ele, mas mostrando que entre a SRP ela é apartidária, não quer saber se é desse partido ou daquele partido. Ela vai defender as posições da classe produtora.

Entrevistadora: Ele criticou as políticas para a agricultura e foi extremamente severo e indelicado em muitos pontos, pelo que diz a imprensa e o próprio discurso que nós lemos, né Elenice? **Mas por outro lado, o presidente como reagiu? Disse que preferia a franqueza à cortesia, foi fantástico e que muita gente dizia ser ele ditador!**³³⁷

Ainda que esteja presente na fala de Luiz Meneghel Neto a relação de diálogo entre a entidade e os governos militares, essa posição da entidade nesse processo passou a ser omitida. As argumentações favoráveis ao golpe foram reelaboradas e apresentadas de modo menos direto. Já na interferência da entrevistadora, vemos a defesa de uma forma de compreender esse processo e a tentativa de desconstruir o caráter antidemocrático da ditadura. Na fala de Meneghel Neto, que apresentou a “cortesia” de Castelo Branco para com o presidente da ARL, indica que havia espaços para crítica e oposição no governo, reforçando os discursos do período militar que se vivia sob um regime democrático.

Não foi apenas sobre o período da ditadura que a ARL/SRP passou (re)elaborar uma versão sobre o seu passado, mas, no decorrer da trajetória da entidade, esta buscou construir uma história sua, oficial, sobre a colonização e (re)ocupação, a história de desbravamento e progresso, bem como a organização e os embates políticos.

Essa discussão possibilita identificar na fala oficial da entidade patronal pesquisada a presença da narrativa sobre o “norte do Paraná” e seus “silenciamentos” sobre a exclusão

³³⁷ NETO, Luiz Meneghel. Entrevistas realizadas para ser parte do acervo do Museu da Sociedade Rural do Paraná. Sob coordenação de Helenice Nortare Dequeche; Entrevistadora: Conceição Geraldo. 2º vídeo, 44 min. Transcrição: feita pela autora.

social e as práticas de violência cometidas pela classe dominante, especialmente do setor patronal rural, bem como o papel que atribui às suas práticas em diferentes momentos de sua história. O seu discurso e as ações repressivas da ARL contra os movimentos sociais são silenciados.

Pôde-se visualizar neste capítulo que a ARL agiu em diferentes momentos como um organismo de classe, com a função de fomentar e organizar o apoio de diferentes sujeitos para defender seus interesses. Embora a entidade não tenha agido só mas imbricada com outras entidades no estado do Paraná e de outros estados do Brasil, vemos que a ARL manteve a função de uma entidade organizadora e dirigente da classe patronal rural, com o objetivo de se articular na sociedade civil e na sociedade política em torno da desestabilização do governo, crítica e combate à reforma agrária de cunho popular e a qualquer possibilidade de mudança na estrutura fundiária. Foi, e ainda é, uma organização de caráter político, assentada na sociedade civil, o que permite criar condições para a consolidação e disseminação de um projeto social para o conjunto da sociedade, enquanto construção de uma hegemonia que também envolve o Estado e a cultura.

A ARL, enquanto entidade representativa de uma fração da classe dominante rural, preocupou-se com a representação dos seus interesses. No âmbito da sociedade civil, vemos a fundação de outras organizações representativas dos interesses dominantes, que atuaram por meio de ações coletivas, campanhas e propagandas ideológicas e modalidades de correlação de força dentro do Estado restrito, a ARL pôde influir tanto sobre o contexto econômico quanto na regulação do conflito social e, especialmente, na implementação de certas políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa empírica realizada sobre a ARL/SRP e seu papel na construção de canais de organização da vontade coletiva da fração da classe patronal rural que representa, verificamos que a entidade mobilizou forças e interesses para fazer frente à luta de posseiros, para criminalizar as organizações dos trabalhadores rurais e para organizar diferentes setores da sociedade em apoio ao golpe civil-militar. Foi, também, um espaço de formação de "organizadores" ou "intelectuais", ou seja, sujeitos enquanto persuasores permanentes atuando em diferentes espaços sociais, com a capacidade de organizar a ação política e de trabalhar na construção de uma vontade coletiva concretizada em práticas.

O estudo da Sociedade Rural do Paraná (ARL/SRP) possibilitou compreender a atuação dessa fração da classe dominante no processo de (re)ocupação da região norte do estado do Paraná e sua posição na mediação, no diálogo, nas pressões e repressões aos conflitos agrários regionais. A partir das questões propostas, indicamos o conjunto de elementos que influenciaram a fundação da ARL, bem como a atuação dos seus membros em comissões e cargos públicos, reivindicando atuação repressiva por parte do governo do estado do Paraná para a expulsão dos posseiros na região de Porecatu.

A ARL foi fundada por sujeitos que tinham significativa participação na vida política local desde os primeiros anos de fundação da entidade, e essa representatividade política de seus membros permaneceu no decorrer das décadas seguintes. A composição social da entidade teve — e tem — a centralidade na classe patronal rural, definida a partir dos critérios de inserção dos sócios, que excluíram — e excluem — a possibilidade de ter no quadro de associados os trabalhadores rurais.

Entre 1946 e 1951, a atuação da entidade foi ativa no combate às associações de trabalhadores rurais e posseiros, que aos olhos dos proprietários representavam uma "ameaça" à ordem social. Membros da entidade atuaram diretamente na organização dos proprietários rurais para conter, por meio da expulsão dos posseiros, a revolta de Porecatu. E reivindicaram, por intermédio das comissões nomeadas para “cuidar” do caso, o uso da força privada e pública para garantir o reconhecimento por parte do estado e dar legitimidade aos títulos de propriedade forjados em esquemas ilícitos, como as grilagens.

“Coincidentemente” após o aniquilamento da revolta de Porecatu, a ARL teve sua área de atuação reduzida ao município de Londrina, ainda que mantendo em seu quadro dirigente membros de toda a região norte do estado. Fomentou durante a década de 1950 a criação de

núcleos locais para o fortalecimento de suas bases e passou a fazer oposição às recém-criadas associações e sindicatos dos trabalhadores.

Ao defrontar-se com o avanço das associações de trabalhadores e sindicatos ARL passou a organizar sua ação por intermédio do jornal Folha de Londrina, por meio do qual os seus agentes articulavam práticas e discursos, divulgavam informes, reivindicações, projetos, atividades internas, mobilizações externas, orientavam juridicamente e buscavam apoio para suas bandeiras. Mobilizou, também, representantes do governo para que fossem oferecidas orientações e assistência jurídica aos trabalhadores, para que estes não buscassem apoio nos sindicatos. Para amparar os proprietários nas relações trabalhistas, a entidade fundou a Junta Particular de Conciliação, na tentativa de desestimular as ações trabalhistas, alterar a legislação do trabalhador rural e criminalizar a sindicalização.

Foi importante a atuação da ARL/SRP na implementação de uma política agrária, na reivindicação e apresentação de políticas agrícolas que possibilitassem um modelo de desenvolvimento baseado no monopólio da propriedade e a concentração fundiária, ainda que nos pronunciamentos seus representantes atribuam a ocorrência de mudanças nas relações de trabalho no campo à "mecanização da agricultura", à promulgação da legislação para os trabalhadores rurais e às geadas. Identificamos que com a elaboração desse argumento, a entidade passou a se eximir das inegáveis contradições sociais e conflitos que mediarão esse processo que, em grande medida, propôs e defendeu.

Nos anos 1960, a ARL atuou ativamente no processo de articulação do golpe, em âmbito estadual e local — onde manteve a centralidade nas ações — tendo sido beneficiada durante a ditadura. A ARL pôde influir tanto sobre o contexto econômico quanto na regulação do conflito social e, especialmente, na implementação de certas políticas públicas, tendo construído um projeto de classe para si e para as demais classes.

A inserção de membros da ARL/SRP nas agências do Estado indica a capacidade mais ampliada da entidade de atuar na sociedade política, o que demonstra sua atuação política, sua capacidade de pressionar, reivindicar e efetivar suas demandas por meio da organização e mobilização. Executaram esse papel na SRP os quadros de agentes que compunham sua presidência e diretorias, homens com formação escolar superior, ativamente mobilizados em torno dos interesses da fração a qual pertenciam.

As disputas internas, que foram problematizadas no decorrer da pesquisa, demonstram as divergências presentes na entidade, que, por vezes, chegou a ser concretizada em "bate-chapa" e no afastamento de membros dos cargos que ocupavam. Essas divergências estiveram relacionadas às políticas do governo para a agricultura, que beneficiava de forma diferente os diversos setores ligados à produção, à comercialização e transformação do café (exportação

ou industrialização e venda no mercado interno). Mas, ainda que houvesse embates, esses não interferiram na manutenção de um núcleo centralizador que garantisse a coesão de suas práticas sociais e projeto de classe.

Ao mesmo tempo, a ARL tomou para si a função de organizar a produção agrícola em seu formato moderno, reivindicando financiamentos para a implementação de maquinários, insumos e novas técnicas de produção, e também a infraestrutura para garantir o escoamento e armazenamento dos produtos, como estradas e armazéns. Colocou-se como defensora da propriedade privada, especificamente as propriedades com registro, que em muitos casos eram falsificados ou de origem de grilagem, quando não de simples apropriação de terras devolutas.

Nesse sentido, essa fração de classe se organizou e arregimentou apoio para seus projetos para além do universo do setor patronal rural; construiu e consolidou em determinados espaços um conjunto complexo de relações por meio das quais é possível verificar a produção e reprodução de uma certa estrutura de dominação social, de hegemonia. Demonstramos, também, que os espaços sociais compartilhados pelos membros da entidade criaram uma forma específica de pensar o mundo social. Esses elementos influenciaram as escolhas de seus representantes e estavam relacionados à formação escolar, às relações familiares, de amizades, associações e clubes frequentados, festas, homenagens, contatos políticos e à posição social dos agentes enunciadoreis.

As conclusões obtidas nesta pesquisa são parciais e provisórias, pois analisamos um objeto em movimento a partir de questões e inquietações selecionadas dentre um amplo conjunto de discussões que poderiam ser feitas. A partir do levantamento de fontes realizado, que ultrapassou o recorte proposto nesse trabalho, foi possível visualizar as várias questões que ficam em aberto para outros trabalhos sobre a temática, especialmente no que diz respeito às décadas de 1970 a 1990, por se tratar de um momento de intensos embates entre as entidades patronais rurais do estado do Paraná e os Movimentos de luta pela terra, marcados pela repressão, violência e assassinatos de trabalhadores rurais.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO; Perseu, Padrões de manipulação da grande imprensa. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ADAMY, Irene Spies . Formação e organização política da classe dominante agrária: a Sociedade Rural do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2010.

ADUM, Sônia. “Imagens do progresso: Civilização e Barbárie em Londrina 1930-1960” na Universidade Estadual Paulista – Unesp/Assis - SP, 1991.

BARBOSA , Maiara R. Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina – PR: o espaço da tecnologia e da festa. Londrina (PR): UEL - Dissertação (Mestrado) – 2008.

BARROSO, Vicente. O Famoso Norte do Paraná - Terra onde se anda sobre dinheiro. Caxias do Sul. São Miguel, 1956.

BIANCHI, Álvaro. Estado/Sociedade Civil. In: O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo, 2008. p. 177.

BOURDIEU, P. Sociologia. São Paulo, Ática, 1982.

BOURDIEU, Pierre . O Poder Simbólico; tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) 13ªed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Escritos da Educação; Petrópolis, RJ. Vozes. 2007.

BRUNO, R. Senhores da Terra, senhores da Guerra: (a nova face das políticas das elites agroindustriais no Brasil). Rio de Janeiro: Florense Universitária: UFRRJ, 1997.

BRUNO, R., CARVALHO, A. V.. Democratização e Reforma Agrária: análise da participação da sociedade na elaboração do I PNRA . Rio de Janeiro. 28 a 31 de julho de 2009.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, 11, outubro 1998: 53-75.

CHAUY, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. Ideologia e Mobilização Popular. Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978.

CHESNEAUX, Jean. Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, P. R. N.; ENGLER, I. G. F. “Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005) ”OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, no 2, Novembro, 2008.

DELGADO, Lucília. O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil 1961-64. Petrópolis, Vozes, 1986.

DEZEMONE, M. A Era Vargas e o Mundo Rural Brasileiro: Memória, Direitos e Cultura Política Camponesa. In: MOTTA, M, ZARTH, P, (orgs.). Formas de resistência camponesa:

visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, Edmundo. O outro Gramsci. São Paulo: Xamã, 1996.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e Golpe de Classe. 6ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FONTANA, Josep. Em busca de novos caminhos. In: A História dos homens. Bauru: Educs, 2004.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere, volume 3. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Idem. 2002.

GRAZIANO DA SILVA J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

HOFF, Sandrino. A ocupação do Norte. In: PAZ, F. M. Centenário de Economia Política: Paraná Curitiba: Prephacio, 1991.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MANÇANO, Bernardo; Fernandes, MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MARIANI, B. Análise do discurso e Pedagogia do português como língua materna: A questão dos lugares Sociais. In: Trabalhos em Linguística Aplicada Campinas, N°16: p. 29-38, Jul/dez.1990.

MARSON, Elzio dos Reis. No limiar do horizonte: manifestações e discursos divisionistas Norte/Sul e política integracionista no Paraná (1920-1975) – Assis (SP), 2005.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: 3ª Ed. Hucitec, 1991.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A reforma Agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENDONÇA, Sonia Regina. A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MENDONÇA, S. Estado e Economia no Brasil: Opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MENDONÇA, S. O Patronato Rural no Brasil Recente (1962-1993). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

MENDONÇA, Sônia Regina & FONTES, Virgínia Maria. História do Brasil recente (1964-1982). 4ª edição. São Paulo: Ática, 1996.

MENDONÇA, Sonia Regina. Estado, Violência Simbólica e Metaforização da Cidadania . Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996.

MENDONÇA, Sônia. ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: considerações político-conceituais. Outros Tempos, www.outrostempos.uema.br, ISSN 1808-8031, Vol. 1 esp., 2007.

NETO, José Miguel Arias. Pioneirismo: Discurso Política e Identidade Regional. História e Ensino. Londrina, 01: 69-82, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

PRIORI, Angelo. A Revolta Camponesa de Porecatu. In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960) / Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

PRIORI, Angelo. O Protesto do Trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná : 1954-1964. Maringá: Eduem, 1996.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e Silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná. In: Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional / ORG. DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo – Maringá: EDUEM, 1999.

VIANA FILHO, Luiz. O governo Castello Branco. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

WACHOWICZ, Rui Christovan. Norte Velho, Norte Pioneiro. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

WEBER Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva / Max Weber; tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

WOOD, Ellen. O que é (anti)capitalismo?. Crítica Marxista. Crítica17. 04/07/06.

TESES/DISSERTAÇÕES E TRABALHOS ACADÊMICOS

CERNEV, Jorge. Liberalismo e Colonização: O Caso do Norte do Paraná. Rio de Janeiro:

Universidade Gama Filho, 1988. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Filosofia, Universidade Gama Filho. 1988.

CESÁRIO, A. C. C.; ALMEIDA, A. M. C.; ADUM S. M. “A Marcha da Produção no Norte do Paraná”. XII Congresso Brasileiro de Sociologia. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br>. Acesso em: 10/01/2013.

LOPES, Ana Yara Paulino. Pioneiros do Capital: a colonização do norte novo do Paraná. São Paulo: USP – FFLCH, 1982. p10. Dissertação (Mestrado) – FFLCH, USP. 1982. p. 176.

MUSSALAM, René. Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos. Curitiba: UFPR, 1974. Dissertação – Departamento de História, URPR – 1974. SERRA, Elpídio. Processos de Ocupação e de Luta pela Terra Agrícola no Paraná. Rio Claro: Unesp, 1991. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Ciências e Ciências Exatas da Unesp. 1991.

TOMAZI . Nelson Dacio. "Norte do Paraná" História e Fantasmagorias . Tese apresentada ao Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História . Universidade Federal do Paraná Curitiba - Fevereiro de 1997 , p.210.

ZARDO, Murilo. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à Operação Farroupilha. Jornada de estudos sobre ditaduras e direitos humanos. Anais. Porto Alegre : APERS, 2011

FONTES DE IMPRENSA

A PIONEIRA, Junho/agosto de 1948, Ano I, nº 2

A PIONEIRA, Maio de 1948, p.15

A PIONEIRA. Criação de novos distritos no Paraná e a instituição de um patronato Agrícola. Julho/agosto de 1950, Ano III nº7

FOLHA DE LONDRINA, 29/05/1954

FOLHA DE LONDRINA: Operação Soja: Nova indústria e integração das cooperativas de cafeicultores no plano. 24/11/1963

FOLHA DE LONDRINA. 07/11/1954. Aplausos de cafeicultores da Região ao discurso do Coronel de Paula: Telegrama da ARL. 27/01/1955

FOLHA DE LONDRINA. 100 mil trabalhadores “bóia-fria” no Paraná. 27/10/1971

FOLHA DE LONDRINA. 2 mil Cafeicultores na concentração de Piraju (SP). 10/12/1968, p.5

FOLHA DE LONDRINA. A Agitação e as condições entre colonos e patrões tem como causa a política do ministério da Fazenda 03/07/1956

FOLHA DE LONDRINA. A sociedade Rural do Norte do Paraná quer ver o Brasil cada vez mais forte. 07/09/1971

FOLHA DE LONDRINA. A triste evolução do colono ao Boia-fria. 22/08/73

FOLHA DE LONDRINA. Ampla expectativa e intenso policiamento: mais ordem e calma absoluta em Londrina. 02/04/1964

FOLHA DE LONDRINA. Aos companheiros Eleitores da ARL. 31/03/1964

FOLHA DE LONDRINA. ARL foi que conseguiu a prorrogação do vencimento dos empréstimos feito pelo Instituto Brasileiro do Café aos Lavradores. 08/12/1954

FOLHA DE LONDRINA. ARL propõe plano de 10 pontos para contornar crise 10/08/1963
FOLHA DE LONDRINA. ARL vai promover Campanha de reivindicações. 17/02/1963
FOLHA DE LONDRINA. Associações cafeeiras do Paraná atacam política de Jango. 30/03/1963
FOLHA DE LONDRINA. Boia-frias estão sendo vendidos em Minas. 09/06/1978 p.9
FOLHA DE LONDRINA. Caderno complementar. Sindicato indica nome e prepara manual 14/06/1970
FOLHA DE LONDRINA. Café: Preconizada em praça publica a greve da Lavoura. 07/06/1963
FOLHA DE LONDRINA. Castello passa 5 horas movimentadas em Londrina. 04/04/1965
FOLHA DE LONDRINA. Comunicado e Agradecimento. 05/02/1961
FOLHA DE LONDRINA. Congresso cansado de prorrogar prazos para o pagamento de dívidas da Lavoura: advertência do agrônomo Silvio Adguieri. 03/02/1961
FOLHA DE LONDRINA. Desorganização, Indisciplina e Desrespeito nos estabelecimentos agrícolas no Paraná. 21/07/1956
FOLHA DE LONDRINA. Durou cerca de 3 horas a mesa redonda das classes produtoras. 22/12/1954. Capa
FOLHA DE LONDRINA. Exploração de Trabalhadores Rurais ameaça gerar crise em Bonssucesso. 01/07/1969, p.15
FOLHA DE LONDRINA. Fazendeiros e Advogados diz o que Pensa do “Caso Boia- Fria”. 14/06/1970
FOLHA DE LONDRINA. Justiça gratuita aos lavradores do Paraná através dos Patronatos Agrícolas do Estado. 03/07/1954
FOLHA DE LONDRINA. Manifestação em Maringá: 30 mil repudiam o Comunismo. 04/04/1964
FOLHA DE LONDRINA. Ministro Acusa Fazendeiros. 21/05/1970
FOLHA DE LONDRINA. Nelson Maculan deixa Londrina hoje. 10/01/1962
FOLHA DE LONDRINA. Novo Planejamento para agricultura: ARL entrega memorial para Castello Branco. 03/05/1964
FOLHA DE LONDRINA. O Governador em Londrina: Polícia Garante Liberdade do Trabalho 08/03/1963;
FOLHA DE LONDRINA. O panorama agrícola do Paraná em dez anos.10/10/1974
FOLHA DE LONDRINA. O Presidente da ARL adverte: É asfíxiante a situação da Lavoura de café 07/08/1963
FOLHA DE LONDRINA. Para pecuarista boa a Cr\$ 90 dá lucro. 16/12/1973
FOLHA DE LONDRINA. Precisamos de escolas para evitar o êxodo Rural: 13/11/1954
FOLHA DE LONDRINA. Preço do café: produtor antevê desemprego e crise na região. 18/06/1966
FOLHA DE LONDRINA. Preço do café: produtor antevê desemprego e crise na região. 18/06/1966.
FOLHA DE LONDRINA. Repressão ao comunismo: polícia de Londrina promove inquéritos contra numerosos suspeitos. 11/04/1964. Manifestação em Maringá: 30 mil repudiam o Comunismo 04/04/64. Dirigente sindical preso em Vila Nova 03/04/64. O trem vermelho não parou na estação verde amarela. 05/04/1964
FOLHA DE LONDRINA. Ronda Pela Cidade. 22/07/1956
FOLHA DE LONDRINA. Ruralista manifestou a Castello Branco: decepção entre exportadores e cafeicultores. 08/07/1964
FOLHA DE LONDRINA. Será debatida na reunião da Rural hoje a questão da Criação do CNAE. 15/07/1954
FOLHA DE LONDRINA. Trecho de um panfleto de campanha publicada em 15/07/1956.

PARANÁ-NORTE, 18/10/1934

PARANÁ-NORTE, 20/09/1949

Fontes em Meio Eletrônico

<http://www1.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=142&Itemid=867> Acesso em: 02/03/2012.

<http://www2.camara.gov.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?Pk=122323> Acesso em: 02/03/2012.

<<http://www.paranapanema.sp.gov.br/prefeitos/>> Acesso em: 02/03/2012. http://www.profissionaisdoano.com.br/mostrar_profissionais.aspx?id=189 <http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/2006/1-suplente-senador/21061946-chico-galli.jhtm>

<http://kireeff.blogspot.com/>

<<http://www.sinomar.com.br/portal/conteudo.asp?codigo=3206&page=17>> Disponível em: O

<<http://www.jdcampos.com.br/portal/html/noticia/o-futuro-das-empresas-familiares%282%29>>

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto>> Acesso em 10/06/2013.

<<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>> Acesso em 10/06/2013.

<www.srp.com.br/rural-na-midia/?id=2938%7Cmuseu-homenageia-ruralistas> Acesso:18/02/2013.

ATAS E OUTRAS FONTES INSTITUCIONAIS

ATA 31/05/1968. In: Documento histórico: Resumo 0773 Livro de Atas 4 “C” 18/09/1965 a 05/07/1977. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná – SRP.

ATA da Reunião da Diretoria da Sociedade Rural do Paraná, realizada no dia 18 de setembro de 1965, p.4.

ATA da Reunião da Diretoria da Sociedade Rural do Paraná, realizada no dia 27 de fevereiro de 1971, p.2

ATA da reunião de constituição da Junta Particular de Conciliação e de posse de seus membros realizada na sede da Associação Rural de Londrina. 21/03/1959.

ATA: 05/08/1962, p.24 e 25. In: Documento histórico: Resumo 0772 Livro de Atas 3 “B” de 19/03/1962 à 18/09/1965. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná – SRP.

ATA: 18/05/1963. In: Documento histórico: Resumo 0772 Livro de Atas 3 “B” de 19/03/1962 à 18/09/1965. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná – SRP.

ATA: 18/05/1963. In: Documento histórico: Resumo 0772 Livro de Atas 3 “B” de 19/03/1962 à 18/09/1965. Disponível no Museu da Sociedade Rural do Paraná – SRP.

ATA: da reunião da diretoria da Sociedade Rural do Paraná realizada no dia 03 de dezembro de 2007, p.1.

DISCURSO então presidente Francisco Antonio Sciarra na abertura da VII Exposição promovida pela SRP em 1970.

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. Capítulo I, “Denominação, sede, duração e finalidades . Londrina, 25 de Junho de 1946; 25 de Novembro de 1954 , , p.10

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE LONDRINA. Registrada no Cartório Claudino F. Santos sob n.º 249 - Folha 80 - Livro A - N.º 11. Londrina, 18 de Setembro de 1965, p.3.

JORNAL DA RURAL. Informativo da Sociedade Rural do Paraná - Número 18 - Outubro 2008

Relatório de Arnaldo Coelho Amaral para a Assembleia Geral Ordinária da SRP. 31/05/2000.
Resumo 0771 Livro de Atas 2 “A” de 17/08/1958 a 18/03/1962

NETO, Brasílio de Araújo. Entrevistas realizadas para serem parte do acervo do Museu da Sociedade Rural do Paraná. Sob coordenação de Helenice Nortare Dequeche; Entrevistadora: Conceição Geraldo. 2º vídeo, 37 min.

NEME. Luiz Roberto. Entrevistas realizadas para serem parte do acervo do Museu da Sociedade Rural do Paraná. Sob coordenação de Helenice Nortare Dequeche; Entrevistadora: Conceição Geraldo. 2º vídeo, 1 min.

OUTRAS FONTES

ASSOCIAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA DE LONDRINA E REGIÃO. Londrina Paraná Brasil raízes e dados Históricos – 1930-2004 (texto e edição Walmor Macarini) Londrina Edição Humanidades. 2004.

BARBOSA. Maria Lúcia Victor. A colheita da Vida: Resgate histórico da sociedade Rural do Paraná. Edição Histórica, 2000.

BLANCO, G.; MIONI, F. Londrina no seu Jubileu de Prata. Documentário Histórico. Londrina: Realizações Brasileiras, 1959.

CASTELLO BRANCO, H. Discursos. 22/05/64. Secretária da Imprensa, p. 53. In: SALIS, Carmen L. G. de. Estatuto da terra: Origens e (des)caminhos da proposta de Reforma Agrária nos governos Militares. Assis. 2008.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná. 23 ed. São Paulo: Publicação Comemorativa do Cinquentenário da CMNP, 1977, p 52. In: ADUM, S. Imagens do progresso: Civilização e Barbárie em Londrina 1930-1960. Universidade Estadual Paulista – Unesp/Assis - SP, 1991.

FUNDAÇÃO INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. O Trabalhador rural volante no Paraná. Curitiba, IPARDES, 1978, p. 46. In: GRAZIANO DA SILVA J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1982.

MONBEIG, Pierre. Ensaios de Geografia Humana Brasileira: São Paulo: Martins Fontes, 1940. p.56-8. In: ADUM, Sônia. Imagens do progresso: Civilização e Barbárie em Londrina 1930-1960. Universidade Estadual Paulista – Unesp/Assis - SP, 1991.

PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná – DEAP. (DOPS). Apelo aos camponeses do Paraná. 1949. Dossiês Temáticos : Ligas Camponesas. Nº 02548.

PARANÁ. Departamento de Arquivo Público do Paraná – DEAP. (DOPS). Dossiês Temáticos: Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Londrina. Telegrama Câmara Municipal de Londrina nº 15637.

Anexo I: Presidentes da SRP de 1946 - 2012

PRESIDENTE	ANO	ATIVIDADES DESEMPENHADAS
Hugo Cabral	1946-1948	Prefeito; Deputado; Secretário de Viação e Obras Públicas, Diretor Técnico da Confederação Rural Brasileira – CRB. Filiação Partidária: UDN
Nicolau Lunardelli	1948-1950	Presidente da União das Entidades rurais do norte do Paraná. Nicolau Lunardelli era filho de Geremia Lunardelli, considerado o “rei do café” no Brasil (VAZ, V. 2013, p. 109)
Nelson Antunes Egas	1950-1952	Presidente da Associação Comercial de Londrina – ACL e da ARL
Raphael Ferreira de Rezende	1952- 1954	Deputado Federal, 1955-1956, 1958-1959, 1963-1967. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal na Legislatura 1963-1967, para assumir o cargo de Secretário de Estado, de 29 de junho de 1957 a 4 de agosto de 1958. Secretário da Agricultura, Paraná, 1957-1958. Lions; Country. Filiação Partidária: PR; PSD; ARENA
Antônio F. Sobrinho	1954-1956	Prefeito de Londrina no período de 1955 – 1959. Filiação Partidária: PSD
Nelson Maculan	1956-1959	Vereador de Londrina em 1955; Senador Suplente assume em 1960. Em 1963 -1964 assume a presidência do IBC, dirigindo os escritórios do Instituto Brasileiro do Café em Milão, E em Trieste. Durante a ditadura filiou-se ao MDB. Em 1974 foi deputado. Filiação Partidária: UDN
Américo Ugolini	1959-1962	Prefeito em Paranapanema e membro do grupo de emancipação de Cornélio Procópio.
Omar M. Guimarães	1962-1969	Presidente da ARL
Francisco Antônio Sciarra	1969-1970	Diretor da Associação Comercial e Industrial de Londrina na Gestão 1968-71. Foi o principal articulador dos agropecuaristas para a criação da entidade SRO em Cascavel.
Manoel Campinha Garcia Cid	1970-76/1996-97	Fundador da Associação dos Neloristas do Paraná (ANEL), diretor presidente do Banestado de meados de 1997 até janeiro de 1999, Em 1993 foi conselheiro presidente da Associação dos Criadores de Brahman do Brasil ACBB, Fez parte da Comissão executiva do Plano de Desenvolvimento Industrial (Londrina de 1997)
Luiz Roberto Neme	1976-78/1986-88	
Antonio F. Sobrinho	1978-1980	Prefeito de Londrina de 1955 a 1959.
Jamil Janene	1980-1984	Vereador na cidade de Londrina.
Brazilio de Araújo Neto	1984-1986 1988-1990	Secretário Estadual de Agricultura. Após a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso foi nomeado para o Incra. Presidente da Conab em 1995.
Luiz Meneghel Neto	1990-1992	2º Vice-presidente Associação Brasileira de Limousin, mandato de 2008 a 2010, empresário rural assumiu em 2005-2007 a Associação Paranaense dos Produtores de Sementes e Mudas.
José Carlos Tibúrcio	1992-1993 1995-96	Presidente da Sociedade Rural do Paraná, entre 1992 e 1996, presidente do Sindicato Patronal Industrial Têxtil, Secretário da Agricultura, coordenador do Fórum da Secretaria do Brasil. Atualmente o empresário se dedica a Empresa Têxtil Carti.
Samir Cury Eide	1994-1995	Faz parte da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Arabes, foi secretário da secretaria de Agricultura e Abastecimento na gestão 1997-2000. Coordenador do Grupo Agroindústria do PDI - Plano de Desenvolvimento Industrial de Londrina (1995/1996).
Francisco L. Prando Galli	1998-00/ 2000-02	Membro do conselho administrativo da Cofercatu Cooperativa Agroindustrial. Ocupação principal declarada Atleta Profissional e Técnico Em Desportos. Disputou para deputado no Paraná não se elegendo (1º Suplente Senador).
Edson Neme Ruiz	2002-04/ 2004-06	Foi Presidente, vice-presidente e conselheiro Administrativo da companhia Sercomtel.
Alexandre Lopes Kireeff	2006-08/ 2008-10	Candidato a deputado federal no Paraná e atual prefeito de Londrina.
Gustavo A. e Lopes	2010-2012	Diretor da concessionária PB Lopes.

Fonte: Periódicos e Jubileu de Prata; Jornais da ACIL – Associação Comercial e Industrial de Londrina; jornal Folha de Londrina; sites diversos.

ANEXO – II Tabela das gestões que estiveram frente a SRP de 1946 a 1980

	1946-1948	1948- 1950	1950-1952	1952-1954	1954-1956	1956-1959	1959-1962	1962-1964	1964-1966	1966-1968	1968-1969	1969-1970	1970-1972	1972 -1974	1974-1976	1976 -1978	1978-80
Presidente	Hugo Cabral	Nicolau Lunardelli	Nelson Antunes Egas	Raphael Ferreira de Rezende	Antônio Fernandes Sobrinho	Nelson Maculan	Américo Ugolini	Omar M. Guimarães	Omar M. Guimarães	Omar M. Guimarães	Omar M. Guimarães	-----	Manoel C.Garcia Cid	Manoel C. Garcia Cid	Manoel C. Garcia Cid	Luiz Roberto Neme	Antonio Fernandes Sobrinho
Vice-Presidente	Manoel Gonçalves Garcia	Horácio Sabino de Coimbra	Raphael Ferreira de Rezende	Lineu Carlos de Souza Dias	Armando Petrelli	Gilberto Soares Santos	Paulo Carneiro Ribeiro	Saulo Val Esteves	Gilberto Soares Santos	Fernando Bueno Santos	Francisco Antônio Sciarra	Francisco A. Sciarra	Fernando Vasconcelos Ferreira	José Gabriel Sales Ferreira	Paulo Carneiro Ribeiro	José Alves Padinha	José Alves Padinha
2º Vice-presidente	Cargo não existia	Cargo não existia	Cargo não existia	Cargo não existia	Augusto Canesin	Lineu C. S. Dias		Lineu Carlos de Souza Dias	Olavo Godoy	Waldemar Neme	João Tenório Peeira	João Tenório Peeira	José Eduardo Rocha Cabral	Sebastião Vitral dos Santos	Fernado Ulhoa Sintra de Oliveira	Jamil Janene	Jamil Janene
1.º Secretário	Dr . Ruy Cunha	Anibal Veloso de Almeida	Silvino Alques Batista	Silvino Alques batista	Francisco Pereira de Almeida Jr	Aristeu Sampaio	Gilberto Santos	Fernando Bueno Santos	Fernando Bueno dos Santos	José Eduardo Cabral	Francisco Pereira de Almeida Jr	Francisco Pereira de Almeida Jr	Gilney Carneiro Leal	Niwton Pietraroia	Newton Pietraroia	Edivino Andrade Noronha	Augusto Sandreschi
2.º Secretário	Aníbal Veloso De Almeida	Casimiro de Almeida Machado	Vicente Cioffi	Vicente Cioffi	Francisco Ernesto Malheiros	Ulysses Ghedim	Conrado Rugai	Gilberto Santos	Arsênio Storto	J.C. Garcia Cid	Alvaro Ribeiro de Moraes	Alvaro Ribeiro de Moraes	Alcides Amaral Filho	Sizenando Miralha dos Santos	José Gabriel Sales Ferreira	Osvldo Pinto Tavares	Mário Ogasawarra
1.º Tesoureiro	Celso Garcia Cid	Celso Garcia Cid	Raul Mignone	Raul Mignone	Nelson Maculan	Atilio Bizoto	Vicente Cioffi	Fernando Agudo Romão	Fernando Agudo Romão	Romulfo Quintino Pontes	Pedro Barbosa Lopes	Pedro Barbosa Lopes	Nelson Ferreira Brandão	Nelson Ferreira Brandão	Manoel Barbosa Lopes	Nestabo de Araújo	Nestabo de Araújo
2.º Tesoureiro	Sinval Leme	José P.de Lima Azevedo	Luiz Estrella	Luiz Estrella	Massao Ogasawara	Iatsuma Itorv	-----	Norman Prochet	João Campinha Garcia Cid	Nelson Ferreira Brandão	Ignácio Garcia Gonzales	Ignácio Garcia Gonzales	Raul Piccinin	Raul Piccinin	Bento Ferraz Pacheco	Raul Piccinin	Alcides Vezozzo
Comissão Fiscal	Justiniano Clímaco Da Silva	João Camargo	Augusto Canezin	Augusto Canezin	Hugo Cabral	-----	Carmo Rocha	Silvio Aldighieri	Francisco Sciarra	Roberto Junqueira	Nelson Ferreira Brandão	Nelson Ferreira Brandão	Francisco Pereira Almeida Jr.	Olavo Cardoso	José Lopes Lopes	Fernando Ulhoa Cintra de Oliveira	Fernando Ulhoa Cintra de Oliveira
Comissão Fiscal	Arthur Thomas	Alvaro Godoy	Alvaro Godoy	Alvaro Godoy	Olavo Godoy	-----	-----	Antônio Fernandes Sobrinho	Orlando Mayrink Goes	José Nogueira Franco	Fernando Ferreira Vasconcelos	Fernando Ferreira Vasconcelos	José Lopes	José Lopes Lopes	Olavo Cardoso Machado	Olavo Cardoso Machado	Olavo Cardoso Machado
Comissão Fiscal	Alvaro Godoy	Osvaldo Almeida Prado	Renio Massi	Renio Massi	Carpofaro Jolly de Lima	-----	-----	Celso Garcia Cid	Washington Siqueira	Pompeu Sares Cardoso	Ulisses Xavier da Silva	Ulisses Xavier da Silva	Ulisses Xavier da Silva	Paulo Carneiro Ribeiro	Vinícius Ferreira	Domingos Elias Alex	Sidney Oliva
Suplentes	Euzébio Barbosa Menezes	Raimundo Durães	Carlos de Almeida	Carlos de Almeida	Caetano Ferreira Fontes Neto	-----	-----	Alcy Mortary	Inocencio Janene	Nelson Vicentini	Nelson Visentini	Nelson Visentini	Nelson Visentini	Waldemar Neme	Abdekarin Janene	Waldemar Neme	Waldemar Neme
Suplentes	Carlos Aldghieri	Alberto de Castro Cunha	Otávio Genta	Otávio Genta	Ilmo Vicentini	-----	-----	Olavo Godoy	Franz Kretsch	Octávio A. Pedriali	Pompeo Soares Cardoso	Pompeo Soares Cardoso	Pompeo Soares Cardoso	Mário Álvaro Rea	Philadelfo Garcia	João Campinha Garcia Cid	João Campinha Garcia Cid
Suplentes	Angelo Decânio	Florian Peixoto da Costa	José Nogueira Franco	José Nogueira Franco	Ricardo Skowronek	-----	-----	Franz Kresctch	José Nogueira Franco	-----	Olavo Godoy	Olavo Godoy	Olavo Godoy	Ulisses Xavier da Silva	Waldemar Neme	José Eduardo Rocha Amaral	José Eduardo Rocha Amaral
Diretor sem Pasta														Celso Garcia Cid	Francisco A. Sciarra	Francisco A. Sciarra	